



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE**

**LUCIMARA KOSS**

**COMÉRCIO & SOCIEDADE: AS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DOS ARMAZÉNS DE  
IVAY – PR NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.**

**CURITIBA  
2013**

**LUCIMARA KOSS**

**COMÉRCIO & SOCIEDADE: AS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DOS ARMAZÉNS DE  
IVAY – PR NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.**

Dissertação apresentada à linha de pesquisa Espaço e Sociabilidade, Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

**Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Andreazza**

**CURITIBA  
2013**

Catálogo na publicação  
Cristiane Rodrigues da Silva – CRB 9/1746  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Koss, Lucimara

Comércio & Sociedade: as múltiplas funções dos armazéns de Ivay/PR na primeira metade do século XX /. – Curitiba, 2013.  
210 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Luiza Andreazza  
Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2013.

1. Comércio e Transporte – século XX - Paraná. 2. Comércio – armazéns de Ivay/PR I.Título.

CDD 334



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.  
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

### PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Lucimara Koss, intitulada: **COMÉRCIO & SOCIEDADE: AS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DOS ARMAZÉNS DE IVAY-PR NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua... *a.p.m.c.c.s.* completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.  
Curitiba, vinte de fevereiro de dois mil e treze.

Profa Dra Maria Luiza Andréazza (Orientadora)  
Presidente da Banca Examinadora

Profa Dra Cacilda Machado (UFRJ)  
1º Examinador

Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima (UFPR)  
2º Examinador

*Dedico este trabalho a Deus aos meus pais por terem me concedido a vida. Aos meus professores, desde a Educação Básica, a Pós-Graduação, pelas contribuições que cada um deu a minha formação acadêmica. A população de Ivaí-Pr, minha contribuição a sua história.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me dado forças para concretizar mais este projeto da minha vida, e poder escrever este agradecimento a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

A professora Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Andrezza por estes dois anos de orientação. Agradeço pelas indicações bibliográficas, pelos debates sobre esse trabalho tanto em sala de aula quanto no gabinete de orientação, pelas leituras realizadas em torno da construção da dissertação (inclusive no domingo), enfim, por ter contribuído profundamente para o resultado desta pesquisa. Além de tudo, foi um prazer ser orientanda não só por uma grande profissional, mas acima de tudo uma grande pessoa. Apesar de parecer pouco tempo, dois anos foi o bastante para crescer profissionalmente ao lado dessa pessoa tão especial. Serei sempre grata por estes dois anos de orientação, amizade e pela contribuição a minha carreira profissional.

Aos colegas de seminários de pesquisa pelas contribuições prestadas através dos acirrados debates realizados em torno desse trabalho.

Aos professores do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialmente ao professor Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos e ao professor Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima pelas contribuições no exame de qualificação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio fornecido a essa pesquisa através da concessão de bolsa de aperfeiçoamento REUNI.

A todas as pessoas (fontes orais) que abriram as portas de suas casas, me acolheram gentilmente, e compartilharam informações que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa: Amilton Ferrera, Terezinha Correia Batista, Juarez Pioli Batista, Elza Ruppel Eidam, Mariano Derkasz, Miradora Derkasz, Atilho Galvão, Tadeu Grochoski, Catarina L. Kalatai, André Kluskoski, Anselma Kos, Maria Kos, Nicolau Kos, Vladomiro Lobacz, Gumercindo de Cristo, Vanir Ferreira Dalsoto, Flávio Canteri, José Marques dos Santos, Pedro de Castro, Célia Kovbai,

João Sobrinho Mann, Paulina Malanowski, Ricardo Malanowski, Alcides Macena Pereira, José Schuista, Augusto Strufika, Iracema Thomaz e Rene Thomaz.

As pessoas que me deram atenção diante da busca de fontes para esta pesquisa, e todas aquelas que abriram seus arquivos particulares e possibilitaram que eu tivesse acesso aos livros caixa e fotos que foram utilizadas nesse trabalho: Mariano Derkasz, Miradora Derkasz, Elena Karpinski, Maria Kós, Tereza Kos, Tadeu Malanowski, João Karpinski, Neva Malanowski, Mariana Schastai, Catarina Kalatai, Eliane Reifur.

A Eliane Zubacz Kotula e Idir Treviso (Prefeito de Ivaí na ocasião) pela colaboração em relação ao acesso aos arquivos da Prefeitura Municipal de Ivaí.

A José Sidney Seixas e aos demais funcionários da Prefeitura Municipal de Ipiranga que contribuíram para que eu tivesse acesso aos arquivos da Prefeitura desse Município.

Aos funcionários do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) situado na Rua Desembargador Motta Nº 3384, por terem facilitado a pesquisa possibilitando o acesso a um conjunto de fontes que contribuíram muito a esse trabalho.

Ao professor e colega de graduação Lourenço Resende da Costa pelas leituras realizadas em torno da dissertação, e pelas contribuições ao aperfeiçoamento desse trabalho.

A minha amiga e colega de pós-graduação Luciana Cristina Pinto pelo companheirismo nas viagens em direção às aulas do mestrado e dos congressos, e pelas conversas divididas em torno das angústias da dissertação.

A banca de defesa composta pela professora Dr.<sup>a</sup> Cacilda Machado (UFRJ) e pelo professor Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima (UFPR). Ambos contribuíram para que eu pudesse aprimorar as reflexões sobre esse trabalho e pensar novas possibilidades de pesquisas.

Aos meus pais José Koss Sobrinho e Luiza Borochocki Koss, aos meus Irmãos Jociel Koss e Jocimar Koss, aos meus demais familiares e amigos pelo incentivo e acima de tudo por ficarem felizes com as minhas conquistas. Grande

parte da minha força utilizada para a concretização de cada projeto traçado brota do amor e do apoio de vocês.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que deram importância a esta pesquisa e de forma direta ou indireta contribuíram, seja com fontes, elogios, críticas ou sugestões. Sem as colaborações de vocês esse trabalho não teria sido possível.

*Depois de algum tempo você aprende [...] Aprende que as circunstâncias e os ambientes tem influência sobre nós, mas nós somos responsáveis por nós mesmos. Começa a aprender que não se deve comparar com os outros, mas com o melhor que pode ser. Descobre que se leva muito tempo para se tornar a pessoa que quer ser, e que o tempo é curto. Aprende que não importa onde já chegou, mas onde está indo, mas se você não sabe para onde está indo, qualquer lugar serve. Aprende que, ou você controla seus atos ou eles o controlarão, e que ser flexível não significa ser fraco ou não ter personalidade, pois não importa quão delicada e frágil seja uma situação, sempre existem dois lados [...] E você aprende que realmente pode suportar [...] Que realmente é forte, e que pode ir muito mais longe depois de pensar que não se pode mais. E que realmente a vida tem valor e que você tem valor diante da vida!*

*William Shakespeare*

## RESUMO

O tema desta pesquisa é o estudo das práticas comerciais em torno dos espaços dos armazéns localizados na Colônia Federal Ivay Paraná, na primeira metade do século XX. O principal objetivo é analisar o que se passava dentro destes estabelecimentos e observar que tipos de espaços eram, tanto para os consumidores quanto para os comerciantes. Portanto, para resolver estas questões utilizou-se como aporte teórico principalmente discussões a respeito de espaço social, fachada, bastidores, interação social, valores simbólicos. A metodologia constituiu-se no confronto entre fontes orais, iconográficas e escritas. O entrelaçamento destas tipologias de fontes e a utilização de conceitos como espaço social, estratégia, tática, cotidiano, possibilitam que no transcorrer dos capítulos o leitor “reabra” as portas dos armazéns, “adentre”, “acenda os lampiões” e descubra um emaranhado de questões sociais que se passavam nestes ambientes. Primeiramente, o trabalho volta-se para o estudo das práticas comerciais fora dos espaços das vendas da colônia Ivay. Detém-se principalmente na análise no processo de surgimento dos armazéns, no transporte de mercadorias realizado por carroceiros e na venda de tropas de suínos em centros consumidores maiores. Em um segundo momento, adentra nos armazéns para analisar as práticas comerciais que se desenrolavam nestes cenários, e constatar que tipos de espaços estes estabelecimentos eram para as pessoas que os frequentavam.

Palavras-chave: armazém, espaço, Ivay, Ivaí-Pr, comércio, tropas, carroceiros.

## ABSTRACT

The theme of this research is the study of trade practices on the groceries located in the Federal Village Ivay, Parana, in the first half of the twentieth century. The main aim is to analyse what was going on inside these places and observe what kind of places they were for both, consumers and traders. Theoretical support, mainly on discussions regarding social space, façade, backstage, social interaction and symbolic values, was employed so as to find the answers to all these issues. The methodology was the comparison between oral, iconographic and written sources. The intertwining of these kinds of sources and the use of concepts such as social space, strategy, tactics, and daily routine, make it possible for the readers to "reopen" the doors of the groceries throughout the chapters, "enter" these doors and "light their oil lamps", finding out a jumble of social issues that took place in these contexts. At first, the work is about the study of trade practices outside the sales places in Ivay village. It mainly deals with the analysis of the process of the setting up of groceries, the transport of goods by carters and the sale of swine in bigger consumer centers. At a second stage, the study focuses on the groceries in order to analyse the trade practices that took place in these sceneries, and find out what kind of business premises they represented to the people who would go there.

Key Words: grocery, space, Ivay, Ivaí-Pr, trade, troops, carters

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.DC 40 – Antes da década de 1940.

APMD – Acervo pessoal de Mariano Derkasz.

APMI – Arquivos da prefeitura municipal de Ivaí.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

IAP – Instituto Ambiental do Paraná.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

UFPR – Universidade Federal do Paraná.

**LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 – IMIGRAÇÃO NO BRASIL (1820 – 1975) .....	43
GRÁFICO 2 – COMPOSIÇÃO POPULACIONAL DA COLÔNIA IVAY – 1915.....	52

## LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – ARMAZÉM MALANOWSKI LOCALIZADO NA LINHA VICINAL CHAPADA (ATUAL COMUNIDADE DE CHAPADA) NA DÉCADA DE 1940 .....	92
FOTO 2 – RESIDÊNCIA E ARMAZÉM DOS KOS LOCALIZADO NA RUA DR. FERREIRA CORREIA (SEM DATA) .....	93
FOTO 3 – MORADIA E ARMAZÉM DE MAJOR SALUSTIANO MARTINS FERREIRA LOCALIZADO NA ATUAL COMUNIDADE DE CACHOEIRINHA (SEM DATA) .....	93
FOTO 4 – ARMAZÉM SE SECOS E MOLHADOS DE JOÃO KARPINSKI EM 1975 LOCALIZADO NA RUA DR. FERREIRA CORREIA.....	94
FOTO 5 – CARROCEIROS SCHASTAI EM VIAGEM A PONTA GROSSA EM MEADOS DA DÉCADA DE 1930 .....	99
FOTO 6 – COMITIVA DE CARROCEIROS POR VOLTA DE MEADOS DA DÉCADA DE 1930.....	101
FOTO 7 – CARROCEIROS EM VIAGEM PARA PONTA GROSSA POR VOLTA DA DÉCADA DE 1930.....	103
FOTO 8 – CARROCEIROS EM FRENTE À CASA COMERCIAL NOVIDADES EM PONTA GROSSA POR VOLTA DA DÉCADA DE 1930 .....	105
FOTO 9 – ARMAZÉM DE SECOS E MOLHADOS PODOLAN E REIFUR POR VOLTA DA DÉCADA DE 1950 NA ATUAL RUA DR. FERREIRA CORREIA.....	159
FOTO 10 – ESPAÇO INTERNO DO ARMAZÉM DE CÉLIA KOVBAI EM 2012 ....	160
FOTO 11 – ESPAÇO INTERNO DO ARMAZÉM DE CÉLIA KOVBAI EM 2012 ....	160
FOTO 12 – MORADIA E ARMAZÉM DOS KOS LOCALIZADO NA RUA DR. FERREIRA CORREIA (SEM DATA) .....	165

- FOTO 13 – RECIPIENTE DE BEBIDAS DO ARMAZÉM DOS MALANOWISKI LOCALIZADO NA ATUAL COMUNIDADE DE CHAPADA. FOTO TIRADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2011 .....169
- FOTO 14 – ARMAZÉM DE SECOS E MOLHADOS DE JOÃO KARPINSKI LOCALIZADO NA RUA DR. FERREIRA CORREIA POR VOLTA DA DÉCADA DE 1970 .....177
- FOTO 15 – ARMAZÉM DE SECOS E MOLHADOS DE JOÃO KARPINSKI LOCALIZADO NA RUA DR. FERREIRA CORREIA (SEM DATA)....182

**LISTA DE IMAGENS**

- IMAGEM 1 – EXCERTO DE RELATÓRIO ENVIADO AO PRESIDENTE DO ESTADO EM 1915.....57
- IMAGEM 2 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS COMUNIDADES DESCRITAS EM ALVARÁS DE LICENÇA DE 1944 A 1965, COMO PERTENCENTES À SEDE DA COLÔNIA FEDERAL IVAY E AO DISTRITO DE BITU MIRIM.....88
- IMAGEM 3 – INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COLÔNIA FEDERAL IVAY AO MERCADO ESTADUAL .....96
- IMAGEM 4 – ALVARÁ DE LICENÇA DE 1949 REFERENTE A ATIVIDADE DE CARROCEIRO FRETEIRO (NEGÓCIO AMBULANTE) EXERCIDA POR GREGÓRIO LOBACZ.....98
- IMAGEM 5 – PRINCIPAIS ROTAS E PONTOS DE PARADAS DOS CARROCEIROS E DAS TROPAS DE SUÍNOS SOBRE O ATUAL TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE IVAÍ .....118
- IMAGEM 6 – PARTE DO LIVRO CAIXA DO ARMAZÉM DE ELIAS PYETLOWANCIW. COMPRA REALIZADA POR ANASTÁSIA MAZUREKE EM 1919-1920.....125
- IMAGEM 7 – PARTE DO LIVRO CAIXA DO ARMAZÉM DE ELIAS PYETLOWANCIW. COMPRA REALIZADA POR JOÃO CHEREMETA NO ANO DE 1925..... 130
- IMAGEM 8 – PARTE DO LIVRO CAIXA DO ARMAZÉM DE ELIAS PYETLOWANCIW. COMPRA REALIZADA POR JOSÉ IACENTE EM 1926-1927 .....131
- IMAGEM 9 – EXCERTO DO LIVRO CAIXA DO ARMAZÉM DE ELIAS PYETLOWANCIW. MÉTODOS DE PAGAMENTOS UTILIZADOS POR BENTO MANUEL DE BARROS EM 1921-1922.....137

IMAGEM 10 – EXCERTO DO LIVRO CAIXA DO ARMAZÉM DE ELIAS PYETLOWANCIW. MÉTODOS DE PAGAMENTOS UTILIZADOS POR JOÃO SCHERLANSKI .....	139
IMAGEM 11 – EXCERTO DO LIVRO CAIXA DO ARMAZÉM DE ELIAS PYETLOWANCIW. MÉTODOS DE PAGAMENTOS UTILIZADOS POR PEDRO CZREWATEY EM 1920-1921 .....	141
IMAGEM 12 – REPARTIÇÕES DO ARMAZÉM DE SECOS E MOLHADOS DOS KOS .....	157
IMAGEM 13 – CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO ARMAZÉM DE SECOS E MOLHADOS DA FAMÍLIA KOS.....	172

**LISTA DE MAPAS**

MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE IVAÍ – PR .....	49
MAPA 2 – PLANTA DO NÚCLEO COLONIAL IVAY DE 1912.....	56
MAPA 3 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS PRIMEIROS ARMAZÉNS EM CADA LINHA E NÚCLEO POPULACIONAL DA COLÔNIA FEDERAL IVAY.....	83

**LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – RELAÇÃO DOS COLONOS RESIDENTES EM LOTES URBANOS E RURAIS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1915 .....	51
TABELA 2 – ENTRADA DE IMIGRANTES E MIGRANTES NO NÚCLEO COLONIAL IVAY.....	54
TABELA 3 – NÚMERO DE CASAS PARTICULARES, ESCOLAS, TEMPLOS, MÁQUINAS, CARROÇAS, ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS EXISTENTES ATÉ O ANO DE 1915.....	62
TABELA 4– PRODUÇÃO AGRÍCOLA RELATIVA AO ANO DE 1918 .....	65
TABELA 5 – QUANTIDADE E ESPÉCIE DE ANIMAIS EXISTENTES NA COLÔNIA FEDERAL IVAY ATÉ DEZEMBRO DE 1915 .....	66
TABELA 6 – ARMAZÉNS DE SECOS E MOLHADOS EXISTENTES DE 1944 A 1972 NO TERRITÓRIO DE IVAÍ.....	89
TABELA 7 – PRODUTOS ADQUIRIDOS PELOS CLIENTES NO ARMAZÉM PYETLOWANCIW.....	126
TABELA 8 – PREÇO DE ALGUNS PRODUTOS VENDIDOS OU TROCADOS PELAS PESSOAS (CONSUMIDORES) NO ARMAZÉM DE ELIAS PYETLOWANCIW.....	145

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	XII
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	XIII
<b>LISTA DE FOTOS</b> .....	XIV
<b>LISTA DE IMAGENS</b> .....	XVI
<b>LISTA DE MAPAS</b> .....	XVIII
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	XIX
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	22
<b>1. A CONSTITUIÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO COLÔNIA FEDERAL IVAY</b> .....	37
1.1 O processo imigratório .....	37
1.2 A Colônia Federal Ivay .....	48
1.2.1 As primeiras experiências e a organização sobre um “novo espaço” .....	55
1.2.2 Produção econômica .....	65
<b>2. AS TROCAS E O SURGIMENTO DOS ARMAZÉNS</b> .....	69
2.1 As feiras e as primeiras casas comerciais .....	69
2.2 Outros secos e molhados .....	86
<b>3. OS CARROCEIROS &amp; A MOEDA AMBULANTE</b> .....	95
3.1 Os carroceiros .....	95
3.2 A moeda ambulante .....	107
<b>4. O ARMAZÉM COMO ESPAÇO DE COMPRA &amp; VENDA</b> .....	122
4.1 Os produtos consumidos e a limitação da liberdade de escolha .....	122
4.2 Os consumidores .....	132
4.3 Os métodos de pagamentos .....	134
<b>5. MUITO MAIS QUE UM SIMPLES ESPAÇO DE COMPRA &amp; VENDA</b> .....	147
5.1 Entre o público e o privado .....	147
5.2 Espaços de sociabilidade, entretenimento e informação .....	173
5.3 Espaços de empréstimo, prestígio e distinção .....	183
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	189
<b>ANEXOS</b> .....	196

<b>FONTES.....</b>	<b>202</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>207</b>

## INTRODUÇÃO

Apesar de as práticas comerciais serem de fundamental importância para a existência de muitas sociedades, sofremos de uma carência bibliográfica em relação às especificidades das relações comerciais regionais. Isso ocorre principalmente quando o assunto é o comércio de pequenas cidades ou colônias de imigração. Historiograficamente não foi dada a devida importância à existência do mercado interno de pequenos lugarejos que, apesar de limitado, foi de fundamental importância para a efetivação da ocupação do território brasileiro e para o desenvolvimento das relações comerciais.

Os armazéns localizados em pequenas colônias de imigração como Ivay, também incrementavam a circulação de mercadorias fazendo parte de um movimento comercial maior. Portanto, esta pesquisa é de suma importância para compreender como pequenas colônias de imigração contribuíram para o desenvolvimento do mercado interno. O tema consiste no estudo das práticas comerciais em torno dos espaços dos armazéns localizados em Ivay (Ivaí)<sup>1</sup> Paraná na primeira metade do século XX. O principal objetivo é analisar o que se passava dentro desses estabelecimentos e observar que tipos de espaços eram para as pessoas que os frequentavam. Nesse sentido, é investigado se os armazéns eram espaços públicos ou privados, masculinos ou femininos, de trabalho ou de lazer, enfim, se eram apenas espaços de compra e venda ou se iam além dessa função.

A Colônia Federal Ivay foi fundada no início do século XX no Sudeste paranaense por uma população majoritariamente eslava (ucranianos e poloneses). Após se fixarem na região a maioria desses habitantes passou a se dedicar a agricultura de subsistência, a exploração da madeira, da erva-mate e a criação de suínos. Grande parte dessa produção era levada até aos armazéns que iam surgindo na região e trocada por outras mercadorias. Os produtos levados até as casas comerciais além de serem comercializados localmente eram revendidos por carroceiros em centros consumidores maiores tais como: Ponta Grossa, Ipiranga,

---

<sup>1</sup>Em função de preservação da grafia das fontes, neste trabalho optou-se por utilizar Ivay referindo-se ao período em que foi colônia de imigração pertencente a Ipiranga, e Ivaí para referir-se ao período em que a colônia desmembrou-se de Ipiranga e tornou-se município. Sobre esta divisão ver capítulo I.

Irati. Após a venda, as carroças eram reabastecidas com novos artigos para serem revendidos nos armazéns de secos e molhados<sup>2</sup> de Ivay. Dessa forma, os carroceiros intensificavam as práticas de compra e venda desenvolvendo redes comerciais entre espaços distintos. Portanto, para compreender o comércio ivaiense da primeira metade do século XX, primeiramente é preciso definir o conceito de rede. De acordo com Manuel Castells, nesta pesquisa entende-se por rede um conjunto de vários elementos interconectados. Conforme afirma o autor:

[...] Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é, depende do tipo de redes concretas de que falamos. São mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançadas na rede dos fluxos financeiros globais. São conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede política que governa a União Europeia. São campos de coca e de papoula, laboratórios clandestinos, pistas de aterrissagem secretas, gangues de rua e instituições financeiras para lavagem de dinheiro na rede de tráfico de drogas que invade as economias, as sociedades e Estados no mundo inteiro. São sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipes para cobertura jornalística e equipes móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global da nova mídia no âmbito de expressão cultural e da opinião pública, na era da informação [...] Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho).<sup>3</sup>

Com base nessa definição, no transcorrer dos capítulos será possível visualizar que os carroceiros se constituíam em pontos (nós), que ligavam os armazéns de Ivay a outros centros consumidores. Esses agentes do comércio circulavam por outras regiões e levavam até aos armazéns ivaienses, as mais diversas novidades, entre elas estavam: notícias, ferramentas, alimentos, tecidos, bebidas, vestimentas e vários produtos considerados “novos” que mexiam com a curiosidade dos consumidores.

Nesse sentido, as motivações que levavam as pessoas até a casa comercial<sup>4</sup> poderiam ser múltiplas fazendo desse um lugar de diversos significados. De acordo com essas considerações, é impossível não inquietar-se diante das

<sup>2</sup> Entende-se por comércio de secos artigos não comestíveis tais como: tecidos, sapatos, louças, móveis e assim por diante. Já o termo molhados era utilizado para designar todo tipo de produtos comestíveis e bebidas.

<sup>3</sup> CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6<sup>a</sup> ed. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 566.

<sup>4</sup> Neste trabalho utilizaram-se os termos: armazém, estabelecimento comercial, venda, casa comercial e bodega como sinônimos. Durante os diálogos com as fontes orais, essas utilizaram as três denominações para se referirem ao mesmo espaço. O mesmo equivale para os termos comerciante e bodegueiro que também foram utilizados como sinônimos.

seguintes indagações: que tipo de espaços os armazéns eram para as pessoas que os frequentavam? Quais eram as motivações que levavam as pessoas até aos armazéns? Esses eram apenas lugares de compra e venda ou existiam outros significados?

Refletir sobre essas incógnitas, principalmente quando se busca adentrar nos armazéns e estudar esse espaço privilegiado de relações sociais, é de certa forma romper com as barreiras das delimitações espaciais e descobrir quais eram os significados daquele espaço tanto para os consumidores quanto para os comerciantes. Assim, para resolver essas questões, se torna imprescindível a utilização de um aporte teórico fundamentado em discussões que girem principalmente em torno do conceito de espaço social.

Esse conceito se constitui em um dos principais elementos norteadores das discussões desta pesquisa. Segundo Michel de Certeau<sup>5</sup>, o espaço é um “lugar praticado”. Embasado nessa definição, o espaço do armazém é analisado como algo construído, reconstruído e dividido socialmente através das ações dos sujeitos que o frequentavam. Com essa concepção espacial, olha-se para as casas comerciais como um lugar dinâmico e questiona-se a existência do armazém como espaço unívoco, delimitado por quatro paredes. Tal concepção ajuda a desenvolver a hipótese de que o espaço do armazém era multifacetado. No transcorrer dos capítulos, vemos que esse era construído de acordo com cada consumidor que adentrava nos estabelecimentos comerciais e atribuía novos significados.

Além de o espaço ser uma construção social, segundo Pierre Bourdieu<sup>6</sup>, é um efeito das tramas sociais camufladas pela distribuição de determinado tipo de capital que envolve cada sujeito. Conforme o autor, o espaço é constituído por campos e a posição de uma pessoa é definida de acordo com os capitais acumulados no interior de cada um deles, seja ele capital cultural, econômico, social ou simbólico:

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies – o capital cultural e o capital social e também o simbólico, geralmente chamado de prestígio, reputação, fama, etc.[...]<sup>7</sup>

<sup>5</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1.** Artes de fazer. 15. ed. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. Rio de Janeiro – Petrópolis: Vozes, 2008.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

<sup>7</sup> Idem BOURDIEU, Pierre. 2009. p.134.

Essa localização do indivíduo em um determinado campo define os hábitos de cada sujeito (a maneira como o corpo se manifesta). Assim, o espaço não deixa de ser uma construção social baseada em valores simbólicos. Utiliza-se essa concepção para examinar a posição dos consumidores e dos donos de armazéns perante o espaço interno e externo da casa comercial. Tanto o conceito de espaço, quanto o de campo de Pierre Bourdieu, são utilizados para analisar o reconhecimento social do comerciante, os papéis sociais no gerenciamento do armazém, o lugar do consumidor e as divisões internas dos estabelecimentos comerciais.

Discute-se esse constructo espacial fundamentado nas relações de poder do capital simbólico, cultural e econômico, através da análise de discursos de narrativas orais e por meio da análise de fotos de estabelecimentos comerciais deste período. Dessa forma, levando-se em conta as relações de poder entre proprietários de armazéns e clientes, enfoca-se a discussão sobre espaço público e privado presente nos estabelecimentos comerciais. O mesmo equivale para a utilização da noção de espaço liso e estriado de Gilles Deleuze<sup>8</sup>.

Segundo Deleuze, o espaço estriado é fixo, homogêneo e determinado a partir de medidas e divisões. Essa premissa ajuda desenvolver a hipótese de que os armazéns eram lugares de múltiplos espaços e significados. Nesse caso, o espaço estriado é delimitado, dividido, demarcado e controlado pelos proprietários de armazéns. Utiliza-se essa noção para analisar o controle do dono da venda em relação ao espaço interno do seu estabelecimento comercial. Por outro lado, o espaço liso não é homogêneo, é aberto, móvel, não repartido e indeterminado. Esse era construído pelo consumidor de acordo com as condições do lugar e o que esse buscava no armazém. Era um espaço que fugia do controle do comerciante. Ou seja, essa definição ajuda desenvolver a hipótese de que o proprietário poderia delimitar e demarcar o espaço de sua venda, porém, não conseguia controlar totalmente a forma como os clientes se apropriavam deles. O conceito de espaço liso, nesse sentido, é utilizado para ver como os consumidores faziam uso do espaço da casa comercial.

---

<sup>8</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. **Mil Plâtos: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5** – São Paulo: Editora 34, 1997.

Assim como o conceito de espaço social é uma construção cheia de significados, segundo Michel de Certeau<sup>9</sup>, do mesmo modo as escolhas dos consumidores são constructos que expressam valores simbólicos. Essas estão sempre sendo reformuladas subjetivamente através das mutações culturais. O *habitus* enquanto componente de gostos e escolhas individuais está sempre em mutação de acordo com as práticas sociais cotidianas. Essas mudanças podem ser percebidas através da análise dos livros caixa que indicam os hábitos alimentares e estéticos dos sujeitos que frequentavam os armazéns.

De acordo com Maria Luiza Ferreira de Oliveira: “os artigos vendidos mostram ao visitante um pouco da vida dos habitantes da cidade, e observar as lojas e os seus produtos ajuda a tecer uma imagem dos moradores locais [...]”.<sup>10</sup> Segundo Certeau, a ação de comprar um produto é uma ação planejada, carregada de significados simbólicos que revelam parte da vida cotidiana dos moradores de determinado local. Todo produto adquirido esconde estratégias e táticas de combinação com outros elementos baseadas nas representações e valores culturais de cada sujeito.<sup>11</sup>

Tática, segundo Certeau é: “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro.”<sup>12</sup> A estratégia por sua vez Certeau define como estando do lado do próprio:

Chamo de estratégia o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e, portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta [...].<sup>13</sup>

Tanto o conceito de estratégia quanto o de tática, nessa perspectiva, serão utilizados para interpretar o cotidiano em torno dos espaços dos armazéns. Porém, para trabalhar esta questão e aplicar conceitos como esses se tornou de suma

<sup>9</sup> CERTEAU, Michel de; LUCE, Giard; PIERRE, Mayol. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 9ª edição. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Oth. Rio de Janeiro – Petrópolis: Vozes, 2009.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém**: relações sociais e experiências da urbanização: São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005, p. 211.

<sup>11</sup> CERTEAU, Michel de; LUCE, Giard; PIERRE, Mayol. 2009. Op. Cit.

<sup>12</sup> CERTEAU, Michel de. 2008. Op. Cit. p. 46.

<sup>13</sup> Idem CERTEAU, Michel de. 2008. p. 46.

importância optar por uma metodologia que possibilite a interpretação dos espaços dos armazéns sob diversos ângulos. Assim, a metodologia consiste no confronto entre fontes orais (depoimentos de antigos donos de armazéns, de carroceiros tropeiros e dos consumidores), iconográficas (fotos que retratam práticas comerciais), e escritas (livros caixa, registros de batismo, alvarás de licença, títulos de lotes rurais e relatórios de dados técnicos do zelador da Colônia Federal Ivay). O entrelaçamento das três tipologias de fontes foi de fundamental importância para a definição do recorte temporal que se deu em função desta relação.

Por meio dessas fontes e da utilização de conceitos como espaço social, estratégia, tática, fachada, bastidor, cotidiano, entre outros, “reabre-se” as portas dos armazéns, “acende-se” os lampiões e investigam-se as relações que se estabeleciam nestes ambientes. Dessa forma, atribui-se visibilidade a esse cenário demonstrando ao público o que se passava dentro de uma casa comercial desse período, o que havia por traz do consumo, quais eram os motivos que levavam as pessoas até aos armazéns, e de quebra constata-se que tipos de espaços esses estabelecimentos eram para as pessoas que por eles circulavam.

O confronto entre essas três tipologias de fontes, além de possibilitar estabelecer uma comparação entre as informações, permite a construção de uma complementaridade entre elas. Conforme afirma Antônio Torres Montenegro: “o depoimento oral e as fontes documentais escritas se completam, embora requeiram tratamento técnico/metodológico específico”.<sup>14</sup> A utilização da história oral possibilita que o historiador amplie a sua interpretação sobre as demais fontes e questione os dados das fontes escritas. Conforme afirma Verena Alberti:

[...] Trata-se de ampliar o conhecimento [...] sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações.<sup>15</sup>

O mesmo equivale para a história oral, as informações levantadas por cada fonte oral podem ser questionadas por dados escritos. É nesse sentido que essas

<sup>14</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2007. p.22.

<sup>15</sup> ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 19.

tipologias podem se tornar complementares e conflitantes. Ao mesmo tempo em que podem fortalecer uma mesma informação, podem gerar dúvidas e trazer informações novas sobre os mesmos fatos.

Diante dessa inter-relação, dentre as fontes escritas destacam-se os chamados *livros caixa* que também podem ser denominados como registros de consumo, arquivos comerciais ou livros de compra e venda. Foram utilizados os livros de quatro armazéns da cidade de Ivaí, dois localizados na sede e dois em lotes rurais. Armazéns de Pedro Derkasz, Elias Pyetowancy, João Karpinski e João Koss.

Os arquivos comerciais ou registros de consumo podem revelar uma série de elementos de determinada sociedade. De acordo com Michael de Certeau, esses são para o observador:

[...] um dos lugares privilegiados para verificar a “sociabilidade” dos usuários, o lugar onde se elaboram as hierarquias típicas da rua, onde se espanam os papéis sociais do bairro (a criança, o homem, a mulher etc.), onde se “massificam” as convenções sobre as quais se entendem as personagens momentaneamente reunidas no mesmo palco.<sup>16</sup>

Nesses documentos consta o nome de cada cliente que frequentava os armazéns. A observação dos nomes possibilitou o levantamento de um emaranhado de questões sociais. De acordo com Carlo Ginzburg: “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo esta inserido.”<sup>17</sup> Nesse sentido, observar e seguir os nomes dos *livros caixa*, ajudou identificar quem eram os sujeitos que circulavam pela casa comercial, o que estes compravam, como pagavam, quais produtos mais consumiam, se os armazéns foram espaços frequentados por homens ou mulheres, crianças ou adultos, entre outras questões.

Dessa forma, por meio da observação dos nomes surgiu uma das diversas indagações desse trabalho. Durante o levantamento de fontes dessa pesquisa, percebi que existiam poucos nomes de mulheres registrados nos *livros caixa*. Esse dado levou a questionar se isso ocorria apenas pelo fato de o registro ser no nome do marido, pois era ele o chefe do lar, ou se o armazém era exclusivamente espaço masculino.

<sup>16</sup> CERTEAU, Michel de. 2009. Op. Cit. p.53.

<sup>17</sup> GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Defil, 1989, p. 175.

Além dos nomes, nesses registros constam os produtos que cada consumidor adquiria e as formas de pagamentos. Por meio desses dados é possível analisar os hábitos alimentares e estéticos desse período, interpretar parte da vida cotidiana dessa sociedade e desvendar alguns dos motivos que levavam cada consumidor até aos armazéns. Dessa forma, a análise das mercadorias que eram adquiridas também ajuda a compreender que tipos de espaços os armazéns eram para as pessoas que os frequentavam, que tipos de relações, acordos, táticas e estratégias se estabeleciam dentro da casa comercial entre vendedor e comprador.

Para fortalecer a interpretação das relações internas e externas dos armazéns, além dos registros de consumo faz-se uso de fontes orais. Essas possibilitam o enriquecimento da análise com relatos de experiências de pessoas que vivenciaram este período. Agora, torna-se importante ressaltar que o próprio método comparativo entre as três tipologias de fontes está alicerçado no uso de uma segunda metodologia: a história oral. De acordo com Verena Alberti:

[...] A história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam.<sup>18</sup>

Na tentativa de estabelecer esse paralelo entre as fontes escritas e orais, foram realizadas conversas tanto com pessoas que frequentavam os armazéns como consumidoras, quanto com aquelas que eram comerciantes, carroceiros e condutores de tropas de suínos. Utilizando-se do método indiciário, os próprios nomes e sobrenomes citados nos *livros caixa* ajudaram a direcionar as escolhas das pessoas para conversar. No total foram selecionadas 19 fontes orais. Essas possuem uma memória representativa sobre como eram as práticas comerciais e ajudaram a compreender que tipos de relações sociais se estabeleciam nos espaços dos armazéns.

Tanto as conversas com os comerciantes quanto com os consumidores se constituem em uma ponte de acesso para adentrarmos nos armazéns e descobrir as motivações que levavam as pessoas até aos estabelecimentos comerciais. Dessa forma, desvendam-se quais eram os significados da casa comercial para os atores

---

<sup>18</sup> ALBERTI, Verena. Op. Cit. 2005. p. 18.

sociais daquela época, e que tipo de espaços os armazéns eram para as pessoas que os frequentavam.

Além dos consumidores e dos donos de armazéns, foram interpretados depoimentos de indivíduos que trabalhavam como carroceiros fazendo o transporte de mercadorias. Essas fontes permitem interpretar como os proprietários das vendas exerciam uma espécie de controle sobre o espaço interno do estabelecimento comercial. Do mesmo modo, levam a analisar o discurso do comerciante sobre como funcionava o armazém, se esses eram espaços frequentados por homens ou mulheres, o que os clientes mais buscavam na venda, que tipo de pessoas frequentavam esses lugares, as estratégias utilizadas para atrair os clientes, as relações de poder entre comerciantes e fregueses, os diversos papéis sociais e as múltiplas relações que se estabeleciam dentro dos armazéns.

Os diálogos travados com fontes orais também ajudaram a compreender qual era o espaço social que as mulheres ocupavam no comércio nesse período. Dessa forma, tornou-se possível descobrir se o fato de existirem poucas mulheres nominadas nos livros caixa era devido ao registro ser no nome do marido, ou se o armazém era exclusivamente espaço masculino.

A grande quantidade de fontes orais que foram selecionadas durante esta pesquisa, se justifica tanto pelo método comparativo entre as fontes quanto pela concepção de memória coletiva. Considera-se que quanto maior o número de conversas realizadas maior é a gama de informações evocadas pela memória. Nesse caso, a noção de memória coletiva é de fundamental importância para investigar os espaços dos armazéns. Entende-se que essa é uma construção de fatos que estiveram de alguma forma ligados ao restante da sociedade.<sup>19</sup> Por mais que estejamos sozinhos lembrando algo, a lembrança está vinculada a alguma sociedade ou grupo. Ou seja, tanto os carroceiros quanto os comerciantes, tropeiros e os consumidores, viveram em determinada sociedade fazendo parte de determinados grupos sociais, assim toda vez que algum fato era lembrado sempre apareciam outras pessoas em meio às lembranças. Isso fez com que a cada conversa realizada, novas pessoas fossem sendo incluídas no roteiro de fontes orais.

---

<sup>19</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

Dentro dessa concepção os assuntos evocados tanto por consumidores quanto por donos de armazéns se tornam complementares por terem sido vividos em espaços coletivos. Cada pessoa que por ali circulava poderia estar sendo observada por outras sem perceber. Devido a essa relação, a mesma pode ser invocada em fatos na memória daqueles que a observaram ou que fizeram parte de sua vida. Essa noção foi adotada porque ajudou a desvendar que tipo de espaços sociais os armazéns eram sob ponto de vista, diferentes. Levou-se em conta que os olhares de cada pessoa que circulava por esses espaços eram diferentes, e que a memória evocada em cada fonte oral foi construída estando vinculada a outras pessoas que por ali transitavam, ou seja, coletivamente. Enquanto o dono da venda pegava das prateleiras mercadorias solicitadas, o consumidor poderia ter fixado em sua mente cada gesto do comerciante ou cada detalhe do espaço do armazém. Isso possibilitou que um mesmo fato fosse evocado por olhares distintos e que tanto o consumidor quanto o comerciante contassem acontecimentos referentes uns aos outros. Ou seja, no transcorrer dos capítulos constam informações sobre os comerciantes que foram evocadas por consumidores. O mesmo equivale para as pessoas que eram comerciantes, estas evocaram um conjunto de lembranças que se reportam a tais consumidores que frequentavam suas vendas.

Para início de diálogo tanto com os consumidores quanto com os donos de armazéns, pedi que comentassem sobre como eram as relações comerciais antes do surgimento dos supermercados. Assim, as pessoas ficavam livres para falar o que lembravam. Quando estas não conseguiam explorar mais a própria memória e o assunto acabava, entrava em cena a construção de dois roteiros de questões<sup>20</sup> sobre as principais incógnitas desta pesquisa, um para os consumidores e outro para os comerciantes. Dessa forma, comecei a dialogar sobre como eram os espaços dos armazéns, o que tinha dentro, o que as pessoas compravam, como eram as formas de pagamentos, que tipo de pessoas (homem, mulher, criança, jovem, adulto, idoso) mais frequentavam a venda, em suma, temas que instigavam a memória e colocavam em prática os objetivos da pesquisa. Assuntos que ajudassem a entender que tipo de espaços sociais os armazéns eram para as pessoas que por ali circulavam, e como essas faziam uso desses espaços.

---

<sup>20</sup> Ver roteiro em anexo.

Do mesmo modo, procurei levantar assuntos que questionassem ou complementassem as informações contidas em documentos escritos. Uma boa exemplificação desse procedimento são as formas de pagamentos das mercadorias adquiridas nos armazéns. Nos *livros caixa* constam informações de que grande parte dos consumidores liquidavam suas dívidas, trocando produtos por produtos. Entre esses, a moeda de troca que mais constava nessas fontes era o suíno. A obtenção dessas informações possibilitou perguntar às pessoas de que forma as mercadorias eram pagas, e levantar questões sobre a importância do suíno na economia local. Desse modo, pouco a pouco, foi se desenrolando um emaranhado de relações sociais, e aparecendo assuntos novos, como por exemplo, sobre o comércio de tropas de suínos realizado a curta distância.

Além das fontes orais e escritas, nesta pesquisa se utiliza fontes iconográficas. Estas além de ilustrarem o objeto de estudo, são discursos não verbais que transmitem uma série de significados e trazem elementos que enriquecem este trabalho. O principal objetivo é visualizar em cada foto a presença de elementos que estão submersos nas práticas comerciais.

Essas fontes ilustram os assuntos e ao mesmo tempo levantam discussões sobre a existência de múltiplos espaços e significados sociais. As imagens trazem dados importantes sobre como eram os armazéns internamente e externamente. Por meio delas é possível visualizar parte dos produtos consumidos que constam nos *livros caixa*, as relações de poder entre clientes e proprietários, a presença e atuação do capital simbólico e econômico nas relações comerciais, o lugar social de cada indivíduo dentro do estabelecimento, as fachadas dos armazéns, algumas artimanhas utilizadas para atrair os clientes, o padrão estético do período estudado, a presença de vários espaços sociais, elementos que transmitiam uma série de significados simbólicos, as múltiplas funções dos armazéns e alguns dos motivos que poderiam levar as pessoas até os estabelecimentos comerciais.

Em suma, as imagens foram utilizadas tanto para ilustrar quanto para suscitar discussões sobre o objeto de estudo. Entre as três tipologias de fontes que foram apresentadas, não se estabeleceu nenhum tipo de hierarquização entre elas. Essas foram utilizadas de forma complementar para facilitar a compreensão das discussões elencadas nesse trabalho. Por meio do entrelaçamento dos registros de consumo, fotos e narrativas de pessoas que foram donas de armazéns e clientes, analisa-se como funcionava a casa comercial e constata-se que tipo de espaço

social os armazéns eram. Dessa forma, vislumbram-se os atores sociais daquele tempo e reconstroem-se as práticas que se desenrolavam nesse cenário desvelando fatos quase inéditos da história do comércio e do Paraná.

O primeiro capítulo está voltado para a localização e contextualização do objeto de estudo. Trata de questões que tem por objetivo deixar claro quando, onde, como e porque foi construído o espaço social denominado Colônia Federal Ivay. Contém principalmente discussões sobre o processo imigratório que se desdobram em assuntos sociais, econômicos e culturais. Contextualiza a chegada e adaptação dos primeiros imigrantes, analisa a composição étnica dessa sociedade, o número de habitantes, os tipos de atividades desenvolvidas, a produção econômica, o número de moradias, de carroças, de animais, de escolas, de igrejas, de armazéns e demais estabelecimentos comerciais.

No segundo capítulo são evidenciados aspectos que contribuíram para o surgimento dos primeiros armazéns. Primeiramente o texto volta-se a desvelar questões que demonstram a importância das trocas, do comércio de tropas à longa distância e das feiras para o surgimento das primeiras casas comerciais. Em um segundo momento aborda questões referentes ao surgimento de armazéns deslocados das rotas dos tropeiros que interligavam diferentes regiões do país em função das feiras de Sorocaba, e demonstra quando, como e onde surgiram os primeiros armazéns na Colônia Federal Ivay.

O terceiro capítulo analisa como o comércio de tropas a curta distância esteve ligado a manutenção dos armazéns em pequenas colônias de imigração, como os armazéns eram abastecidos e de que cidades vinham as mercadorias. Nesse sentido, este capítulo se detém no transporte de produtos realizados por carroceiros e ao comércio de tropas de suínos. Primeiramente analisa em que cidades os carroceiros buscavam as mercadorias, como eram as viagens, o que levavam nas carroças e quais eram os produtos adquiridos para serem comercializados nos armazéns de Ivay. Em seguida desenvolve uma discussão sobre a principal moeda de troca da época estudada. Moeda que poderia ser trocada por um chapéu, por um litro de cachaça, por um tecido, por um saco de farinha ou uma ferramenta nos armazéns, e caminhava rumo as vendas de Ponta Grossa para ser comercializada e trocada por novas mercadorias.

Em meio a este assunto desenvolve-se a hipótese de que as relações comerciais ultrapassavam o espaço dos armazéns. Tanto os carroceiros quanto o

comércio de tropas de suínos realizados a curta distância também interligavam espaços distintos. Ambos permeavam por espaços lisos e estriados contribuindo para o desenvolvimento do mercado interno.

O quarto capítulo analisa especificamente o armazém como espaço de compra e venda. Adentra nas casas de comércio e começa “acender os lampiões” para investigar o que se passava dentro desses espaços. Observa nos depoimentos e nos registros de consumo quem eram as pessoas que frequentavam esses lugares, o que buscavam nesses estabelecimentos, quais eram os produtos consumidos, quais eram as formas de pagamentos, e demonstra como o dono da venda influenciava nos hábitos e nas escolhas dos consumidores. Portanto, esse capítulo trata especificamente dos produtos, dos fregueses e dos métodos de pagamentos. São assuntos que ajudam a desvelar alguns dos motivos que levavam as pessoas até aos armazéns.

O último capítulo extrapola o armazém como espaço de compra e venda e procura desvendar as múltiplas funções e significados desses lugares tanto para os vendedores quanto para os compradores. Ultrapassa o espaço de compra e venda e adentra nos bastidores dos estabelecimentos comerciais. Portanto, nessa parte da dissertação o conceito de espaço é aplicado diretamente à análise do espaço interno dos armazéns.

Segundo fontes orais e imagens de estabelecimentos comerciais, o armazém era mais que um espaço de compra e venda, era um negócio familiar que ocorria na própria residência do bodegueiro. Essas informações levantam a hipótese de que em muitos casos além do armazém ser espaço de compra e venda era lugar de moradia e de múltiplas fachadas, e elencam uma das principais discussões desse capítulo: a presença do espaço semipúblico e privado nos estabelecimentos comerciais. Através da análise do espaço interno dos armazéns que era destinado à venda de produtos e ao mesmo tempo utilizado como moradia, busca-se compreender as relações públicas e privadas desse período nessa sociedade.

Em meio a essas discussões são interpretados depoimentos de pessoas que frequentavam os armazéns, depoimentos da família que morava junto à venda e fotos que retratam os armazéns internamente. Nessas imagens destaca-se a presença de um balcão que servia como uma linha divisória entre o espaço semipúblico, intermediário e privado. Este se constituía em uma fronteira simbólica separando o espaço destinado à família do dono do armazém e aos consumidores.

A ideia de que o espaço é uma construção social, nesse sentido, é aplicada diretamente as divisões dos espaços dos armazéns, mais especificamente entre o que poderia ser considerado público, semipúblico e o que poderia ser privado.

Ainda no quinto capítulo ver-se-á que segundo fontes orais nesse período era comum ir à missa no domingo de manhã e permanecer o restante do dia na casa comercial. Portanto, por meio da interpretação de depoimentos orais, analisam-se quais eram os motivos que levavam as pessoas aos armazéns após as celebrações religiosas. Desenvolve-se a hipótese de que além de ser espaço de compra e venda de produtos, de moradia, o armazém também era espaço de sociabilidade e entretenimento.

Ainda nesse item, levanta-se uma discussão sobre algumas artimanhas utilizadas pelos proprietários dos armazéns para atrair os clientes. Entre essas destaca-se a estratégia do rádio. Nessa época não era qualquer pessoa que tinha capital econômico para adquiri-lo, portanto, desenvolve-se a ideia de que o comerciante utilizava-o como um elemento discursivo para atrair as pessoas até o seu armazém. Enquanto se degustava uma bebida, poder-se-ia ouvir a novela ou algum outro programa específico. Por meio do rádio ou de conversas com o proprietário da venda e demais consumidores, o armazém era um espaço em que se poderia ficar sabendo das novidades locais e de fora. Dessa forma desenvolve-se a hipótese de que ao mesmo tempo em que os armazéns eram lugares de se adquirir alimentos, dinheiro, vestuário, bebidas, ferramentas para o trabalho, utensílios domésticos e outros produtos, também eram lugares de se obter informações e alguns minutos de prazer.

Por fim, o capítulo encerra-se com uma breve discussão sobre o armazém como espaço de prestígio e distinção. Em algumas entrevistas com antigos donos de armazéns, esses mencionaram o nome de vários compadres e afilhados, e comentaram sobre alguns empréstimos de dinheiro. Portanto, esse último assunto volta-se para o reconhecimento social do comerciante perante a sociedade. Desenvolve-se uma discussão sobre o capital simbólico dos donos de armazéns. Além de possuir um capital econômico muitas vezes superior aos dos clientes, o dono da venda era portador de prestígio e reputação. Esse passava a ser reconhecido pela sociedade através de sua profissão e das funções atribuídas ao seu armazém.

O ato de emprestar dinheiro do proprietário do armazém que também consta em alguns *livros caixa*, suscitou o questionamento sobre as amarras que uniam as pessoas, pois num local de pouquíssimo papel moeda circulando o credor deveria saber bem para quem emprestar seu dinheiro. Assim, ao tratar do comércio nos armazéns ivaienses, não se pode desconsiderar as peculiaridades de cada caso. Dessa forma, por meio da exploração desses dados, desenvolve-se a hipótese de que os armazéns em certas ocasiões faziam o papel de casa bancária ultrapassando o espaço de compra e venda de secos e molhados. Os métodos de pagamentos desses empréstimos e dos produtos, também permitem perceber que relações se estabeleciam dentro da casa comercial entre os comerciantes e os consumidores.

## CAPÍTULO I

### A CONSTITUIÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO COLÔNIA FEDERAL IVAY

*Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o “imigrante” situa-se nesse lugar “bastardo” de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não-ser social. Deslocado, no sentido de incongruente e de importuno, ele suscita o embaraço; e a dificuldade que se experimenta em pensá-lo [...] Apenas reproduz o embaraço que na sua inexistência incômoda cria. Incômoda em todo o lugar, e doravante tanto em sua sociedade de origem quanto em sua sociedade receptora, ele obriga a pensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o Estado e a Nação ou a nacionalidade.*

*Pierre Bourdieu*

#### 1.1 O processo imigratório

Durante o século XIX e início do XX, o território brasileiro passou a ser cenário de atores das mais diversas nacionalidades. Espaço “praticado” por sujeitos que buscavam em terras distantes a construção de uma nova vida. Embalados pelas políticas imigratórias que visavam povoar os chamados “vazios demográficos”, assegurar a posse do território, estabelecer medidas de branqueamento, desenvolver o mercado interno, suprir a falta de mão de obra e a carestia de gêneros alimentícios, aportavam em terras brasileiras: alemães, italianos, poloneses, ucranianos, holandeses, franceses, japoneses entre outros. Estes sujeitos espalharam-se pelo território e formaram diversos núcleos coloniais, entre esses, o de Ivay, localizado no Estado do Paraná.

Grande parte das políticas imigratórias desenvolvidas, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, foram consequências de uma série de problemas e de mudanças sociais que afetaram a economia brasileira em diferentes períodos históricos. A escassez de gêneros alimentícios é apenas um desses fatores. Esta pode ser descrita como consequência do modelo econômico que foi adotado pelos primeiros colonizadores e que transpassou séculos. Modelo monocultor pautado no

trabalho escravo visando o mercado externo. Foi assim principalmente com a produção do açúcar e do café.

Esses produtos foram produzidos em lavouras de grande extensão em diferentes temporalidades, mas visavam os mesmos objetivos: o mercado internacional. Dessa forma, concentraram grande parte da mão de obra atrofiando a diversificação da economia e o próprio desenvolvimento do mercado interno. Se por um lado, produzia-se um produto em grande escala para ser comercializado, por outro, faltavam braços trabalhadores que se dedicassem a produção dos mais variados gêneros alimentícios. Diante dessa situação, em vários períodos buscaram-se soluções que diversificassem a economia e garantissem a alimentação da população. Portanto, desde o início da colonização do Brasil, procuravam-se medidas para preencher os chamados “vazios demográficos”, assegurar a posse do território e diversificar a economia, no entanto, foi principalmente no século XIX que se desenvolveram políticas visando o povoamento das diferentes regiões do país, a renovação dos métodos agrícolas e das práticas do trabalho aviltadas pela escravidão. Com a instalação (povoamento) de trabalhadores livres a hegemonia política poderia ser consolidada, os métodos produtivos inovados, as práticas de trabalho renovadas, e de quebra haveria uma diversificação da economia brasileira que estava pautada principalmente na monocultura e no trabalho escravo.

Para resolver problemas como esses, o Brasil passou a ser cenário de propagandas que tinham como objetivos atrair imigrantes livres, *morigerados* e *laboriosos*. Além desses intuitos, as políticas imigratórias estavam camufladas pela ideia do branqueamento vendo no imigrante a solução para a tonificação tanto da raça, quanto do trabalho e dos métodos agrícolas. Conforme afirma Andreazza e Nadalin:

Em síntese, diretivas que nos apresentam numa tessitura complexa. Entremeado ora por uma ênfase na questão populacional, ora pelo realce na renovação das práticas de trabalho (o que deveria libertar o espírito criador), o discurso salientava a chegada do colono imigrante, livre, *morigerado*, *laborioso*, seja para a fazenda de café, vendendo sua força de trabalho (ou para contribuir nas tão necessárias “obras públicas”), seja como pequeno proprietário, para a ocupação de vazios demográficos e o fornecimento de gêneros de abastecimento de que a população urbana era tão carente. [...] Em outras palavras, nossa hipótese traduz uma certa determinação, ainda no período subsequente ao ciclo introdutório da chegada de estrangeiros no Brasil, da preocupação com o povoamento do território, articulada à substituição da mão-de-obra escrava, pela mão-de-obra livre. Porque, no fundo, o argumento era o mesmo – aliás, de difícil desvinculação: no início, a proposta de um imigrante branco, para tonificar a raça; em seguida, entremeando-se ao tema

anterior, o imigrante europeu para tonificar o trabalho e a produção, desvirtuados pela escravidão e, por ricochete, pela população de cor.<sup>21</sup>

A população brasileira era constituída em sua grande maioria por índios e negros. Essa composição étnica era vista como um problema porque se acreditava que o negro era um ser inferior e poderia levar a sociedade ao atraso. Desse modo, a partir do século XIX projetou-se no imigrante europeu livre, branco, pacífico, e trabalhador a solução para o desenvolvimento do país. Este deveria vir para povoar o território, diversificar a economia contribuindo para o desenvolvimento do mercado interno, oferecer mão de obra, assegurar a autonomia política, estabelecer o branqueamento da sociedade, inovar os métodos de produção agrícola, e acima de tudo para “tonificar” tanto a “raça” quanto o trabalho contribuindo para o progresso do país. Conforme afirma Lucia Lippi Oliveira: “o imigrante, além de vir preencher uma demanda de braços para o trabalho, teria o papel de contribuir para o branqueamento da população, ao submergir na cultura brasileira por meio da assimilação”.<sup>22</sup>

Embasado nessas premissas, em 1818 formou-se o primeiro núcleo colonial de imigrantes suíços em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. Analogamente no mesmo período, constituiu-se a primeira colônia de alemães em Ilhéus na Bahia<sup>23</sup>. Um pouco mais tarde foram fundadas as primeiras colônias de imigrantes alemães no Sul do país, São Leopoldo em 1824 no Rio Grande do Sul, Rio Negro em 1829 no Paraná e Blumenau em 1850 em Santa Catarina.

A vinda de imigrantes se intensificou em meados do século XIX. Com a proibição do tráfico negreiro em 1850, a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871 e a abolição da escravatura em 1888, o Brasil enfrentava um grave problema de falta de mão de obra, principalmente na lavoura cafeeira em São Paulo. A mão de obra escrava deveria ser substituída por trabalhadores livres. Assim, a imigração esteve ligada principalmente na falta de braços trabalhadores nas lavouras de café, e ao chamado “vazio demográfico” que deveria ser preenchido por colonos<sup>24</sup> que trabalhassem na pequena propriedade agrícola de subsistência, suprissem o

<sup>21</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas, 11. 1994. p. 69.

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 10.

<sup>23</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. **Política migratória do Paraná**. Revista paranaense de desenvolvimento. Curitiba, n. 87, jan/abr.1996.

<sup>24</sup> Neste caso, na região Sul, define-se o termo colono como um pequeno proprietário de terras que vive da agricultura, e colônia como a junção destas pequenas propriedades agrícolas.

desfalque de alimentos causado pela concentração de trabalhadores na expansão da produção cafeeira, e diversificassem a economia brasileira.

Em busca de alternativas o governo passou a financiar os empreendimentos imigratórios para facilitar a vinda de imigrantes, concedendo o pagamento de passagens, compra e delimitação de terras aos recém-chegados. A escassez de mão de obra e de gêneros alimentícios fez com que o estímulo à imigração deixasse de ser exclusivamente realizada pelo governo imperial, e incluísse iniciativas privadas, provinciais e mais tarde estaduais. Muitos cafeicultores paulistas ajudavam a promover a vinda de imigrantes em função do interesse constante na obtenção de braços trabalhadores para suas lavouras.

Enquanto no Brasil necessitava-se de mão de obra, no outro lado do Atlântico, mais especificamente na Europa, em meio à concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários e a expansão do sistema capitalista, havia um excedente populacional que buscava trabalho e melhores condições de vida. Na Galícia<sup>25</sup>, região de onde partiram grande parte dos imigrantes que se estabeleceram na Colônia Federal Ivay, parte da população lutava para sobreviver em meio ao domínio e concentração das terras nas mãos dos latifundiários da Áustria, Rússia e Prússia. Além disso, a expansão do capitalismo e das industriais trouxeram sérias consequências para muitas regiões europeias. O desenvolvimento tecnológico substituiu grande parte da mão de obra humana por máquinas, e acabou gerando uma massa de desempregados. Assim, enquanto a Europa passava por um processo de repulsão populacional, o Brasil desenvolvia políticas de atração.

De acordo com Maria Luiza Andreazza: “efetivamente, ao mecanismo de repulsão que se processou na Europa, correspondeu o processo de atração da imigração, não só desejado, mas, sobretudo necessário ao Estado Brasileiro”.<sup>26</sup> Desse modo, o Brasil passou a ser anunciado por agentes de companhias internacionais de imigração como um país promissor que esbanjava riquezas. Paralelamente a esse contexto, muitas pessoas que estavam à margem da sociedade europeia e viviam desempregadas ou em condições de servidão a uma pequena parcela da população detentora de terras e dos meios de produção, foram seduzidas a embarcarem para o Brasil na expectativa de melhoria de vida. Como

---

<sup>25</sup>Região localizada na Europa Centro-Oriental que pertencia ao Império Austro-Húngaro neste período e que atualmente faz parte da Polônia e da Ucrânia.

<sup>26</sup>ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias**: um estudo da imigração ucraniana – 1895-1995. Curitiba: UFPR, 1995, p, 40.

afirma Andrezza: “esses deslocamentos eram motivados pela construção de uma nova realidade. Ninguém migra a longa distância sem que exista um impulso muito subjetivo, da esfera da esperança chamada por alguns de ilusão imigratória.”<sup>27</sup>

Segundo Ulisses Iarochinski os principais motivos da imigração de poloneses e ucranianos para a América esteve associado à perda do território para estas potências. Referindo-se ao território polonês, Iarochinski afirma que:

“[...] Essa política de repressão comandada em conjunto pelos invasores causou enorme sentimento de revolta. As violentas revoluções em solo polaco contra o domínio invasor nos anos 1830, 1863, 1905 e 1920 praticamente expulsaram milhares de polacos para as Américas (Estados Unidos, Brasil, Argentina e Uruguai) [...] Nas terras ocupadas pela Prússia mais de 10% da população continuava resistindo ao domínio alemão, nas terras ocupadas pela Rússia viviam 5 milhões de polacos e sob o domínio austríaco estavam 16 milhões. As políticas de extermínio e expulsão polaca encontrou naquelas terras, além dos 51% já mencionados, outros 26% de operários agrícolas polacos na Galícia, ocupada pela Áustria e 31% na parte Russa. Como o contingente de pessoas era maior que as terras, grande parte dos trabalhadores rurais iam para outras regiões da Confederação Alemã [...]”<sup>28</sup>

Do mesmo modo Valdomiro N. Burko afirma que o domínio territorial exercido por estas potências trouxe sérias consequências para o povo ucraniano. Cansados de lutar por um espaço territorial e por melhores condições de vida, milhares de pessoas buscaram refúgio em outras terras, entre elas o Brasil.

Assim foram supressos, particularmente no território ocupado pela Rússia, todos os aspectos de autonomia da Ucrânia, ao passo que o povo ucraniano se viu reduzido ao mais baixo nível de sua vida nacional e social. Os confiscos dos bens, as deportações (já desde então) para a Sibéria, as prisões desumanas nos subterrâneos das fortalezas moscovitas, e enfim, as penas capitais, eram amplamente aplicadas aos ucranianos, que, segundo as intenções moscovitas, deveriam transformar-se em russos e ser exterminados.<sup>29</sup>

Tanto os ucranianos quanto parte dos poloneses, perderam a autonomia do uso do idioma de sua nação em escolas, igrejas e imprensa, foram pressionados a vender suas terras aos ocupantes, a adotar nomes e sobrenomes germânicos. Conforme Burko, “oprimidos por todos os meios pelos ocupantes da sua terra, muitos ucranianos procuraram, na medida do possível transferir-se para outros

<sup>27</sup> Idem ANDREAZZA, Maria Luiza, p, 14.

<sup>28</sup> IAROCHINSKI, Ulisses. **Saga dos polacos**: a Polônia e seus imigrantes no Brasil. Curitiba, 2000, p. 65.

<sup>29</sup> BURKO, Pe. Valdomiro N. **A imigração ucraniana no Brasil**. 2. ed. Curitiba: Universidade Internacional de Estudos Sociais “Pro Deo”, monografia de Especialização. Roma, 1963. p. 30.

países, onde existisse liberdade, para ai (sic.) construírem seus novos, plácidos lares.”<sup>30</sup>

Impulsionados a se deslocarem para a América com a expectativa de tornarem-se proprietários de terras, “senhores de si”, ter a liberdade de usar o próprio idioma em escolas e igrejas e melhorar suas condições de vida, muitos imigrantes aportaram nessas terras. Porém, quando pisaram nesse território, depararam-se com uma realidade totalmente fora do imaginário projetado pelas propagandas. Conforme afirma Oliveira:

Agentes a serviço de sociedades de imigração anunciavam, em várias cidades europeias, o Brasil como terra de promessa. Recebendo uma porcentagem sobre o número de embarcados, essas figuras seduziam aqueles que, sem alternativas, embarcavam num sonho que muitas vezes se tornava um verdadeiro pesadelo.<sup>31</sup>

Segundo Oliveira, “um período de imigração em massa da Europa para a América aconteceu entre 1870 e 1930. Estima-se que 40 milhões tenham atravessado o Atlântico migrando do velho para o novo mundo.”<sup>32</sup> Essas informações podem ser observadas com mais detalhes no gráfico a seguir:

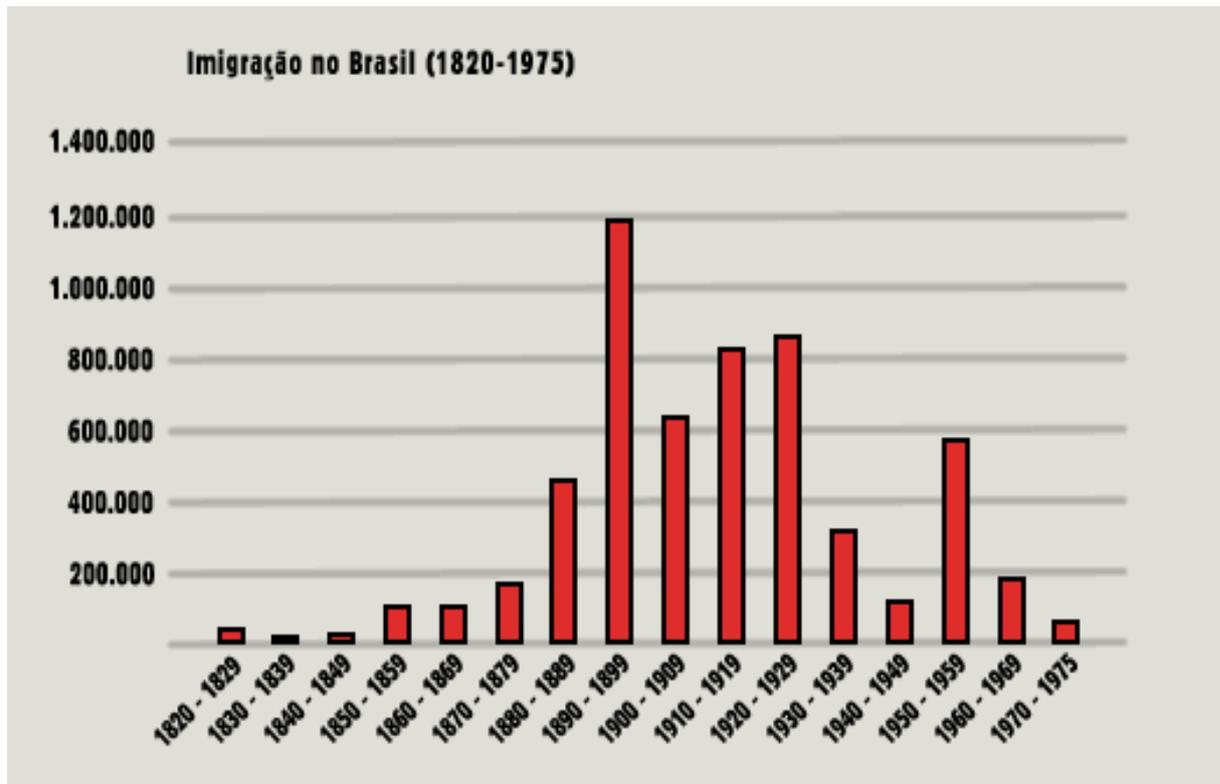
---

<sup>30</sup> Idem BURKO, Valdomiro, p. 39.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi, Op. Cit. p. 16.

<sup>32</sup> Idem OLIVEIRA, Lucia Lippi, p. 10.

Gráfico 1 – Imigração no Brasil (1820-1975)



Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento. p. 225. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html>. Acesso em 06 de dezembro de 2012.

Segundo Oliveira, até o fim da década de 1930, o Brasil teria recebido um total de 3.523.645 imigrantes, “1.156.472 de italianos, 1.030.666 portugueses, 551.385 espanhóis, 112.593 alemães, 108.475 russos, 86.577 japoneses, 79.052 austríacos e 73.690 sírio-libaneses.”<sup>33</sup> Desses números cerca de dois milhões e meio concentraram-se em São Paulo, entre esses: italianos, espanhóis, portugueses, japoneses, alemães e austríacos. O restante espalhou-se pelo território brasileiro, principalmente no sul do país.

Dentre os principais motivos que impulsionaram os povos que foram citados a emigrarem para o Brasil, destacam-se principalmente problemas tais como: crescimento populacional, falta de trabalho, questões religiosas e políticas, crise alimentar, falta de terra e guerras. Todos estes fatores contribuíram para que as políticas de povoamento desenvolvidas no Brasil no século XIX e XX tivessem êxito.

No caso do atual Estado do Paraná, este passou a receber um número significativo de emigrantes a partir de meados do século XIX, mais especificamente,

<sup>33</sup> Idem OLIVEIRA, Lucia Lippi, p, 24.

após a emancipação da província em 1853. Segundo Andreazza e Nadalin, “entre 1829 e 1911 instalaram-se no Paraná 85.537 colonos estrangeiros.”<sup>34</sup> De acordo com os autores:

O cenário da imigração paranaense parece ter começado a tomar forma ao entrar no século XIX na sua segunda metade, mas já existia ingresso espontâneo de estrangeiros na cidade de Curitiba havia algum tempo (década de 1830). Como resultado, em 1850 eram contabilizados 153 imigrantes no município, representando 1,7% da população total, e quase 2% dos 7.861 indivíduos de condição livre [...].<sup>35</sup>

Nesta região a política emigratória esteve voltada principalmente para o estabelecimento de colônias que se dedicassem a uma cultura de abastecimento interno baseada na pequena propriedade agrícola. Um dos principais objetivos era instalar os emigrantes em minifúndios para suprir a carestia de gêneros e diversificar a economia. Conforme afirma Andreazza e Nadalin:

O recrudescimento da imigração a partir de 1870 traduziu-se, no Paraná, por um ambicioso programa governamental que visava instalar núcleos coloniais em volta de centros urbanos, com o objetivo precípuo de resolver de uma vez a questão da carência de gêneros de abastecimento [...].<sup>36</sup>

A escassez de alimentos no Paraná também teve ligação com o modelo econômico monocultor voltado para o mercado internacional. Tradicionalmente, a economia do Paraná esteve inserida no mercado interno, devido à pecuária e, no externo, com a produção do mate.

A descoberta de ouro em Minas Gerais em fins do século XVII integrou a economia paranaense a economia brasileira contribuindo profundamente para o desenvolvimento do mercado interno e acima de tudo dos primeiros armazéns. Por outro lado, causou certo abandono de outras atividades prejudicando a produção de gêneros alimentícios. Diante da expectativa de enriquecimento fácil, muitas pessoas abandonaram suas atividades e voltaram-se para a mineração.

O aumento populacional em regiões como Minas Gerais contribuiu para o desenvolvimento de uma rede comercial endógena. Necessitava-se de meios para escoar a extração de metais e a produção de alimentos para saciar as pessoas que

<sup>34</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon. Op. Cit. p. 65-66.

<sup>35</sup> Idem ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon. p. 70.

<sup>36</sup> Idem ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon. p. 70.

viviam em torno das Minas. Apesar de a mineração ter causado certo abandono da agricultura e escassez de gêneros alimentícios, muitas pessoas passaram a ver as regiões auríferas como grandes centros consumidores de suas mercadorias. Isto equivale tanto para o comércio de gêneros alimentícios quanto para o comércio de animais de força utilizados para o transporte. Conforme afirma Straforini,

Com a descoberta do ouro no final do século XVII, surge a necessidade de um meio de transporte que pudesse atender a demanda de importação e exportação de mercadorias. Inicia-se nesse momento a captura, criação e comercialização do gado muar, cavalari e vacum nos campos de Curitiba.<sup>37</sup>

A necessidade e a procura de animais como meio de transporte passou a ser tanta que no século XVIII, Sorocaba se tornou um grande centro comercial. Essa importância se deu devido ao fato de em Sorocaba serem realizadas feiras anuais que atraíam compradores de todos os lugares e interligavam diferentes regiões do Brasil. É neste contexto que a economia sulina se integrou a relações econômicas mais amplas e contribuiu para o desenvolvimento do comércio interno.

O Sul passou a ser um grande fornecedor de muares para serem comercializados nas feiras de Sorocaba. Grandes quantidades de animais que eram vendidos principalmente para os compradores de Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro, provinham dos campos criatórios do Rio Grande do Sul e do Paraná.<sup>38</sup>

No caso do Paraná, se por um lado a pecuária integrava-o ao centro comercial brasileiro, por outro, contribuía para a escassez de gêneros alimentícios. Grande parte das pessoas passou a se dedicar a pecuária deixando a agricultura em segundo plano. De acordo com Carlos Roberto Antunes dos Santos:

No Paraná, a partir da 2ª metade do século XVIII, não havia sido estabelecida uma estrutura produtora de alimentos voltada a suprir as necessidades da população. A base da economia continuava sendo a criação e o comércio do gado, sendo que os campos de Curitiba, onde vai crescendo e multiplicando cada vez mais o gado, encontram-se então muito bem situados: próximos aos mercados de Sorocaba, eram passagem natural obrigatória para toda a exportação sulina. É possível constatar, para este período, a existência de cerca de 52 grandes fazendas ao longo do caminho das tropas que passavam os Campos Gerais.<sup>39</sup>

37 STRAFORINI, Rafael. **No caminho das tropas**. Sorocaba, SP: TCM, 2001. p. 27.

38 Para melhores informações sobre este assunto ver capítulo II.

39 SANTOS, Carlos Roberto Antunes. **História da Alimentação no Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, p. 23-24.

A crise de alimentos se agravou principalmente a partir da segunda década do século XIX. Neste período a economia ficou centrada basicamente em duas grandes atividades: a pecuária e a extração da erva-mate. À medida que a exportação do mate aumentava, principalmente para o mercado do Prata, maior era o número de pessoas que se voltavam para esta atividade e automaticamente abandonavam a produção de subsistência. Conforme afirma Santos:

Certa euforia proveniente da economia do mate e da pecuária desestimulava o trabalho agrícola, provocando o abandono da produção da subsistência em escala comercial. Os agricultores, diante dessa situação, se limitaram a produzir apenas o suficiente para o sustento de sua família.<sup>40</sup>

Diante desse processo, muitos produtos passaram a ser importados de outras capitanias e do exterior. Contudo, o problema da escassez só começou a ser resolvido na segunda metade do século XIX com as chamadas políticas imigratórias. Os presidentes da província viam no imigrante a solução para a diversificação econômica e para o abastecimento urbano. Estes deveriam ser instalados em pequenas propriedades agrícolas e se dedicar a agricultura de subsistência produzindo alimentos tais como: trigo, milho, feijão, mandioca, entre outros. Por um lado supriam a escassez de gêneros alimentícios e por outro contribuíam para o desenvolvimento do mercado interno.

Apesar da busca de diversificação econômica ser o principal fator que impulsionou o desenvolvimento de políticas imigratórias no Paraná, também havia o intuito de preencher o chamado “vazio demográfico”, assegurar a posse do território, suprir a escassez de mão de obra, inovar as técnicas produtivas para aumentar a produção de gêneros alimentícios, assegurar a autonomia política e o desenvolvimento da província. Conforme afirma Andreazza e Nadalin, o processo imigratório no Paraná esteve ligado aos seguintes fatores:

Em primeiro lugar, o fato de que o impasse constituído pela ameaça de extinção do sistema escravista permeava o tema da imigração e da colonização. No caso paranaense, é possível que este problema não fosse tão saliente, na medida em que a economia local não estava alicerçada unicamente na mão-de-obra escrava. Contudo, a transição concernente implicava uma transformação cultural a respeito

---

<sup>40</sup> Idem SANTOS, Carlos Roberto Antunes, p. 30.

do trabalho e, neste sentido sim, adquiria relevo e articulava-se intimamente à problemática da imigração.

Segundo, quanto à lavoura de subsistência, constatava-se uma evidente precariedade nos métodos e no volume da produção de gêneros alimentícios. Em outros termos, a sociedade paranaense continuava a sua aguda crônica crise de abastecimento, e para isso ansiava renovar as práticas do trabalho, milagre que, conforme a elite local, só o braço estrangeiro, proprietário e livre, conseguiria.

Finalmente, o Paraná era uma província que recebera sua emancipação política há pouco tempo e que via na ocupação territorial uma forma de garantir seu espaço político. As disputas fronteiriças foram momentos importantes nesse processo, mas não é possível esquecer que se buscava na realidade resolver uma questão demográfica; ou seja, o governo do Paraná procurava preencher um modelo de população [...] <sup>41</sup>

Por trás de todas essas questões que envolveram o desenvolvimento das políticas imigratórias, formaram-se colônias através de iniciativas estaduais e particulares. Um dos núcleos colônias formado por iniciativa particular do médico suíço João Maurício Faivre em 1847, foi a Colônia Thereza. Essa foi povoada por imigrantes franceses e hoje se constitui na localidade de Tereza Cristina, Município de Candido de Abreu. Além dessa, entre as primeiras colônias de imigração criadas no Paraná, tanto por iniciativas privadas quanto estaduais, estão: Superaguy fundada em 1852 por iniciativas do suíço Carlos Perret Gentil, Argelina em 1869 e Rio Negro em 1829<sup>42</sup>.

Dentre os povos que se estabeleceram no Paraná, no interior da grande imigração, estão: alemães, poloneses, ucranianos, italianos, holandeses, franceses, ingleses, sirio-libaneses, japoneses, entre outros. Os alemães foram os pioneiros estabelecendo-se na colônia de Rio Negro em 1829. Durante o processo imigratório após a Segunda Guerra Mundial, esses se concentraram principalmente em Terra Nova, Curitiba, Entre Rios, Witmarsum. Os poloneses chegaram ao Paraná por volta de 1871. Primeiramente estes migraram de Santa Catarina e estabeleceram-se em Pilarzinho e Abranches. Posteriormente novas levas de imigrantes chegam ao Brasil e são formadas novas colônias como: Irati, Ivay, Orleans, Santa Cândida, União da Vitória, Mallet, Reserva, Rio Azul. Os ucranianos chegaram ao Estado do Paraná em fins do século XIX. Estabeleceram-se principalmente em regiões como: Prudentópolis, Curitiba, Apucarana, Guarapuava, Lucena, Rio Claro, Dorizon, Jangada, Mallet, Ponta Grossa, Ivay. Os holandeses na região de Carambeí, Castrolanda e Arapotí. Os italianos principalmente em Alexandria, Morretes e

<sup>41</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon. Op. Cit. p. 67-68.

<sup>42</sup> IARUCHINSKI, Ulisses. Op.Cit. p. 74.

Curitiba onde criaram colônias como Alfredo Chaves, Santa Felicidade, Nova Tirol e Senador Dantas. Os japoneses fixaram-se principalmente no norte do Estado.

Dentre essas colônias que foram fundadas durante o século XIX e início do XX, esse estudo volta-se para a Colônia Federal de Ivay. Essa foi formada na primeira década do século XX por iniciativas do governo que visavam povoar o território, contribuir para o desenvolvimento do país e produzir gêneros alimentícios. Portanto, insere-se principalmente nas políticas de diversificação da economia brasileira e, sobretudo paranaense, contribuindo para o desenvolvimento do mercado interno.

## 1.2 A Colônia Federal Ivay

A Colônia Federal de Ivay foi fundada no Paraná em 1907 a 200 km da capital Curitiba e 87 km de Ponta Grossa. A mesma estava vinculada ao município de Ipiranga e possuía dois núcleos populacionais, um denominado Calmon e outro São Roque. A partir deste período, este território que já era ocupado por índios e afrodescendentes, passou a ser denominado Colônia Federal Ivay. Permaneceu assim até 10 de junho de 1961. Nesta data ocorreu o desmembramento de Ipiranga e através da lei Estadual n.º 4382<sup>43</sup>, foi criado o município de Ivaí.<sup>44</sup> Geograficamente ele está situado na região Sudeste do Paraná. Seu território é de 608 km<sup>2</sup> e atualmente possui cerca de 12.815 habitantes<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> Arquivos da prefeitura municipal de Ivaí (A.P.M.I.).

<sup>44</sup> Vale ressaltar novamente que em função de preservação da grafia das fontes, neste trabalho optou-se por utilizar Ivay referindo-se ao período em que foi colônia, e Ivaí para referir-se ao período em que a colônia desmembrou-se de Ipiranga e tornou-se município.

<sup>45</sup> [Hhp://www.ibge.gov.br/cidadesat/default/](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default/). php. Acesso em 06 de agosto de 2011.

Mapa 1 – Localização geográfica do município de Ivaí – PR



Fonte: ITCG; IPARDES (2010). Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/Divisao\\_politica\\_2010.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/Divisao_politica_2010.pdf). Acesso em 20 de abril de 2012. Adaptado por: KOSS, Lucimara, 2012.<sup>46</sup>

Os primeiros ucranianos e poloneses chegaram a esta região na primeira década do século XX. Além destes, também se estabeleceram nesse espaço: alemães, italianos e holandeses. Quando os primeiros imigrantes chegaram, essa região já era habitada por índios e afrodescendentes como afirma Amilton Ferrera:

Meus pais são daqui do Rio do Meio [...] Minha avó era baiana. No tempo dos cativos minha avó veio de lá da Bahia, mas meu avô por parte do meu pai era Ferrera. Então quando ela veio da Bahia o dono desse pedaço aqui em São Roque já estava com 110 anos e morreu com 121. Os imigrantes vieram depois disso, bem depois disso [...].<sup>47</sup>

<sup>46</sup> Este mapa foi modificado neste trabalho com a inserção de legenda e das cores azul e amarela para destacar a localização da cidade de Ivaí em relação a capital Curitiba. Portanto, o objetivo não é deixar visível o nome das cidades paranaenses para ler, e sim localizar a Colônia Federal Ivaí em relação a capital do Estado do Paraná.

<sup>47</sup> FERRERA, Amilton. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 11 de setembro de 2011.

Segundo fontes orais, os afrodescendentes chegaram por volta da segunda metade do século XIX. Estes se estabeleceram em locais onde mais tarde foi formado o núcleo populacional de São Roque e a comunidade de Rio do Meio. Atualmente no ano de 2013, esses dois espaços com concentração de negros são reconhecidos como redutos quilombolas.

Durante o processo imigratório o mapa dos primeiros lotes foi construído pelas autoridades paranaenses como se a população afrodescendente não existisse nestes lugares. O mesmo equivale para os relatórios que foram escritos pelo zelador<sup>48</sup> da colônia Rogaciano Antunes Ribeiro. Nestes documentos não consta que o núcleo populacional de São Roque foi estabelecido sobre uma terra que já era habitada. Nota-se algo semelhante nos recenseamentos. O zelador citou o número de imigrantes que residiam na colônia por nacionalidade: ucranianos, poloneses, russos, austríacos, italianos, alemães, suíços e holandeses. Além dessas nacionalidades há somente a de brasileiros. A população negra não aparece nesses documentos e podem estar incluídos nessa última categoria, uma vez que nessas fontes não há definições de quem seriam estes brasileiros.

De acordo com dados extraídos do censo redigido em 31 de dezembro de 1915<sup>49</sup>, em Ivay viviam aproximadamente 84 alemães, 2.560 austríacos<sup>50</sup>, 590 russos, 18 holandeses, 471 brasileiros e 5 suíços. Somando um total de 3.257 imigrantes e uma população de aproximadamente 3.728 habitantes. 171 pessoas residiam na sede da colônia e 3.527 em lotes rurais estando distribuídas da seguinte forma:

---

<sup>48</sup> Em Ivay o zelador tinha a função de coletar dados referente a colônia e repassar essas informações ao presidente do Estado. Assim, o Governo teria ciência das condições em que se encontrava a colônia.

<sup>49</sup> ROGACIANO, Antunes Ribeiro. **Recenseamento da população do núcleo Ivay em 31 de dezembro de 1915**. Localização do arquivo: prefeitura Municipal de Ivai (A. P. M. I).

<sup>50</sup> Entre os austríacos e russos não se sabe qual é o número exato de ucranianos e poloneses que se estabeleceram na Colônia Federal Ivay. Muitos destes imigrantes eram registrados nos portos de embarcação como austríacos, russos ou alemães. Isto dependia da localização geográfica em que eles viviam e da nação que dominava o território, os passaportes eram extraídos conforme a potência de ocupação. Em algumas regiões de onde os imigrantes ucranianos e poloneses partiram como a Galícia localizada na Europa Centro-Oriental e que hoje faz parte da Polônia e da Ucrânia, estavam sob o domínio da Rússia e do Império Austro-Húngaro, não havendo uma distinção entre estas duas etnias na hora do embarque. Muitos ucranianos e poloneses tiveram seus passaportes extraídos como russos ou austríacos, e em muitos casos foram classificados dessa forma.

**Tabela 1 – Relação dos colonos residentes em lotes urbanos e rurais até 31 de dezembro de 1915.**

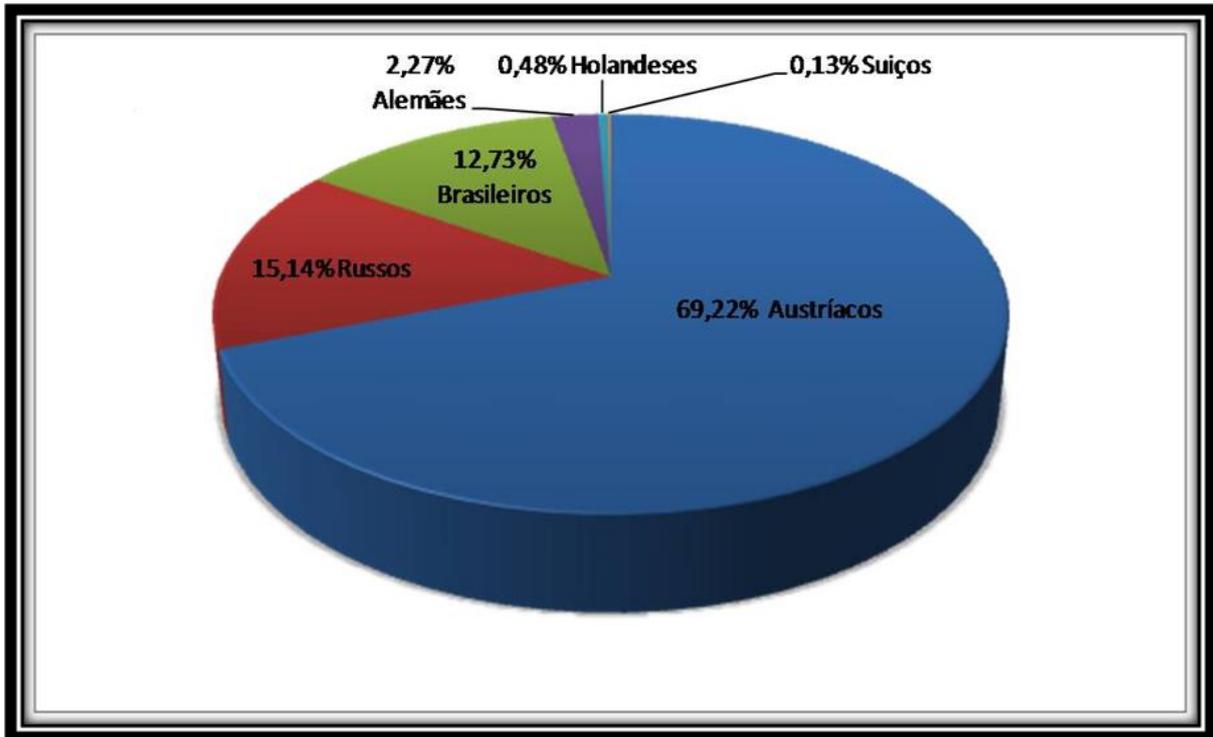
Nacionalidade	Residentes na sede				Residentes em lotes rurais			
	Famílias	Pessoas	Homens	Mulheres	Famílias	Pessoas	Homens	Mulher.
Alemão	0	0	0	0	13	84	46	38
Austríaco	26	122	63	59	451	2.438	1.251	1.187
Russo	1	2	1	1	108	558	316	272
Holandês	0	0	0	0	3	18	8	10
Brasileiro	10	42	19	23	81	429	256	173
Suíço	1	5	4	1	0	0	0	0
Total	38	171	87	84	656	3.527	1.877	1.680

Fonte: RIBEIRO, Rogaciano Antunes. Recenseamento da população do Núcleo Colonial Ivay realizado em 31 de dezembro de 1915. Localização do recenseamento: arquivo da prefeitura municipal de Ivai (A. P. M. I.). Org.: KOSS, Lucimara. 2012.

Embasando-se nos dados da tabela acima, percebe-se que grande parte dos imigrantes que formaram a colônia Ivay, eram provenientes das regiões europeias que estavam sob o domínio do Império Austro-Hungaro. Estes poderiam ser tanto ucranianos quanto poloneses porque foram registrados como austríacos. Vieram em maior número e a maioria se estabeleceu em lotes rurais. O que atesta uma maior concentração de eslavos na colônia.

Além dos estrangeiros, o recenseamento indica que a colônia dispunha de um conjunto populacional classificado como brasileiros. Assim como não havia uma distinção entre ucranianos e poloneses que englobavam a soma dos austríacos, da mesma forma não havia uma diferenciação de quem seriam esses brasileiros. Não há uma especificação se eram brancos, caboclos, indígenas ou descendentes de africanos. Essas informações ficam claras no gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Composição populacional da Colônia Ivay – 1915.<sup>51</sup>



De acordo com o gráfico acima, observa-se uma presença maciça de imigrantes oriundos das regiões dominadas pelo Império Austríaco. Estes poderiam ser tanto poloneses quanto ucranianos. O mesmo equivale para os russos que poderiam ser poloneses, ucranianos, alemães entre outros. Essa indefinição étnica apresentada nos censos pelo zelador, também aparece na categoria brasileira que poderiam ser pessoas dos mais variados fenótipos. Portanto, essas categorias construídas no gráfico podem ser enganosas, pois dentro desses grupos os indivíduos podem tomar as mais variadas distinções étnicas e socioculturais. Apesar da superioridade de imigrantes eslavos descritos como austríacos, mesmo que em pequena quantidade de diferenciação étnica e levando em conta a baixa densidade demográfica, o gráfico denota heterogeneidade na colônia. A sede da colônia concentrava uma população pequena. Isto é visível nos dados da tabela um que soma 38 famílias e um total de 171 pessoas.

As 10 famílias brasileiras tinham uma média de 4,2 indivíduos cada e as 26 famílias austríacas uma média de 4,6 indivíduos. Esses dados mostram que eram famílias pequenas. No caso das famílias austríacas esse número pode estar

<sup>51</sup> Este gráfico foi construído embasado nos dados do recenseamento da população do Núcleo Colonial Ivay, redigido pelo zelador Rogaciano Antunes Ribeiro em 31 de dezembro de 1915. Localização do recenseamento: A.P.M.I.

relacionado á recente imigração de casais jovens com uma média inferior a três filhos.

Em contraponto a sede, a população rural era bastante significativa apresentando um número de 3.527 pessoas. Além da relevância numérica há uma grande variedade étnica no interior do núcleo colonial. A média de indivíduos por família era de 6,4 para os alemães, 5,4 para os austríacos, 5,1 para os russos, 6 para os holandeses e 5,29 para os brasileiros. Esses números acima de 5 membros por família mostram uma característica do mundo rural em que os filhos eram a mão de obra principal das famílias. A superioridade numérica de austríacos é esmagadora, pois estes contabilizam número superior mesmo que se somem todas as outras etnias (vale lembrar aqui, a origem eslava, ucraniana e polonesa, desse grupo que chega ao Brasil como austríaco. Se levarmos em conta que algumas famílias russas e até alemãs, podiam ser na verdade ucranianas ou polonesas essa superioridade é ampliada significativamente).

O equilíbrio numérico entre homens e mulheres apresentado na tabela, pode estar relacionada à intenção do governo de fixar famílias, aumentar o contingente populacional e ampliar a área cultivada, para tanto não era interessante uma desproporção entre os sexos, ou seja, a vinda dos imigrantes foi dirigida e não era adequada uma população eminentemente masculina ou feminina. Eram necessários casais ou um número equitativo entre homens e mulheres.

Além das nacionalidades descritas no censo da tabela 1, em 1918 passaram a se radicar em Ivay imigrantes de outras origens, entre elas italianos. Nesse ano entraram mais nove famílias austríacas (32 pessoas), quatro famílias russas (20 pessoas), uma família italiana (2 pessoas) e duas famílias de brasileiros (12 pessoas). Neste período a colônia possuía 3.854 habitantes.<sup>52</sup> De acordo com o recenseamento geral da população realizado em 1918, desse número 484 pessoas estão registradas como brasileiras, 40 alemães, 2.667 austríacas, 21 holandesas, 10 italianas, 627 russas e 5 suíças.<sup>53</sup> A tabela logo abaixo mapeia a entrada de imigrantes e migrantes em Ivay nos seguintes períodos:

<sup>52</sup> Dados extraídos do registro de entrada de imigrantes realizado durante o ano de 1915 pelo Zelador do Núcleo Colonial Ivay. Localização do registro: Arquivo da Prefeitura Municipal de Ivai.

<sup>53</sup> Dados extraídos do recenseamento geral da população do Núcleo Colonial Ivay, realizado em 1918 pelo Zelador da Colônia Rogaciano Antunes Ribeiro. Localização do recenseamento: A. P. M. I.

**Tabela 2 – Entrada de imigrantes e migrantes no Núcleo Colonial Ivay.**

NACIONALIDADE	NÚMERO DE ENTRADA DE IMIGRANTES E MIGRANTES POR PERÍODO					
	1915	1918	1919	1922	1923	1924
Alemães	-	-	-	-	-	04
Poloneses <sup>54</sup>	-	-	129	39	64	54
Russos	06	20	-	-	-	-
Holandeses	-	-	-	-	-	03
Italianos	-	2	-	-	-	-
Austríacos	29	32	-	-	-	-
Brasileiros	43	12	25	-	2	01
Total	79	66	154	39	66	62

Fonte: RIBEIRO, Rogaciano Antunes. Registros de entradas de imigrantes e migrantes. Localização dos registros: A. P. M. I.  
Org.: KOSS, Lucimara. 2012.

Na tabela 2 há uma relação das pessoas que se fixaram na colônia entre 1915 a 1924.<sup>55</sup> Levando-se em conta a tabela 1, nota-se que a entrada de imigrantes se deu principalmente em um período anterior a Primeira Guerra Mundial. Até 1915 havia uma população de aproximadamente 3.527 habitantes, e de 1918 a 1924 (período pós-guerra) entram apenas 387 imigrantes. Alemães só foram registrados em 1924, vários anos depois do final da guerra.

Algo similar acontece com os austríacos, pois o Império Austro-Húngaro era aliado dos alemães, após 1918 não entram mais austríacos na Colônia. É interessante perceber que quando acaba a guerra somem os dados referentes aos austríacos e aparecem os poloneses (intrigante, ainda que plenamente justificável, é a inexistência da denominação ucraniana nos dados levantados). Assim como o sumiço de pessoas que declaravam, pela nacionalidade, pertencerem ao Império Austro-Húngaro, não existe após 1918 a entrada de russos. No caso da Rússia, o país havia passado em 1917 pela Revolução Russa e com a instalação do regime

<sup>54</sup> Entre a denominação de entrada dos imigrantes como poloneses austríacos e russos, não se sabe quantos eram ucranianos e quantos eram poloneses. Em alguns arquivos os imigrantes estão registrados como poloneses e em outros como austríacos. Nota-se na tabela que nos anos em que aparecem poloneses não aparece o registro de austríacos, e quando há o registro de entrada de austríacos em determinados anos, não há o registro de entrada de poloneses. Não havia uma divisão entre as duas etnias.

<sup>55</sup> A ausência de dados para os anos de 1916 e 1917, esta relacionada a falta de documentação referente a este período.

socialista a saída de pessoas para outros países poderia estar sendo dificultada ou até proibida.

Em meio a estas confusões nas denominações em relação à nacionalidade dos imigrantes, as tabelas 1 e 2, apresentam uma “colcha de retalhos étnica” e que cada vez mais é ampliada. Por isso mesmo, em Ivaí não se pode falar de identidade, cultura e espaço no singular, essas definições são sempre plurais.

Os dados populacionais apresentados pelas tabelas mostram a quão multifacetada era a população da Colônia Federal Ivay. Mostram uma dinâmica econômica, sociocultural e étnica enorme. Tanto no interior da colônia como em sua sede não há um único grupo residente. Observa-se uma maior quantidade de austríacos (cuja indistinção étnica já foi ressaltada), mas isso não dá um caráter unívoco a esta colônia. A tabela 1(residentes na sede e residentes na área rural) mostra com clareza o esforço do governo em ocupar os espaços “vazios” e fixar os imigrantes em pequenas propriedades agrícolas para produzir gêneros alimentícios. A intenção não era formar um núcleo urbano. Este vai ser consequência da organização dos colonos no transcorrer dos anos.

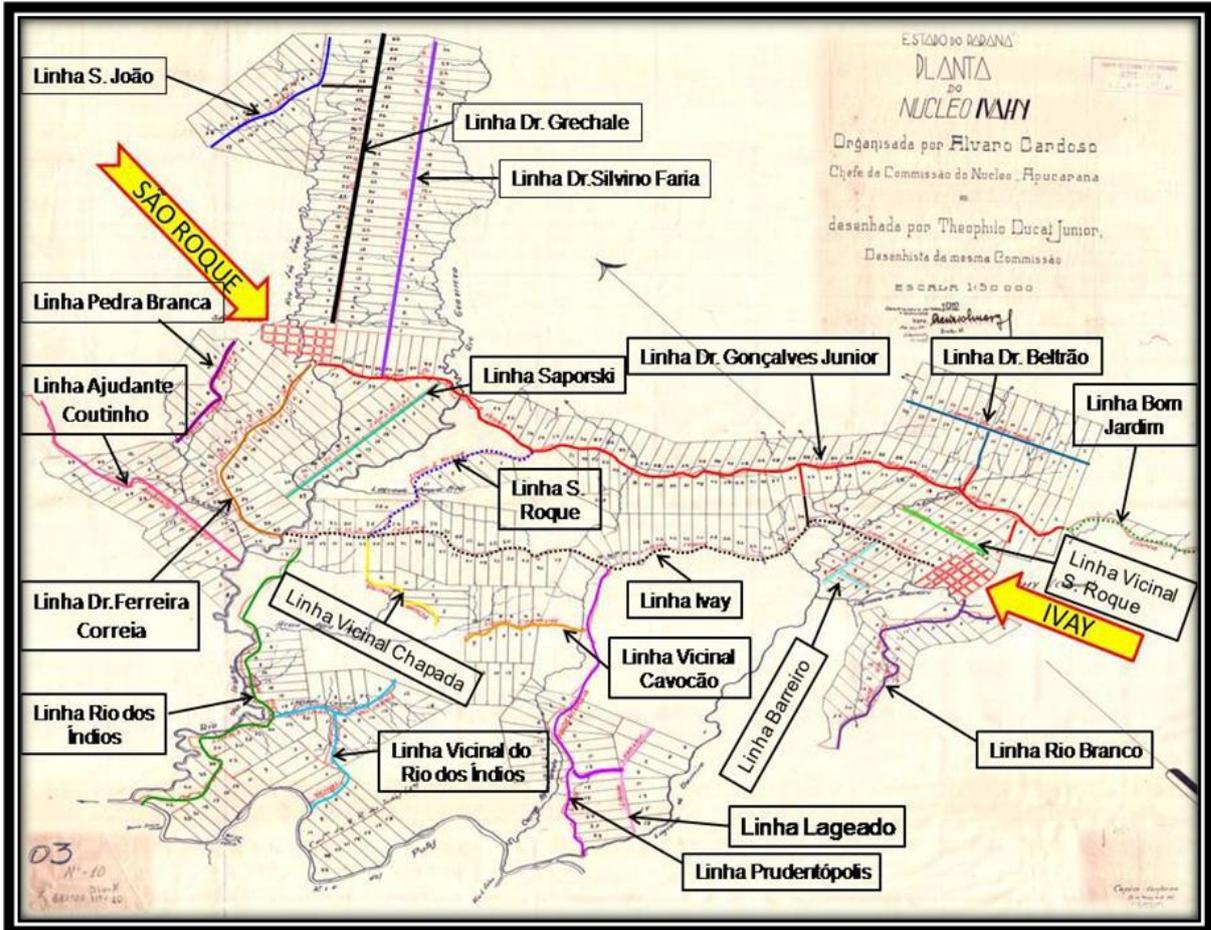
### **1.2.1 As primeiras experiências e a organização sobre um “novo espaço”**

Os imigrantes que chegaram receberam um pedaço de terra do governo equivalente à área de dez alqueires. Os primeiros lotes que constituíram A Colônia Federal Ivay foram distribuídos em vinte e duas linhas<sup>56</sup>: linha Ivay, linha Rio Branco, linha Barreiro, linha Vicinal São Roque, linha Bom Jardim, linha Dr. Gonçalves Junior, linha Dr. Beltrão, linha São Roque, linha Vicinal Chapada, linha Carroção (Cavocão), linha Rio dos Índios, linha Vicinal Rio dos Índios, linha Prudentópolis, linha Lageado, linha Ajudante Coutinho, linha Savorski, linha Pedra Branca, linha Dr. Ferreira Correia, linha São João, linha Dr. Silvino Faria, linha Dr. Faivre e linha Dr. Grechale (Grenhal). O mapa a seguir traz a localização dessas linhas e a distribuição dos primeiros lotes que deram início à construção do espaço da referida colônia.

---

<sup>56</sup> Os nomes das linhas foram escritos conforme os dados da planta do núcleo colonial de 1912.

Mapa 2 – Planta do núcleo colonial Ivay de 1912



Fonte: arquivo do Instituto Ambiental do Paraná (IAP).  
Adaptado por: Koss, Lucimara (2012).

Observando o mapa, nota-se que a colônia possuía dois núcleos populacionais, a direita do mapa um denominado Ivay Calmon (sede da colônia) e a esquerda o de São Roque. Inicialmente a maior concentração de imigrantes se deu no núcleo de São Roque e nas linhas ao seu redor. Isso explica os dados da tabela 1 sobre o número de habitantes residentes na sede e em lotes rurais em 1915. Segundo o censo realizado neste período, como foi observado anteriormente, 95,37% da população (3.527 pessoas) residia em lotes rurais e 4,62% (171 pessoas) na sede.

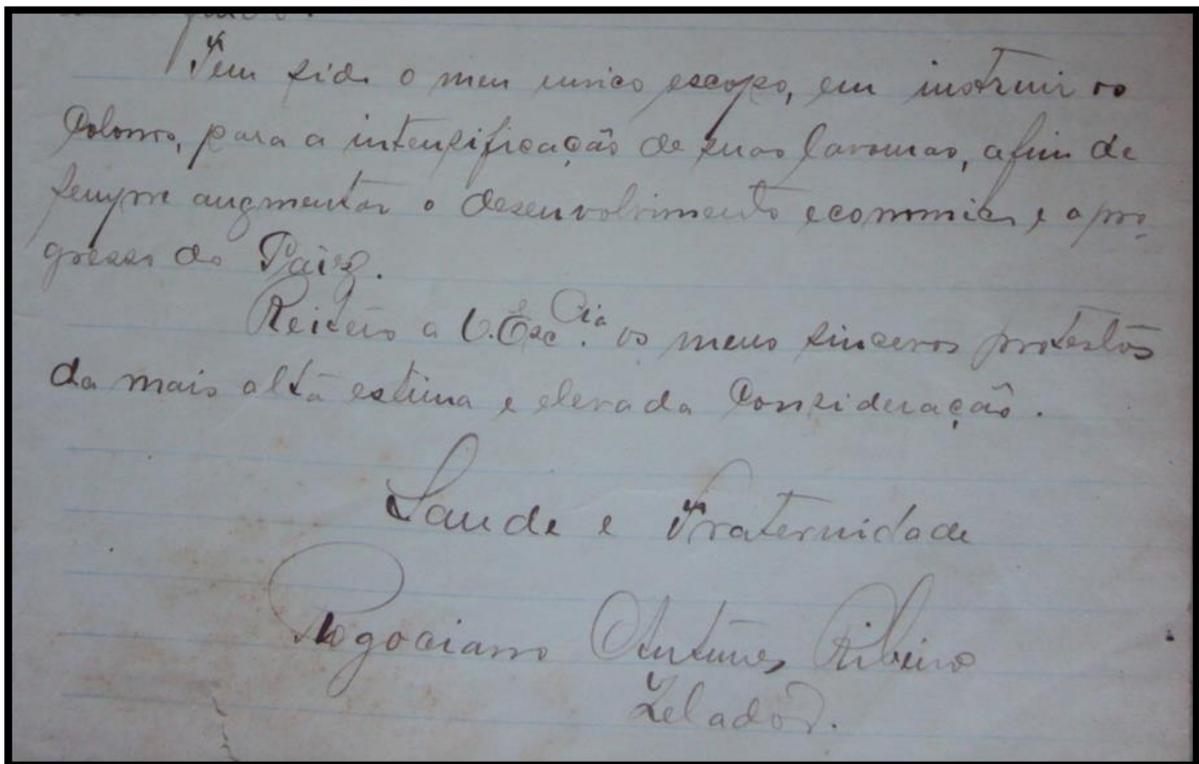
Parte do núcleo de São Roque foi instalada sobre um espaço que já era habitado por afrodescendentes <sup>57</sup>. A região também concentrava uma parcela significativa desses povos no “vazio demográfico” acima dos lotes da Linha Dr. Gonçalves Junior (término da flecha que atravessa parte do mapa) e que hoje se

<sup>57</sup> Não há registros que permitam saber como foi a relação dos estabelecidos com os recém-chegados ou vice-versa.

constitui na comunidade de Rio do Meio. Como foi dito, no espaço do mapa esta população está como ausente e o mesmo equivale para os censos redigidos pelo zelador. Uma vez que não havia especificação de quem seriam estes brasileiros, levanta-se a hipótese de que os povos afrodescendentes poderiam estar incluídos nesta categoria.

Após se fixarem, grande parte dos imigrantes passou a se dedicar a agricultura de subsistência. Neste caso, a política de imigração esteve voltada para o crescimento econômico do país, desenvolvimento da agricultura visando a produção de alimentos através da pequena propriedade, e a diversificação da economia. Isso, porque naquele momento a política imigratória brasileira se desenvolvia em dois sentidos. Um deles, preocupado com o crescimento do volume das exportações direcionava os imigrantes para a grande lavoura; outro, visando à ocupação dos “vazios demográficos” e o fomento da pequena lavoura, os encaminhavam para estabelecimentos rurais. Nesse caso, como já foi indicado, situa-se o fomento imigrantista do Paraná conforme explicita o relatório:

**Imagem 1 – Excerto de relatório enviado ao presidente do Estado em 1915.**



Fonte: RIBEIRO, Rogaciano Antunes. Relatório do núcleo colonial Ivay enviado ao presidente da província em 1915. Localização do relatório: A. P. M. I.<sup>58</sup>

<sup>58</sup> Transcrição do documento: “Tem sido o meu único escopo em instruir ao colono para a intensificação de suas lavouras, a fim de sempre argumentar o desenvolvimento econômico e o

Apesar de receberem um pedaço de terra com vistas ao fomento da produção agrícola de abastecimento, os imigrantes se depararam com uma realidade que não condizia com as propagandas que foram feitas na Europa. De início tiveram que enfrentar uma mata densa e pouco mais tarde em 1940 a liberdade de utilizar o idioma de sua nação na América foi tolhida na política nacionalista de Getúlio Vargas. Os imigrantes foram proibidos de ensinar e rezar em seus idiomas. Muitas escolas do ensino polaco e ruteno<sup>59</sup> foram fechadas. Como afirma Angela Maria Kolitski:

Tudo era ilusão, enquanto sonhavam com um futuro promissor, longe das perseguições religiosas, políticas, e afastados das guerras, procurando melhores condições de vida longe da pátria, deparavam-se com uma realidade bem diferente, muito distinta dos sonhos que haviam adquirido. Sem apoio técnico necessário, sem ferramentas adequadas, pois não conheciam a foice, instrumento indispensável para abrir a mata “amarrada” por cipós e taquaras, sem o conhecimento da língua na nova pátria e padecendo com as dificuldades de transporte e escassez de gêneros alimentícios de primeira necessidade, os pioneiros muitas vezes desanimavam-se, entregavam-se ao desespero e a bebida, muitos procuravam voltar aos seus locais de origem ou escreviam aos parentes e amigos esclarecendo sobre a dura realidade a que estavam submetidos.<sup>60</sup>

Algumas famílias não se adaptaram a nova realidade e diante das dificuldades deixaram a colônia. No ano de 1915 como indicado na tabela 2, entraram na colônia oito famílias austríacas (29 pessoas), três russas (6 pessoas), dez brasileiras (43 pessoas), e em contrapartida saíram cerca de treze famílias austríacas (53 pessoas), duas russas (7 pessoas), três brasileiras (24 pessoas) e uma alemã (2 pessoas)<sup>61</sup>. Conforme conta Thomas Hneda:

Quando eles chegaram se instalaram nas barracas e trabalhavam fazendo estrada pro governo, e o governo dava de comer até não sei quanto tempo e media terreno, 10 alqueire e cada uma (sic) fazia casa e cada um ia na sua e ia pagando. Eu tinha 17 ou 18 anos e tinha lote aí pra vender. Teve muitos que vieram,

---

progresso do país. Reitero a vossa excelência os meus sinceros protestos da mais alta estima e elevada consideração”.

<sup>59</sup> Nos documentos pesquisado o termo ensino ruteno refere-se ao ensino em língua ucraniana. O termo ruteno era utilizado para designar etnicamente os ucranianos. Esta denominação existiu principalmente nas duas primeiras décadas do século XX e com o passar do tempo foi substituída por ucraniano. Para mais detalhes sobre a denominação de ruteno ver: ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias: um estudo da imigração ucraniana – 1895-1995**. Curitiba: UFPR, 1995. p. 3.

<sup>60</sup> KOLITSKI, Angela Maria. **Memória ucraniana no Município de Ivaí – PR**. Monografia de especialização. Ponta Grossa, 2000, p. 35.

<sup>61</sup> Estas informações foram extraídas do Registro de saída de imigrantes redigido pelo zelador da Colônia Ivay Rogaciano Antunes Ribeiro durante o ano de 1915. As fontes não trazem informações sobre o lugar que estas famílias se dirigiram ao saírem da Colônia Federal Ivay.

paravam aqui um pouco não dava certo, voltavam pra Europa, então ficava aquela propriedade [...] não se acostumavam.<sup>62</sup>

Nesse estudo conversei com imigrantes e descendentes desses indivíduos que se estabeleceram na região, em suas narrativas um tema constantemente mencionado foram os obstáculos encontrados por seus pais e avós ao chegarem a Colônia Federal de Ivay. Segundo Vladomiro Lobacz, a situação era precária e não condizia com a realidade transmitida pelos agentes da imigração de que o Brasil era um país dos sonhos. A esperança de mudar de vida sumia em meio aos matagais enfrentados para chegar até a colônia.

Quando o pai e a mãe se colocaram ali no Saltinho<sup>63</sup>, era aquele paiol velho, antigo. Ele não sabia nem cortar a mata e fazer roça. Eles começaram de cortar aquele taquaral, aquela lenha e empilhavam. Não sabiam nem plantar. Depois que ensinaram eles: oh! Pegue, corte e largue! Eles começaram a fazer pilha de madeira e plantar. Era dura a vida para os estrangeiros que vieram para o Brasil. Eu depois puxei muita mudança de carroça [...] Puxei muita mudança de alemão lá para Candido de Abreu. Eles vieram e estavam acampados em Ponta Grossa. Às vezes a gente ia lá e eles pediam para levar eles. Muitos carroceiros levavam. Para Candido de Abreu levava trinta dias, quarenta conforme. Não tinha estrada aqui [...] <sup>64</sup>

Do mesmo modo, José Schuista ressaltou as dificuldades encontradas para se adaptar as novas condições de vida.

Os que vieram de fora (Europa) sofreram. Não tinha estrada, não tinha bodega [...], não tinha médico, tinha só algum curado e estavam vivendo assim. Quem veio da Europa não sabia nem trabalhar porque não sabia nem o que era enxada e o que era foice. Depois tinha aqui algum ferreiro e começaram a bater e fazer foice e enxada para carpir [...] Aquele tempo quem veio de lá da Europa sofreu aqui no Brasil [...] Aqui não tinha estrada, só tinha Carrero [...] <sup>65</sup>

Estas dificuldades foram sentidas por muitos imigrantes de outras colônias paranaenses. O mesmo ocorreu entre aqueles que foram encaminhados para a colônia de Cruz Machado em 1911. Após aportarem no Rio de Janeiro muitos imigrantes foram encaminhados para o Paraná. Estes chegaram até Paranaguá de

<sup>62</sup> HNEDA, Thomas. Entrevista concedida a Maria de Lurdes Ransinski Zubacz em 1991. Apud. **Imigrantes ucranianos em Ivaí**. Revista Exclusiva do Centenário da Imigração Ucraniana no município de Ivaí (1908-2008). Nº 1, julho de 2009. Prudentópolis: Editora Centro Sul do Paraná, 2009, p. 06.

<sup>63</sup> Bairro do município de Ivaí a sete quilômetros da cidade que fazia parte da linha Grenhal. Para localizar a linha ver mapa 2.

<sup>64</sup> LOBACZ, Vladomiro. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 30 de janeiro de 2008.

<sup>65</sup> SCHUISTA, José. Entrevista concedida a Lucimara Koss, em 20 de janeiro de 2008.

barco, seguiram de trem até Ponta Grossa e foram dispersos pelas colônias dessa região por meio do transporte de carroças. Muitos deles chegaram a Cruz Machado e depararam-se com condições semelhantes a que os imigrantes encontraram em Ivay. Como afirma Iarochinski:

Enganados pelos agentes de imigração, chegaram ao [...] local de mata cerrada, onde deveria haver centenas de moradias e se deparam com apenas uma baiúca. Foram obrigados a dormir no relento durante dias, até que ficassem prontas as primeiras “butkas” (casinhas de madeira de pinheiro de 3 x 4). Enquanto esperavam pela demarcação dos prometidos lotes, tentavam estabelecer alguma comunicação com os caboclos locais [...].<sup>66</sup>

Os imigrantes que aportaram no Brasil depararam-se com um cenário bem diferente do que haviam deixado na Europa. As formas de produção consistiam em um desafio à medida que o governo os colocava em áreas de mata cerrada, o que dificultava o desenvolvimento da lavoura e lhes impunha certo retrocesso nas técnicas agrícolas. As condições de produção eram precárias, e para piorar a situação não sabiam utilizar a técnica da coivara que consistia em cortar a mata e queimá-la. Diante destes empecilhos, tiveram que readaptar o seu modo de vida desenvolvendo novos hábitos de acordo com as condições do lugar. Foi preciso reaprender a trabalhar e se alimentar. Como afirma Catarina Lobacz Kalatai: “[...] Do começo quando eles entraram era tudo mata. A mãe não tinha do que viver, era crise. Ela juntava pinhão secava e socava no monjolinho para fazer algum pãozinho para as criancinhas. Era duro, agora não! [...]”<sup>67</sup>

Em meio a todos esses entraves, o território em que foi formada a Colônia Federal Ivay ganhou novas feições. O que até então existia somente como materialidade física passou a ganhar forma e definição a partir das ações humanas que ali se estabeleceram. De fato, conforme José D’ Assunção Barros<sup>68</sup>, o espaço é *a priori*, mas não deixa de ser uma construção social. Ganha forma e definição a partir das ações humanas que se estabelecem em um determinado ambiente.

Embasado nesta concepção, o espaço físico enquanto território pode ser construído e reconstruído socialmente de acordo como as pessoas se organizam e atribuem determinados significados. Por isso o espaço físico nunca é definitivo

---

<sup>66</sup> IAROCHINSKI, Ulisses. Op.Cit. p. 92-93.

<sup>67</sup> KALATAI, Lobacz Catarina. Entrevista concedida a Lucimara Kóss em 23 de junho de 2008.

<sup>68</sup> BARROS, José D’ Assunção. **História, região e espacialidade**. In: Revista de História Regional 10 (1): 95-129, Verão, 2005.

devido a sua relação com o movimento constante das ações humanas. Segundo Odinei Fabiano Ramos, “partindo do princípio de que as formas e as estruturas do espaço geográfico provêm das ações humanas, podemos perceber que o homem imprime seu modo de vida, suas singularidades culturais, criando ou transformando seu modo de se relacionar com os outros”.<sup>69</sup>

O mesmo equivale para a ideia de região, esta não é apenas uma delimitação geográfica, é uma construção social baseada em valores culturais<sup>70</sup>. Nesse sentido, os imigrantes se apropriaram do espaço que já sofria intervenção humana por índios e afrodescendentes, e o reconstruíram através da divisão de lotes, construções de igrejas, moinhos, escolas, casas, atribuindo determinados significados a cada um deles. Desse modo, em meio às ações dos imigrantes o espaço anterior à colônia foi sendo reorganizado, redefinido e aos poucos “ganhou” novas delimitações e feições. Os colonos se apropriaram do território transformando-o em um espaço significativo de acordo com as suas características culturais.

O espaço da colônia Ivay passou a ser palco de reprodução das desavenças ocasionadas pelas disputas de terras na Europa. Cenário de divergências culturais e religiosas existentes entre os ucranianos e poloneses antes da imigração. Por vários períodos a Polônia dominou o território que constituía a Ucrânia, concentrou as terras nas mãos dos latifundiários poloneses que subjugaram grande parte da população com um sistema de produção arcaico baseado no sistema de servidão. Apesar da dominação do Império Austro-Húngaro, muitas propriedades continuaram nas mãos dos poloneses persistindo este modo de produção. Esses conflitos atravessaram o Atlântico e foram reproduzidas na apropriação, delimitação e repartição do território. Dividiam os povos dessa colônia principalmente através das construções de igrejas do rito bizantino e do rito latino, de escolas do ensino ruteno e do ensino polonês.

Apesar dos conflitos a colônia não deixou de se desenvolver e isso pode ser observado nos dados da tabela 3 logo a seguir.

---

<sup>69</sup> RAMOS, Odinei Fabiano. **Ucranianos, poloneses e “brasileiros”**: fronteiras étnicas e identitárias em Prudentópolis/PR. Dissertação de mestrado. São Leopoldo: Unisinos, 2006, p. 10.

<sup>70</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. 2009.

**Tabela 3 – Número de casas particulares, escolas, templos, máquinas, carroças, estabelecimentos comerciais e industriais existentes até o ano de 1915.**

ESPECIFICAÇÃO	SEDE	LOTES RURAIS
Casas particulares	60	20
Templos	2	2
Armazéns de secos e molhados	6	16
Açougues	1	0
Oficinas de Alfaiate	2	1
Oficinas de ferreiros	3	1
Oficina de carpinteiros	2	1
Sapataria	3	1
Selaria	1	0
Funileiro	1	0
Fabrica de cerveja	1	0
Fabrica de gasosa	1	0
Escolas primárias	2 <sup>71</sup>	0
Carroças		180
Moinhos hidráulicos		2
Máquinas de picar palha		20
Engenho hidráulico de cerrar madeira		1
Uma máquina de beneficiar arroz		1

Fonte: Registro de casas particulares, escolas, templos, máquinas, carroças, estabelecimentos comerciais e industriais, realizado pelo Zelador da Colônia Rogaciano Antunes Ribeiro no ano de 1915. Localização dos registros: A. P. M. I. Org.: KOSS, Lucimara. 2012.

A tabela acima permite visualizar uma disparidade entre as informações dos registros feitos pelo zelador da colônia em 1915. Enquanto na tabela (1) um 171 pessoas residiam na sede e 3.527 em lotes rurais, a tabela 3 apresenta 60 casas na sede e apenas vinte em lotes rurais. A divisão do número de casas que existiam em lotes rurais por habitantes, apresenta um número de 176 habitantes por residência. Por um lado, essas informações demonstram que o zelador da colônia simplesmente poderia ter calculado o número de residências existentes em lotes rurais sem

<sup>71</sup>O zelador da colônia ressalta em vários documentos que uma escola correspondia ao ensino polaco e outra ao ruteno (ucraniano), destacando que não existia escola do ensino português. Outros documentos relatam que no ano de 1917 as escolas particulares que lecionavam língua estrangeira foram fechadas, passando a existir duas escolas públicas de ensino português na sede da colônia.

percorrer as linhas, e por outro que algumas pessoas tinham casas em lotes rurais e na sede, segundo conversas com antigos comerciantes que tinham seus armazéns localizados na sede, essa era uma prática comum entre eles, possuir duas propriedades. A troca de mercadorias por suínos entre consumidor e comerciante, gerava a necessidade da produção do milho. Até reunir um número significativo de animais para serem tocados a pé até Ponta Grossa pelos carroceiros, os porcos eram tratados pelo dono da venda. Isso fazia com que muitos donos de armazéns tivessem uma residência em lote rural para trabalharem alguns dias da semana na lavoura e aumentar os lucros.

O fato de as informações entre o número de residências e habitantes em lotes rurais não conferirem, coloca em xeque a confiabilidade da documentação escrita para aqueles que defendem que o estudo historiográfico deve ser fundamentado exclusivamente por meio dela. Isso justifica o fato de nesta pesquisa optar-se pelo cruzamento de fontes orais e escritas, para obter dados mais seguros em relação ao passado. Esta complementaridade entre as duas modalidades de fontes permitiu questionar alguns dados e buscar novas informações além das apresentadas nos relatórios do zelador da colônia, exemplo disto é número de escolas e templos.

De acordo com a tabela 3, em 1915 a colônia dispunha de duas escolas primárias, ambas localizadas na sede, uma do ensino polaco e outra do ensino ruteno. Por um lado, as escolas que inexistiam na área rural, poderiam ser consideradas algo dispensável no período. Por outro, o fato de não haver registro de escolas em lotes rurais não elimina a possibilidade de essas terem existido. Em relatos orais obteve-se informações que questionam estes dados, pois algumas pessoas afirmaram que existia escola no núcleo de São Roque e muitas vezes os “mais instruídos” ensinavam por conta própria. O mesmo equivale para a existência de igrejas neste período. Segundo o levantamento do zelador, em 1915 existiam dois templos na sede e dois em lotes rurais. Na sede um era do rito latino, construído pelos poloneses, e outro do rito bizantino, construído pelos ucranianos. Os dois templos existentes em lotes rurais estavam localizados no núcleo de São Roque, e do mesmo modo que na sede, um era do rito latino e outro bizantino.

O número de templos descritos no relatório realizado pelo zelador da colônia e que em seguida deveria ser enviado ao presidente do Estado, correspondia somente aos que foram erguidos por imigrantes. O zelador não incluiu nos relatórios

o templo que foi erguido por afrodescendentes em São Roque em um período anterior a imigração. Isso demonstra a existência de conflitos étnico-culturais no espaço que constituía a colônia. Mesmo existindo um templo do rito latino erguido pelos afrodescendentes que habitavam a região em que foi instalado o núcleo de São Roque, os imigrantes construíram mais um do rito latino e outro do bizantino. Hoje uma igreja do rito latino fica em São Roque centro e outra em São Roque Bairro (espaço em que, recentemente, foi demarcada a área quilombola).

Além destas questões, as informações da tabela 3 permitem analisar como a zona rural era dinâmica, pois possuía casas comerciais em número muito superior aos da sede. Embora haja estabelecimentos na Sede que não existem na zona rural, como por exemplo, fábrica de cerveja e gasosa que estava localizada na linha Bom Jardim que não tem seus lotes demarcados no mapa 2 devido ao fato de Bom Jardim ser distrito de Ipiranga, esses produtos seriam fornecidos nos armazéns sem a necessidade de haver uma fábrica. Os armazéns de secos e molhados forneciam quase tudo o que era necessário para a vida no campo. Ali, poder-se-ia encontrar tecidos e transformá-los em um vestuário de missa, um par de sapatos para proteger os pés durante as longas caminhadas, uma peça de carroça feita numa ferraria ou uma ferramenta para o trabalho, um litro de cachaça, remédio, café e tudo que era necessário para a sobrevivência. Os produtos de primeira necessidade, relacionados na sua maioria aos gêneros alimentícios, de consumo diário, gerando a necessidade da proximidade dos armazéns.

Em um período em que as estradas eram precárias, inexistentes em alguns trechos, e que o transporte era feito de carroça, no lombo de uma montaria ou a pé, é compreensivo, ao contrário do que ocorre atualmente, a esmagadora maioria dos armazéns ficarem na área rural. O armazém era o local onde se encontrava o necessário para a vida na colônia, era o elo entre a vida rural e o mundo exterior. A localização dos armazéns na zona rural era imprescindível, pois o bodegueiro permutava mercadorias sem a necessidade do dinheiro propriamente dito<sup>72</sup>. Nestes locais tudo o que era produzido na colônia poderia ser trocado por novos produtos.

---

<sup>72</sup> Para melhores informações sobre este assunto ver capítulo três.

### 1.2.2 Produção econômica

Um dos objetivos do Estado ao instalar a colônia de Ivay, assim como outras colônias paranaenses, era diversificar sua economia, basicamente pela produção de alimentos. Os colonos produziam tanto alimentos trazidos da Europa, quanto os que já existiam no Brasil. Uma parte desta produção era utilizada para o próprio consumo e o excedente era trocado nos armazéns por novos produtos e exportado para outras regiões.

Segundo dados do relatório feito pelo zelador em 31 de dezembro de 1915, até esse período os colonos se ocupavam principalmente com a produção de: trigo, centeio, milho, feijão, arroz, trigo mourisco, cera, mel, batatas, ervilha, mandioca, cevada, videiras, aveia, alho, hortaliças e erva-mate. Em 1918 aparece o cultivo de novos produtos, entre estes o fumo e a cebola como demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 4 – Produção agrícola relativa ao ano de 1918.**

Cultura	Hectares	Quantidade	Valor	Exportada	
				Quantidade	Valor
Trigo	690	1.400.700 L	420.210.000 réis	400.700	120.210.000
Centeio	420	979.860 L	195.072.000 réis	350.000	70.000.000
Milho	2.690	3.715.400 L	260.078.000 réis	2.715.000	150.050.000
Feijão	690	641.700 L	128.340.000 réis	400.000	80.000.000
Arroz	150	360.000 L	72.000.000 réis	200.000	40.000.000
Trigo fagopyro	75	248.000 L	29.760.000 réis	48.000	5.760.000
Painço	50	102.650 L	10.265.000 réis	50.000	5.000.000
Cevada	80	203.200 L	40.640.000 réis	150.000	30.000.000
Aveia	80	260.760 L	26.976.000 réis	100.000	10.000.000
Linho	75	27.000	4.050.000 réis	15.000	2.250.000
Ervilha	65	26.000 L	3.900.000 réis	20.000	3.000.000
Batatinha	310	167.400 L	16.740.000 réis	100.000	10.000.000
Batata doce	100	66.600 Kg	6.660.000 réis	–	–
Mandioca	500	208.300 Kg	31.245.000 réis	100.000	15.000.000
Paineira	300	9.000 L	2.700.000 réis	–	–

Fumo	100	2.600 Kg	5.200.000 réis	200	4.000.000
Cebola	30	53.040 Kg	15.912.000 réis	30.000	9.000.000
Alho	50	6.000 Kg	1.200.000 réis	500	100.000

Fonte: RIBEIRO, Rogaciano Antunes. Relatório da produção agrícola de 1915. A. P. M. I. Org.: KOSS, Lucimara, 2012.

Além desses alimentos consta em relatórios desse período a produção de 24.180 dúzias de ovos, 11.700 Kg de cera, 7.800 litros de mel, 30.000 quilos de erva-mate e 5.220 litros de leite.

As informações da tabela 4 mostram que a plantação do trigo e do centeio era difundida abrangendo uma área de aproximadamente 1.410 hectares. Esses dois produtos só eram inferiores as plantações de milho. A alta produção do milho, em relação aos demais produtos, poderia estar associada ao fato de ser uma mercadoria que era comercializada nos armazéns, trocada por novos produtos, e que servia como alimento para os animais (porcos, cavalos, vacas, galinhas).

Apesar do destaque do milho na produção econômica da colônia, a economia ivaiense se mostrava bastante diversificada. Se a intenção do governo era povoar a região e produzir alimentos diminuindo a carestia de gêneros alimentícios, o objetivo estava sendo alcançado. Pois apenas parte dessa mercadoria ficava na colônia como atestam os dados de exportação da tabela 4. Além disso, como será visto adiante, mesmo a mercadoria que ficava na colônia ganhava *status* de moeda. A pessoa que precisava de algo que não era produzido por ela como, por exemplo: sal, querosene ou tecidos, trocava o excedente de sua produção por aquilo que necessitava nos armazéns movimentando o mercado interno.

Além desta produção, os colonos se ocupavam com a criação de suínos, caprinos, “lanígeros”, muares, cavalos, aves, colmeias e *vacum*. Até 31 de dezembro de 1915 existia o seguinte número de animais:

**Tabela 5 – Quantidade e espécie de animais existentes na Colônia Federal Ivay até dezembro de 1915.**

ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR
Vacum	685	41: 100.000 réis
Cavalos	680	47: 500.000 réis
Muar	30 cabeças	4: 500.000 réis

Suíno	6.200 cabeças	124: 000.000 réis
Caprino	80 cabeças	400.000 réis
“Lanígero”	25 cabeças	250.000 réis
Aves	18.200 cabeças	9: 100.000 réis
Abelhas	4.400 colmeias	8: 800.000 réis
<b>Total</b>	<b>30.300</b>	<b>235: 650.000 réis</b>

Fonte: RIBEIRO, Rogaciano Antunes. Quadro demonstrativo elaborado sobre as criações de animais e aves existentes na Colônia Federal Ivay em 31 de dezembro de 1915. Localização do quadro demonstrativo: A. P. M. I.

Conforme a tabela acima, a grande criação de cavalos e mulas pode ser relacionada às atividades agrícolas e dos carroceiros, que será abordada em outro intertítulo. A criação de gado *vacum*, também estava relacionada ao trabalho agrícola, pois uma junta de bois é mais forte que uma parelha de cavalos, mas com a desvantagem de menor agilidade, o gado era criado mais em função da carne, leite e couro.

A grande criação de aves, muito provavelmente galinhas na sua maioria, se devia a facilidade do manejo, a produção de ovos, carne e a troca nos armazéns por outros produtos. Nos *livros caixa* constam informações relativas ao fato de que muitos colonos trocavam as galinhas e os ovos por café, açúcar, farinha, tecidos. Entre as aves vale destacar a criação de gansos e patos. Estes também constam nas listas comerciais como moedas de troca. Se das galinhas aproveitava-se os ovos para a alimentação, dos gansos e patos aproveitava-se as penas. Segundo fontes orais, muitas vezes os colonos se dirigiam até o armazém, adquiriam um pedaço de tecido e transformavam as penas em cobertas e travesseiros.

Percebe-se que o imigrante aprendeu rápido a utilizar os recursos naturais da colônia, isso pode ser observado no número expressivo de colmeias. Entretanto, de todos os animais criados na colônia, nenhum terá mais valor, conforme atesta a tabela, que o suíno. Em tempos sem luz elétrica e sem os óleos comestíveis de origem vegetal, o porco era de suma importância na alimentação dos moradores da região. A banha do porco era usada no preparo dos alimentos e ao mesmo tempo era um conservante natural da carne. A carne suína cozida e armazenada em latas era recoberta com banha o que garantia sua conservação. O suíno tinha um valor enorme na economia local, uma verdadeira “moeda ambulante” como será visto mais adiante.

A tabela 4 (relação dos produtos) e 5 (número de animais) mostram o que a população estava plantando e criando. Eram esses produtos que movimentavam os armazéns de Ivay e interligavam a colônia a centros consumidores maiores tais como Ponta Grossa. Portanto, além das colônias de imigração terem contribuído para o povoamento e diversificação econômica, estas propiciaram o desenvolvimento do mercado interno.

A permuta de produtos na bodega unia e socializava no balcão quem vivia longe e quem tinha etnia diferente. Os donos de armazéns e carroceiros freiteiros, como exposto adiante, eram os grandes interessados na criação de porcos. O colono tinha no suíno um capital valioso para obter na bodega o que lhe faltava. Os comerciantes tinham nessa moeda ambulante uma garantia de poder abastecer seu estoque. O porco não era mercadoria que encalhava era moeda viva.

Isso justifica a grande produção de milho apresentada na tabela 4. O que não se colhia para o consumo, para o trato de outros animais ou para vender no armazém, (pois o bodegueiro muitas vezes tinha sua própria criação de porcos), era usado na engorda do suíno pelos safristas. O milho servia de alimento para esses animais que muitas vezes eram engordados a solta no milharal, e em seguida trocados nos armazéns por outros produtos ou conduzidos a pé até Ponta Grossa para serem comercializados.

Os produtos e animais da colônia Ivay, além de serem consumidos eram trocados localmente por outros produtos nos armazéns. Este sistema de trocas era recorrente no meio rural em épocas anteriores a monetarização da economia. Portanto, não era um sistema desconhecido dos imigrantes que vinham de regiões europeias ainda não atingidas totalmente pela economia de mercado.<sup>73</sup>

As trocas se intensificaram com o transporte de mercadorias realizado por carroceiros. Neste sentido, os armazéns, os produtos agrícolas, a criação de animais, os safristas, os carroceiros, os comerciantes e a população em geral, formavam uma rede, ou seja, uma cadeia produtiva entrelaçada. Pensar os espaços simbólicos dos armazéns, mais adiante, passa por essa relação de interdependência e de redes econômicas e sociais.

---

<sup>73</sup> Andrezza, Maria Luiza. Op. Cit.

## CAPÍTULO II

### AS TROCAS E O SURGIMENTO DOS ARMAZÉNS

*Os habitantes da ilha da Utopia, “embora saibam com precisão rigorosa a quantidade de víveres necessária ao consumo de cada cidade ou província, não deixam, contudo, de semear grão e de criar gado, para além desse consumo, partilhando o excedente com as províncias vizinhas. Quanto às coisas necessárias que não se podem encontrar no campo, vão buscá-las à cidade [...] Quando chega o tempo de colheitas, os filarcos, chefes das comunidades agrícolas, fazem saber aos magistrados das cidades o número de braços de que necessitam para a colheita, e que lhes serão enviados pela cidade, no dia marcado, fazendo-se a colheita num só dia, se o tempo estiver propício.”*

*Thomas More*

#### 2.1 As feiras e as primeiras casas comerciais

Os habitantes que se estabeleceram em Ivay em fins do século XIX e início do XX buscaram soluções para amenizar o isolamento e a precariedade da colônia. Uma das alternativas encontradas para diminuir as dificuldades do cotidiano, foi o desenvolvimento, como dito anteriormente, de um sistema de trocas de alimentos e de trabalho.

Nesse caso, define-se troca como todo ato entre duas ou mais pessoas em que se dá e ao mesmo tempo se recebe algo. Portanto, de acordo com Leroy-Beaulieu, o comércio nada mais é do que a:

[...] sistematização da troca; a transformação de atos ocasionais aos quais se submetiam, com grandes dificuldades, todos os membros da sociedade nesta função em especial, perante que ora é atribuído a apenas alguns indivíduos e que absorve todas as atividades existentes no meio social. O comércio faz profissão de se aplicar unicamente ou principalmente na preparação e na realização de trocas.<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> BEAULIEU, Leroy. **Traité théorique et pratique d'économie politique**. Vol.3, 4ª ed. Paris: Guillaumin, 1905. Apud. DEAECTO, Marisa Midori. **Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.p.92.

Segundo Fernand Braudel, um dos lugares privilegiados para observar o “jogo das trocas”, teriam sido as feiras das cidades europeias existentes entre os séculos XVI e XVIII. Nesses locais estabelecia-se todo tipo de troca entre os indivíduos que as frequentavam. Conforme o autor:

[...] a feira é o centro natural da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem alguns incidentes, depois processos reveladores de cumplicidades, é nela que ocorrem as pouco freqüentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudentes, é nelas que circulam as novidades políticas e as outras [...] A feira é também o lugar predileto dos acordos de negócios ou de família [...] Basta a sabedoria dos provérbios para provar que a feira e o mercado se situam no centro de uma vida de relações [...]<sup>75</sup>

Como está explícito nas colocações de Braudel, as feiras eram lugares em que as pessoas iam adquirir o que necessitavam para a sua sobrevivência, entretanto ao mesmo tempo constituíam-se em espaços de convivência, lugares em que se poderia negociar algo, jogar conversa fora, beber, distrair-se. As feiras de “muare” realizadas anualmente do século XVIII até o final do XIX em território brasileiro, mais especificamente em Sorocaba atual cidade do Estado de São Paulo, é uma boa exemplificação de como as feiras eram espaços dinâmicos que não se restringiam somente ao ato de compra e venda. Nas palavras de Rafael Straforini,

A feira de muare era um acontecimento que congregava milhares de pessoas em Sorocaba. Muitas dessas pessoas não se fixavam na cidade apenas para comprar ou vender muare. A cidade oferecia muito mais aos seus visitantes, como os espetáculos artísticos, jogos de azar e esportivos (cavallhada, entre outros que envolviam cavalos), bares, bordéis, inúmeros estabelecimentos comerciais e manufatureiros. Ela havia se especializado na produção de algumas mercadorias, como rede, arreios, sacada, (selas de madeira chapeadas à prata), facas, ponches, e mantos. Num país estruturalmente agrícola, a dinâmica urbana em Sorocaba, pelo menos no período da feira, era o paraíso para quem desejava estar em contato e misturar-se com o povo, poder comprar e/ou vender, estabelecer negócios futuros, emprestar dinheiro e/ou contrair dívidas, se divertir, encontrar novos amores e/ou inimigos.<sup>76</sup>

Historicamente, por volta do século XVI, o amplo espaço das feiras que ofertavam produtos secos e molhados, tendeu a ser reduzido aos limites de uma loja ou armazém mantendo-se as mesmas funções. Isso porque, com o crescimento da população as trocas aumentaram gerando a necessidade de transformar as feiras em comércios fixos.

<sup>75</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. Tradução Telma Costa – São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.16.

<sup>76</sup> STRAFORINI, Rafael. Op. Cit. p. 109.

Em decorrência deste processo todas as cidades foram levadas a construir mercados permanentes, diferente das feiras que eram realizadas uma ou duas vezes por semana. Os armazéns surgiram da necessidade de armazenar as mercadorias perante esse crescimento. Para Braudel, neste caso, o armazém é:

[...] uma loja de categoria superior, mas ainda assim uma loja, cujo dono é mercador por atacado, o mercador “atacadista” ou, como em breve se dirá com mais elegância, o “negociante”. À porta do armazém, as mercadorias são entregues aos revendedores em grandes quantidades, “amarradas”, diz-se, sem que os fardos cheguem a ser abertos. Quando se inicia este comércio por atacado? Talvez em Antuérpia, no tempo de Ludovico Guicciardini (1567)? Mas qualquer cronologia estreita a esse respeito é inevitavelmente discutível.<sup>77</sup>

Nesse sentido, o termo armazém pode ser entendido como lugar em que as mercadorias são armazenadas e comercializadas em grande e pequena quantidade. Diferentemente das feiras que eram realizadas semanalmente – ou feiras maiores realizadas uma ou duas vezes por ano –, nessas vendas as mercadorias passaram a serem ofertadas todos os dias no mesmo lugar e no mesmo horário.

Apesar de terem sido substituídas, mas não totalmente eliminadas (em algumas sociedades ainda existem feiras que são realizadas periodicamente), as feiras foram de fundamental importância para o surgimento dos armazéns e para o desenvolvimento de vilas. Como exemplo dessa influência pode-se citar mais uma vez as feiras anuais de Sorocaba. Muitas das primeiras vendas surgiram atreladas a este tipo de comércio. Em torno das feiras de muares foi se estabelecendo uma série de casas comerciais que procuravam ofertar os mais variados produtos e oferecer vários tipos de serviços para aqueles que chegavam a Sorocaba de diversas regiões do país. Além das vendas com pontos fixos que iam surgindo e se multiplicando no transcorrer dos dias, anos e séculos, surge o comerciante ambulante. Esses carregavam de tudo um pouco no lombo de seus burros e transitavam pela vila de Sorocaba negociando os produtos com aqueles que encontravam sobre o espaço da feira.

Além de influenciar no desenvolvimento do comércio de Sorocaba, as feiras contribuíram para o surgimento de armazéns em diversas regiões do país. Isso se deu devido ao fato de ser um mercado interno movimentado por tropeiros de vários lugares. Estes sujeitos interligavam o Brasil de Norte a Sul conduzindo gado bovino, equino, muar e transportando mercadorias como charque, carne verde, couro e

---

<sup>77</sup> BRAUDEL, Fernand. Op. Cit. p. 77.

muitos outros produtos para serem comercializados nas feiras de Sorocaba. Conforme afirma Straforini:

A Sorocaba cabia a comercialização dos muares que vinham em grande quantidade dos campos de criação ainda xucros. Desta forma, organizou-se uma feira anual para a comercialização desses animais que atraía pessoas vindas de todos os cantos do Brasil para a compra dos animais, para participar das festas e para comprar produtos manufaturados. Todas as atividades econômicas estavam voltadas para a feira de muares, possibilitando o surgimento de inúmeras oficinas de produtos manufaturados voltados para os tropeiros e para os demais freqüentadores da feira, como redes, arreios, facas, facões, prataria, tecidos rústicos, etc. Os estabelecimentos comerciais também eram abundantes, possibilitando para alguns o enriquecimento [...].<sup>78</sup>

As tropas partiam dos campos de invernada do Rio Grande do Sul nos meses de setembro e outubro. Eram conduzidas principalmente pelos caminhos do Viamão ou de Palmas que cortavam os atuais Estados de Santa Catarina e do Paraná. Após chegarem a São Paulo no mês de março, eram direcionadas para as feiras de Sorocaba e comercializadas entre os meses de abril e junho. Dali os animais eram vendidos para os compradores de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, entre outros lugares, e seriam utilizados principalmente em atividades ligadas a mineração, ao transporte e abastecimento interno de mercadorias, no cultivo de cana-de-açúcar, nas lavouras de café, no escoamento das produções até os portos de exportação e muitas outras atividades.

Os caminhos percorridos do Sul até Sorocaba eram longos e difíceis. Além de passarem por percursos estreitos semiabertos no meio da mata fechada, havia o perigo de as tropas serem atacadas por saqueadores, por animais selvagens, de ficarem presas em atoleiros, de atravessarem rios, de perderem peso ou estropiarem. Do mesmo modo corria-se o risco dos produtos deteriorarem. Essas mercadorias poderiam ser danificadas durante a travessia de rios, atoleiros ou até mesmo entrar em contato com a água da chuva e estragar.

Essas dificuldades nos trajetos não se restringiam somente ao comércio de tropas exercido a longa distância pela rota do Viamão ou de Palmas, muitos carroceiros tropeiros que conduziam suínos e transportavam mercadorias por caminhos curtos também sentiam os perigos das viagens. A ênfase dada na historiografia ao comércio de tropas que ligava o Sul a Sorocaba e aos centros mineradores, tem apagado esse comércio de tropas realizado a curta distância

---

<sup>78</sup> STRAFORINI, Rafael. Op. Cit. p. 16.

envolvendo colônias de imigração e a própria movimentação de mercadorias em locais que se encontravam fora destas rotas. Devido a esta questão, ignora-se o fato de que muitos armazéns do interior foram abastecidos por tropeiros e carroceiros a curta distância. Do mesmo modo, se desconhece a importância dos carroceiros para o desenvolvimento do mercado interno. Esses sujeitos, grande maioria proveniente de colônias de imigração implantadas pelo governo a partir de meados do século XIX e início do XX, introduziram a carroça<sup>79</sup> no Brasil e se constituíram em peças-chaves para o desenvolvimento do comércio paranaense. Com suas carroças e muares, estes agentes do comércio penetravam mata adentro e interligavam as esparsas colônias de imigração a centros consumidores maiores tais como Curitiba e Ponta Grossa. Vendiam o excedente da produção agrícola e outros artigos produzidos nas colônias, proporcionando a oferta e a diversificação de mercadorias em muitas casas comerciais. Dessa forma, trabalhavam dentro do que as políticas imigratórias almejavam: a diversificação da economia, o aumento de gêneros alimentícios agrícolas e o desenvolvimento do mercado interno.

Nesse sentido, a importância dos tropeiros não se restringia somente a venda das feiras, muitos iam além e movimentavam as relações comerciais de outras regiões do país. Os próprios sujeitos que eram responsáveis por abastecer as feiras de Sorocaba, não se restringiam somente a este centro consumidor, pois abasteciam povoados que se dedicavam a mineração em diferentes regiões.

O desenvolvimento da mineração fez com que a demanda por muares ganhasse importância a partir do início do século XVIII. Em função da adaptabilidade ao relevo acidentado e da resistência das mulas, estes animais eram utilizados tanto para escoar a extração de metais e as demais produções até os portos de exportação, quanto para levar gêneros de primeira necessidade até esses lugares.

Como foi visto no primeiro capítulo, a descoberta de ouro no interior de Minas Gerais atraiu pessoas de todos os cantos do Brasil. A partir do início do século XVIII uma quantidade significativa de pessoas migrou para as regiões auríferas com a expectativa de enriquecer rapidamente, e automaticamente vários núcleos coloniais ficaram despovoados. Segundo Straforini, “o êxodo migratório para as minas foi intenso, tornando-se, em pouco tempo, as regiões com maior população

---

<sup>79</sup> Neste caso, a introdução da carroça como meio de transporte no Brasil é proveniente de imigrantes de origem polonesa.

da colônia e das Américas, gerando problemas imensos principalmente no transporte e no abastecimento [...]”.<sup>80</sup> A falta de mão de obra voltada para a produção agrícola e de meios de transporte que levassem produtos território adentro até os locais de mineração, acabou gerando uma crise de abastecimento interno.

Na tentativa de resolução desse problema, primeiramente utilizou-se o índio e o negro como meio de transporte. Com o crescimento da população residente em áreas de mineração e automaticamente do próprio consumo de mercadorias, a demanda aumentou e o transporte humano foi substituído pelos muares. Dessa forma, além de se dirigirem para as feiras anuais de Sorocaba, os tropeiros transportavam mercadorias no lombo de burros e mulas até os locais voltados para a mineração<sup>81</sup>.

Em fins do século XVIII, com a crise da mineração e desenvolvimento de outras atividades, o comércio de tropas e gêneros alimentícios que antes era direcionado para Minas Gerais, sofreu um processo inverso. Tropas e produtos agrícolas passaram a sair de várias regiões mineiras rumo ao Rio de Janeiro. Nas palavras de Alcir Lenharo, “o movimento da estrada tendeu a inverter-se, passando o fluxo de mercadorias a orientar-se para o mercado carioca. Começam a descer significativas quantias de gado, porcos, carneiros, toucinho, e queijos, além de outros gêneros de subsistência [...]”<sup>82</sup>

Este fluxo de mercadorias entre Minas e Rio, se intensificou a partir da primeira década do século XIX, mais precisamente em 1808 perante a instalação da Família Real. Com a fixação da Corte o Rio de Janeiro se tornou um centro consumidor maior e novas estradas foram abertas para facilitar o escoamento de mercadorias. Aumentou o número de tropeiros que saíam de Minas, São Paulo, Bahia entre outras regiões, transportando gêneros alimentícios e conduzindo animais que seriam englobados na alimentação da corte e de todos os diplomatas, estratos burocráticos, militares que ali se fixaram.

Além de se tornar consumidora de produtos oriundos da terra brasileira, a corte trouxe consigo novos hábitos gerando a necessidade dos comerciantes (principalmente donos de armazéns) ofertarem produtos mais sofisticados aos seus

---

<sup>80</sup> STRAFORINI, Rafael. Op. Cit. p. 46.

<sup>81</sup> Vale ressaltar que muitos dos animais que eram comercializados nas feiras de Sorocaba, além de serem utilizados como meio de transporte, também acabavam sendo utilizados como força de trabalho na atividade mineratória, canavieira, cafeeira entre outras.

<sup>82</sup> LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 58-59.

consumidores. Nesse sentido, a presença da corte foi um dos principais elementos responsáveis por tornar o Rio de Janeiro o entreposto comercial mais importante da época. O cotidiano dos comerciantes do Rio de Janeiro alterou-se de maneira significativa. Estes tiveram que reinventar o modo de fazer comércio e readaptar o comércio de secos e molhados aos novos tempos. Os navios que partiam de Lisboa e aportavam no Rio, traziam os mais variados produtos para serem comercializados, entre estes: vinho, azeitona, bacalhau, tecidos finos, utensílios domésticos. A instalação da corte fez com que o Rio de Janeiro se tornasse um importante centro consumidor de produtos importados. Conforme afirma Alcir Lenharo:

O Rio de Janeiro era então o maior centro de importação/exportação do país, polarizador da produção das regiões circunvizinhas, além de entreposto de gêneros oriundos do Sul, do Prata e da África portuguesa. Um número significativo de navios aportava no Rio de Janeiro para aí se abastecerem. O movimento do porto se completava a redistribuição para outros centros de consumo de uma parte de suas importações, efetivada através da cabotagem e do comércio interior, estruturado sobre a organização mercantil das tropas de mulas.<sup>83</sup>

Apesar de os tropeiros se dirigirem para a corte carioca e esta se constituir em um importante entreposto comercial, o abastecimento de gêneros de primeira necessidade era precário. A distância entre as áreas produtivas e o centro consumidor era longa, o transporte era lento e as estradas eram mal conservadas, em muitos casos se constituíam em simples carreiros. Essa escassez de gêneros se agravou com a explosão da economia cafeeira a partir de meados do século XIX, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo.

A cafeicultura concentrou grande parte da mão de obra diminuindo a produção de outros gêneros alimentícios, e dos próprios muares que passaram a ser utilizados no escoamento do café até os locais de exportação e mais tarde até as locomotivas. Portanto, também é em decorrência desse processo que a mão de obra imigrante passou a ser vista como uma das soluções para a diversificação da economia brasileira. O intuito era trazer imigrantes para povoar o território, assegurar a posse e diversificar a economia acabando com a escassez de gêneros alimentícios.

Como visto no primeiro capítulo, este fluxo imigratório se intensificou a partir de meados do século XIX. Com a proibição do tráfico negreiro em 1850, a promulgação da lei do Ventre Livre em 1871 e abolição da escravidão em 1888,

---

<sup>83</sup>Idem LENHARO, Alcir, p.42.

desenvolveram-se políticas imigratórias que tinham principalmente como intuito a substituição da mão de obra escrava e a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Essa fora uma das alternativas buscada para sanar a falta de alimentos ocasionada pela concentração de mão de obra nas fazendas de café.

Apesar de estar voltada para o abastecimento interno, a função dos tropeiros não se limitava somente ao transporte de mercadorias e condução de tropas de animais. No decorrer dos trajetos estes sujeitos passavam por muitos vilarejos. Saíam de regiões interioranas e entravam em contato com as novidades das feiras de Sorocaba, das áreas de mineração e até mesmo com a sociedade em que a corte vivia. Em uma época de extrema carência de meios de comunicação, eram homens que transportavam notícias de um lugar para o outro. De acordo com Ruy Christovam Wachowicz,

O tropeiro desempenhava por conta própria o trabalho do correio, numa época em que o mesmo era praticamente inexistente no interior; era o homem que trazia as notícias dos últimos acontecimentos aos vilarejos por onde passava; era também o portador de bilhetes, recados e o intermediário de muitos negócios.<sup>84</sup>

Em meio às idas e vindas destes agentes do comércio foram surgindo pousadas e estabelecimentos comerciais, como afirma Rafael Valdomiro Greca:

O passar das primeiras tropas favoreceu a fixação de pontos de parada, lugares de pousos, empórios de trocas, berço de algumas de nossas cidades. A beira dos caminhos, na Marinha e nos campos de serra acima, oferecendo aos tropeiros seus serviços, nasceram os ancestrais dos modernos armazéns.<sup>85</sup>

Segundo Straforini, as primeiras vendas que surgiram nas margens dos percursos tinham como um dos objetivos a oferta de produtos que suprissem as necessidades dos tropeiros e das tropas. De acordo com o autor, “na maioria, eram pequenos casebres construídos em pau-a-pique, muito rudimentares, com mercadorias simples e básicas para os tropeiros, como por exemplo: feijão, carne seca, feno, sal e milho para os animais.”<sup>86</sup> Algumas das vendas encontradas nos percursos eram maiores e ofertavam mercadorias diversificadas, entre estas:

<sup>84</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010, p. 128.

<sup>85</sup> MACEDO, Rafael Valdomiro Greca de. **Freguês de caderno**. Boletim informativo N° 8, fevereiro. Curitiba: Fundação cultural de Curitiba, 1970, p.2.

<sup>86</sup> STRAFORINI, Rafael. Op. Cit. p. 32.

alimentos, tecidos, bebidas, quinquilharias, chapéus, celas, arreios, facões, palha picada, e todo tipo de ferramentas úteis aos tropeiros.

Várias dessas casas comerciais surgiram em pontos estratégicos tais como nos pousos ou próximos a eles. Conforme diz Wachowicz: “nos locais destinados ao pernoite, estabeleciam-se negociantes, que construía algum cercado para alugá-lo ao tropeiro, para que os animais pudessem passar a noite sem perigo de extraviarem.”<sup>87</sup> No transcorrer dos dias novos moradores foram se estabelecendo em torno dos pousos diversificando a circulação de mercadorias, e as próprias relações comerciais internamente que pouco a pouco iam se desenvolvendo.

Além dos armazéns de viveres, surgiam estabelecimentos que ofertavam muitos outros tipos de mercadorias e serviços. Quase todos estavam voltados para as necessidades dos viajantes e dos tropeiros que por ali passavam. Assim abriam-se ferrarias, selarias, entre outros tipos de negócios. “Essa pequena, porém ativa população, proporcionava toda a assistência ao tropeiro e à sua tropa, fornecendo palha picada, milho, sal, feno etc.”<sup>88</sup>

Muitos desses pontos de paradas (pousos) acabaram se transformando em povoados dando início a várias cidades brasileiras. Entre essas se podem citar algumas das atuais cidades existentes no Estado do Paraná, tais como: Castro, Ponta Grossa, Lapa, Piraí do Sul, Jaguariaíva, entre outras.

Geralmente as pessoas se agregavam em torno das casas de comércio e procuravam fornecer algum tipo de serviço. Conforme Straforini,

Nas proximidades dos pousos, alguém construía uma palhoça, tornando-se um morador fixo, atendendo-se ao trabalho agrícola de subsistência e para o abastecimento das tropas, produzindo gêneros da terra como o feijão, mandioca, além do milho que era também fornecido como fração para os animais. Essa foi uma das poucas alternativas dada aos homens do campo, já que sua presença tornara-se indispensável para a permanência e continuação do tropeirismo. Prosperando, montava uma venda, abastecia-se melhor com outros produtos necessários para o cotidiano tropeiro e, lentamente formava-se um povoado ao seu redor. Progredindo e aumentando o número de casas ganhava autonomia política e administrativa até tornar-se vila e posteriormente cidade.<sup>89</sup>

Nesse sentido, muitos pousos, feiras e armazéns se constituíram no ponto central da organização e apropriação de um determinado espaço. Em volta deles desenvolveu-se o tecido social de muitas cidades brasileiras. Nestes termos, o

<sup>87</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. Cit. p. 126.

<sup>88</sup> Idem WACHOWICZ, Ruy Christovam. p. 127.

<sup>89</sup> STRAFORINI, Rafael. Op.Cit. p. 32.

comércio é um dos principais elementos que possibilita o desenvolvimento de redes de sociabilidade, nenhuma sociedade pode prescindir dele.

No Estado do Paraná um dos primeiros armazéns foi aberto por João de Almeida na cidade de Morretes no início do século XVIII.<sup>90</sup> À medida que os primeiros mineradores prosperavam, tornavam-se consumidores e necessitavam de casas comerciais que fornecessem os artigos necessários para sua sobrevivência. O mesmo equivale para os primeiros armazéns que apareceram na vila de Curitiba. Muitos tiveram seu surgimento atrelado às necessidades daqueles que estavam diretamente ligados à mineração e ao comércio de tropas. Além de ser passagem dos tropeiros que saíam dos campos criatórios do Rio Grande do Sul rumo a Sorocaba, muitos negociantes buscavam adquirir os animais nos campos de Curitiba, como afirma Straforini,

Cabia aos gaúchos a criação de animais, aos paranaenses o aluguel de campos para as invernadas, além de terem também campos criatórios e, aos paulistas, a comercialização nas feiras realizadas em Sorocaba, pois era a partir delas que esses animais eram distribuídos para todas as regiões articuladas na economia mercantil colonial. Enquanto no Sul a divisão territorial do trabalho gerou predominantemente criatório, no Brasil Central, o espaço era articulado em infinitas redes de rotas, possibilitando a comunicação e a inserção de lugares “perdidos” na economia brasileira e mundial.<sup>91</sup>

As tropas que partiam do Rio Grande do Sul para as feiras de Sorocaba, paravam nos campos de invernada para recuperarem o peso perdido durante a caminhada. No Estado do Paraná uma quantidade significativa de animais invernava principalmente nos campos de Castro, e em menor escala em Ponta Grossa, Lapa, Curitiba, entre outras regiões. Muitos viram nisso uma atividade lucrativa e passaram a viver do aluguel de seus campos para os tropeiros que por ali transitavam. Eduardo Suprinyak afirma que: “[...] Inúmeras estações de invernagem foram estabelecidas ao longo do trecho paranaense do caminho, dando origem a algumas das principais aglomerações urbanas da região.”<sup>92</sup> Enquanto os animais se recuperavam fisicamente, os arrieiros perambulavam tornando-se consumidores dos botecos e dos demais estabelecimentos comerciais que eram abertos com o objetivo de atender e lucrar sobre as necessidades desses sujeitos.

<sup>90</sup> MACEDO, Rafael Valdomiro Greca de. Op. Cit. p.2.

<sup>91</sup> STRAFORINI, Rafael. Op. Cit. p. 24.

<sup>92</sup> SPRINYAK, Carlos Eduardo. **Tropas em marcha: O mercado de Animais de Carga no Centro-Sul do Brasil Imperial**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008, p.33.

Além do desenvolvimento dos armazéns no Paraná estarem ligados principalmente aos caminhos das tropas, aos campos de invernadas, as feiras de Sorocaba, a mineração e ao abastecimento interno de alguns produtos transportados no lombo de muares para muitas regiões brasileiras, vale destacar um sexto elemento que influenciou no desenvolvimento do comércio de secos e molhados. A partir da segunda década do século XIX, a produção de erva-mate foi um dos principais produtos a movimentar a economia paranaense e fortalecer as relações comerciais. Conforme afirma Viera Santos:

[...] Repara-se para o aumento progressivo do comércio interno e externo de Paranaguá, que ali estava amortecido; nos últimos edifícios e prédios urbanos que ali se tem feito desde 1820, prometendo que em breve tempo chegará a enobrecer-se com a categoria de cidade, e já obteve a criação de Alfândega e Arsenal; veja-se os muitos edifícios que se fizeram na vila de Antonina, na freguesia de Morretes, e na vila de Curitiba, e pergunte-se, se tudo isso não deve atribuir a influência do comércio marítimo que foi produzido pela erva-mate?<sup>93</sup>

Com o dinheiro da venda da erva-mate para o mercado externo (Buenos Aires, Montevideu) o mercado interno ganhou força. Formou-se uma elite curitibana e os hábitos passaram por um processo de sofisticação gerando a necessidade de oferta de novos produtos nos armazéns. De acordo com Carlos Roberto Antunes dos Santos:

A burguesia do mate, beneficiada com o aumento das exportações e a alta do preço do produto, viu expandir os seus negócios e acelerar o processo de acumulação de capital. Em Curitiba, o setor importador de artigos de luxo aumenta as suas ofertas, como aparece cotidianamente nos anúncios da imprensa: champanhe, vinho tinto e conhaque da França, vinho branco e do porto de Portugal, cerveja inglesa, manteiga inglesa e francesa, presunto da Westplalia, queijo flamengo, sardinha de Nantes-França, conservantes portugueses, azeitonas de Elva, passas inglesas, etc. Outros artigos também importados, eram anunciados: charutos, capas de pelúcia e de seda, lenços de cambraia de linho, chales de seda, meias de seda para senhoras, botinas francesas para senhoras[...]<sup>94</sup>

Porém, se por um lado a liberação de capital da comercialização do mate proporcionou um aumento nas importações de produtos, por outro, agravou a crise de produção de gêneros alimentícios e causou uma diminuição na oferta de produtos agrícolas produzidos no Paraná. Houve um deslocamento de mão de obra

<sup>93</sup> SANTOS, Vieira. Apud. MACEDO, Rafael Valdomiro Greca de. **Freguês de caderno**. Boletim informativo N° 8, fevereiro. Curitiba: Fundação cultural de Curitiba, 1970, p. 3.

<sup>94</sup> SANTOS, Carlos Roberto Antunes. Op. Cit. p. 59.

para as atividades de exportação do mate e um certo abandono da agricultura de subsistência. Conforme afirma Carlos Roberto Antunes dos Santos:

[...] a economia do mate era impulsionada pelos interesses do comércio com o Prata. E toda uma euforia de produzir para exportar levou ao quase total abandono das atividades ligadas a produção de alimentos. Como consequência houve um certo desequilíbrio entre os setores comercial e de subsistência.<sup>95</sup>

Este desequilíbrio entre a produção que estava voltada para o mercado externo e interno, fortaleceu os projetos de imigração desenvolvidos pelo governo. O imigrante foi visto como solução para o abandono da agricultura de subsistência causada pela produção do mate. Este deviria ser instalado em pequenas propriedades agrícolas e produzir gêneros alimentícios para ser comercializado internamente e acima de tudo abastecer aqueles que se dedicavam as atividades de exportação.

Apesar da importância do capital decorrente da comercialização do mate, capital que possibilitou uma procura maior de mercadorias e a importação de produtos sofisticados para serem comercializados nas casas comerciais de Curitiba, vale ressaltar que esses fatores não influenciaram genericamente o surgimento e desenvolvimento de todos os armazéns no Estado, muitos deles nem sequer apresentavam ligação com estas atividades na hora e local em que foram abertos.

O mesmo equivale para o crescimento do comércio ocasionado pela erva-mate, esse não atingiu de forma homogênea todos os estabelecimentos comerciais, as mutações variam conforme o espaço social e a temporalidade de cada sociedade. De acordo com Milton Santos, “não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresa e instituições.”<sup>96</sup> Enquanto o comércio prosperava em Morretes e Curitiba, em algumas colônias de imigração como Ivay, as relações comerciais ainda passavam pelo processo de troca em que quase inexistia a moeda propriamente dita, e se ofertava produtos rústicos nos armazéns até meados da década de 1970.

O desenvolvimento do comércio nessa região esteve ligado diretamente ao sistema de troca sem o uso do capital pecuniário em pleno século XX, e ao comércio de tropas de suínos a curta distância. Dentre os primeiros moradores que se

---

<sup>95</sup> Idem SANTOS, Carlos Roberto Antunes, p.26.

<sup>96</sup> SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. Hucitec, São Paulo, 1997. p. 127.

estabeleceram na região, alguns passaram a se dedicar “exclusivamente” a atividade de “negociante” armazenando mercadorias em um cômodo da sua própria casa denominado armazém. Havia um processo de troca entre comerciante e consumidor de produto por produto. Portanto, o surgimento dos armazéns e os mercados dessa região, são consequências de um comércio iniciado sem o uso de capital pecuniário, resultado de um processo de troca de produtos entre os indivíduos.

Além dos produtos alimentícios, as relações de trabalho também passaram pelo mesmo processo de troca. Para diminuir a precariedade das técnicas de produção, os primeiros habitantes da região formavam “puxirões”. Em época de roçar a mata, plantar e carpir a lavoura, o proprietário reunia o maior número possível de pessoas para trabalhar em conjunto em sua propriedade. Conforme afirma Vladomiro Lobasz:

[...] Eu lidei muito aqui no Pinhalzinho com o meu compadre. Uma vez nós queríamos queimar dez alqueires e queimamos vinte. O compadre era muito de dizer: “quem que vai planta isso!” Eu disse: compadre fique ali no paiol, eu vou pego o burro e vou arrumar gente. Eu me dava muito com o povo. Fui e arrumei vinte pessoas para plantar. Foi sábado para segunda. Com quatro dias plantamos tudo. Ele ficou admirado e disse: “como você arrumou essa gente?” Eu disse: me do bem com o povo [...]<sup>97</sup>

Os trabalhadores ganhavam almoço e trocavam o dia de serviço, como é próprio ao sistema de “puxirão”. Ou seja, após o término da colheita, todos seguiam para outra propriedade. As trocas de mão de obra só cessavam quando todos entregavam o dia de serviço que estavam devendo um para o outro.

O sistema de troca desenvolvido nesta região se intensificou com o surgimento de alguns armazéns. À medida que iam sendo abertas, as casas comerciais se constituíam em uma espécie de entreposto de trocas. Primeiramente trocavam-se alimentos entre os vizinhos e com o surgimento dos armazéns as trocas começaram a ser monopolizadas pelos donos dos estabelecimentos comerciais. Quando necessitavam de algo os consumidores se dirigiam para os armazéns levando galinhas, ovos, milho, porco, feijão, balaios, batatinha, arroz, e muitos outros produtos, e trocavam com o dono da venda por aquilo que precisavam.

---

<sup>97</sup> LOBACZ, Vladomiro. Op. Cit.

Para saber onde, quando, como e por quem foram abertos os primeiros armazéns na Colônia Federal de Ivay, primeiro observei o número de armazéns levantados pelo zelador da colônia em 1915. Como os relatórios não apresentam informações sobre quem eram os proprietários dos estabelecimentos e onde eles estavam localizados, mas somente a quantidade, recorri a memória coletiva e individual para obter novas informações. Na tentativa de identificar e localizar os primeiros armazéns que surgiram em cada linha, no total foi realizado 19 entrevistas com pessoas entre 67 a 97 anos.

De acordo com as informações da tabela 3, em 1915 na sede existiam seis armazéns e em lotes rurais dezesseis. Em uma época em que o maior número de imigrantes encontrava-se em lotes rurais, em que as estradas eram precárias e o meio de transporte era o cavalo, carroça ou os próprios pés, é justificável que na zona rural tivesse um maior número de armazéns do que na sede. Por outro lado, como visto no capítulo um, estes números podem ser questionados devido ao baixo número de casas existentes em lotes rurais que não correspondiam ao número de habitantes. O mesmo pode ter ocorrido com o número de armazéns existentes nas primeiras décadas do século XX. O zelador da colônia pode ter calculado a quantidade sem ter passado por todas as linhas. Como não há registros de alvarás de licenças que correspondem a este período, só foi possível estabelecer um paralelo entre as informações dos relatórios com as dos livros caixa e memórias de antigos moradores.

O cruzamento dos dados contidos nestas fontes permitiu conferir destaque ao armazém de secos e molhados de Elias Pyetlowanciw. O *livro caixa*<sup>98</sup> deste estabelecimento aponta que suas portas foram abertas em 1912, na linha Dr. Gonçalves Junior (atual comunidade de Saltinho), e mais tarde na década de 1940 praticamente no mesmo lugar surgiu o armazém de Pedro Derkasz<sup>99</sup>. De acordo com os depoimentos e considerando a quantidade de fregueses arrolados nos registros de compra e venda, esses eram dois dos três armazéns mais frequentados pelos afrodescendentes. Outro estabelecimento comercial mais frequentado era o armazém de secos e molhados do Schastai, localizado no núcleo populacional de

---

<sup>98</sup> PYETLOWANCIW, Elias. **Registro de produtos consumidos no período de 1912 até meados da década de quarenta**. Acervo pessoal de Mariano Derkasz.

<sup>99</sup> DERKASZ, Pedro. **Registro de produtos consumidos no período de 1930 até meados da década de 1940**. Acervo pessoal. Mariano Derkasz.

São Roque<sup>100</sup>. Estas informações ficaram claras nas seguintes palavras do consumidor Amilton Ferrera:

Meu pai veio daqui do Rio do Meio [...] Eu vim aqui para o São Roque com seis anos. O bodegueiro que começou trabalhar aqui era ali no campo, e a escola que tinha era ali. Depois quando eu vim morar aqui o primeiro bodegueiro era o Schastai. Antes dele tinha outro bodegueiro mais velho. O Schastai foi quando veio a imigração do estrangeiro. Compreende? Os estrangeiros moravam na Europa e vieram pra cá depois [...] daí que esse Schastai colocou bodega [...] <sup>101</sup>

Segundo Amilton, antes de os imigrantes se estabelecerem em São Roque, seus pais e avós falavam que já havia um bodegueiro na região. Para Alcides o armazém mais antigo aberto por imigrantes neste lugar era do Schastai. João Mann, neto e filho de imigrantes nascido no Brasil no ano de em 1929, embasado na memória coletiva e individual, também deixou claro em sua fala qual foi a primeira casa comercial de imigrante em São Roque: “aqui o primeiro armazém era do “velho” Schastai [...]”<sup>102</sup>. Posteriormente, em meados da década de quarenta, novos estabelecimentos comerciais foram sendo abertos no núcleo de São Roque. Em 1944 surgiu o armazém de J. Pachulski, e em 1946 de J. Bitenkurt.

Além desses, entre os primeiros armazéns que não estavam localizados no núcleo urbano da colônia, destacam-se o dos Malanovski e de Estefano Bilobau, ambos localizados na linha Ivay (atual comunidade de Chapada). Na linha Ivay (atual comunidade de Três Monjolos<sup>103</sup>), até a década de quarenta estavam localizados os armazéns de Martim Ruidam (mais tarde este armazém passou a ser do filho de Martim: Estefano Ruidam) e Eugenio Kozan. Como afirma Mann:

Quem tinha armazém era o Guenho Kozan. Ele tinha armazém aqui onde era Tónico Róti. Ali também era a serraria deles e o “velho” Róti pai do falecido Tónico morava do outro lado. A serraria era de um lado e do outro lado o Kazan tinha armazém. E o “velho” Ruidam também tinha bodega aqui aonde era a encruzilhada do Miguel Zubacz. Era naquela casa velha que tem ainda bem lá na esquina aonde vai para Água Parada. Então ali era armazém do velho Ruidam [...] Também tinha bodega do Derkasz que era dos Pyetlowanciw que era velha aqui no Saltinho. <sup>104</sup>

<sup>100</sup> Estas informações foram extraídas da própria fala do consumidor Amilton Ferrera e não foi possível obter mais dados sobre este assunto.

<sup>101</sup> FERRERA, Amilton. Op. Cit.

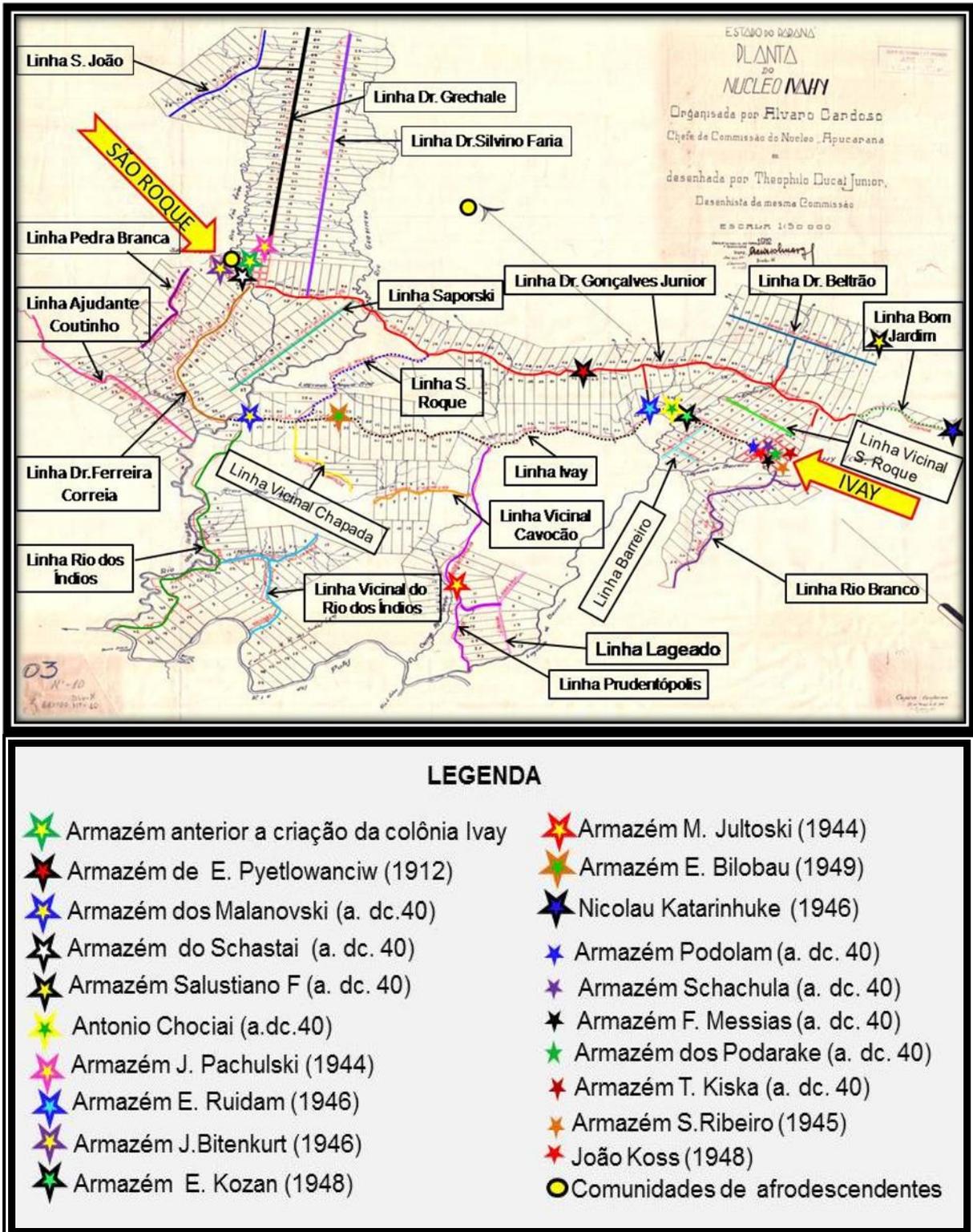
<sup>102</sup> MANN, João Sobrinho. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 15 de dezembro de 2011.

<sup>103</sup> Para localizar estas comunidades ver imagem 2.

<sup>104</sup> MANN, João Sobrinho. Op. Cit.

Na linha Prudentópolis (Água Parada) foi aberto o armazém do M. Jultoski. Ao lado direito da linha Beltrão (Cachoeirinha) de Salustiano Martim Ferrera. Na linha Bom Jardim de Nicolau Katarinhuk. Entre os primeiros armazéns na sede destacam-se dos Podolam, Schachula, João Podarake, João Koss, Teófilo Kiska, Francisco Messias e S. Ribeiro. Esses estavam distribuídos sobre o espaço da Colônia Federal Ivay da seguinte forma.

Mapa 3 – Localização geográfica dos primeiros armazéns em cada linha e núcleo populacional da Colônia Federal Ivay<sup>105</sup>.



Fonte: arquivo do Instituto Ambiental do Paraná (IAP).  
Adaptado por: Koss, Lucimara (2012).<sup>106</sup>

<sup>105</sup> Os nomes das linhas foram escritos conforme a grafia do mapa original. O mesmo equivale para os nomes e sobrenomes dos donos de armazéns que foram escritos conforme constam nos alvarás de licença.

Entre os primeiros armazéns de cada linha que foram apresentados no mapa acima, o que pode ser considerado mais antigo em lotes rurais, é o armazém de Elias Pyetlowanciw. Vale lembrar que algumas pessoas ressaltaram que havia um armazém no núcleo populacional de São Roque que já estava em funcionamento quando os primeiros imigrantes chegaram à região. Porém, elas não souberam dizer quem era o proprietário porque se basearam na memória de seus pais. Diante desse fato e da falta de fontes que permitam obter mais informações em relação a esse proprietário desconhecido, nesta pesquisa considera-se como o primeiro armazém em lotes rurais o de Elias Pyetlowanciw. Este foi aberto em 1912 na Linha Dr. Gonçalves Junior (Saltinho). Por volta do mesmo período surgiu o primeiro armazém na sede da colônia – na atual Rua Dr. Ferreira Correia – dos Podolam.

Observando o mapa 3 e a tabela 3, nota-se que o número de armazéns que foram aparecendo em lotes rurais eram superiores aos da sede. Conforme os dados ali arrolados, em 1915 no interior da colônia circulavam um total de 180 carroças, atendendo de uma forma ou de outra, os interesses de 703 famílias. Pode-se supor, com estes indicadores, que a cada quatro famílias uma possuía carroça o que justifica o alto número de armazéns em área rural. Certamente, para aqueles que não possuíam carroças ou cavalos, a distância dificultava o transporte de gêneros que lhes serviam de “moedas de troca”, que muitas vezes se constituíam em mãos de milho<sup>107</sup>, tranças de cebola, dúzias de ovos, cordas de fumo, porco por pé<sup>108</sup>, galinhas, latas de feijão, litros de trigo, mesa, mel. Do mesmo modo, dificultava o transporte dos novos produtos adquiridos nas vendas, criando a necessidade de existirem casas comerciais próximas das residências.

## 2.2 Outros secos e molhados

Além dos armazéns que até aqui foram localizados nas linhas e sede da colônia, havia outros em localidades como Palmital, Cachoeira, Faxinal do Tanque, Enxovia Velha, Paço da Ilha, Olho d água, Faxinal da Forquilha, Lageado, Lageadão e Passinhos que pertenciam ao Distrito de Bom Jardim (Bitu Mirim a partir de 1944). Os primeiros armazéns que surgiram nestes locais não foram localizados

---

<sup>106</sup> As letras a.dc. na legenda do mapa significam armazéns que surgiram antes da década de 1940.

<sup>107</sup> Uma mão de milho correspondia a sessenta espigas.

<sup>108</sup> Porco por pé quer dizer porco negociado vivo, bruto, em que se descontava 20% em relação ao peso total devido à barrigada.

anteriormente junto aos outros estabelecimentos devido ao fato de o mapa da colônia que foi construído em 1912 não incluir estas regiões no loteamento oficial da Colônia Federal Ivay.

O distrito de Bom Jardim foi fundado em 1907 e pertencia ao termo e à comarca de Ponta Grossa. Em 1914 passou a pertencer ao termo de Ipiranga e continuou sendo comarca de Ponta Grossa. Em 1917 passou a ser Comarca de Imbituva e em 1944, Comarca de Ipiranga. Após o desmembramento do Núcleo Federal Ivay de Ipiranga em 1961, o distrito passou a pertencer ao município de Ivaí em 1966. Permaneceu como Comarca de Ipiranga até 1987. A partir deste período passou a ser Comarca de Imbituva e permanece assim até os dias atuais. Hoje o distrito consiste na comunidade de Bom Jardim do Sul.

A sede do distrito, que passou a ser chamado Bitu Mirim a partir de 1944, concentrou principalmente imigrantes italianos e alemães. O mapa a seguir, construído sobre o atual território do município de Ivaí, traz dados importantes sobre a localização das comunidades descritas em alvarás de licença de secos e molhados de 1944 a 1965, como pertencentes à Colônia Federal Ivay e ao distrito de Bitu Mirim.

Imagem 2 – Localização geográfica das comunidades descritas em alvarás de licença de 1944 a 1965, como pertencentes à sede da Colônia Federal Ivay e ao Distrito de Bitu Mirim<sup>109</sup>.



Além dos armazéns que foram citados no mapa 3 como os primeiros de cada linha, em um período posterior (1944-1972), surgiram outros estabelecimentos que podem ser localizados na imagem número 2 conforme a tabela abaixo:

<sup>109</sup> Mapa construído sobre o atual território do Município de Ivai.

**Tabela 6 – Armazéns de secos e molhados existentes de 1944 a 1972 no território de Ivaí.<sup>110</sup>**

<b>ANO</b>	<b>PROPRIETÁRIOS (AS) DE ARMAZÉNS</b>	<b>LOCALIZAÇÃO CONFORME ALVARÁS</b>
1944	José Pachulski	São Roque
1944	Miguel Jultoski	Água Parada
1944	João Oliveira Rosa	Cachoeira
1945	Hamilton Jackntski	Faxinal do Tanque
1945	Sebastião dias Ribeiro	Sede Ivay
1946	Jose Luiz Bitencurt	São Roque
1946	João Spadarek	Praça Ivay
1946	Ladislau Reifur	Sede Ivay
1946	João T.	Praça ivay
1946	Altário Cheifer	Pedra Branca
1946	Nicolau Katarinhuke	Bom jardim
1946	Augusto Marques da Silva	Faxinal da Forquilha
1946	José Taborda de Cristo	Cachoeira
-	Pedro Pedruchy	Sede Ivay
-	Joaquim Rufino Prestes	Praça Ivay
1947	João Teófilo Krutch	Lageado
1947	João Katarinhuke	Sede Ivay
1947	Nelson Schereiner	Sede Ivay
1947	Estefano Huidam	Três Monjolos
1947	Antônio Taborda de Cristo	Palmital
1947	João B. de Andrade	Cachoeira
1947	Januario Celestino de Freitas	Cachoeira
1947	Santos Dalzoto	Cachoeira
1948	Vacilio Bardal	Sede Ivay
1948	Estefano Bobek	Sede Ivay
1948	João Koss	Sede Ivay
1948	Gregório Taras e Filhos	Sede Ivay
1948	Eugenio Kozan	Três Monjolos
1948	Luiz Casa Grande	Passinhos
1949	Luiz Polli	Cachoeira
1949	Henrique F. Ribeiro	Cachoeira
1949	Kossemba & Filho	São Roque
1949	Estefano Bilobau	Chapada
1950	Júlio de Paula Fonseca	Lageado
1950	Nicolau Pistum	São Roque
1950	Paulo Dzula	Chapada
1950	Heitor Portela	Palmital
1950	Jaroslau Taras	Faxinal do Tanque
1951	Paulo Malanchem	Linha Ferreira Correia

<sup>110</sup> Os nomes e sobrenomes desta tabela foram escritos conforme a grafia dos alvarás de licença.

1951	Jose Frankevecz	São Roque
1951	Miguel Pedro Barbosa	Faxinal do Tanque
1951	Paulo Filho	Água Parada
1951	Irmãos Liss	Palmital
1951	Edmundo	Bom Jardim
1951	José Antunes	Bom Jardim
1952	João Zattercovny	Linha Ajudante
1952	Ladislau Reifur & João Karpinski	Sede Ivay
1953	João Antonio Dalzoto	Lageado
1953	João Karpinski	Sede Ivay
1953	Francisco Kobelnyki	Água Parada
1953	Antonio Chociai Filho	Ter Monjolos
1953	Estanislau Wodarski	Rio dos Índios
1953	Jacob Stadler	Palmital
1954	Estefano Schociai	Linha Grenhal
1954	José Schociai	Linha Grenhal
1954	Teodoro Felema	Sede Ivay
1954	Noel Stadler	Bom Jardim
1954	Jose Mendes Filho	Bom Jardim
1954	Flavio Dalzoto	Cachoeira
1954	Maria da Conceição C.	Cachoeira
1955	Daroslau Malanowski	Chapada
1955	Wilson de Paula Fonseca	Faxinal do Tanque
1955	Arlindo de Lima	Olho D'Água
1955	Ambrósio Marques Martins	Cachoeira
1956	Lauro Erdmam	Bom Jardim
1956	Manuel Antunes Ferreira	Palmital
1956	Ovídio da Luz Lopes	Água Parada
1957	Miguel Ciombalo	Sede Ivay
1957	Francisco Canteri	Sede Ivay
1957	Jaroslau Hamulhaki	Sede Ivay
1957	Oscar F. Krutshe	Lageado
1958	Antonio Domingo da Silva	Passo da Ilha
1958	João Canteri filho	Sede Ivay
1958	Orácio de Oliveira	Cavocão
1958	David Augusto Eidam	Palmital
1959	Vidal Souza Bomfim	Passinhos
1959	Lucas Trelinski	Linha Grenhal
1959	Palon Malanowski	Chapada
1959	Gumercindo de Cristo	Cachoeirinha
-	Ferdinando Malanowski	Chapada
1960	João Teófilo F. Filho	Lageado
1960	Manuel Feliciano Santos	Lageado
1960	Erdeman	Palmital
1960	Emilio de Paula Fonseka	Faxinal do Tanque
1960	Turíbio Carvalho Oliveira	Enxovia velha
1960	João Pedro Ribeiro	Cachoeira
-	João Moleta	Enxovia velha
1961	Orlando Midleski	Água Parada
1961	Alcides Paes dos Santos	Palmital

1961	Algemira Castro Godoi	Palmital
1961	Emilia Canteri	Palmital
1961	Evaristo da Silva	Faxinal da Forquilha
1962	Demétrio Hamulhaki	Sede Ivaí
1962	Rubens Faix	Sede Ivaí
1962	Casemiro Graniska	Sede Ivaí
1962	Flávio Canteri	Sede Ivaí
1962	Olavio Cominesi	Palmital
1962	João Malanchin	São Roque
1962	Pedro Bogocheski	São Roque
1962	Admar Krutch	Lageado
1962	Orlando Nedvieski	Água Parada
1962	João Wodarski	Rio dos Índios
1962	Silvio Walenga	Palmital
1962	João Pedro Messias	Passinhos
1963	João Kovbay	Bom jardim
1963	Oraldo Guarneri	Bom jardim
1964	André Schastai	Sede Ivaí
1964	J. Dias de Paula	Palmital
1964	Rogério Guarneri	Bom jardim
1964	Hamiltom Guarneri	Bom Jardim
1964	Ângelo Borba Guarneri	Bom Jardim
1964	Pedro Gonçalves da silva	Bom jardim
1965	Osil Neiverth	Vila nova
1966	Otavio Scheifer	Bom jardim
1966	Flávio Scheifer	Cachoeira
1966	Hamilton Hugo Guzzo	Água Parada
1966	Waldomiro Liss	Palmital
1966	Orlei Cezar Sansana	Palmital
1967	Hamiltom Ribeiro	Água Parada
1967	Orlindo José Jarski	Água Parada
1967	Estanislau Domanski	Água Parada
1969	Casimira Schornobay	Água Parada
1969	Irmãos Kozar Ltda	Sede Ivaí
1969	Sebastião Leornado	Palmital
1970	Iracilio Pedroso Garcia	Cachoeirinha
1970	Parezina P. de Oliveira	Barreira
1970	Lucia Lovato Canteri	Palmital
1970	Sergio M. Taborda Scheifer	Bom jardim
1971	Orivaldir Costa Pereira	Bom jardim
1971	Irmãos Kos Ltda	Sede Ivaí

De acordo com a tabela acima, de 1944 a 1972 há uma soma de 130 pessoas que foram proprietários (as) de armazéns em todo território do atual Município de Ivaí. Deste total, 26 tinham armazéns localizados na sede e 104 na zona rural. Contudo, o número de armazéns não corresponde à mesma soma, pois muitos estabelecimentos foram passados de pais para filhos aparecendo novos

alvarás em cima do mesmo estabelecimento comercial. Entre esses pode-se citar o armazém de João Koss localizado na sede de Ivay. Este aparece na vigésima sétima linha da tabela e reaparece na centésima quadragésima. O estabelecimento é o mesmo, porém os donos são outros, irmãos Kos (filhos de João). O mesmo equivale para o armazém de André Schastai citado na centésima décima segunda linha da tabela que mais tarde será passado no nome de outros proprietários (filhos). O armazém dos Malanowski citado na tabela várias vezes com nomes diferentes, mas mesmo sobrenome, passou pelo mesmo processo de transferência ou venda para membros da própria família.<sup>111</sup> As imagens a seguir retratam a fachada externa de alguns dos armazéns que foram citados neste capítulo.

**Foto 1 – Armazém Malanowski localizado na linha Vicinal Chapada (atual comunidade de Chapada) na década de 1940.**



Fonte: Acervo pessoal de Neva Malanowski.

---

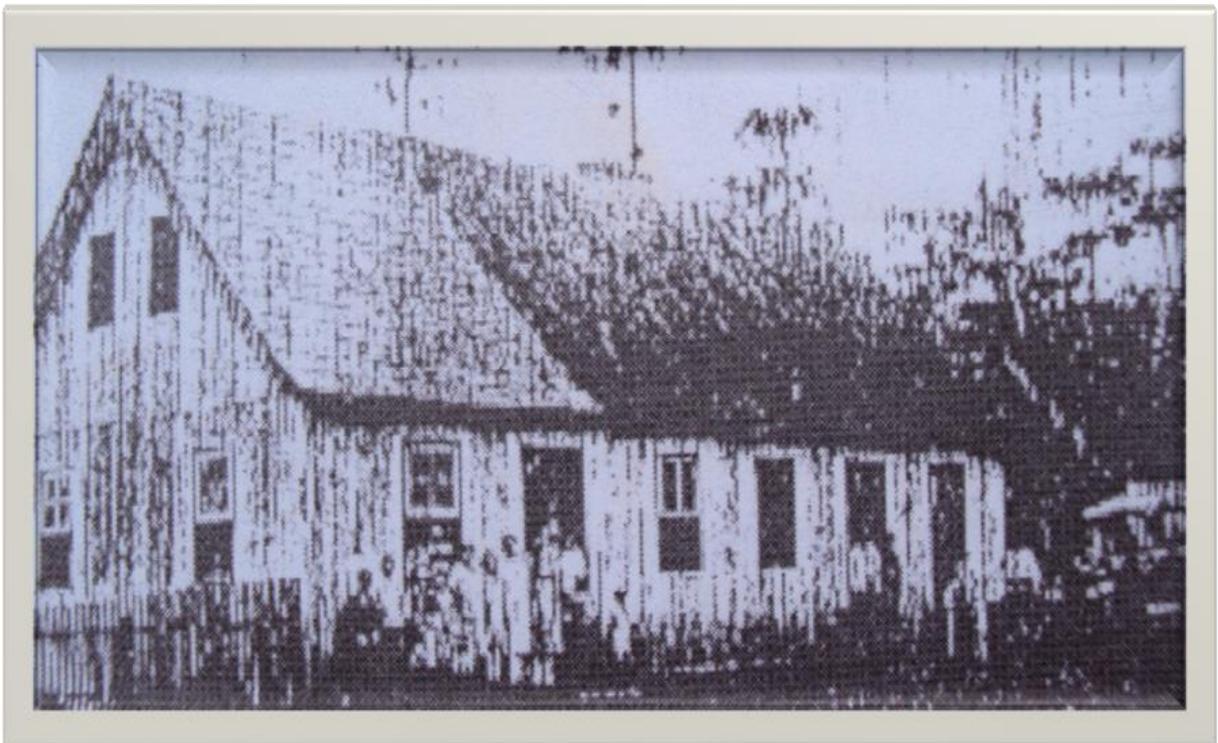
<sup>111</sup> Estes dados foram extraídos dos alvarás de licença de 1944 a 1947. Somente alguns alvarás apontavam data de encerramento da atividade, transferência ou venda do armazém para um novo comerciante, por esse motivo não foi possível ver quantos estabelecimentos comerciais foram transferidos ou em que exato período deixaram de vigorar.

**Foto 2 – Moradia e armazém dos Kos localizado na rua Dr. Ferreira Correia (sem data)<sup>112</sup>.**



Fonte: Resgate histórico do município de Ivaí.

**Foto 3 – Moradia e armazém de Major Salustiano Martins Ferreira localizado na atual comunidade de Cachoeirinha (sem data).**



Fonte: Resgate histórico do município de Ivaí

<sup>112</sup> O armazém manteve suas portas abertas ao público de meados da década de vinte até o final da década de setenta. Este estava localizado na Rua Dr. Ferreira Correia, nº 279, centro.

**Foto 4 – Armazém se secos e molhados de João Karpinski em 1975 localizado na rua Dr. Ferreira Correia.**



Fonte: Acervo pessoal de João Karpinski.

O surgimento e a própria manutenção de todos estes armazéns que foram citados até aqui, só foi possível em função do transporte de mercadorias realizado por carroceiros. Incentivados por uma política imigratória, que tinha como um dos objetivos a produção de gêneros alimentícios, os colonos produziam quase tudo o que era necessário para sua sobrevivência. Conforme os dados da tabela 3, parte do que era produzido na colônia reservava-se para o consumo interno e o excedente era comercializado nos armazéns e em centros consumidores maiores. Os carroceiros vendiam produtos oriundos de Ivay em cidades vizinhas tais como Ponta Grossa. Com o dinheiro da venda compravam outras mercadorias que eram inexistentes na colônia para serem comercializadas nos armazéns que iam sendo abertos na região. O próximo capítulo traz informações relevantes sobre de onde e como vinham estas mercadorias tais como: tecidos, café, ferramentas, remédios e todos os demais produtos industrializados que eram comercializados nos armazéns de Ivay.

## CAPÍTULO III

### OS CARROCEIROS & A MOEDA AMBULANTE

#### 3.1 Os carroceiros

Na década de 1930, por volta das duas horas da tarde de um dia chuvoso, ocorreu um acidente no trajeto da Colônia Federal Ivay que levava a Ponta Grossa. Carroceiros que transportavam mercadorias para serem vendidos em Ponta Grossa, avistaram uma carroça carregada de produtos agrícolas, tombada. Esses se aproximaram para ajudar a vítima e perceberam que era a condução de Pedro Dercatz. Segundo eles, o acidentado não sofreu nenhuma lesão e estava sentado ao lado da carroça tocando gaita, como conta Mariano Derkasz:

Outros carroceiros contavam que o pai tombou a carroça [...] Daí eles chegaram lá para ajudar e ele estava tocando gaita. Os carroceiros chegaram e disseram: você invés de destombá, esta tocando gaita? Ele disse: Não! Eu to vendo se não estragou a gaita! Daí ajudaram a destombá a carroça e foram embora.<sup>113</sup>

Em meio a acidentes como esse, os carroceiros interligavam a Colônia Federal Ivay a centros consumidores maiores expandindo as relações comerciais fora dos espaços dos armazéns de Ivay. O transporte de mercadorias realizado por carroceiros proporcionou o desenvolvimento do comércio em diversas colônias de imigração. Interligou Ivay com diferentes regiões paranaenses, movimentou a economia e intensificou o sistema de trocas, conforme afirma Derkasz:

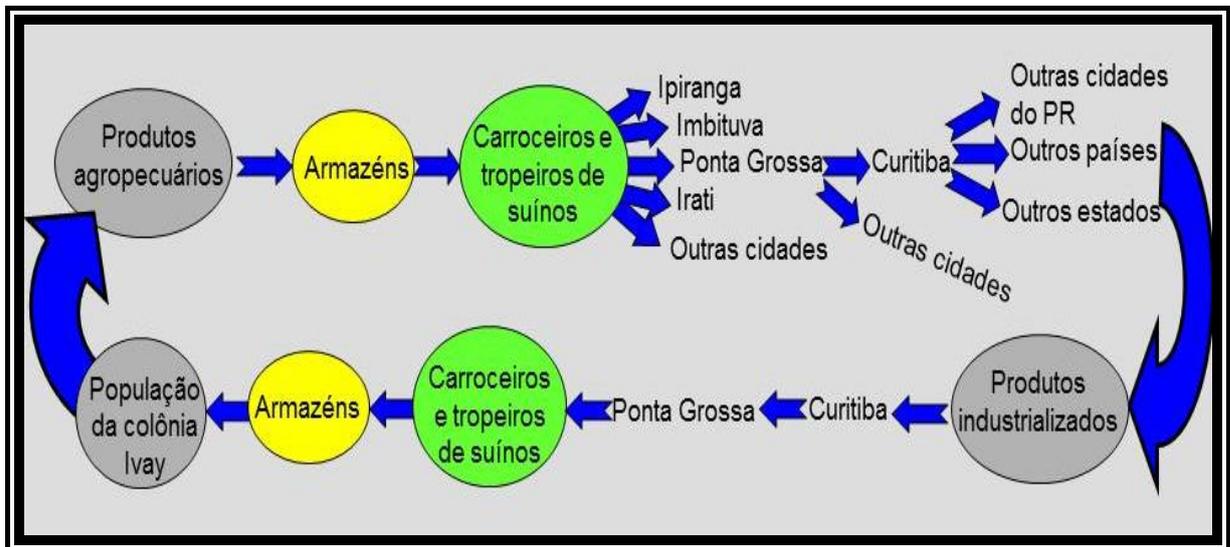
Meu pai conseguiu comprar uma carroça pequena de dois cavalos e começou a viajar para Ponta Grossa [...] Ali por perto de Irati e Fernandes Pinheiro ele levava milho e palha picada para vender. Naqueles tempos tinham serraria e estalavam madeira com burro, ai eles levavam para vender para tratar os animais. Ele levava mercadoria para vender. Pegava do colono, levava, vendia e trazia outras de volta [...] No ele ir já muitos encomendavam: traga-me isso! Traga-me aquilo! Ele pegava milho e feijão do colono, e o colono pedia me traga isso me traga aquilo! Levava e daí trazia coisas assim como açúcar. Foi indo daí o pai comprou uma

<sup>113</sup> DERKASCZ, Mariano. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 22 de fevereiro de 2012.

carroça maior, uma 18<sup>114</sup>. Comprou quatro burros e daí começou puxar frete de Candido de Abreu para Ponta Grossa. Levava frete para lá e com o dinheiro que pagavam já comprava as coisas para trazer para cá [...]<sup>115</sup>

Os carroceiros transportavam e vendiam parte do que era produzido na colônia Ivay, em outras regiões. O lugar da venda dependia da carga. Se a carroça estivesse carregada de madeira, esta era dirigida principalmente para Irati devido ao escoamento do produto pelas ferrovias. Agora se a carga fosse principalmente de Feijão, milho, mel, trigo, farinha de milho, charque, galinhas, porcos e demais gêneros alimentícios, a viagem era feita principalmente para Ponta Grossa. O mesmo equivalia para os produtos que eram trocados localmente nos armazéns por outras mercadorias, esses eram transportados por carroceiros por uma distância de aproximadamente noventa quilômetros e negociados principalmente em Ponta Grossa. Portanto, a colônia Ivay estaria atendendo aos objetivos das políticas imigratórias. Contribuía tanto para a diversificação econômica, quanto para o abastecimento de gêneros alimentícios do Estado e para o desenvolvimento do mercado interno. Integrava-se econômica e socialmente a economia e ao mercado estadual da seguinte forma:

**Imagem 3 – Integração socioeconômica da Colônia Federal Ivay ao mercado estadual.**



<sup>114</sup> As carroças eram identificadas por números, quanto maior o número maior a capacidade de carga. Os números eram atribuídos conforme o tamanho da buzina (peça de ferro que girava sobre a ponta do eixo da roda).

<sup>115</sup> DERKASCZ, Mariano. Op. Cit.

De acordo com a definição de rede que foi trabalhada na introdução desse trabalho, percebe-se na imagem 3 que cada elemento do esquema era um nó que unia (ligava) espaços distintos constituindo uma rede comercial. Cada ambiente do esquema era um elo que ajudava a colocar em prática a circulação de mercadorias nos armazéns de Ivay. Para fundamentar esta ideia basta observar e analisar detalhadamente os elementos que compõem a imagem 3. Nela percebe-se que o excedente de produtos agropecuários produzidos na colônia Ivay eram vendidos ou trocados por outros artigos nos armazéns. Em seguida o comerciante vendia parte dessas mercadorias localmente e parte era escoada por carroceiros e comercializada em cidades vizinhas. Apesar de o esquema ser composto por várias cidades, grande parte das cargas eram negociadas em Ponta Grossa. Isso se dava devido ao fato de ser o maior centro comercial mais próximo.

Após a venda dos produtos em Ponta Grossa, os carroceiros realizavam o processo inverso. Estes compravam outras mercadorias em Ponta Grossa para serem revendidas nos armazéns de Ivay. Conforme afirma Vladomiro Lobacz:

Nós levávamos de tudo. Levava charque, milho, feijão, farinha de milho e mantimentos. Antigamente levávamos para Ponta Grossa. Agora vem de lá. Nós levávamos de tudo um pouco [...] Quando não tinha outra carga levava milho e feijão [...] De volta trazia carga para a bodega: açúcar, café, de tudo. Tudo que tinha lá nós comprava do atacadista e carregava no carro. Nós comprávamos: açúcar, farinha de trigo, sal, café e muitas outras coisas [...] O que precisava trazia mais porque às vezes chovia muito e não dava para ir.<sup>116</sup>

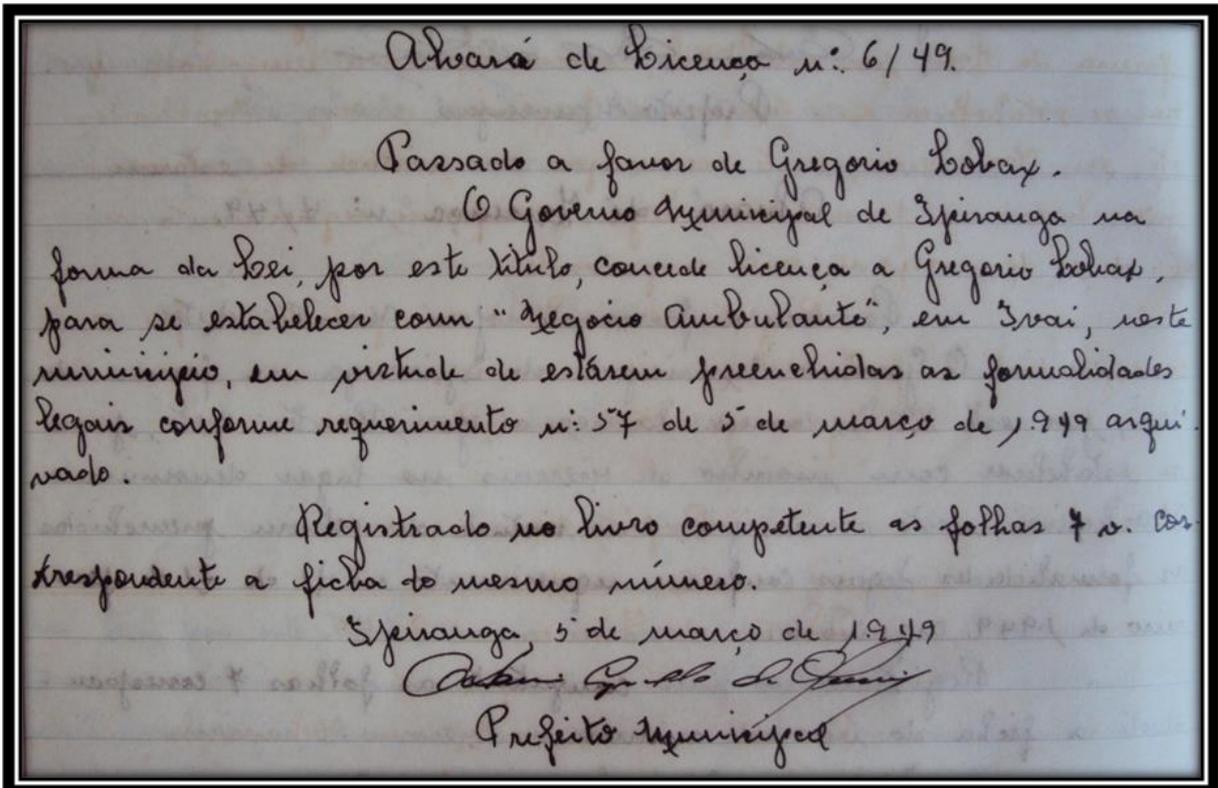
Dentro desse processo de rede, os carroceiros se constituíam no elemento de ligação entre os comerciantes fixos e os pequenos agricultores. Assim abasteciam os armazéns que iam surgindo na região, e intensificavam as relações comerciais internas de secos e molhados dessa colônia. Entre esses agentes do comércio estavam donos de armazéns e os chamados carroceiros freteiros.<sup>117</sup> Os últimos eram sujeitos especializados que se dedicavam “exclusivamente” a uma pequena produção agrícola, e a atividade do comércio ambulante (transporte de mercadorias) conforme explicita o alvará de licença a seguir.

---

<sup>116</sup> LOBACZ, Vladomiro. Op. Cit.

<sup>117</sup> KOSS, Lucimara. Carroceiros tropeadores de porcos e o comércio em Ivaí-PR (1910-1950). In: SOCHODOLAK, Hélio (Org.); NETO ARIAS, José Miguel (Org.) **Capítulos de História do Paraná**. Guarapuava: Unicentro, 2012.

Imagem 4 – Alvará de licença de 1949 referente a atividade de carroceiro freteiro (negócio ambulante) exercida por Gregório Lobacz.



Fonte: Alvarás de licença localizados no arquivo da prefeitura municipal de Ipiranga.

De acordo com os alvarás de licença, fontes orais e dados dos *livros caixa* dos armazéns de secos e molhados que pertenciam a Elias Pyetlowanciw e a Pedro Derkasz, foi possível identificar a existência de vários carroceiros freiteiros, entre estes: Gregório Lobacz, Vladomiro Lobacz, Estefano Derkasz, Pedro Derkasz, Gregório Taras, Stephano Lobacz, André Schastai, Valdomiro Schastai, Pedro Oleynissk, Nicolau Marko, entre outros. A fotografia a seguir demonstra alguns destes carroceiros.

**Foto 5 – Carroceiros Schastai em viagem a Ponta Grossa em meados da década de 1930.**



Fonte: acervo pessoal Mariana Schastai.

Os carroceiros interligavam as esparsas colônias de imigração a centros consumidores maiores. Foram os principais responsáveis pelo desenvolvimento de muitos armazéns, principalmente em colônias de imigração distantes das rotas dos tropeiros.

Apesar de envolver espaços e temporalidades distintas e ser um comércio realizado a curta distância dentro do território paranaense, muitas dificuldades encontradas pelos carroceiros se assemelhavam ao comércio exercido a longa distância por tropeiros que interligavam o Brasil de Norte a Sul abastecendo as áreas mineiras – principalmente na primeira metade do século XVIII -, as feiras de Sorocaba e a corte a partir de 1808. As estradas eram precárias e muitas vezes eram semiabertas pelos carroceiros no machado, foice e facão. Em função desta má conservação dos trajetos, corria-se o risco de as rodas das carroças caírem em algum buraco ou atoleiro e ficarem presas. De passarem por cima de algum tronco de árvore, terreno pedregoso ou em declive e tombarem como aconteceu com o carro de Pedro Derkasz. Além disto, havia o perigo de a carga ser assaltada por ladrões ou danificada pela água. Apesar de os carroções serem cobertos com

toldo<sup>118</sup> para proteger os produtos tanto da chuva quanto do sol, em dia chuvoso o cuidado para que algum produto não molhasse ou a carroça ficasse presa em algum atoleiro precisava ser redobrado. O carroceiro freiteiro Vladomiro Lobacz narrou algumas destas dificuldades enfrentadas.

Um dia nós saímos com chuva rumo a Ponta Grossa e gastamos oito dias de ida. O carro encalhava. Ficava às vezes o dia inteiro numa subida. Quase não tinha estrada. Um dia chegamos em Conchas tinha um lodo na estrada e um olho de água. Tacamos o carro em cima. Nós abrimos por outro lugar a estrada num campo e entramos com o carro. Um fazendeiro nos cercou. A gente tava em três carroceiros. Nós íamos sempre em dois ou três porque em algum lugar ficava precisando um da ajuda do outro. E o fazendeiro disse: como que vocês entraram com o carro no meu terreno? Eu disse: entramos fechamos e passamos. Nós temos que levar esses mantimentos lá para Ivay. Nós não podíamos subir na estrada por causa do olho de água. Nos não fizemos por abuso. Fizemos por precisão. Ele disse: o que é que o senhor vai fazer agora? Nós vamos lá no fim do campo e saímos na estrada. Era difícil aquele tempo. Aqui era um carreador, aqui não tinha estrada.<sup>119</sup>

De acordo com a citação acima, devido aos perigos e dificuldades que poderiam ser encontrados durante os trajetos em meio às matas, os carroceiros sempre procuravam andar em comboio. Conforme afirma Mariano Derkasz, “dos mais velhos muitos eram carroceiros e se combinavam quatro, cinco e iam embora para Ponta Grossa todos juntos. Era muito perigoso ir sozinho.”<sup>120</sup>

Este companheirismo ajudava a vencer os empecilhos que poderiam ser encontradas em cada viagem. Se alguma carroça quebrasse ou encalhasse em algum atoleiro, o trabalho era realizado em grupo facilitando o serviço. Todos ajudavam a arrumar e desencalhar a condução conforme afirma André Kluskoski:

Aqui (Bom Jardim) vinham carroceiros que levavam madeira e erva daqui, daí traziam sal, querosene, essas coisas para cá. Era um carroceiro atrás do outro que nem passa carro agora. Carroceiro com oito burros na carroça. Gastava mais de uma semana para ir para Ponta Grossa e voltar. Isto quando ia bem à viagem e quando não encalhava na estrada. Se um encalhava todos trabalhavam até tirar o carro. Não deixavam o companheiro na estrada.<sup>121</sup>

Andar em grupo também dava mais segurança em relação ao ataque de ladrões e animais silvestres. A foto a seguir demonstra uma das comitivas dos carroceiros.

<sup>118</sup> Tolda era a lona colocada em cima da carroça sobre arcos para proteger as mercadorias da chuva e do sol.

<sup>119</sup> LOBACZ, Vladomiro. Op. Cit.

<sup>120</sup> DERKASZ, Mariano. Op. cit.

<sup>121</sup> KLUSKOSKI, André. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 13 de fevereiro de 2012.

Foto 6 – Comitiva de carroceiros por volta de meados da década de 1930.



Fonte: acervo pessoal Catarina L. Kalatai.

Além de oferecer mais segurança aos carroceiros, andar em comboio tornava as viagens menos cansativas. Todos partiam juntos e muitas vezes apressavam as carroças para chegar ao pouso combinado. Geralmente esses pousos se localizavam perto de rios ou córregos devido à necessidade de saciar a sede dos animais. Muitas vezes os carroceiros apressavam a comitiva para chegar ao lugar de pernoite.

Os ambientes dos pousos eram inóspitos, o conforto inexistia, mas esses homens não se furtavam ao direito de se divertir. Em cada lugar de pernoite os carroceiros tiravam os arreios e desengatavam os animais das carroças, em seguida amarravam os cabrestos em algum tronco de árvore e forneciam algum tipo de alimento. Enquanto uns executavam este serviço, outros faziam uma fogueira no chão e preparavam o jantar colocando as panelas sobre a trempe<sup>122</sup>. Entre um gole de cachaça ou uma cuia de chimarrão que circulava de mão em mão, muitas vezes o cansaço da viagem era esquecido e aos poucos o espaço de pouso transformava-se em espaço de sociabilidade e lazer. As piadas, os causos e o som do acordeom

---

<sup>122</sup> Suporte de ferro colocado sobre o fogo para apoiar as panelas.

e da rebeca (rabeca)<sup>123</sup>, serviam como elementos de distração como aponta Derkasz: “enquanto uns faziam janta outros tocavam gaita; é que eles pernoitavam junto. Os carroceiros já tinham lugar certo de parada. A viagem levava tantas horas e eles combinavam o pouso vai ser tal parte. Chegavam todos os carroceiros e paravam.”<sup>124</sup>

A música fazia parte do dia-a-dia destes agentes do comércio interiorano. Cantar e tocar em volta da fogueira enquanto se tomava um copo de pinga ou uma cuia de chimarrão até o jantar ficar pronto, era considerado como um momento de distração. Servia para esquecer um pouco a saudade de casa e aliviar a fadiga. Onde havia pouso sempre havia uma fogueira, um gole de cachaça, uma cuia de chimarrão e um acordeom ou uma rebeca. Essa era uma prática comum entre os carroceiros que transitavam pelas diferentes regiões do Paraná. Arnaldo Monteiro Bach conversou com alguns carroceiros que circulavam por várias regiões paranaenses tais como: Irati, Ponta Grossa, Teixeira Soares, Imbituva, Guarapuava, Antonina, Morretes, Prudentópolis, Tibagi, Paranaguá, Curitiba. Segundo os relatos constatou que sempre havia o som de uma gaita nos pousos. Conforme afirma Bach:

No calor da fogueira, da cachaça, da música e de gargalhadas, a felicidade era uma visita agradável para todos. Totalmente dominados pelo clima da noite, alguns viajavam em seu contentamento. Queriam dançar, e como não havia mulheres, se ajeitavam como podiam. Colocavam avental e dançavam entre eles mesmos. O que valia era aproveitar ao máximo os acordes que invadiam os espíritos em mais uma noite de descanso.<sup>125</sup>

Após o jantar e os momentos de distração, todos acabavam dormindo. Segundo os carroceiros, pernoitar em grupo dava mais segurança em relação a ataques de animais ferozes e ladrões durante as noites. Isto também justificava o fato de os carroceiros sempre andarem armados com espingardas, revólver, facas, facões e foices. Durante a noite estes armamentos sempre eram colocados ao lado do lugar preparado para dormir. Caso escutassem algum barulho na mata, se armavam e ficavam atentos quanto ao possível ataque de algum felino. Como não sabiam o que poderia vir do meio da escuridão, estes armamentos sempre ficavam ao alcance das mãos. Durante o dia o revólver era carregado junto à cintura da calça

<sup>123</sup> Instrumento musical de cordas semelhante ao violino.

<sup>124</sup> DERKASZ, Mariano. Op. Cit.

<sup>125</sup> BACH, Arnaldo Monteiro. **Carroções**. 3ed. Ponta Grossa, editora UEPG, 2007. p, 154.

no próprio corpo. Isto pode ser visualizado na cintura das pessoas da foto número 5 e da número 7 logo abaixo.

**Foto 7 – Carroceiros em viagem para Ponta Grossa por volta da década de 1930.**



Fonte: acervo pessoal de Catarina Lobacz Kalatai.

Antes mesmo de o dia amanhecer a água do chimarrão e do café já era colocada para aquecer. Enquanto o café era feito, os animais eram tratados e encilhados nos carroções. Após a primeira alimentação diária, todas as coisas tais como: panelas, chaleira, chocolateira,<sup>126</sup> foice, e utensílios utilizados para dormir, eram recolhidos e a viagem prosseguia.

Quando chegavam diante do Rio Tibagi, os carroções eram colocados sobre a balsa para fazer a travessia. A passagem do rio reservava muitos perigos, principalmente quando os animais faziam a passagem pela primeira vez. Esses poderiam ficar assustados e refugar a travessia ou até mesmo pular na água. Atilho Galvão narrou um destes acontecimentos:

Lá no Rio Tibagi tinha balsa para passar os porcos [...] Os carroceiros iam de carroça e para passar tinham que pagar. A primeira vez que eu fui para Ponta

<sup>126</sup> Vasilha que era utilizada para preparar o café.

Grossa fez uma carga de feijão para vender e fui. Quando fui passar na balsa subi lá em cima do carro e fiquei deitado para não ver. Depois na segunda vez que fui tinha dois carros de boi na frente, cada um com quatro bois, e eu e meu irmão mais velho ficamos ali parado esperando. Meu irmão mais velho tinha uma carroça e levava um pouco de erva. Daí nós ficamos para cá do Rio Tibagi esperando a vez pra passar. Tinha seis carroças para cá esperando. Tudo conhecido daqui. Sei que os bois que estavam em cima da balsa pularam na água. A balsa foi indo para baixo e o balseiro gritou: desengate a junta de bois o quanto antes se não arrebenta o cabo de aço e balsa vai embora pra baixo! Por sorte o homem cortou uma corda com um machado e soltou. A boiada nadou e passou para outro lado do rio.<sup>127</sup>

Feita a travessia, os carroceiros prosseguiram viagem até o próximo pouso. Segundo Derkascz, a última parada durante a viagem de ida era feita na entrada da cidade de Ponta Grossa: “[...] Ali em Ponta Grossa onde é *Shopping Total* era pousada dos carroceiros. Não tinha nada, era mato. Não tinha cidade nenhuma. Ali era o ponto de parada deles, eles soltavam os cavalos, mulas e burros [...]”<sup>128</sup>

Os carroceiros entravam Ponta Grossa adentro com suas carroças abarrotadas de produtos agrícolas, e procuravam vender ou trocar as mercadorias. Com o dinheiro da venda ou com a troca dos produtos, adentravam nas lojas, observavam, planejavam e escolhiam os produtos que deveriam ser comprados. Procuravam adquirir artigos que poderiam ser comercializados facilmente nos armazéns de Ivay. Entre esses estavam gêneros de primeira necessidade que não eram produzidos na colônia, e produtos que poderiam causar curiosidade nos consumidores. Pouco a pouco, iam enchendo suas carroças com: tecidos, querosene, lampião, velas, açúcar, sal, farinha, bebidas, doces, remédios, bolachas, pratos, copos, xícaras, tigelas, panelas, conchas, talheres, chapéus, lenços e muitos outros artefatos. A foto a seguir demonstra alguns dos carroceiros em frente à Casa Comercial Novidades em Ponta Grossa.

---

<sup>127</sup> GALVÃO, Atilho. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 5 de agosto de 2012.

<sup>128</sup> DERKASCZ, Mariano. Op. Cit.

**Foto 8 – Carroceiros em frente à Casa Comercial Novidades em Ponta Grossa por volta da década de 1930.**



Fonte: acervo pessoal de Catarina Kalatai.

As carroças eram carregadas com as mais diversas novidades que seriam redistribuídas nos esparsos armazéns de Ivay. Além dos produtos que mexiam com a curiosidade dos consumidores, os carroceiros carregavam consigo variadas informações que circulavam nos espaços das vendas de Ponta Grossa. Esses se constituíam em um elo entre as distantes colônias rurais de imigração e o “mundo urbano”. Assim como os tropeiros entravam em contato com diferentes vilas e povoados em suas viagens pelo Brasil, os carroceiros também mantinham relação com diferentes comunidades em suas andanças. Ambos eram homens que transportavam as notícias dos últimos acontecimentos dos locais que tinham percorrido.

Após vender ou trocar todos os produtos que eram produzidos em Ivay e encher as carroças com outros artigos, iniciava-se a viagem de volta. O trajeto teria que ser refeito novamente, porém o cuidado deveria ser redobrado devido ao alto valor da carga e a fragilidade de alguns produtos. Em dias de chuva, dever-se-ia tomar mais cuidado para os carroções não ficarem presos em atoleiros ou derrapar

e tombar. Um acidente poderia quebrar os lampiões e as louças havendo perda total destes produtos. Caso a carroça derrapasse e virasse em algum lugar que tivesse água ou lama, poderia sujar os tecidos, molhar os sacos de sal, de açúcar, de farinha e danificá-los.

Feito o percurso de volta, os carroceiros freteiros adentravam nos armazéns e negociavam com o dono da venda os produtos adquiridos em Ponta Grossa. Muitos eram encomendados e outros trazidos por conta própria. Cada vez que uma carroça era encostada em frente a uma bodega, as prateleiras eram reabastecidas e a curiosidade dos consumidores ali presentes aguçadas. O mesmo equivale para os carroceiros que eram donos de casa de comércio e abasteciam as suas próprias vendas. Toda vez que as carroças chegavam de viagem o consumidor se dirigia para o armazém com a expectativa de encontrar novidades.

Segundo antigos consumidores, houve um período em que as prateleiras dos armazéns estavam quase vazias. Em busca de uma resposta do porque desta escassez de produtos, conversei com as pessoas que eram proprietárias de armazéns nesta época. Segundo elas, quase não havia carroceiros que realizassem o transporte de mercadorias de Ponta Grossa para Ivay e reabastecessem o estoque. A fala a seguir explica o porquê do “sumiço” dos carroções. Conforme afirma Derkasz:

Uns tempos quando deu aquela revolução no Rio Grande, aqui os carroceiros que foram antes a polícia pegou e eles tinham que puxar as coisas lá para o Rio Grande. E tinham que ir [...] Então aqui muitos carroceiros puxavam mantimentos para os soldados. Lá de Ponta Grossa puxavam lá para o Rio Grande.<sup>129</sup>

Enquanto alguns dos carroceiros puxavam mantimentos para as tropas na revolução de 1924, faltavam produtos nas prateleiras dos armazéns de Ivay. Com o término do movimento os carroceiros que haviam sido obrigados a mudar sua rota de transporte, voltaram a fazer o percurso de Ivay a Ponta Grossa e reabastecer os estabelecimentos comerciais. De ida levavam produtos agrícolas que eram trocados nos armazéns e de volta traziam aqueles que não eram produzidos.

Além de levarem as carroças abarrotadas de milho, feijão, palha, arroz, trigo, centeio, cevada, aveia, cebola, alho, fumo, erva e demais produtos que eram

---

<sup>129</sup> DERKASCZ, Mariano. Op. Cit.

exportados conforme tabela 4, muitos carroceiros aproveitavam a mesma viagem para levar tropas de suínos como será visto a seguir.

### 3.2 A moeda ambulante

A venda de suínos foi de fundamental importância para a circulação de mercadorias em muitos armazéns paranaenses. Por isso, é impossível falar de bodegas e carroceiros sem abranger o comércio de tropas de porcos realizado a curta distância<sup>130</sup>. Por meio de *livros caixa*, conversas com consumidores, carroceiros e proprietários de armazéns, foi constatado que o porco se constituiu em uma das principais moedas de trocas do período estudado. Moeda que poderia ser trocada nos armazéns de Ivay por um chapéu, por um litro de cachaça, por um tecido, por um saco de farinha ou uma ferramenta, e caminhava rumo às vendas de Ponta Grossa para ser comercializada. Este animal movimentava a economia local e assim como grande parte dos produtos agrícolas transportados por carroceiros, era trocado e comercializado por outras mercadorias em cidades maiores como Ponta Grossa.

Várias foram as tropas de suínos conduzidas a pé, todavia poucos são os estudos que abrangem este assunto. O mesmo equivale para a importância dos carroceiros perante o desenvolvimento do comércio interiorano de gêneros alimentícios de muitas colônias de imigração. Esses foram sujeitos que transportaram diferentes produtos agrícolas proporcionando a circulação de mercadorias em parte do território brasileiro, e foram os principais responsáveis pela oferta de mercadorias em muitos dos armazéns existentes no Paraná na primeira metade do século XX. Vários desses sujeitos além de realizarem o transporte de gêneros alimentícios interligando diferentes regiões paranaenses, conduziram tropas de animais, mas devido à demasiada importância dada ao comércio de tropas que interligava o Brasil de Sul a Norte, estes sujeitos são quase inexistentes nas produções historiográficas. Portanto, o objetivo aqui é demonstrar que o comércio realizado via animais de cargas, não ficou preso somente as “famosas” rotas dos tropeiros como, por exemplo, o caminho do Viamão.

---

<sup>130</sup> Curta distância esta em oposição ao comércio de tropas e gêneros alimentícios de longa distância. O objetivo é demonstrar que este tipo de comércio não ficou preso somente as “famosas” rotas dos tropeiros como, por exemplo, o caminho do Viamão.

Como visto no capítulo anterior, muitos armazéns surgiram atrelados de alguma forma as feiras de Sorocaba. Alguns foram abertos dentro de Sorocaba mesmo com o objetivo de atender e lucrar sobre as necessidades das pessoas que vinham de diferentes regiões do Brasil em busca de animais. Outros foram surgindo nas rotas e pousos dos tropeiros com objetivos semelhantes. Apesar da importância das feiras de Sorocaba e do comércio de tropas realizado a longa distância, em um período tardio, fins do século XIX e início do XX, muitas casas comerciais surgiram atreladas as tropeadas de suínos e ao transporte de mercadorias realizado a curta distância.

Apesar do fluxo de tropas e as feiras de Sorocaba terem declinado em meados do século XIX em função das locomotivas, o transporte realizado por animais de carga persistiu em muitos povoados longe das vias férreas. Em locais interioranos, a produção continuava a ser escoada em lombos de muares até as ferrovias mais próximas. Portanto, apesar do surgimento das locomotivas o muar ainda continuava sendo utilizado como meio de transporte em muitas regiões brasileiras.

Depois de ter perdido espaço para os vagões de trens, a utilização de animais como meio de transporte voltou a ganhar força em fins do século XIX, mais especificamente com a chegada de imigrantes em algumas regiões do Brasil. Esses passaram a fabricar carroças e utilizar tanto a força de equinos quanto de muares para puxá-las. As carroças abasteceram muitos armazéns e transportaram quantidades enormes de produtos agrícolas a centro consumidores maiores. O mesmo equivale para a sobrevivência de tropas de suínos conduzidas a pé. Enquanto as estradas eram precárias e as locomotivas e caminhões não chegavam nesses lugares, os carroceiros e tropeiros de porcos persistiram em muitas colônias de imigração até meados do século XX.

Se por um lado as estratégias dos governos estadual e federal eram de modernização do país, o "progresso" não chegava com a mesma velocidade na colônia Ivay. As estratégias e as táticas dos comerciantes e carroceiros desta região permitiam que a colônia se interligasse com o mundo "lá fora". A carência de recursos e infraestrutura não ditava o cotidiano da colônia por completo, os sujeitos frente às dificuldades encontravam formas de superá-las.

O surgimento e o funcionamento dos armazéns em Ivay, só foram possíveis em função do transporte de mercadorias realizado por carroceiros, e do comércio de

tropas de suínos tangidas por uma distância de noventa quilômetros até Ponta Grossa. Se por um lado as ferrovias colocaram em crise as feiras de Sorocaba, por outro estimularam o consumo de banha e o desenvolvimento da suinocultura. Conforme aponta Wanchowicz: “a rápida urbanização de São Paulo, aliada à construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, estimulou o desenvolvimento da suinocultura na região servida por essa ferrovia.”<sup>131</sup> Com o aumento populacional cresceu o consumo de banha na culinária brasileira, e de quebra os produtos poderiam ser escoados pela ferrovia. Em função deste mercado, cidades paranaenses como Ponta Grossa, Jaguariaíva, União da Vitória e Curitiba se tornaram grandes centros de comercialização e industrialização do suíno. O surgimento de frigoríficos nestas regiões, sobretudo a partir do final da primeira década do século XX, estimulou o desenvolvimento da suinocultura em muitas colônias de imigração, entre elas, Ivay.

Os números da tabela 5 apontam a importância deste animal na economia desta colônia. Em 1915 havia 6.200 cabeças de porcos. Segundo dados dos relatórios do zelador da colônia, três anos depois, em 1918, este número subiu para 8.010, em 1919 para 8.200, em 1923 para 16.000 e em 1924 para 16.500 cabeças. Assim, de ano em ano, o número de animais aumentou sucessivamente. O suíno era o animal de maior número que consta em todos os relatórios. Em questão de criação só perdia para a quantidade de aves. De acordo com a tabela 5, em 1915 existia 18.200 cabeça de aves. Em 1918 este número subiu para 35.000 e em 1924 para cerca de 100.000.

Em 1924 havia 655 famílias e um total de 4.123 pessoas residentes na colônia Ivay<sup>132</sup>. De acordo com os dados do parágrafo acima, nesse mesmo período havia 16.500 cabeças de porcos. Essas informações demonstram uma média de aproximadamente 25 suínos por família e 4 por pessoa.

O destaque tanto das aves (galinhas, gansos, patos) quanto do suíno na economia local, além de ter ficado evidente nos relatórios do zelador da colônia, apareceu na fala dos consumidores, dos carroceiros e dos donos de armazéns. A grande quantidade de aves pode ser justificável pela utilidade das penas na

---

<sup>131</sup> WANCHOWICZ, Ruy Christovam. Op. Cit. p. 213.

<sup>132</sup> Recenseamento da população do Núcleo Colonial de Ivay, redigido pelo zelador Rogaciano Antunes Ribeiro em 31 de dezembro de 1924. Localização do recenseamento: A.P.M.I.

produção de travesseiros e cobertas para o inverno, pelo consumo da carne e dos ovos e por ser moeda de troca. Os dados dos livros caixa do armazém de Elias Pyetlowanciw e do armazém de Pedro Derkasz demonstram que tanto as galinhas quanto os ovos eram trocados por outras mercadorias nos armazéns de Ivay. Dali, esses produtos seriam comercializados localmente ou revendidos em Ponta Grossa conforme diz André Kluskoski:

Aqui os carroceiros que tinha no Ivaí que eu me lembro era Estefano Bobek. Ali no Susto o Gregório Lobacz tinha carro com oito burros. No Ribeiro tinha o Ramundrek. Então os carroceiros levavam daqui galinha e outras coisas. Levavam lá para Ponta Grossa e traziam comida para nós. Compravam galinha dos colonos, faziam aquelas grades grandes de madeira, colocavam as galinhas e levavam para vender.<sup>133</sup>

Apesar de o número de ave ser superior ao de suíno nos relatórios, o porco se constituía na principal moeda ambulante que movimentava o comércio local. Isso fica explícito na fala do consumidor Atilho Galvão: “primeiramente o comércio maior aqui era de porco e de erva. A gente criava porco solto. Eu vendia porco, vendia erva [...] Aquele tempo era assim; nós vendíamos porco gordo aqui e eles levavam tocando a pé para Ponta Grossa [...]”<sup>134</sup>

A importância deste animal na economia desta região, também pode ser identificada no seguinte trecho da fala João Mann:

Aqui (São Roque) o povo engordava e criava porco que era bonito. Os colonos entraram ali e fizeram criame de porco. Se mantinham só com isso. O porco tinha saída e hoje não tem saída. Daqui se juntavam uma turma com meu avô e quando era bastante levavam os porcos tocando para Ponta Grossa. Um ia junto de carroça para levar milho junto para tratá-los na estrada, e o os outros de a pé [...] Primeiro dia eles se arrancavam daqui do São Roque e quando ia bem paravam lá no Aterrado Alto [...] Antes engordavam porco de duzentos, trezentos quilos; não era porquinho. Hoje não tem essa qualidade [...]”<sup>135</sup>

Conforme conversas com pessoas que vivenciaram este período, além das galinhas e dos ovos, o porco também era utilizado como moeda de troca nos armazéns de Ivay. Os dados contidos dos *livros caixa* fortalecem estas informações.

<sup>133</sup> KLUSKOSKI, André. Op. Cit.

<sup>134</sup> GALVÃO, Atilho. Op. Cit.

<sup>135</sup> MANN, João Sobrinho. Op. Cit.

Segundo estes documentos, os consumidores liquidavam suas dívidas principalmente com pedaços de toucinho e carne suína, ou em porco por pé<sup>136</sup>.

Em muitos casos os animais eram criados soltos em meio às matas e trocados nas vendas por produtos que não era possível produzir na lavoura. Se o cliente entregasse metade do porco em favor de sua dívida, o bodegueiro poderia comercializar a banha, a carne na lata de banha, a linguiça e o torresmo. Agora se o porco fosse negociado vivo, este era colocado em um cercado e pouco a pouco juntava-se uma tropa que seria conduzida até os compradores de Ponta Grossa. Quem explicou isto foi o consumidor Amilton Ferrera:

Antes o que fazia face era duzentos, trezentos porcos. De dia você fazia a linha cada um tinha cinco, seis, dez e reunia no bodegueiro. Naquele tempo um dos bodegueiros aqui era o Schastai [...] Então o Schastai tinha um carroceiro dele, reunia porco e entregava para levar. Tinha que achar os camaradas para levar. Às vezes tinha porco muito gordo e levava um mês para levar até Ponta Grossa.<sup>137</sup>

A tropa poderia ser formada por donos de armazéns que aceitavam o porco como forma de pagamento, por carroceiros que buscavam mercadorias em Ponta Grossa e muitas vezes aproveitavam a viagem para vender os porcos, por empreiteiros e por safristas que passavam pelas linhas comprando os animais dos pequenos produtores.

Em um período em que a propriedade privada estava delimitada na colônia, mas onde ainda havia imensas áreas não cultivadas muitos produtores rurais usam a tática de criar esse porco solto o que maximizava seus ganhos. As divisas de terras a partir da estratégia colonial não impediam esses suinocultores de subverter essas normas e praticar uma criação extensiva e que não se limitava aos estreitos limites dos lotes rurais.

Segundo fontes orais, aqueles que possuíam poucas cabeças de porcos engordavam os animais no sistema alçado, como afirma Alcides Macena Pereira: “eu era craque nesse negócio de porco. Primeiro a gente levava a porcada no mato. Não é que nem hoje que tem estiva fechada, levava lá nos matos e soltava os porcos na roça; engordava solto.”<sup>138</sup> Conforme afirmou Pereira, no sistema alçado os

<sup>136</sup>DERKASCZ, Pedro. Registro de produtos consumidos no período de 1930 até meados da década de 1940. Acervo pessoal. Mariano Derkatz.

PYETLOWANCIW, Elias. Registro de produtos consumidos no período de 1912 até meados da década de quarenta. Acervo pessoal de Mariano Derkasz.

<sup>137</sup>FERRERA, Amilton. Op. Cit.

<sup>138</sup>PEREIRA, Alcides Macena. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 13 de fevereiro de 2012.

animais eram criados completamente soltos na floresta, alimentando-se da vegetação existente e dos frutos como a guabiroba, a cereja e principalmente o pinhão. Quando atingiam algumas arrobas os animais eram negociados com os bodegueiros em troca de outras mercadorias, ou até mesmo vendidos para os safristas.

Os que possuíam grande quantidade de cabeças de suínos engordavam os animais no sistema safra. Este consistia em plantar dez, vinte, trinta alqueires de milho, e quando tivesse maduro, soltar os animais para a engorda. Colhia-se somente o necessário para o gasto e o restante da colheita era realizada pelos porcos. Conforme afirma Terezinha Correia Batista:

Antes eles faziam roça mas não quebravam o milho e quando o milho tava seco eles soltavam aquele mundo de porcos. Os animais comiam sozinho e engordavam. Daí quando estavam gordos eles tiravam os porcos de lá tocado. Eles passavam aqui e iam para cidade. Atrás ia aquelas carroças grande e quando um porco estropiava, não podia caminhar, eles erguiam na carroça. Sempre ia bastante carroça junto; aqui no Bom Jardim tinha um lugar que eles posavam com a porcada [...] vendiam os porcos daí traziam as carroças cheias de mantimentos.<sup>139</sup>

Após serem negociados dentro e fora dos armazéns, engordados e concentrados em um número expressivo, os porcos eram conduzidos por uma marcha de aproximadamente noventa quilômetros até Ponta Grossa para serem negociados principalmente com os produtores de banha. Essas tropas eram tangidas por safristas, empregados, empreiteiros e carroceiros. Havia carroceiros que enchiam suas carroças de produtos agrícolas para serem revendidos em Ponta Grossa, e aproveitavam a mesma viagem para conduzir os porcos. O número de porcos guiados variava conforme a tropa. Havia desde tropas de 50 até de 500 animais.

As marchas eram iniciadas antes de o dia amanhecer para aproveitar a temperatura baixa. Na frente ia um tropeiro com espigas de milho para atrair os animais, em seguida iam os porcos, e atrás e dos lados outros tropeiros e as carroças com mantimentos. Segundo sujeitos que tangiam a porcada, nos primeiros dias era preciso adestrar os animais para obedecerem ao trajeto. Precisava costearlos e isso significa quase empurrar o animal para o caminho desejado. Era um trabalho pesado em que o tropeiro deveria saber repontar e encaminhar os que

---

<sup>139</sup> BATISTA, Terezinha Correia. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 13 de fevereiro de 2012.

refugavam da vara. <sup>140</sup> Isso ficou claro nas seguintes palavras de Vladomiro Lobacz: “tinha que costear primeiro os porcos para não se extraviarem. Primeiro dia precisa costear, um dia, dois dias. Depois chamava e eles não saiam da estrada.”<sup>141</sup>

Atilho Galvão que ajudou a conduzir algumas tropas de porcos localmente, também explicou como este trabalho era feito:

Sempre ia dois na frente chamando e atendendo nas encruzilhadas para os porcos não se perderem. Depois que alinhava ia tudo de atrás. Eu sempre ia do lado cuidando. Sempre ia um de um lado, outro do outro, dois na frente e dois atrás. Nós sempre íamos em seis tocando a porcada. Tocava porco e gado. O gado era tocado também [...] Às vezes tocava uma vaca na frente e os outros animais acompanhavam.<sup>142</sup>

Além de desviarem do trajeto nos primeiros dias, muitos animais paravam e não caminhavam. Esta informação ficou explícita nas seguintes palavras de Nicolau Kos: “quando os porcos não queriam ir um carroceiro caminhava em frente da comitiva com espigas de milho atraindo e repontando com cachorros. Atrás ia uma carroça de mantimentos [...]”<sup>143</sup>

Devido a essas dificuldades o primeiro dia de viagem não rendia mais que 7 quilômetros. Em relação a esses empecilhos Mann diz que: “no outro dia era mais fácil, os animais se acostumavam. No outro dia gritava ou, ou, ou [...] a porcada levantava e ia. Um ia à frente a pé chamando e os outros iam tocando de atrás.”

Quanto mais adestrados maior o ritmo adquirido e a distância percorrida. Outro fator que influenciava no rendimento da marcha das tropas era o tempo. Como os animais eram gordos o calor prejudicava a caminhada. O tropeiro deveria saber qual seria a melhor hora para iniciar e parar a caminhada. Amilton Ferrera explicou o porquê destas manhas:

Meu pai levava porco tocado. O porco gordo tem a hora de caminhar. Essas horas (por volta das 15h) ele levanta e daí caminha até meia noite. Daí quando chega meia noite é hora de deitar e ele deita. Ali você pode deitar e descansar porque eles deitam e ficam quietos. Quando é mais ou menos a hora que o galo começa a cantar, o porco levantava e daí já aproveitava tocar até 10 horas. Se tivesse meio fresco eles iam mais antes e se não tivesse eles demoravam.<sup>144</sup>

<sup>140</sup> KOSS, Lucimara. Op. Cit.

<sup>141</sup> LOBACZ, Vladomiro. Op. Cit.

<sup>142</sup> GALVÃO, Atilho. Op. Cit.

<sup>143</sup> KÓS, Nicolau. Entrevista concedida a Lucimara Kóss em maio de 2005.

<sup>144</sup> FERRERA, Amilton. Op. Cit.

Se por um lado a chuva era vista como um empecilho pelos carroceiros que traziam mantimentos de Ponta Grossa para abastecer os armazéns de Ivay, por outro o tempo chuvoso era visto como um ponto positivo nas tropeadas. Segundo aqueles que conduziam as tropas, com tempo chuvoso os animais caminhavam mais rápido. Isto ficou evidente nas palavras do carroceiro freiteiro Vladomiro Lobacz:

[...] Eu toquei umas cinco tropas de porcos. Tocava com o carro acompanhando a tropa de, 200, 500 porcos. Era tocada tudo a pé para cidade. Desde lá de Três Bicos, Candido de Abreu; gastava um mês. Com chuva rendia; com sol ia muito pouco porque os bichos cansavam. Agora se chovesse que nem esse tempo nosso, ia ser bom para tocar os porcos. Tinha que ser de madrugada e de tardezinha.<sup>145</sup>

Com a chuva os porcos gordos não sentiam o peso da caminhada, e com o calor poderia estropiar e morrer no trajeto. Se as tropas fossem manejadas por carroceiros, os animais que estropiavam eram abatidos, destrinchados e carregados nas carroças. Nos pousos e nas paradas de descanso, o toucinho era derretido e o torresmo guardado para comer nas refeições diárias. O mesmo equivalia para a carne, esta era frita e colocada na lata junto com a banha para não estragar até o término do consumo. Tudo era aproveitado, pois conforme afirma Lobacz:

Quando morria algum animal a gente levava no carro e comia. Levavam lata para derreter a banha. Nós levávamos no carro que ia acompanhando a tropa. Levávamos de tudo, a bóia, lata, comida para os animais e algum calçado. Se algum animal morresse nós desmanchávamos, passava cipó no tocinho e colocava em cima da grade do carro. Tinha muito porco que estropiava principalmente os porcos muito gordos.<sup>146</sup>

Em alguns casos quando morria mais de um ou dois animal e o trajeto ainda era longo até o destino final, os carroceiros ofertavam o porco para algum dono de armazém ou morador na beira do caminho a um preço mais baixo. Se não conseguissem vender inteiro, davam meio porco de graça para o indivíduo que aceitasse destrinchar, limpar e derreter a banha. Na volta os carroceiros pegavam a sua parte.

Quando morria algum animal das tropas que eram conduzidas por pessoas que empreitavam o serviço de algum safrista ou bodegueiro, tinha-se o costume de

<sup>145</sup> LOBACZ, Vladomiro. Op.Cit.

<sup>146</sup> Idem LOBACZ, Vladomiro.

cortar a orelha do porco e levar para o patrão como prova de que o porco havia estropiado. Quem confirmou este fato é o condutor de tropas Alcides Macena Pereira:

A caminhada começava cedo no clarear do dia e ia até por volta das onze horas. Depois, começava novamente por volta das quatorze horas porque o porco gordo não pode andar no calor porque morre, ele sufoca. Se morresse algum porco a gente dava para as outras pessoas no caminho e levava a orelha do porco para entregar para o patrão. Os homens que pegavam os porcos para tocar cortavam a orelha e levavam para justificar. Aquilo era sinal que o porco morreu e trazia para o dono do porco. Meu pai trabalhava assim de empregado; empreitava porcos para tocar. Ganhava por isso. Não sei se era por porco ou por mês. Eu sei que ele levava até Ponta Grossa para entregar no frigorífico. O dono aqui dos matos engordava e ia lá em Ponta Grossa e dizia: daqui um mês chega a porcada [...].<sup>147</sup>

Assim como os tropeiros que interligavam o Sul do Brasil as feiras de Sorocaba, as minas de ouro e a corte carioca tinham pousos certos, os carroceiros e tropeiros que realizavam o comércio de animais e gêneros alimentícios deslocados das famosas rotas como o caminho do Viamão, também tinham seus pontos de paradas. Apesar de ser um trajeto muito mais curto, as carroças e as tropas de porcos conduzidas de Ivay a Ponta Grossa eram bem mais lentas do que as tropas de muares que partiam do Rio Grande do Sul para Sorocaba. Devido a essa lentidão nas beiras dos trajetos os carroceiros e tropeiros de porcos também foram criando pontos de paradas fixos, conforme afirma Vladomiro Lobacz: “a gente tinha pouso certo, então deixava o milho de madrugada para eles comerem, porque bicho quando cansado não come. Se precisasse de madrugada eles comiam e já descansavam um pouco. Alguns emagreciam bastante e quebravam<sup>148</sup> bastante”.<sup>149</sup>

Apesar de os porcos aquietarem durante a noite, tratar os animais nos pousos e nas paradas, não deixava de ser uma tática utilizada para impedir que os mesmos se extrviassem enquanto os tropeadores preparavam o jantar, tomavam um gole de cachaça, uma cuia de chimarrão ou dormiam. Também era uma forma de impedir que os porcos se dispersassem pela manhã enquanto se preparava o café. Antes mesmo de o dia amanhecer os animais levantavam descansados e famintos, se não comecem o milho durante a noite, ingeriam de manhã.

<sup>147</sup> PEREIRA, Alcides Macena. Op. Cit.

<sup>148</sup> Quebrar esta no sentido de perder peso, emagrecer.

<sup>149</sup> LOBACZ, Vladomiro. Op. Cit.

Todas essas táticas cotidianas não estavam prescritas em registros escritos. Os carroceiros aprendiam essas técnicas na prática da atividade. Esses sujeitos tinham que "inventar" soluções para os problemas que surgiam diariamente.

Além do risco dos porcos se extraviarem durante a noite e estropiarem durante as caminhadas, as estradas e caminhos em meio às matas reservavam muitos outros perigos. Se essa insegurança era sentida pelos carroceiros como visto no item anterior, para os tropeiros que andavam a pé movimentando carne viva, o medo de tomar prejuízo, sofrer algum ataque ou acidente era muito maior. Além de emagrecerem e não ser possível colocar os porcos em campos de invernada para recuperar o peso como faziam os tropeiros que vinham do Sul e passavam pelo Paraná, as tropas de suínos eram rondadas e poderiam ser atacadas por animais ferozes como onças. Isso levava os condutores a andarem sempre armados como forma de proteção. Além de correr o risco de serem atacados por animais silvestres, os porcos poderiam ser roubados por "pernas humanas" como disse Vladomiro Lobacz: "agora em Conchas era perigoso, lá tinha ladrão que roubavam porcos naquela água do Tibagi."<sup>150</sup>

Além desses perigos os condutores das tropas deveriam estar preparados para enfrentar intrigas ao longo dos percursos, conforme contou Nicolau Kos: "muitas vezes nós não conseguíamos conduzir as tropas o mais rápido possível devido à falta de cerca nas lavouras. No meio da viagem os porcos paravam para comer milho, e ainda dava encrenca com o dono do milho."<sup>151</sup> Esses entraves ocorriam devido ao fato de as tropas permearem por espaços públicos e privados<sup>152</sup>. Saíam de criadouros em comum, se desviavam das vias de transição definidas como públicas e adentravam em territórios considerados particulares.

O perigo de os animais invadirem alguma propriedade privada, serem roubados, dispersados, ou atacados por onças durante a noite, diminuiu com a construção de mangueiras ao longo dos percursos. Em alguns lugares as pessoas que moravam ou tinham armazéns na beira dos trajetos dos pontos de paradas, foram construindo mangueirões para fechar os porcos durante a noite. Conforme afirma Alcides Macena Pereira:

---

<sup>150</sup> Idem LOBACZ Vladomiro.

<sup>151</sup> KÓS, Nicolau. Op. Cit.

<sup>152</sup> Para melhores informações sobre a definição de espaço público e privado ver o primeiro item do quinto capítulo.

Em alguns lugares já tinha uns ranchos dos tropeiros [...] A gente parava nesses ranchos e posava. Ali nos Moleta tinha um rancho e ali no meu sogro Pedro Lourenço tinha outro. Daí lá no Tanque tinha outro que já tinha mangueira para fechar os porcos. Para fechar pagava um pouquinho [...]<sup>153</sup>

Além dos locais de pousos apontados acima por Alcides, durante as conversas este mencionou outros lugares em que tanto os carroceiros quanto os tropeiros paravam.

De Candido de Abreu nós levávamos porcos andando aqui para Ponta Grossa. Levava um mês e pouco para levar uma tropa de porcada. Meu pai foi tropeiro e eu ia junto com ele, mas eu era pequeno. A tropa saía de lá do Calmon<sup>154</sup> e chegava ali na dona Matilde. Daí sai de lá e vinha posar ali num tal de Lourenço Ricardo aqui no Bom Jardim onde tinha aquela fazenda. Do Calmon até aqui (Bom Jardim) levava um dia de viagem. Ia tocando a porcada o mês inteiro até chegar em Ponta Grossa [...] Aqui por Ipiranga eles pegavam por baixo e no Rio Tibagi passavam na tal de balsa. Tinha a grade e a porcada entrava ali e passa tudo para o outro lado. Entrava toda porcada, fechava e daí puxava para o outro lado do rio, abria e a porcada saía, 50, 60, 100 porcos [...].<sup>155</sup>

De acordo com as informações extraídas de conversas realizadas com fontes orais como a citação acima, foi possível demarcar alguns pousos e reconstruir sobre o atual território do município de Ivaí, os principais trajetos por onde passavam as tropas de porcos e os carroções abarrotados de produtos rumo a Ponta Grossa.

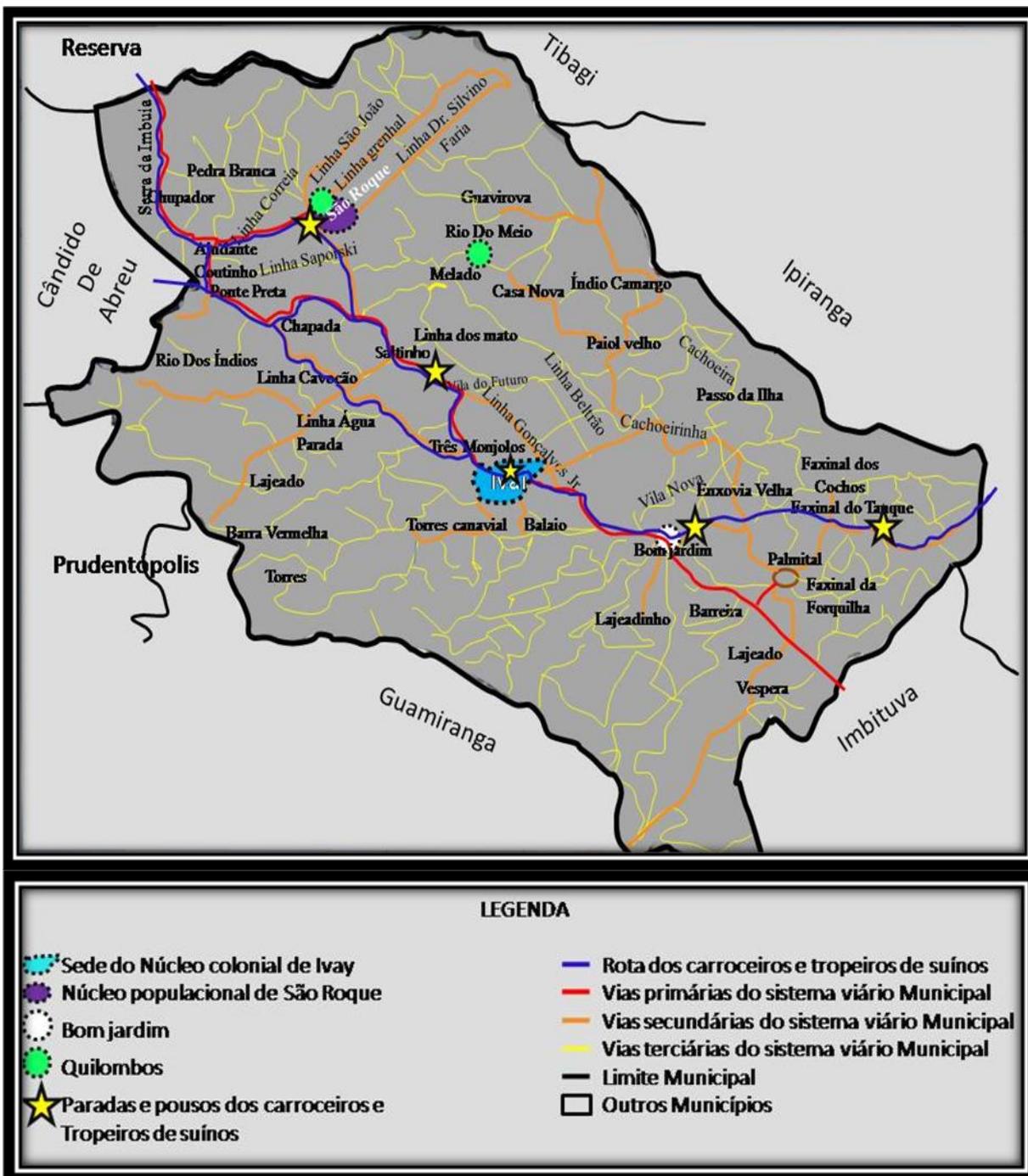
---

<sup>153</sup> PEREIRA, Alcides Macena. Op. Cit.

<sup>154</sup> Durante as conversas algumas pessoas se referiram a Ivaí com a denominação de Calmom.

<sup>155</sup> PEREIRA, Alcides Macena. Op. Cit.

Imagem 5 – Principais rotas e pontos de paradas dos carroceiros e das tropas de suínos sobre o atual território do município de Ivai.<sup>156</sup>



O percurso e os pousos demarcados no mapa acima eram utilizados tanto pelos carroceiros e tropas formadas dentro do território de Ivai, quanto por sujeitos e

<sup>156</sup> Essa imagem foi sendo construída com dados fornecidos por fontes orais. Em cada conversa realizada tanto com os carroceiros quanto com os tropeiros de porcos, procurei extrair o máximo possível de informações que possibilitassem a reconstrução dos pousos e das rotas desses sujeitos sobre o atual território de Ivai.

tropas que vinham de cidades vizinhas como Candido de Abreu. Se seguirmos a rota as tropas passavam principalmente por Imbuia (linha Ajudante Coutinho), São Roque (núcleo colonial de São Roque), Ponte Preta (linha Ivahy), Chapada (linha Ivahy), e paravam em Saltinho (linha Dr. Gonçalves Junior) ao lado do armazém de Elias Pyetlowanciw e mais tarde do armazém de Pedro Derkasz. Este era considerado um ponto de parada apropriado porque ficava perto de uma casa comercial em que se poderia adquirir alimentos, e porque ao lado do armazém tinha uma mangueira para fechar os porcos durante a noite. Antes de o dia amanhecer a marcha continuava passando por Aterrado Alto (linha Dr. Gonçalves Junior) e fazendo a próxima parada em Ivaí (sede do núcleo colonial). De Ivaí seguia-se até a próxima parada em Bom Jardim (distrito de Bom Jardim do Sul). Continuavam a viagem passando por Bom Jesus (Bocó<sup>157</sup>) e paravam para pernoitar no Faxinal do Tanque. Esta era a última parada realizada em território ivaiense.

Em seguida o percurso adentrava no município de Ipiranga. Sobre essa parte do trajeto só foi possível identificar nas conversas que tanto os carroceiros quanto as tropas passavam por Conchas e atravessavam o Rio Tibagi em cima da Balsa. Conforme afirma Mann:

No Rio Tíbagi passavam na balsa. Não tinha ponte e eles colocavam os porcos na balsa. A balsa era fechada dos lados e eles puxavam com uma corda encima da água [...] Isso era para baixo da ponte do Tíbagi agora. A balsa ficava mais para baixo da ponte. Daí fechava os porcos na balsa e os porcos iam tudo em cima da balsa [...] Lá para baixo da ponte Tíbagi eu sei aonde os porcos saiam em Conchas. Saia em Conchas e daí sai na estrada que eles passavam; e aqui entravam para lá de Ipiranga uma boa altura à esquerda.<sup>158</sup>

A partir do momento que passavam o Rio Tibagi, nenhuma das fontes orais comentou sobre por onde seguia o percurso e em que lugares paravam para pernoitar até chegar em Ponta Grossa. Alguns comentaram que a parada final dos carroceiros era realizada aonde hoje se localiza o *Shopping Total*. Dali, os carroceiros com suas carroças cheias de produtos agrícolas entravam em Ponta Grossa, vendiam e adquiriam outros produtos com o dinheiro da venda. O mesmo equivale para aqueles que levavam tropas de suínos. Quando as tropas chegavam ao destino final, os tropeiros alugavam alguma mangueira, fechavam os porcos para

<sup>157</sup> Algumas tropas também paravam em Bom Jesus para descansar. Antes de se chamar Bom Jesus o lugar era conhecido como Bocó devido ao fato de um tropeiro ter esquecido seu Bocó em uma das paradas.

<sup>158</sup> MANN, João Sobrinho. Op. Cit.

não se extraviarem e aguardavam por algum comprador. Quem contou um desses fatos foi Nair Degraf Jansen:

Em Nova Rússia, Ponta Grossa, chegavam grandes tropas de mulas, bois e de porcos, comboios de carroções. Meu pai [...] comprou uma parte da fazenda do Fernando Voth, com 1.500 metros, de frente para a estrada de Guarapuava, no Sabará, hoje Avenida Souza Naves. Nessa área papai construiu mangueiras para alugar aos porcadeiros que, quando chegavam, precisavam de um lugar fechado para prender os animais. Havia um arroio, próximo às mangueiras, onde os porcos saciavam a sede e se refrescavam. Os porcadeiros chegavam com um carroção na frente, em seguida vinha o chamador, os tocadores e os cachorros cuidando dos porcos. Era muito porco! Os porcadeiros chegavam tocando a pé. Os porcos vinham das regiões de Cândói, Pinhão, Pitanga, Guarapuava, Cândido de Abreu, Ivaí, Prudentópolis, Imbituva, e cidades vizinhas. No início durante o dia, meu pai e meus irmãos cuidavam das mangueiras, que ficavam longe de nossa casa, na chácara. Eu tinha 12 anos e ia de bicicleta levar almoço para eles, que só voltavam à noite para casa. Como o negócio foi prosperando, meu pai construiu uma casa perto das mangueiras para ele morar e várias outras casas pequenas para alugar aos porcadeiros.<sup>159</sup>

Se a tropa fosse conduzida pelos carroceiros de Ivay, esses negociavam os porcos e em seguida se dirigiam até as vendas de Ponta Grossa. Assim, pouco a pouco, o capital adquirido com a venda do suíno, iria se transformando em sacas de açúcar, de sal, de café, em metros de tecidos, em utensílios domésticos, remédios, ferramentas para o trabalho e muitos outros produtos. Quando retornavam para os armazéns de Ivay, os consumidores apareciam nas bodegas com dinheiro, produtos agrícolas, galinhas, ovos e sobre tudo com um porco, e compravam alguns desses novos produtos. Nesse caso o porco era trocado pela dívida na venda e ia se transformando em um sapato domingueiro, em um pedaço de tecido para se costurar uma veste de missa, em um litro de cachaça, em um quilo de café e assim por diante.

Nesse sentido, pode-se dizer que o suíno tornou-se mais que uma moeda de troca. Transformou-se em comida, vestuário, ferramenta, bebida, artefatos domésticos e muitos outros elementos. Fora moeda que caminhava rumo aos armazéns de Ivay junto com os consumidores para ser trocada por outras mercadorias. Foi capital tangido em tropas até Ponta Grossa por sujeitos “especializados” na tarefa. Fora o produto que contribuiu para o desenvolvimento de uma rede de relações sociais entre consumidores, carroceiros, safristas, pequenos agricultores, empreiteiros e comerciantes.

---

<sup>159</sup> JANSEN, Nair Degraf. Entrevista. Apud. BACH, Arnaldo Monteiro. **Porcadeiros**. Ponta Grossa: Do autor, 2009, p. 163.

Em suma, tanto o transporte de produtos agrícolas quanto o comércio de tropas, interligavam espaços distintos fazendo com que as relações comerciais ultrapassassem os espaços dos armazéns. Portanto, o trabalho dos carroceiros e a comercialização do porco dentro e fora das bodegas de Ivay, foram os principais elementos que possibilitaram a circulação de mercadorias nesses ambientes. Do mesmo modo, contribuíram para o desenvolvimento de redes internas no comércio paranaense.

## **CAPÍTULO IV**

### **O ARMAZÉM COMO ESPAÇO DE COMPRA & VENDA**

Após ter “embarcado” nos carroções e nas tropeadas de suínos, chegou a hora de “adentrar” nos armazéns, acender os lampiões e investigar o que se passava dentro desses espaços. O intuito é observar nos depoimentos e nos registros de consumo quem eram as pessoas que os frequentavam, o que estas buscavam nestes estabelecimentos, quais eram os produtos consumidos, quais eram as formas de pagamentos, e demonstrar como o dono da venda influenciava nos hábitos e nas escolhas dos consumidores. Portanto, este capítulo tratará especificamente dos produtos, dos fregueses e dos métodos de pagamentos realizados nesses contextos.

#### **4.1 Os produtos consumidos e a limitação da liberdade de escolha**

No capítulo anterior foi visto que o porco fora de fundamental importância para a movimentação da economia local. O surgimento dos armazéns na colônia Ivay esteve atrelado à importância desse animal. O porco possibilitou a aquisição dos mais variados artigos tanto dentro como fora dos armazéns da colônia. Após ser negociado com o comerciante local, o suíno engrossava as tropas e era transformado em outros produtos em centros consumidores maiores.

Outro fator relevante para o desenvolvimento e a manutenção dos armazéns foram as carroças. Esses meios de transporte desempenharam praticamente a mesma função dos muare que abasteceram muitas regiões brasileiras com gêneros de primeira necessidade. Os carroções introduzidos no Brasil pelos imigrantes transportaram muitas cargas de mercadorias em território paranaense. Interligavam as distantes colônias de imigração a centros consumidores maiores. Abasteciam e escoavam a produção agrícola de muitas regiões como Ivay.

Os carroceiros foram agentes preponderantes para a manutenção e a circulação de mercadorias nessa colônia de imigração e cidades vizinhas. O desenvolvimento do comércio nesse local só foi possível porque esses agentes vendiam e compravam produtos em centros consumidores maiores abastecendo os armazéns. Chegou a hora de penetrar nesses estabelecimentos e observar detalhadamente que tipos de produtos eram adquiridos pelos consumidores.

De acordo com Michel de Certeau<sup>160</sup>, a ação de comprar um produto é uma ação planejada, carregada de significados simbólicos que revelam parte da vida cotidiana dos moradores de determinado local. Todo produto adquirido esconde táticas e estratégias de combinação com outros elementos baseados nas representações e nos valores culturais de cada sujeito. Por trás de cada produto consumido se esconde hábitos, gostos, relações de poder, identidade, cultura e muitos outros elementos.

Portanto, descobrir que tipos de produtos eram consumidos nos armazéns da colônia Ivay diz muito sobre as pessoas que os consumiam. Conforme afirma Maria Luiza Ferreira de Oliveira: “os artigos vendidos mostram ao visitante um pouco da vida dos habitantes da cidade, e observar as lojas e os seus produtos ajuda a tecer uma imagem dos moradores locais [...]”<sup>161</sup>

Os dados contidos nos *livros caixa* de alguns armazéns<sup>162</sup> trazem informações relevantes a respeito de quais eram os produtos mais solicitados sobre os balcões de acordo com cada consumidor que entrava nos armazéns. Alguns se dirigiam até as vendas com o objetivo de comprar um lampião ou uma vela para clarear as noites em suas residências; outros para adquirir um pouco de açúcar para preparar um bolo, uma enxada para capinar a erva daninha da plantação, um sapato para proteger os pés, um tecido para costurar uma veste, pena para fabricar travesseiros, palha picada para se fabricar colchão, remédio para curar a dor ou até

<sup>160</sup> CERTEAU, Michael de. 2008. Op. Cit.

<sup>161</sup> OLIVEIRA. Op.cit., p. 211.

<sup>162</sup> DERKATCZ, Pedro. **Registro de produtos consumidos no período de 1930 até meados da década de 1940**. Acervo pessoal. Mariano Derkatz. KARPINSKI, João. **Registro de inventário: estoques de mercadorias existentes de 1970 a 1980**. Acervo pessoal de Elena Karpinski. KARPINSKI, João. **Registro de compras do período de 1972 a 1975**. Acervo pessoal de Elena Karpinski. KÓS, João. **Livro de registro de entrada de mercadorias do ano de 1945**. Acervo pessoal de Maria Kós. KÓS, João. **Livro de registro de saída de mercadorias do período de 1970 a 1971**. Acervo pessoal de Maria Kós. MALANOSKI, Tadeu. **Registro de compras do período de 1959 a 1963**. Acervo pessoal de Tadeu Malanoski. MALANOSKI, Tadeu. **Registro de entrada de mercadorias**. Acervo pessoal de Tadeu Malanoski. PYETLOWANCIW, Elias. **Registro de produtos consumidos no período de 1912 até meados da década de quarenta**. Acervo pessoal de Mariano Derkatz.

mesmo um litro de aguardente e uma corda de fumo para sustentar os vícios. Enfim, eram vários os tipos de mercadorias que atraíam a freguesia até as casas comerciais. Ali, era possível encontrar tudo o que era necessário para o dia-a-dia: alimentos, ferramentas, tecidos, utensílios domésticos, bebidas, sapatos, antibióticos, e muitos outros produtos.

As pessoas compravam tanto produtos industrializados trazidos de outras cidades pelos carroceiros, quanto os que eram produzidos localmente. Dentre os artigos adquiridos estavam: açúcar, café, querosene, creolina, cetim<sup>163</sup>, morim<sup>164</sup>, xadrez<sup>165</sup>, chita<sup>166</sup>, chinelo, chapéu, lenço, graxa, botões, fazenda<sup>167</sup>, peças (de carroça), cera, toucinho, erva-mate, palha picada, fumo, anil, chumbo, pólvora, bala de revólver, balas comestíveis, foice, enxada, machado, fósforos, lampiões, velas, pregos, baralho, canela, cravo, trigo, farinha, sal, sapatos, botina, arroz, mamadeira, chocolate, cerveja, gasosa, água ardente (vulgo pinga, cachaça), vinho, licor, cibalena<sup>168</sup>, sardinha, panela, chaleira, chocolateira, talheres, copo, prato, bacias, entre outros. A imagem a seguir arrola algumas mercadorias adquiridas por Anastásia Mazureke nos meses finais de 1919 e ao longo da primeira metade de 1920 no armazém de Elias Pyetlowanciw. Nesse período, ela frequentou o armazém de uma a duas vezes por mês com a finalidade de basicamente adquirir sal, fósforos, tecidos e alguns itens industrializados louças.

---

<sup>163</sup> Tecido.

<sup>164</sup> Tecido, pano inferior branco de algodão.

<sup>165</sup> Tecido.

<sup>166</sup> Tecido estampado de várias cores.

<sup>167</sup> Termo utilizado para designar tecido comprado para corte e costura.

<sup>168</sup> Corruptela Remédio analgésico e antipirético denominado comercialmente de cibalena.

Imagem 6 – Parte do livro caixa do armazém de Elias Pyetlowanciw. Compra realizada por Anastásia Mazureke em 1919-1920.

Setem <sup>o</sup>	24	1919	20 fol. papel 1.800	1/2 Kg. cafe 1.400	2 1/2 m. lã 4.000	7.200
			1 vidro alim Satin 1.200	20/ 1/2 m. morim <sup>600</sup>	batas <sup>100</sup> tanta <sup>300</sup>	2.200
Outubro	2	"	2 chocolates 1.900	8/10 1 saco vacio 1.500		3.400
	10	"	3 mts algodão 3.000	+ 1 saco vacio 1.500	1 pote 900	6.000
Novo	10	"	2 mts lã 3.400	1/2 Kg. cafe 1.400		4.800
Dezembro	23	"	3 mts tecido creme 10.500	2 mts chita 3.000		13.500
	26	"	1. sal 400	essenc 1.000	2 banis e 1 prato 3200	4.600
			2 colheres 500	2 caixas phosphoro 200		700
	24	"	1 pente 600	1/2 Kg. cafe 1.300	chocolate 1.200	3.100
			1 caneca 800	6/1 1920 1/2 mts morim <sup>600</sup>		1.400
Jan	16	1920	1 camisa de meim			6.000
Março	11	"	1 saco far. trigo 5 Kg.			5.000
	23	"	1/2 Kg. cafe 1.300	10/18 desp. 2.300		3.600
Abril	16	"	2 Kg. far. de trigo 2.000	22/ desp. 2.200		4.200
Maio	17	"	desp. 2.400	23/ desp. 1.500	28/ saqueta 1.000	4.900
Junho	3	"	desp. 17.300	20/ 2 banis barro 1.100		18.400
Julho	2	"	sal 400	5/12 desp. 8.000		8.600
	11	"	por o copo de louça			500

Fonte: PYETLOWANCIW, Elias. Registro de produtos consumidos no período de 1912 até meados da década de quarenta. Acervo pessoal de Mariano Derkasz.

A tabela a seguir que foi construída com dados extraídos do livro caixa do armazém de Elias Pyetlowanciw, demonstra o preço de alguns produtos comprados pelos consumidores em alguns períodos. Ela foi elaborada com fins ilustrativos e, mesmo assim, é possível observar a variação de determinados preços e a constância de outros. Por exemplo, o preço do toucinho se manteve estável entre 1913 e 1916 não ocorrendo o mesmo com o preço da garrafa da cachaça.

Tabela 7 - Produtos adquiridos pelos clientes no armazém Pyetlowanciw.<sup>169</sup>

DISCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR DA MERCADORIA	ANO
½ kg de café	800 réis	1916
1 garrafa de cachaça	600 réis	1916
1 par de meias	800 réis	1916
1 kg de açúcar	800 réis	1916
1 kg de toucinho	1.100 réis	1916
1 kg de toucinho	1.200 réis	1913
10 litros de farinha de milho	1.200 réis	1913
1 panela 3 pé	2.800 réis	1916
1 lata de soda	1.500 réis	1917
1 foice	7.000 réis	1918
1 caixa de fósforos	200 réis	1919
½ arroba de erva	1.200	1918
1 garrafa de cachaça	800 réis	1917
1 garrafa de cachaça	1.200 réis	1918
6 pratos esmaltados	9.800 réis	1920
1 par de sapato	3.200 réis	1917
10 litros de sal	4.000 réis	1918
1 chapéu de pano	25.000 réis	1922
1 Maço de pregos 17/31	3.200 réis	1918
1 vaca	140.000 réis	1917
1 cincerro	1.200 réis	1918
Por feitiço de paletó	4.000 réis	1921
1 lenço	1.300 réis	1921

Os produtos adquiridos dependiam de cada consumidor que adentrava no armazém. Cada um buscava na venda o que não se tinha em casa, ou seja, aquilo que não tinha sido produzido na propriedade. Nesse sentido, os hábitos de consumo influenciavam as escolhas dos compradores. Como exemplo pode-se citar os imigrantes de nacionalidade polonesa, esses tinham o costume de cultivar o trigo

<sup>169</sup>As tabelas 7 e 8 foram construídas com dados extraídos do livro caixa do armazém de Elias Pyetlowanciw. Para maiores informações sobre as tabelas ver: KOSS, Lucimara. Carroceiros tropeadores de porcos e o comércio em Ivaí-PR (1910-1950). In: SOCHODOLAK, Hélio (Org.); NETO ARIAS, José Miguel (Org.) **Capítulos de História do Paraná**. Guarapuava: Unicentro, 2012, p. 112-113.

eliminando a compra do referido produto na venda. Segundo Mariano Derkasz e conforme os dados dos livros caixa, farinha de trigo quase não era comercializada, a não ser para a população tradicional que morava na região antes do estabelecimento da colônia, pois ao contrário dos poloneses estes não cultivavam o trigo.

A produção local além de influenciar nas escolhas dos consumidores, também interferia sobre os carroceiros que abasteciam as prateleiras dos armazéns. A ação de trazer um determinado produto de Ponta Grossa para ser comercializado nos armazéns de Ivay, deveria ser planejada. Os carroceiros adentravam nas vendas de Ponta Grossa, paravam, observavam e estudavam qual produto teria mais saída em Ivay. Esses levavam em conta os tipos de consumidores que frequentavam os armazéns, o que era e o que não era produzido na colônia, que ferramentas seriam úteis para os habitantes daquela região, quais utensílios domésticos poderiam ser utilizados, que tipo de tecidos poderiam ser adquiridos, que alimentos seriam consumidos, enfim, que tipo de produtos poderiam atrair cada consumidor que residia longe ou próximo à venda.

Se por um lado os consumidores influenciavam nas escolhas dos carroceiros, por outro os carroceiros e os donos de armazéns também determinavam a qualidade do produto que seria consumido. Eram eles que escolhiam as marcas de alimentos, o vestuário, tecidos, bebidas e muitos outros produtos de acordo com o seu gosto. Em seguida retornavam a Ivay e revendiam no seu armazém. Isso limitava a liberdade de escolha dos consumidores, pois era o proprietário da casa comercial quem definia a qualidade do produto que as pessoas da região poderiam consumir no seu estabelecimento comercial.

A partir de estratégias diversas os carroceiros e comerciantes tentavam, com sucessos maiores ou menores, determinar o que seria consumido. Para isso eles detinham o poder de escolher a cor do chapéu, a cor do tecido, o doce que seria degustado, a marca do querosene que seria utilizada, os tipos e cores dos botões que seriam pregados durante o feitiço de algum vestuário, a marca da sardinha ou das bebidas que seriam consumidas, enfim, se por um lado os consumidores ditavam que tipos de produtos comprariam nos armazéns, por outro os carroceiros definiam a qualidade desses produtos. Dessa forma, o comerciante reproduzia a sua visão de mundo através das mercadorias que escolhia para vender em seu armazém, o que, por sua vez, limitava e direcionava o gosto de seus clientes. Neste

sentido, tanto os hábitos alimentares quanto os estéticos dos fregueses, eram influenciados pelos gostos dos carroceiros e dos donos das vendas. Porém, não podemos esquecer que os consumidores a partir de táticas múltiplas podiam atribuir diferentes funções e significados aos produtos.

Muitas vezes o cliente se dirigia até a venda impulsionado por um litro de bebida, um pedaço de tecido, uma lata de sardinha e ao chegar via suas escolhas serem limitadas. Passava os olhos nas prateleiras e encontrava ali apenas uma marca de sardinha. Direcionava seu olhar para a parte das fazendas e encontrava tecidos com cores que poderiam lhe agradar ou desagradar. Portanto, era o carroceiro que determinava que tipo de sardinha o cliente poderia consumir, a cor do tecido que se transformaria em uma camisa ou qualquer outra veste. O mesmo equivalia para os demais artigos que eram encontradas na venda. Ao consumidor caberia somente aceitar a limitação de suas escolhas perante o tipo e a qualidade do produto, ou ir embora de mãos abanando. As escolhas sobre um mesmo tipo de mercadoria eram limitadas, estas ficavam restritas aos gostos daqueles que compravam em Ponta Grossa e traziam para revender nos esparsos armazéns de Ivay.

Num quadro tão adverso sobra pouco espaço para as pessoas agirem, mas é justamente nas questões micro que o cotidiano vai sendo tecido. Os donos de armazéns e carroceiros durante décadas influenciaram, não sem resistência, os hábitos de seus clientes, mas a estratégia do bodegueiro de trazer apenas uma marca de determinada mercadoria para não correr o risco de um produto encalhar no estoque, era bem sucedida quando não havia concorrência.

O controle dos hábitos dos clientes por parte do comerciante era bastante relativo, pois bastava uma novidade surgir num armazém vizinho que os clientes iam buscá-la. Quem quisesse conservar seus clientes deveria estar atento a essa dinâmica. Entretanto não estaria o comerciante nesse sentido também determinando o que o cliente compraria? Em certo sentido sim, contudo não se levarmos em conta o conjunto, pois nem tudo o que os carroceiros e os donos de armazéns traziam era aceito de forma unânime, nem todo produto era "sucesso de venda", nem todo produto recebia a mesma atenção ou despertava os mesmos desejos dos clientes. As táticas dos clientes muitas vezes frustravam as estratégias dos comerciantes.

Segundo dados de alguns livros caixa<sup>170</sup>, os produtos mais solicitados pelos consumidores nos armazéns de Ivay eram: café, pinga, sal e fumo em corda. Os três primeiros eram trazidos em grandes quantidades de Ponta Grossa pelos carroceiros. Isto ocorria pelo fato de serem mercadorias que apresentavam mais saída nos armazéns. Quanto à cachaça, essa era comercializada em pequenas e grandes quantidades. Poderia ser consumida em copos dentro dos armazéns enquanto o pedido das mercadorias era feito sobre o balcão, ou até mesmo se por ali estivesse algum conhecido para colocar o papo em dia. Poderia ser comprada em litros para ser ofertada em casa para alguma visita, para ser degustada no transcorrer dos dias, ou para ser consumida nos “puxirões”.

Além de ser um produto presente nos momentos de sociabilidade nos espaços dos armazéns, a água ardente sempre estava presente nas viagens dos carroceiros e dos tropeiros. Essa era consumida principalmente nos pontos de paradas para o almoço e nos lugares de pousos. Fazia parte das prosas tanto dentro quanto fora dos espaços dos armazéns. Enfim este era um dos produtos que mais se repete nos registros de consumo conforme as folhas do livro caixa a seguir.

---

<sup>170</sup> DERKASCZ, Pedro. **Registro de produtos consumidos no período de 1930 até meados da década de 1940**. Localização do arquivo: A.P.M.D.

KARPINSKI, João. **Registro de inventário: estoques de mercadorias existentes de 1970 a 1980**. Acervo pessoal de Elena Karpinski.

\_\_\_\_\_ **Registro de compras do período de 1972 a 1975**. Acervo pessoal de Elena Karpinski.

KÓS, João. **Livro de registro de entrada de mercadorias do ano de 1945**. Acervo pessoal de Maria Kós.

\_\_\_\_\_ **Livro de registro de saída de mercadorias do período de 1970 a 1971**. Acervo pessoal de Maria Kós.

MALANOSKI, Tadeu. **Registro de compras do período de 1959 a 1963**. Acervo pessoal de Tadeu Malanoski.

\_\_\_\_\_ **Registro de entrada de mercadorias**. Acervo pessoal de Tadeu Malanoski.

PYETLOWANCIW, Elias. **Registro de produtos consumidos no período de 1912 até meados da década de 1940**. A.P.M.D.

Imagem 7 – Parte do livro caixa do armazém de Elias Pyetlowanciw. Compra realizada por João Cheremeta no ano de 1925.

1925		João Cheremeta				
Março	14	1 l. pinga 3000	25/l. pinga 3000	pimenta 200	6200	
"	"	1 l. pinga 3000	1 maço de pregos	6000	9000	
Abril	2	1 l. pinga 3000	7/l. pinga	3000	6000	
"	11	1 l. " 3000	1/2 K. pregos	1500	4500	
"	"	sal amargo 400	pimenta 200	feis 500	1100	
"	17	1 l. des pinga			3000	
"	21	par o fimo 900	1 l. de pinga	3000	3900	
"	25	1 l. pinga 3000	Kerzene 400	26/pinga 3000	6400	
"	29	1 l. pinga 3000	4/l. pinga 3000	criolina 1300	7300	
Mai	3	1 l. pinga 3000	9/pinga 3000	11/l. pinga 4200	12600	
"	12	1 l. de pinga			3000	
"	13	pregos 1/2 kg. 1500	1/pinga 3000	29/pinga 3000	7500	
"	24	Vasel 1/2 l. des pesle			5800	
"	25	pinga 3000	28/pinga 3000	Kerzene 600	6600	
Junho	1	1 l. " 3500	8/l. de pinga 3500	Kerzene 600	900	8500
"	10	1 l. " 3500	11/l. pinga 3500	17/l. pinga 3500	10500	
"	18	2 l. " 7000	21/l. de pinga	3500	10500	
"	24	1/ pagamento			8000	
Agosto	15	1/ " "	por saldo	00	32400	
				RS	112400	
"	21	1 corte laço. m. lhas			3000	
					3000	

Fonte: PYETLOWANCIW, Elias. Registro de produtos consumidos no período de 1912 até meados da década de quarenta. Acervo pessoal de Mariano Derkasz.

Imagem 8 – Parte do livro caixa do armazém de Elias Pyetlowanciw. Compra realizada por José Jacente em 1926-1927.

José Jacente			
1926	Transporte	224 900	22 600
Abril 16	desp. 4100 19/ despesa 600 22/ des. 2000 23/ desp. 14600	21300	
" 28	desp. 4100 30/ desp. 5800	9900	
	limpa heroa (?)		80000
Mais 13	pingu 800 14/ despesa 4700	5500	
Junho 6	pingu 1000 19/ por o assuas 700 26/ p. agnordente 500	2200	
Julho 7-12-14-26	p. a desp. 3400 16/ pingu 4900 23/ pingu 1000	5800	
Agosto 3	926 pingu 1700 + pingu 200 + pingu 200	1600	
" 25	" por a despesa 6400 10/9 despesa 2000	8400	
Setem <sup>o</sup> 10	o e Outubro 2 em ovos a s/c.		8000
Outom <sup>o</sup> 4	" cafe 2200 do Agosto 29 pingu 1000	3200	
Dez <sup>o</sup> 15	" nicale Sapadipa (minka)	13800	
Janair 6 1927	em pingu 1200 6/1/27 em pingu 3600	4800	
Fev <sup>o</sup> 3	" pingu 700 16/ sal 2000 22/ pingu 900	3900	
" 27	" em fim heiro		5000
Abril 9	" velha por despesa 55900 14/ lata 1500	57400	
Abril 30	" desp. 1800 10/5 despesa 3400	5200	
Mais 10	" entrega em ovos 7000 18/ limpa heroa 3580		42000
" 18	" despesa 4700 21/ pingu 900	5600	
" 21	" entrega ovos 6000 4/ entrega ovos 6000		12000
		2000	

Fonte: PYETLOWANCIW, Elias. Registro de produtos consumidos no período de 1912 até meados da década de quarenta. Acervo pessoal de Mariano Derkasz.

Além de estar ligado aos puxirões, as viagens dos carroceiros, as tropeadas de suínos, e aos momentos de sociabilidade tanto dentro quanto fora dos espaços dos armazéns, o alto consumo da aguardente (pinga, cachaça) poderia estar associado a fatores culturais e ao tipo de clientes que frequentavam os estabelecimentos comerciais. Como já foi dito, os produtos vendidos variavam conforme cada consumidor que penetrava na venda, portanto, para um melhor entendimento dessas questões, se torna imprescindível saber quem eram as pessoas que mais frequentavam os estabelecimentos comerciais nesse período.

## 4.2 Os consumidores

Após ter visto que tipos de mercadorias eram consumidas, se torna de suma importância saber quem eram as pessoas que as compravam. Isso é fundamental para compreender porque determinados produtos tinham mais saída que outros nos armazéns de Ivay, e porque a cachaça era um dos produtos que mais consta nos registros de consumo (livros caixa). Do mesmo modo, ajuda a entender se os armazéns eram espaços frequentados por homens ou mulheres, crianças ou adultos, que lugar as mulheres de donos de armazéns ocupavam no comércio nesse período, e se a preferência de determinado armazém estava associada à origem étnica tanto dos consumidores quanto dos proprietários das vendas. Além de solucionar essas questões, conhecer os consumidores se torna fundamental para entender porque os carroceiros escolhiam determinados tipos de produtos nas vendas de Ponta Grossa para serem comercializados em Ivay.

A análise dos nomes citados nos livros caixa se constituiu em um bom meio para começar a descobrir quem eram as pessoas que frequentavam cada estabelecimento comercial. Nesses documentos, nota-se que poucas são as mulheres que tem seus nomes registrados nos livros caixa. Em um único livro de compra e venda do armazém de Elias Pyetlowanciw<sup>171</sup>, encontram-se 346 nomes de homens e apenas oito nomes de mulheres. Esses dados iniciais levaram a questionar se isso ocorria apenas pelo fato de o registro ser no nome do marido, pois era ele o chefe do lar, ou se nesse caso o armazém era exclusivamente espaço

---

<sup>171</sup> PYETLOWANCIW, Elias. **Registro de produtos consumidos no período de 1912 até meados da década de quarenta**. Acervo pessoal de Mariano Derkasz.

masculino. Para resolver esta questão, recorri à comparação dos dados contidos nesses documentos com depoimentos de pessoas que vivenciaram esse período.

Segundo conversas com consumidores que frequentavam as vendas em parte do período estudado, os armazéns eram espaços públicos que poderiam ser frequentados por qualquer tipo de pessoa. Apesar desse livre acesso em que crianças, adultos, homens, mulheres, poderiam circular, muitos enfatizaram que quem mais frequentava os estabelecimentos comerciais eram os homens, ou os chamados chefes de família. Isso ocorria muitas vezes pelo fato de os armazéns serem um pouco longe da residência o que dificultava o transporte das mercadorias. Para aqueles que não possuíam carroças, cavalos ou burros, muitas vezes o transporte das mercadorias eram realizados a pé. O mesmo equivalia para os produtos que eram levados até a venda para serem negociados em troca de outros como veremos no próximo item.

O fato de os armazéns serem espaços frequentados em maior escala por homens justifica em parte o alto consumo de copos de cachaça nesses estabelecimentos. De acordo com os registros dos produtos que eram vendidos, enquanto os homens iam ao armazém para comprar mais cachaça e fumo, as poucas mulheres que constam nas listas de compras adquiriam mais tecidos e utensílios domésticos tais como: pratos, colheres, botão, agulha, açúcar, chocolateira, cadeira e café. Enquanto as mulheres compravam os produtos que desejavam e voltavam sem demoras para casa, nota-se que muitos homens permaneciam horas no local. Isso pode ser concluído pelo alto consumo de cachaça vendida em copos para estes frequentadores. Essa seria consumida no local mesmo enquanto se degustava algum tipo de alimento, enquanto se conversava com outro cliente que por ali estivesse, ou até mesmo enquanto se conversava com o dono da venda e pedia os produtos.

Outro fator que fortalece a interpretação de que os armazéns eram espaços mais masculinos que femininos, é o fato de que em algumas contas registradas no nome do chefe da família havia artigos adquiridos por suas mulheres. Nesse caso o proprietário da venda anotava os produtos vendidos e ao lado desses escrevia: “compra feita por sua mulher”. O mesmo método era utilizado quando se tratava de algo adquirido pelos filhos dos chefes de família. Além de haverem algumas contas registradas em nomes de mulheres e o comerciante indicar quando a compra era feita pela mulher de algum cliente, no transcorrer deste livro caixa encontra-se 5

nomes de mulheres identificadas como viúvas. Nesses casos o nome do marido persistia no livro e anotava-se a palavra “viúva” do lado entre parênteses.

Além de possibilitar a extração dessas informações que permitem analisar quem eram as pessoas que mais circulavam pelos espaços dos armazéns de Ivay, os registros possuem informações relevantes sobre as formas de pagamentos utilizadas por cada consumidor que adentrava na venda. O desenvolvimento desse último assunto neste capítulo complementarará a construção da imagem das pessoas que frequentavam os armazéns dessa região.

### 4.3 Os métodos de pagamentos

Na Colônia Federal Ivay, o surgimento dos armazéns não eliminou o sistema de troca sem o uso do capital pecuniário, apenas concentrou esta atividade em mãos de sujeitos “especializados”. As trocas de mercadorias por produtos e serviços que eram feitas entre pessoas da própria comunidade, continuaram sendo realizadas dentro do espaço do próprio armazém. As formas de pagamentos variavam de acordo com cada consumidor que adentrava nas vendas, e conforme os acordos estabelecidos entre os comerciantes e os clientes. Isso ficou explícito na seguinte fala de Mariano Derkascz filho de antigos donos de armazém.

Quem tinha dinheiro comprava com dinheiro quem não tinha fazia troca. Trazia mercadoria de casa e trocava por outra mercadoria. Vendiam fiado também. Forneciam, por exemplo, ano inteiro, a safra inteira, porque uns plantavam feijão uma vez só, daí colhiam o feijão vendiam e pagavam a conta com o feijão.<sup>172</sup>

Essa forma de negociar os produtos também foi reiterada em conversas com pessoas que frequentavam os armazéns como consumidores. Atilho Galvão é um desses consumidores que comentou sobre essa forma de comércio:

Quando minha mãe tinha o que vender levava para vender na bodega. Vendia feijão e vendia milho. Fazia farinha e vendia farinha; vendia banha. Então ela trocava e trazia tudo o que precisava. Trazia tecido [...] Quando achava que aqui estava meio fracassado de açúcar, arroz, café em grão, sal, então ela ia comprar em Imbituva e Ipiranga. Lá vendia tudo que levava e comprava o que precisava. Se sobrasse dinheiro para ela eles devolviam e se faltasse ela pagava. Era assim o negócio. Quando o pai morreu eu tinha doze anos, então meu irmão mais velho sempre ia com ela de carroça [...] Ali no Ivaí ela ia depois. Depois ela comprou muito no Henrique Ribeiro e ao mesmo tempo vendia erva para ele. Henrique

---

<sup>172</sup> DERKASCZ, Mariano. Op. Cit.

Ribeiro tinha bodega e a mãe sempre comprava dele. Vendia erva e comprava mercadoria; mas ela ia mais em Imbituva e Ipiranga de carroça. Quando tinha o que vender bastante, colocava na carroça e ia lá. Levava farinha, levava feijão, levava banha [...] Por exemplo, farinha dessa branca a mãe vendia aqui em Ipiranga. Antes de a mãe levar já tinha venda certa. Podia levar 100 kg ou mais de farinha que vendia. Lá a mulher recebia pagava e pronto. De lá a mulher mandava para uma cunhada dela em Curitiba que tinha armazém [...] <sup>173</sup>

Percebe-se na fala acima que a troca de produtos por produtos não era realizada somente nos armazéns da Colônia Federal Ivay. Essa forma de comércio interligou Ivay a muitas casas comerciais localizadas em territórios vizinhos, tais como: Imbituva, Ipiranga, Ponta Grossa. Isto demonstra que o comércio a base de troca de mercadorias por mercadorias, não era algo peculiar aos armazéns de Ivaí. Esta forma de comércio ocorreu em muitas regiões brasileiras, mas sob temporalidades distintas.

No caso da colônia Ivay, essas relações de compra e venda foram além de meados do século XX. Conforme afirma Catarina Lobacz Kalatai que adentrava nos armazéns como consumidora nesse período, o comércio nessa região era realizado basicamente a base do sistema de troca: “[...] Não tinha onde vender as coisas, só trocava. O que colhia da lavoura trocava por outras comidas [...] A gente tinha que levar e trocar por alguma coisa.” <sup>174</sup>

[...] ia lá comprar na bodega, daí precisava levar um frango para pagar. Levar uns ovos para pagar. Levava batatinha que colhia e comprava açúcar, café, farinha [...] Como não tinha como fazer dinheiro no começo, então pagavam com produtos da lavoura. Pagavam mesmo com o que eles colhiam para poder comprar <sup>175</sup>

Quando necessitavam de açúcar, café, ou de algum tecido para vestimenta, os colonos se dirigiam até ao armazém com cestos de milho, galinhas, ovos e trocavam por aquilo que desejavam <sup>176</sup> como afirma João Mann: “não era fácil! Eu andava na escola e levava uma cestada de ovos para mamãe lá para vender bodega [...] Uma cestada de ovos já dava um açúcar, um quilo de trigo e já dava para passar a semana.” <sup>177</sup>

<sup>173</sup> GALVÃO, Atilho. Op. Cit.

<sup>174</sup> KALATAI, Catarina Lobacz, 2008. Op. Cit.

<sup>175</sup> Idem KALATAI, Catarina Lobacz, 2008.

<sup>176</sup> PYETLOWANCIW, Elias. **Registro de produtos consumidos no período de 1912 até meados da década de quarenta**. Acervo pessoal de Mariano Derkasz.

<sup>177</sup> MANN, João Sobrinho. Op. Cit.

Os livros caixa dos armazéns de Elias Pyitlowanciw e Pedro Derkascz reforçam as informações obtidas em fontes orais de que os gêneros adquiridos nesses estabelecimentos eram trocados pela produção da agricultura, da pecuária e da apicultura. Muitos utilizavam produtos de seu trabalho cotidiano como aqueles descritos na tabela 4 tais como: cargueiros de milho, fumo em corda, feijão, erva-mate, toucinho, palha picada, cera, mel. Para tirar essa conclusão, basta ler um pequeno trecho do livro caixa conforme a imagem a seguir.

Imagem 9 – Excerto do livro caixa do armazém de Elias Pyetlowanciw. Métodos de pagamento utilizado por Bento Manuel de Barros em 1921-1922.

<i>Bento Manuel de Barros</i>		Deve	Haver
Out <sup>o</sup> 4	1921 Transporte do facho 199	50 000	
" 18	" 19 pinga 900 22/11 desp. br. 5 pag. 239. 11,200	12 100	
Nov <sup>o</sup> 22	" Ordem para Hipólito D. de Godoy seu serviço 1/2 alg. de roça que usou per	20,000	
-1922			30,000
Jan <sup>o</sup> 27	- 19 de pinga 1.000 12/III 922 desp. 8 900	9 900	
Mar <sup>o</sup> 26	abateu em feijão		2 200
Abri <sup>l</sup> 12	frum de cento 1400. 18/ desp. 19.300 barelho 36000	23.700	
" 18	" e carg <sup>o</sup> feijão 16.000 em din. 1500		17 500
" 21	despesa 4.000 1/2 feijão 2600 salda amp.	1.400	
" 24	pinga 100 12/IV sua despesa 3.600	3 700	
Mai <sup>o</sup> 12	seu em feijão pagar barelho		3000
" "	+ em " e carunjas		2 100
" 22	sua despesa 6.500 abateu 4.200 salda amp.	2 300	
" 27	sua desp. 1400 abateu 500 salda amp.	900	
Jun <sup>o</sup> 1	1 1/2 1/4 de sal 4500 abateu em milho 800 salda	3.700	
" 9	por a herwa que nos venden		1.200
" 10	despesa 11.200 12/VI essencat 800	12 000	
	Balanco		83.700
		139 700	139 700
" "	Saldo a m favor	83 700	
Out <sup>o</sup> 12	1922 despesa do dia 29/8 ate hoje	93 900	
" "	" 74 orb. e 3 kg. de herwa que nos fez a 2/8		148 400
" 15	" sua despesa	2 500	
	Balanco		31 700
		180 100	180 100

Fonte: PYETLOWANCIW, Elias. Registro de produtos consumidos no período de 1912 até meados da década de quarenta. Acervo pessoal de Mariano Derkasz.

De acordo com as informações do documento acima, Bento Manuel de Barros pagava o que comprava no armazém com: feijão, laranjas, erva e serviços. Esses métodos de pagamentos também eram utilizados por muito outros consumidores.

Diante da falta de dinheiro ou de produtos para pagar a compra no armazém, havia ainda a possibilidade de liquidar a dívida por meio de serviços na propriedade do dono da venda. Conforme afirmou o consumidor José Schuista: “o povo não tinha dinheiro e se tinha era muito pouco. Comprava quase tudo fiado, ficava devendo tendo que trabalhar dois, três dias na propriedade do dono da venda para pagar a comida”.<sup>178</sup> Esta alternativa foi utilizada por muitos consumidores, basta reparar as folhas do livro caixa que foram expostos neste capítulo. Isso fica mais claro ainda no seguinte trecho do livro caixa de Elias Pyetlowanciw:

---

<sup>178</sup>SCHUISTA, José. Op. Cit.

Imagem 10 – Excerto do livro caixa do armazém de Elias Pyetlowanciw. Métodos de pagamento utilizado por João Scherlanski.

		João Scherlanski	
		Deve	Fluor
1921			
Maio	5	Saldo a m favor da folha - sb.	164.100
"	16	Sua despesa hoje borador 5 jul. 187	51.300
"	"	Recebi em galeiros	85.000
Set	29	1 boi que me comprou	70.000
"	"	deu dinheiro	10.000
Junho	11	Deu o resto do boi	60.000
"	"	despensei comp boi 5 jul. 195	8.100
Outubro	15	1 alquere de arroz limpo	16.000
"	"	1/4 herua 1.000 2/11 35 kg herua 8.200	9.200
Novembro	20	1 par de sapatos do Pedro Carrevaly	13.000
Dez	8	1 alquere e 2 litros de arroz limpo	16.800
"	"	Sua despesa de hoje comp borador 5.	8.200
"	31	" " "	60.400
"	"	16 <sup>50</sup> Kg de sero a 1.800	29.700
		Balanço	166.800
		<u>De</u>	<u>384.300</u>
1922			
Jan	1	Saldo a m favor	166.800
Abril	29	por as compras	2.800
Maio	20	41 Kg. de fumo a 29 1/2 = 69:	69.000
"	"	2 alqueres de arroz a	36.000
"	"	1 Kg. de cebos	2.600
"	"	3 m <sup>2</sup> de lã a 2/100	6.600
		Balanço	73.800
		<u>De</u>	<u>148.800</u>
		<u>Por</u>	<u>148.800</u>

Fonte: PYETLOWANCIW, Elias. Registro de produtos consumidos no período de 1912 até meados da década de quarenta. Acervo pessoal de Mariano Derkasz.

Conforme a imagem acima, João pagou as mercadorias que adquiriu no armazém de Elias de múltiplas formas. Utilizou como moeda de troca produtos da

apicultura, da agricultura e a própria mão de obra. Saldou suas dívidas com dinheiro, cera, fumo, e carpida de arroz.

Além de todos esses métodos de pagamentos que foram citados até aqui, havia outras formas de saldar as mercadorias adquiridas nos armazéns, entre elas, em sapatos e cadeiras. Nessas listas comerciais, nota-se em vários casos o prolongamento dos ofícios aprendidos nos países de origem. Havia carpinteiros, alfaiates e marceneiros que trocavam seus produtos por alimentos fornecidos nos armazéns. O marceneiro comprava os produtos utilizando como forma de pagamento mesas, cama, cadeiras. O ferreiro, peças de carroça e arreios. Conforme demonstra o documento logo abaixo, o sapateiro amortizava suas contas com sapatos, botinas, chinelos.

Imagem 11 – Excerto do livro caixa do armazém de Elias Pyetlowanciw. Métodos de pagamento utilizado por Pedro Czrewatey em 1920-1921.

Pedro Czrewatey			Deve	Flaver
Margo	22	1920 Transporte	181 000	
Abri	10	" 1 l. vinho Vermont	4 500	
Junho	16	" 1 machado	9 000	
Agosto	1	" 1 par. botinas <sup>35.000</sup> e 1 par. chinellas <sup>6.000</sup>		46.000
"	16	" 1 calça feita	15 000	
"	"	" 1 par. sapatos		5 000
"	"	" 1 par. sapatos		120 000
Sete	21	" Desp.	77 700	
Outubro	31	" Nov. 1-920 360 mrs casineta a 3.500	12 600	
Novem.	7	" feito calças e pal. comp. bor 5 p. 126	19 000	
"	8	" por as desp. hoje " " 5 p. 127	40 000	
"	9	" 4 mrs brim marinha a 5000	35 000	
"	"	" batinha (3.500) sapatos ao me pai (30.)	<del>33 500</del>	- 33 500
"	"	" batinha Sapatos a Wasillo (?)	-	- 18 000
Dez	9	" feito d'um termo de brim	15 000	
Feve	13	1921 1 par chinela <sup>6.000</sup> para João + concel <sup>2.000</sup>		8 000
"	"	" 13 " "		65 000
"	"	" 1 ma desp. hoje	15 600	
"	"	6/4 batatinhas (no dia 25/5 921)	12 000	
"	20	" 1 chapeo poms 24.000 29, calça feita 13.500	57 500	
Julho	7	" 1 termo feito au. de meninos	25 000	
"	"	" 1 termo feito au. de meninos		30 000
"	"	" 1 termo feito au. de meninos		30 000
"	"	" 1 termo feito au. de meninos		15 000
"	"	" 1 termo feito au. de meninos		15 000
Agosto	14	" 1 p. Kg. de fumo	1 500	
Out	30	" 1 alquere batatinha	4 000	
"	"	" 1/2 dúcias de chinellas		25 000
Novem	20	" Sapatos para João Saerlowski		13 000
"	"	" Transportado na pag. 407.		
			504 400	416 500

Fonte: PYETLOWANCIW, Elias. Registro de produtos consumidos no período de 1912 até meados da década de quarenta. Acervo pessoal de Mariano Derkasz.

As botinas, os sapatos e os chinelos que o bodegueiro Elias Pyetlowanciw aceitava como formas de pagamentos, ficavam a venda no armazém para outros fregueses. Quem exercia outra atividade e precisasse de um sapato para proteger os pés ou ir a missa no domingo, corria até a casa comercial levando feijão, milho, arroz, cera, mel, galinhas, ovos, porco e trocava pelos sapatos.

Além dessas informações, de acordo com os nomes dos clientes registrados nos documentos, é possível perceber que estes armazéns eram os mais frequentados pelos afrodescendentes que residiam aonde hoje é a atual comunidade do Rio do Meio. Do mesmo modo, percebe-se que a moeda de troca utilizada por estes consumidores se constituía principalmente em rolos de fumo, suínos, milho e produtos artesanais tal como afirmou Derkasz: “do Rio do Meio traziam baixeiro que era feito de palha de milho. Eles traziam e trocavam. O pai pegava o baixeiro deles e no lugar destes eles levavam açúcar, sal, farinha. Vinham os cavaleiros e nós vendíamos os baixeiros para os cavaleiros.”<sup>179</sup>

Amilton Ferrera que vivenciou parte deste período residindo no quilombo de São Roque trouxe o discurso de quem estava do outro lado do balcão no armazém Derkasz, lado destinado aos consumidores. A fala desse consumidor exposta logo abaixo, complementa e fortalece a de Mariano Derkacz, filho de comerciantes que foi citada anteriormente.

Nós éramos tudo lá do e Rio do Meio e daqui do São Roque. Fazia baixeiro de palha e ia lá no armazém do Derkacz trocar [...] Eu cheguei lá quantas vezes [...] Quando meu avô morreu de idade, ficou minha tia fazendo baixeiro e daí depois de pronto vendia-o para fazer compra. Todos eles faziam baixeiro, balaio e iam vender no Derkacz para fornecer a casa.<sup>180</sup>

Além de baixeiros e balaio, nota-se nos registros de compra e venda (livros caixa) que o suíno e seus derivados como o toucinho, eram os produtos mais utilizados pelos consumidores em geral para efetuar o pagamento de suas dívidas e trocas nos armazéns locais. Muitos se dirigiam à venda levando porco por pé para ser trocado por outros produtos. Adquiriam o que era necessário e se o valor do porco fosse maior do que a compra o restante era deixado em haver para a aquisição de novos produtos. Isto justifica a grande quantidade de suínos citada nos relatórios do zelador da colônia. Conforme a tabela 5 em 1915 o número de suínos

---

<sup>179</sup> DERKASCZ, Mariano. Op. Cit

<sup>180</sup> FERRERA, Amilton. Op. Cit.

era equivalente a 6.200 cabeças. Em um intervalo de oito anos, em 1923, esse número subiu para 16.000, e em 1924 para 16.500. Muitos porcos trocados nos armazéns por café, açúcar, cachaça, ferramentas, tecidos, eram engordados e conduzidos a pé até Ponta Grossa como foi explorado no terceiro capítulo.

Esse processo de troca entre consumidor e comerciante não se restringia somente a produtos agrícolas. Os animais, os utensílios, as ferramentas, a mão de obra também serviam como moeda de troca nos armazéns. Conforme os dados dos livros caixa, o trabalho não era trocado somente entre os colonos por meio dos puxirões como visto anteriormente, aqueles que não tinham produtos agrícolas, dinheiro ou animais para trocar na venda pelo que necessitavam, estabeleciam um acordo com o dono do armazém e trocavam a força de trabalho por alimentos. Esta troca ficou clara na seguinte fala de Mariano Derkascz: “quando trabalhavam por dia nós fornecíamos mercadoria e acertávamos pelos dias de serviço. Então ficavam sempre trocando serviço por mercadoria.”<sup>181</sup>

Essa alternativa foi adotada por muitos fregueses. Segundo o livro caixa do armazém de Elias Pyetlowanciw, em 1917 João Warko pagava suas contas em serviços manuais trabalhando na propriedade do dono da venda. Malhava trigo e recebia doze mil réis ao dia. Os preços da diária de serviço não seguiam um padrão, variando constantemente entre os devedores. Enquanto Warko recebia doze mil réis, outros recebiam apenas dois mil. Quando a conta era alta cobrava-se o devedor por empreitada. Um alqueire de roça empreitado tinha o valor equivalente a cinquenta mil réis. Três alqueires, setenta e cinco mil réis. Dois alqueires vinte e cinco mil réis<sup>182</sup>. Entre os serviços realizados em prol do dono da venda, foi possível identificar: quebra de milho, carpida de arroz, roçado, planta de milho, planta de feijão, colheita de trigo e trabalho no depósito. Após a efetivação do serviço, o dono da venda estabelecia quanto descontaria na conta pelo serviço e qual a quantidade de produtos alimentícios que poderia fornecer em troca.<sup>183</sup>

Os colonos buscavam estabelecer com o dono da venda todos os meios possíveis de trocas. Nota-se nos livros caixa que alguns imigrantes chegaram a entregar parte de seus pertences trazidos da Europa em troca de alimentos nos armazéns, entre estes: sapatos, espingarda, revólver. Além destes, em alguns

---

<sup>181</sup> DERKASCZ, Mariano. Op. Cit.

<sup>182</sup> PYETLOWANCIW, Elias. **Registro de produtos consumidos no período de 1912 até meados da década de quarenta**. Acervo pessoal de Mariano Derkascz.

<sup>183</sup> KOSS, Lucimara. Op. Cit. p. 105.

casos, encontra-se registros de que alguns entregavam cavalos e vacas em prol da conta na venda deixando o restante do valor em haver para adquirir novos produtos.

Diante desse usual processo de trocas de produtos por animais e seus derivados, produtos agrícolas, artesanato ou serviços, os armazéns serviam como espécies de depósitos de mercadorias permutadas entre os colonos e os comerciantes. Neste caso, o bodegueiro se transformava em um intermediário. Aqueles que levavam ovos, porcos e toucinho para vender nos armazéns, adquiriam fumo, erva-mate, feijão e aquilo que não era produzido localmente. Por outro lado, os que plantavam feijão e fumo adquiriam mercadorias como, por exemplo, carne de porco, banha, toucinho.<sup>184</sup>

Essas informações fortalecem as discussões do capítulo dois referente ao processo de trocas, e do capítulo três sobre o transporte de mercadorias realizado por carroceiros. Num contexto de pouca circulação de papel moeda, as táticas e estratégias dos comerciantes eram variadas, para sobreviver no mercado quase tudo era aceito como forma de pagamento. O cotidiano de comerciantes e clientes não se prendiam as normas monetárias. O proprietário da casa comercial aceitava o pagamento das mercadorias em produtos agrícolas, dinheiro, serviços, artesanatos, animais, e vendia-os para outros clientes que frequentavam seu armazém. Esses eram produtos com pouco valor agregado, mas eram mais aceitos como forma de pagamento pela possibilidade de serem trocados em Ponta Grossa do que pelo seu valor intrínseco, ou seja, o valor em si não importava muito, o que era levado em consideração era a possibilidade de esses artigos serem utilizados em negociações futuras, seja com outros colonos de Ivay ou principalmente nas praças comerciais em ponta Grossa.

É difícil mensurar a porcentagem de ganho que o comerciante obtinha nessas operações comerciais, pois além dos produtos não terem valor fixo e do papel moeda circular pouco, diversos fatores influenciavam na hora de se negociar essas mercadorias: excesso ou falta de oferta, pouca aceitação na hora de serem repassadas, produtos perecíveis, entre outros fatores. No entanto, dentro desse processo de troca o comerciante obtinha lucro sim, pois os dados dos livros caixa demonstram que em cada produto utilizado pelo consumidor para saudar suas dívidas o comerciante lucrava em cima, pois era ele quem determinava quanto à

---

<sup>184</sup> KOSS, Lucimara. Op. Cit. p. 106.

mercadoria valia. Nesse sentido, quando se tratava dos produtos utilizados pelos fregueses como forma de pagamento, muitas vezes o comerciante comprava-os por um valor abaixo do que realmente valia e revendia-os para outras pessoas por um preço mais alto. Portanto, além de lucrar em cima das mercadorias que o comerciante vendia para os seus fregueses, esse também lucrava nos produtos que os clientes utilizavam como forma de pagamento. Além do mais, o proprietário do armazém sempre trabalhava levando em conta sua experiência no negócio e evitando receber em demasia produtos com pouca saída ou que estragavam rápido.

A tabela a seguir demonstra o valor de alguns desses produtos utilizados como moeda de troca.

**Tabela 8 – Preço de alguns produtos vendidos ou trocados pelas pessoas (consumidores) no armazém de Elias Pyetlowanciw.**

DISCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL	ANO
37 arrobas de condução a 1000 réis	37.000 réis	1917
3 arrobas de porco por pé <sup>185</sup> a 900 réis	27.000 réis	1917
1 dúzia de cintas	9.000 réis	1920
1 par de arriame	100.000 réis	1920
1/6 feijão	7.500 réis	1920
3 maços de rapadura a 2.100	7.600 réis	1919
Farinha de milho 2/l 919	7.500 réis	1918
29 cargueiros de milho a 3.250 réis	94.200 réis	1916
1 alqueire e ½ 4 de roça	20.300 réis	1918
10 dúzias de ovos	4.000 réis	1918
5 kg de manteiga	7.500 réis	1919
1/6 de milho 4.500 + 2 alqueire de farinha 10.000	14.500 réis	1919
6 arroba e 12 kg de erva a 4.500 réis	30.600 réis	1922
500 laranjas a 800 réis	4.000 réis	1917
32 ½ kg de fumo a 25\$000 réis	50000 réis	1920
44 kg toucinho a 1000 réis	44.000 réis	1919
2 alqueires de farinha de milho	16.000 réis	1925
50 mãos de milho	65.000 réis	1919
5 litros de mel	50 \$ réis	1920

<sup>185</sup> Porco por pé quer dizer porco negociado vivo bruto descontando-se 20% em relação ao peso total devido à barrigada.

1/6 centeio	12.000 réis	1920
-------------	-------------	------

Fonte: KOSS, Lucimara. Carroceiros tropeadores de porcos e o comércio em Ivai-PR (1910-1950). In: SOCHODOLAK, Hélio (Org.); NETO ARIAS, José Miguel (Org.) **Capítulos de História do Paraná**. Guarapuava: Unicentro, 2012, p.113.

Além de serem comercializadas localmente, as mercadorias descritas na tabela acima eram vendidas pelos carroceiros em outros centros consumidores como, por exemplo, Ponta Grossa. Em suma, muitas pessoas pagavam os artigos adquiridos nos armazéns com produtos oriundos de sua própria propriedade, e de quebra contribuía para a circulação e diversificação de mercadorias dentro e fora das casas comerciais de Ivay.

No entanto, saber que os indivíduos iam até aos armazéns para vender produtos e ao mesmo tempo abastecer suas despensas, não traduz o que o estabelecimento comercial representava para cada pessoa. Cada frequentador a “consumia” de forma distinta. As formas de se praticar esses espaços eram social, à medida que diversas funções e visões sobre o armazém eram compartilhadas, e particulares, pois mesmo as impressões mais comuns sobre estes espaços tinham suas diferenças. Cada pessoa o interpretava e utilizava a sua maneira contrariando as estruturas de dominação da instituição armazém. Pois, segundo Certeau<sup>186</sup>, o cotidiano é composto por diversas práticas que não seguem os padrões impostos pela sociedade. Embora haja instituições políticas e sociais que tendem a normatizar as práticas a partir de estratégias com objetivos claros, no cotidiano os sujeitos a partir das táticas subvertem essas normas e se mostram ativos. A passividade, tida como típica dos sujeitos despossuídos é para Certeau uma ideia errônea, pois os indivíduos modificam e dão significados distintos aos lugares os transformando em espaços. Portanto, o cotidiano não é o que as normas prescrevem, mas sim o que os sujeitos fazem, como eles interpretam, inventam e executam suas ações no dia-a-dia.

Tendo em vista o que já foi trabalhado até aqui, resta analisar no próximo capítulo como a instituição armazém era normatizada, como as pessoas agiam cotidianamente diante dessas normas, como os comerciantes buscavam controlar os espaços de seus estabelecimentos comerciais, como os fregueses utilizavam esses espaços e quais significados lhes atribuía.

<sup>186</sup> CERTEAU, Michel de. 1998. Op. Cit.

## CAPÍTULO V

### MUITO MAIS QUE UM SIMPLES ESPAÇO DE COMPRA & VENDA

*[...] A função do armazém ultrapassava a de local de venda, de espaços para serem comercializados diferentes itens relacionados em geral a gêneros alimentícios, ou mesmo a espaços de sociabilidade de diferentes classes sociais, os aristocratas locais ou homens simples. No armazém conseguia-se também o dinheiro para pagar a escola do filho, o enterro do cônjuge, os remédios ou ainda dinheiro de empréstimos [...]*

*Maria Luiza Ferreira de Oliveira*

#### 5.1 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Na noite de 21 de setembro da década de 1950, ouve-se batidas em uma das portas do armazém de secos e molhados de João Koss. Todos os integrantes da família que morava junto ao estabelecimento acordam assustados. Imediatamente cria-se a hipótese de que o armazém poderia estar sendo arrombado. As batidas tornam-se a se repetir, uma, duas, três vezes. Logo em seguida ouve-se uma voz que chama pelo nome do dono da venda. Segundo Maria Kos<sup>187</sup>, as batidas eram de uma pessoa desesperada que andou a pé por cerca de dez quilômetros para comprar “cibalena” para seu filho.<sup>188</sup>

Em meio a uma batida na porta ou no portão fora do horário de atendimento, um gole de cachaça, a troca de ovos por açúcar ou um sussurro na sala dos fundos, vida particular e pública se misturavam nos armazéns de Ivay. O armazém, com suas prateleiras abarrotadas de mercadorias, não era independente da residência do comerciante, não existindo de forma autônoma. Separadas estrategicamente para

<sup>187</sup> Entrevista concedida a Lucimara Koss em 28 de janeiro de 2012.

<sup>188</sup> Segundo depoimentos orais de antigos donos armazéns, fatos como este era frequente. Muitas vezes os clientes batiam fora do horário de expediente vendendo-se os produtos pela janela.

diferentes funções, eram unidas. Não apenas pelo fato de serem partes de uma mesma edificação e sim pelas “práticas” do comércio de secos e molhados. Espaços físicos que serviam para fins específicos, mas que poderiam ser utilizados de múltiplas formas. Em cada parte da edificação os espaços públicos e privados se entrelaçavam. A parte privada (residência) e a parte pública (armazém), não eram estanques, ou seja, de lugar eles se transformavam em espaços à medida que os atores conhecidos ou anônimos dessa peça cotidiana, desempenhavam seu papel sem um roteiro ensaiado. É chegada à hora de ultrapassar os espaços de compra e venda dos armazéns, e verificar detalhadamente o que se passava nesses lugares. Penetrar nos bastidores e espiar o que ocorria por trás das paredes do espaço destinado às práticas comerciais.

Segundo Erving Goffman, vivemos em um mundo teatral em que durante a interação face a face os atores criam uma fachada de si mesmos de acordo com o que querem transmitir diante de determinada situação. Portanto, a fachada pode ser definida como aquilo que as pessoas ou coisas aparentam ser. Conforme o autor fachada é a:

[...] parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante a representação [...].<sup>189</sup>

Durante a interação face a face – que pode ser entendida como a influência que exercemos ou sofremos quando estamos diante de outros indivíduos – as pessoas buscam transmitir ao outro uma determinada imagem conforme os interesses que estão em jogo em cada situação. De acordo com Goffman: “assim, quando uma pessoa chega à presença de outras, existe em geral, alguma razão que a leva a atuar de forma a transmitir a elas a impressão que lhes interessa a transmitir”.<sup>190</sup>

Desse ponto de vista, ao interagirem as pessoas manipulam os discursos e as atitudes porque criam determinadas expectativas e objetivam concretizá-las. Nesse sentido, o termo fachada pode ser associado à visão ou impressão que se busca projetar e se realizar diante de outros indivíduos. Desse modo, segundo

<sup>189</sup> GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 18 ed. – Petrópolis: Vozes, 2011, pg. 29.

<sup>190</sup> Idem GOFFMAN, Erving. 2011, p.15.

Goffman, o mundo social está dividido em bastidor, que é a área interna do que realmente somos, e em fachada que é o lugar onde o bastidor encontra a plateia e somos aquilo que projetamos ser para outras pessoas.

De certa forma, podemos associar os conceitos de fachada e bastidor às expressões espaço público e espaço privado. Nos bastidores se realiza aquilo que se quer esconder do olhar público, e na fachada aquilo que se quer demonstrar publicamente. Neste sentido, para Philippe Ariès, o termo público está associado a: “jardim público, praça, do local de encontro de pessoas que não se conhecem, porém ficam felizes por se ver juntas”<sup>191</sup>, e tudo que tem a interferência do Estado. Por outro lado, o privado refere-se ao particular que escapa do controle do Estado se constituindo em um espaço fechado, limitado, próprio, doméstico e familiar onde o indivíduo se refugia e escapa de outros olhares. Goffman defende que: “tradicionalmente ‘lugares públicos’ se referem a quaisquer regiões numa comunidade de livre acesso aos membros dessa comunidade, ‘lugares privados’ referem-se a regiões à prova de som onde apenas membros ou convidados se juntam [...]”.<sup>192</sup> Essas definições podem ser facilmente aplicadas aos espaços dos armazéns de Ivaí, porém, antes de entrar nesta discussão torna-se necessário deixar claro qual é a noção de espaço adotada nessa pesquisa.

Todas as discussões que giram em torno dos espaços dos armazéns, estão pautadas na ideia de que o espaço é uma construção social. Partindo dessa premissa, define-se espaço como algo que é construído, reconstruído e dividido socialmente de acordo com as expectativas e os valores que as pessoas atribuem a determinado lugar. De acordo com Michel de Certeau, lugar é:

[...] a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.<sup>193</sup>

Portanto, o lugar se transforma em espaço a partir do momento que é posto em movimento e “praticado”. Conforme afirma Michel de Certeau:

<sup>191</sup> ARIES, Philippe. Por uma história da vida privada. In: **História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes**. Organizador Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 16.

<sup>192</sup> GOFFMAN, Erving. **Comportamentos em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos**. Rio de Janeiro: Petrópolis – Vozes, 2010, p. 19.

<sup>193</sup> CERTEAU, Michel de. Op. Cit. 2008, p. 201.

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é o cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que ai se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais [...] diversamente do lugar, não tem, portanto, nem a univocidade nem a estabilidade de um próprio.<sup>194</sup>

Essa definição de que o espaço é uma construção social equivale também para o uso dos conceitos de espaço liso e estriado de Gilles Deleuze<sup>195</sup>. Embora ambos pudessem ser elaborados tanto pelo comerciante quanto pelo freguês, o espaço estriado do armazém era construído mais pelo proprietário da venda e o liso mais pelos clientes. Por um lado, o comerciante estabelecia divisões fixas sobre o espaço de compra e venda, e por outro o consumidor reconstruía-o abstratamente conforme as condições do lugar.

Além de o espaço ser uma construção social, segundo Pierre Bourdieu<sup>196</sup> é constituído por campos e a posição de uma pessoa é definida de acordo com os capitais acumulados no interior de cada um deles, seja ele capital cultural, econômico, social ou simbólico. Essa localização do indivíduo em um determinado campo define os hábitos de cada consumidor e se reflete nas escolhas de determinados produtos e nos próprios espaços a serem circulados. Assim, o espaço – seja ele público ou privado – não deixa de ser uma construção social baseada em valores simbólicos.

Segundo Ariès, até o final da Idade Média as relações sociais corporativas faziam com que o indivíduo vivesse em um mundo que não era público e nem privado. Nesse período as cidades europeias não concentravam grandes aglomerações humanas. Isso fazia as pessoas terem conhecimento de todos os indivíduos e exercerem uma espécie de controle social sobre a vida pública e privada. Não havia uma distinção entre essas duas formas de espaços e muitos atos da vida privada eram realizados publicamente. Não existia uma separação nítida entre bastidores e fachadas.

Com a passagem do modo de produção feudal para o capitalista, este controle social se fragmentou e as relações sociais vão se tornando cada vez mais

---

<sup>194</sup> Idem CERTEAU, Michel de. 2008. p. 202.

<sup>195</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. 1997. Op. Cit.

<sup>196</sup> BOURDIEU, Pierre. 2009. Op. Cit.

impessoais. A individualização social do trabalho trouxe a emersão do indivíduo fazendo existir uma distinção entre o público e o privado. Dentro dessas mudanças, cabe destacar o papel social da família, essa passou a ser lugar de refúgio e de privacidade, se transformando em bastidor da “vida moderna”.

Se na Idade Média os membros de uma família dividiam o mesmo espaço para dormir e se alimentar, no período moderno as casas ganharam novas divisões. Houve uma emersão da individualidade multiplicando-se os cômodos. Criaram-se espaço para atender o público, como as salas que servem como lugares onde se põem em prática a fachada de uma família, e espaços destinados somente aos membros que residem na casa, como por exemplo, as despensas e quartos que servem de bastidores.

Segundo Ariès, esta emersão da particularidade foi ocasionada em grande parte pelo surgimento do Estado. Esse começou a interferir cada vez mais nas relações sociais punindo condutas socialmente repreensíveis ou que perturbam a ordem estabelecida. O indivíduo passa a controlar seus atos de acordo com os padrões de comportamentos que são aceitos socialmente. Diante da vigilância social, esse busca refúgio em espaços que não controlem suas condutas, como por exemplo, em seu próprio habitat. Assim, o privado aos poucos se sobrepôs ao público. Conforme afirma o autor:

O ponto de chegada é o século XIX. A sociedade se tornou uma vasta população anônima onde as pessoas já não se conhecem. O trabalho, o lazer e o convívio são doravante atividades separadas em compartimentos estanques. O homem procura proteger-se dos olhares dos outros e para isto lança mão de dois recursos: 1) o direito de escolher mais livremente (ou pensar que assim escolhe) sua condição, seu estilo de vida; e 2) o recolhimento junto à família, transformada em refúgio, do espaço privado.”<sup>197</sup>

Essas transformações decorrentes da industrialização, não atingiram da mesma forma todos os países europeus do século XVIII, como por exemplo, Itália e Espanha. Segundo Zuleika Alvim, as pessoas que moravam no campo continuavam a morar em um mesmo cômodo, persistindo uma promiscuidade entre público e privado, misturando bastidor e fachada. Como afirma a autora:

[...] Mais ainda, demonstram como conceitos que pautaram as análises da vida privada apoiados nas cidades, voltados para a burguesia nascente, nada têm a ver com as condições em que viviam os pobres no campo. Não existiam cômodos

<sup>197</sup> ARIES, Philippe. V. 3, 1991. Op. Cit. p. 8.

separados para pais e filhos, e se estava longe do que Norbert Elias chamou de “refinamento das sensibilidades”, por meio do qual se sofisticavam as maneiras de comer, de se lavar, de amar e portanto de morar, sobretudo a partir do século XVIII.<sup>198</sup>

Além dessa falta de uniformidade nas mudanças dos hábitos das pessoas que vivenciavam o período industrial, a mecanização do trabalho trouxe sérios problemas. Os grandes produtores atrofiaram os pequenos no mercado capitalista criando uma massa de desempregados.

Paralelamente a este contexto europeu – como visto no capítulo um –, o Brasil enfrentava um grave problema de falta de mão de obra com a proibição do tráfico negreiro em 1850 e com a abolição da escravidão no último quarto do século XIX, além do despovoamento do Sul do País. Muitos desses europeus, que ficaram a margem da sociedade, foram induzidos a embarcarem para o Brasil na expectativa de melhoria de vida. Dessa forma, parte dessas alterações entre o público e o privado, foram trazidas com os imigrantes que vieram para suprir a falta de mão de obra, preencher o “vazio demográfico”, produzir alimentos.

Em colônias de imigração como a de Ivay que foi formada no início do século XX, a distinção entre público e privado ocorreu de uma forma lenta, no ritmo do mundo rural, ao largo da dinâmica de transformações que ocorriam nos centros urbanos. Quando os imigrantes ucranianos, poloneses, alemães, italianos, holandeses, entre outros, se estabeleceram nesta região, devido a esta diversidade e as novas condições geográficas, esses mesclaram novas maneiras de sociabilidades com antigas formas de comportamentos. Isso pode ser identificado no movimento dos armazéns.

Nessa colônia de imigração criou-se uma dependência entre os habitantes decorrente da própria sobrevivência. Os imigrantes ao chegarem a essa localidade, receberam um pedaço de terra do governo equivalente à área de dez alqueires. Após se fixarem grande parte desses habitantes passaram a se dedicar a agricultura de subsistência. De início uma das alternativas encontradas para diminuir as dificuldades do cotidiano, foi a troca de produtos alimentares entre os vizinhos.<sup>199</sup> Como foi visto, esse sistema de troca se intensificou a partir da primeira década do século XX com o surgimento de alguns armazéns na região, e com o transporte de

<sup>198</sup> ALVIM, Zuleika. Imigrantes: A vida privada dos pobres no Campo. In: **História da vida privada no Brasil 3**. Coordenador geral da coleção Fernando Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko – São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pg. 227.

<sup>199</sup> Para melhores informações sobre este processo imigratório ver capítulo um.

mercadorias realizado por carroceiros. Essas relações de trocas entre as pessoas fortaleciam os laços sociais causando uma mescla entre vida pública e vida privada.

Num lugar em que o comércio era realizado basicamente dessa forma e que todos se conheciam, era imprescindível manter uma boa reputação perante os demais membros da sociedade e o dono da venda, pois, nesses lugares poder-se-ia adquirir o que se necessitava e ficar sabendo tudo que ocorria na comunidade. Os armazéns se constituíam em pontos de encontros entre as pessoas tornando-se lugares semipúblicos.

Assim, quando um consumidor desconhecido adentrava na venda, durante a interação face a face, o dono do armazém procurava obter informações públicas a seu respeito ou trazia à baila as que já possuía por meio de experiências passadas. O comerciante interessava-se na situação econômica e na confiança que o consumidor merecia.

Por outro lado, o cliente poderia induzir o dono da venda de acordo com os seus objetivos. Tanto o comerciante quanto o consumidor estavam o tempo todo criando e transmitindo representações de si mesmos. Assim, informados, os dois saberiam qual era a melhor maneira de agir para obter o esperado. O ato de compra e venda estava baseado em expectativas construídas por ambas as partes. Essas poderiam se concretizar como o esperado ou ocorrer totalmente o contrário do previsto. Isso pode ser identificado no seguinte depoimento:

No armazém dos Podolan tinha aquele balcão feito de tábua, tudo simples. Primeiro ele olhava o que eu levava para vender, daí ele fazia a conta e ia dando outras mercadorias para eu levar. Alcança tudo de pouquinho para não faltar. Era assim: eu levava ovo, frango, batata, vendia e daí comprava querosene, sal [...] Mas tinha que levar e primeiro o dono da venda fazia a conta para ver o que dava. Não é que a gente não queria comprar mais, é que não dava. Ele voltava tudo de pouquinho por que não dava para comprar tudo [...]<sup>200</sup>

Como explicito na fala acima, o consumidor se dirigia a venda com expectativas de conseguir trocar o que produzia por determinados artigos. Muitas vezes conseguia levar embora tudo o que desejava, e em outros casos poderia retornar sem atingir seus objetivos porque não conseguia vender seus produtos de acordo com o valor que havia estipulado.

Nessa forma de comércio, era imprescindível ter uma vida pública aprovada socialmente, como era indispensável ser aos olhos do dono do armazém, merecedor

---

<sup>200</sup> KALATAI, Lobacz Catarina. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 23 de janeiro de 2012.

de confiança. Em uma sociedade como essa que não tinha farmácia, banco, lojas específicas de vestuários, e se comercializava de tudo no armazém até meados do século XX (bebida, tecido, ferramentas, alimentos, utensílios domésticos, remédios), em tempos de apuro o armazém era visto como local de socorro para se adquirir o que era necessário. Diante dessa importância do armazém, era fundamental para o cliente manter uma boa reputação e um bom relacionamento com o bodegueiro, pois, muitas pessoas faziam compra a prazo como afirma o consumidor Augusto Strufika:

Eu comprava assim a prazo, e daí esperava a colheita de feijão e vendia o feijão para o dono da venda pagando a conta. Quando não tinha dinheiro, que era difícil ter dinheiro, daí eu dava ordem para os empregados. Combinava com o dono da bodega e fazia ordem de cinquenta, cem, e assinava em baixo para o bodegueiro vender. O bodegueiro fornecia tal quantia e depois na venda do feijão eu pagava e acertava aquela conta.<sup>201</sup>

A relação público e privado começava mesmo antes do cliente ultrapassar as escadas da porta da casa comercial. O ato de compra e venda era baseado em relações de confiança entre o consumidor e o comerciante. Antes de fornecer os produtos o dono da venda avaliava a vida do cliente e levava em conta se ele era um bom pagador. Muitos consumidores acabavam criando relações de compadrio com o dono da venda para facilitar o fornecimento de mercadorias e empréstimos de dinheiro em tempos de apuro.<sup>202</sup> Os registros de consumo e os depoimentos citados acima, são uma “prova” da boa reputação do cliente que tinha crédito com o comerciante.

A partir dos livros caixa, um livro privado que ficava sob a posse do comerciante, temos informações privadas e públicas. Dados registrados que dizem respeito sobre a vida particular dos consumidores e a interesses públicos do dono da venda. Com esse documento acessa-se um mundo além do mundo privado do comerciante. Os registros dos nomes nos livros dizem muito a respeito da vida privada dos frequentadores: quem tinha crédito na praça, os produtos consumidos, os preços das mercadorias, o tempo levado para saldar as compras feitas a prazo, e as formas de pagamento já que o dinheiro em papel moeda pouco circulava nessa época.

---

<sup>201</sup> STRUFKA, Augusto. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 28 de janeiro de 2012.

<sup>202</sup> Este assunto será explorado melhor no item 5.3.

Um livro que aparentemente não tem valor, a não ser para quem o redigiu, se mostra de grande valia para analisar a utilização e atribuição de sentido que clientes e proprietários davam ao espaço do armazém. O conhecimento da vida privada dos seus clientes ajudava o bodegueiro a realizar negócios mais seguros. Conhecer a vida privada dos consumidores possibilitava que o proprietário maximizasse o controle sobre a “utilização do espaço” do armazém feito por seus frequentadores.

Mas a boa conduta não era unilateral, ou seja, não era exigida apenas do cliente. O bodegueiro também pautava seu negócio a partir do reconhecimento de sua boa conduta pública. Arlette Farge<sup>203</sup> comenta que no Antigo Regime, um comerciante podia ver seus clientes sumirem se sua vida privada fosse desaprovada por seu meio social. Tanto lá como cá “a honra tem valor econômico”. A fachada deveria ser convincente de ambos os lados.

Os espaços eram praticados de dentro para fora e de fora para dentro, ou seja, clientes e comerciantes se controlavam mutuamente. De dentro do armazém o bodegueiro tinha para si um “tipo” de cliente que merecia sua confiança e impunha suas regras, prazos e formas de negociar. O freguês que quisesse usufruir dos espaços dos armazéns deveria seguir determinadas normas. De dentro o comerciante estipulava utilizações do seu estabelecimento. Do lado de fora o cliente “praticava” esse espaço de diferentes modos. Aí se pode levar em consideração o grau de dependência que o cliente tinha, mas não se resume apenas a isso. A clientela poderia, involuntariamente, determinar horários de funcionamento do armazém. Poderia, devido a sua assiduidade, tornar obrigatória a abertura do comércio em determinado horário, exemplo disso é a passagem no armazém depois da missa antes de ir para casa no domingo e o atendimento fora do horário de expediente. Conforme afirma Maria Kos<sup>204</sup>:

Fora de hora assim muito não tinha, mas às vezes nós atendíamos de noite [...] Às vezes vendia açúcar e algum remédio. Vendia uns comprimidos, melhoral e essa cibalena [...] Domingo depois da missa era aberto até meio dia. Às vezes atendia até três horas e até mais tarde se tinha gente.<sup>205</sup>

---

<sup>203</sup> FARGE, Arlette. Famílias. A honra e o sigilo. In: **História da vida privada 3: da Renascença ao século das Luzes**. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 595.

<sup>204</sup> Maria Kos foi comerciante no armazém de secos e molhados dos Kos de 1954 a 1978, e residia junto à venda.

<sup>205</sup> KOS, Maria. Op. Cit.

Se por um lado os armazéns eram espaços de sociabilidade pública, por outro possuíam espaços intermediários e privados. Ao mesmo tempo em que eram lugares de trânsito humano, eram lugares de privacidade havendo uma mescla entre vida pública e vida privada. Isso se dava devido ao fato de as vendas de Ivay terem sido negócios familiares que geralmente aconteciam na própria residência dos comerciantes. Desse modo, além de ser espaço de comércio era lugar de habitação como afirma Catarina L. Kalatai: “[...] Eles moravam tudo junto na mesma casa. Na frente eles tinham aquele negócio, aquela bodega, e nos fundos eles moravam.”<sup>206</sup>

Anselma Kos<sup>207</sup> que residia junto ao estabelecimento comercial dos Kos, explica como era o habitat: “[...] Primeiro não era mercado, era bodega. Tinha uma salinha pequena na frente e tinha o quarto [...] Uma dispensinha, uma cozinha, área e sótão. Dentro do armazém Tinha prateleira, tecido, armário [...]”<sup>208</sup> A imagem a seguir demonstra de uma forma mais clara estas divisões e subdivisões espaciais.

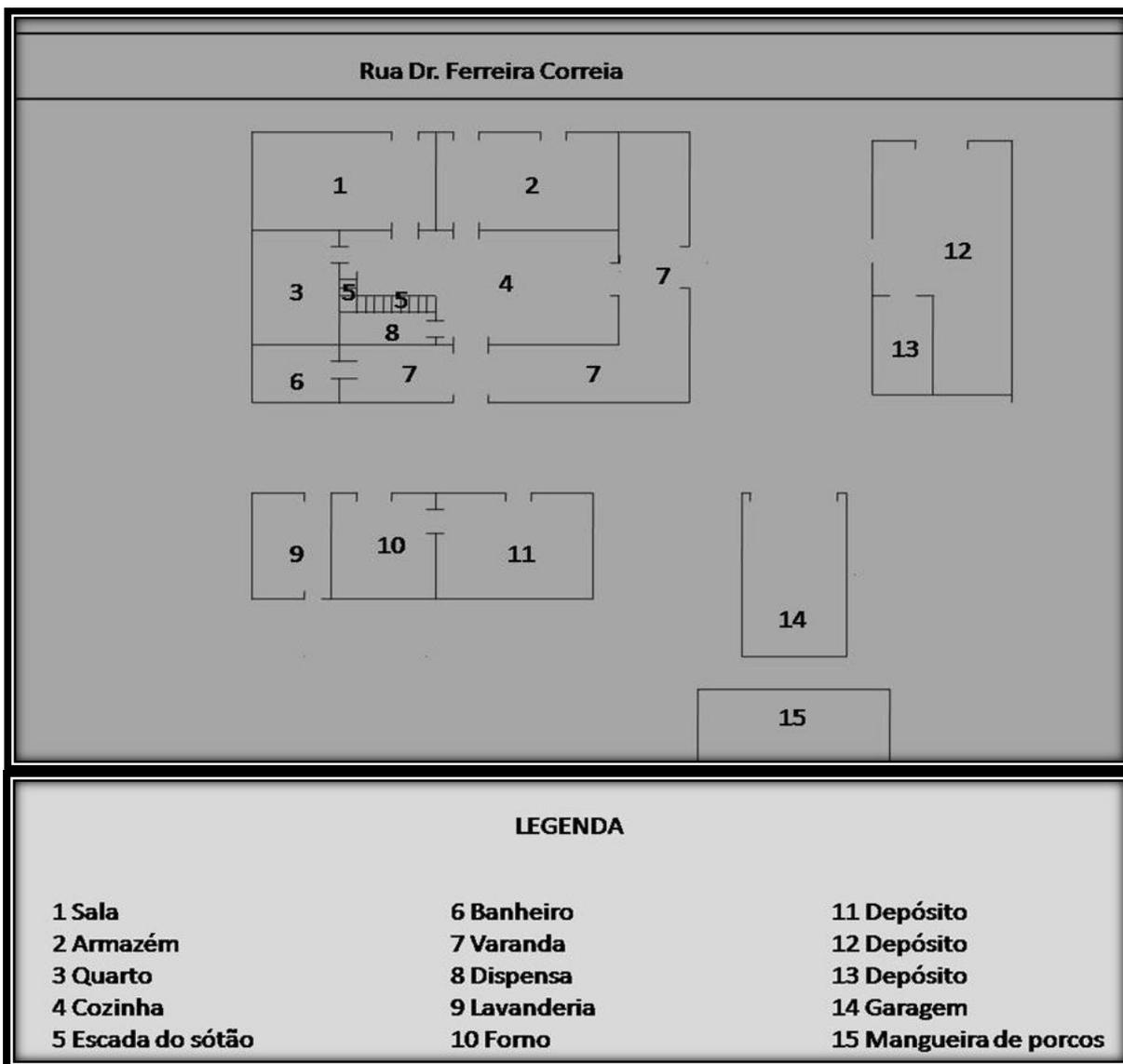
---

<sup>206</sup> KALATAI, Catarina Lobacz. 2012. Op. Cit.

<sup>207</sup> Anselma Kos foi comerciante no armazém de secos e molhados dos Kos e também residia junto à venda neste período.

<sup>208</sup> KOS, Anselma. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 28 de janeiro de 2012.

Imagem 12 – Repartições do armazém de secos e molhados dos Kos.



Fonte: Koss, Lucimara, 2012.

Segundo Alain Collomp<sup>209</sup>, saber como é dividido o espaço físico de uma casa e como seus membros o usam, não basta para compreendermos a dinâmica do sistema familiar. A intenção aqui não é ficar circunscrito aos espaços físicos. No caso dos armazéns de Ivay não basta saber como era dividida a edificação para estabelecer a relação do espaço público com o privado. Para compreender a dinâmica dos armazéns é necessário levar em consideração questões econômicas, jurídicas, étnicas, religiosas, familiares, entre outras variantes. Os espaços, à maneira de Certeau, são praticados e saber as formas dessa prática é muito mais

<sup>209</sup> COLLOMP, Alain. Famílias, Habitações e coabitações. In: **história da vida privada 3: da renascença ao século das luzes**. Organizador Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.506.

importante do que saber o número de divisões que existem. Contudo, obviamente, essas informações não são de maneira alguma descartáveis.

Junto ao compartimento da venda existiam outros cômodos em que somente o comerciante e os demais membros de sua família poderiam transitar. Havia lugares destinados aos clientes e espaços exclusivos da família que residia junto ao estabelecimento comercial. Esses espaços se constituíam em bastidores dos armazéns em que os consumidores não tinham acesso. Aqui todo consumidor é um intruso, ele deve saber que não pode ultrapassar a parede que divide o espaço de compra e venda do de moradia. Mesmo que seja convidado a adentrar, como afirma Certeau, “este deve ‘saber ficar no seu lugar’, sem atrever-se a circular por todas as dependências da casa [...]”.<sup>210</sup>

Como podemos observar na foto a seguir, o armazém era controlado pela instituição familiar que ditava as regras sociais existentes dentro do estabelecimento. Era lugar de acesso público com regras privadas que transcendiam o ato de compra e venda de produtos. Conforme afirma Goffman: “as regras de transgressão de propriedade, por exemplo, impedem que indivíduos não autorizados entrem numa habitação particular a qualquer hora, e em locais semi-particulares fora de seu horário de funcionamento”.<sup>211</sup> Portanto, o espaço de compra e venda denominado armazém era um espaço semipúblico. Por um lado, não era totalmente privado pelo fato de ser um lugar de livre acesso em determinados horários. Pessoas estranhas poderiam entrar e sair em horários permitidos. Por outro, não era totalmente público como o espaço da rua porque fazia parte de uma propriedade privada. Quando as portas eram abertas pelo proprietário, o armazém ganhava características de lugar público com regras particulares. Quando as portas eram fechadas, o armazém se tornava espaço restrito somente ao proprietário e aos demais membros da família. Portanto, o armazém era uma mescla entre espaço público e espaço privado. Era construído e transformado de acordo com quem o frequentava e conforme os horários. Ou seja, seu *status* mudava à medida que era praticado por seus frequentadores e por seu proprietário.

---

<sup>210</sup>CERTEAU, Michel de. 2009. Op. Cit. p. 203.

<sup>211</sup>GOFFMAN, Erving. 2010. Op. Cit. p. 20.

**Foto 9 – Armazém de secos e molhados Podolan e Reifur por volta da década de 1950 na atual Rua Dr. Ferreira Correia.**



Fonte: Arquivo pessoal de Eliane Reifur.

Como fica evidente na imagem acima, há a presença de um balcão em frente ao proprietário que impedia o cliente de ter acesso direto aos produtos e aos outros cômodos do estabelecimento. Atrás do balcão, no espaço intermediário entre o semipúblico e o privado, ficavam as mercadorias, o dono da venda e a porta que levava aos bastidores do estabelecimento. Como afirma Catarina: “[...] Tinha que pedir a mercadoria porque tinha um balcão feito meio de costaneirinha. Só o dono da venda pegava as mercadorias. Primeiro ele via quanto deu o que as pessoas levavam para vender e depois pegava a mercadoria [...]”.<sup>212</sup> Apesar de envolver temporalidades distintas, as imagens a seguir que retratam o armazém de Célia Kovbai<sup>213</sup>, também demonstram claramente o balcão e a porta de acesso aos bastidores.

<sup>212</sup> KALATAI, Catarina Lobacz. 2012. Op. Cit.

<sup>213</sup> Conforme dados da tabela 6 este armazém foi aberto em 1963 por João Kovbay em Bom jardim do Sul. O mesmo funciona até os dias atuais sob propriedade de Célia Kovbai que é filha do antigo proprietário.

**Foto 10 – Espaço interno do armazém de Célia Kovbai em 2012.**



Fonte: Koss, Lucimara, 2012.

**Foto 11 – Espaço interno do armazém de Célia Kovbai em 2012.**



Fonte: Koss, Lucimara, 2012.

Os balcões que existiam dentro dos armazéns em frente as mercadorias se constituíam em uma fronteira com significados simbólicos. Separavam o espaço destinado à família do dono do armazém e o espaço de seus clientes. Dentro desta concepção, assim como Pierre Bourdieu defende a ideia de que para um discurso ser reconhecido quem fala deve estar autorizado por uma instituição<sup>214</sup>, não era qualquer indivíduo que poderia pegar as mercadorias das prateleiras, haviam pessoas autorizadas pela instituição familiar e destinadas para exercer essa função. Isto traduz o lugar social dos sujeitos dentro da casa comercial. Os clientes teriam que se submeter ao poder que o comerciante detinha sobre os produtos como os farmacêuticos têm sobre os remédios. Existia uma relação de proximidade entre o consumidor e o dono da venda, mas ao mesmo tempo estabelecia-se certo distanciamento. Havia uma mescla entre o espaço semipúblico (espaço onde o consumidor poderia circular), privado (espaço de moradia que somente os membros da família que residiam junto à venda poderiam transitar) e um espaço intermediário entre ambos onde se encontravam as mercadorias. Esse último é considerado intermediário devido ao fato de ser um espaço em que somente os integrantes da família que residiam junto a venda poderiam circular. Se por um lado era um espaço em que o freguês não poderia entrar, por outro, nada impediria que o consumidor tivesse acesso a este espaço através da visão. Ao mesmo tempo em que era um espaço estriado, restrito com características de espaço privado, era um espaço liso, aberto, com caráter de semipúblico. A divisão entre os espaços era delimitada fisicamente pela existência de um balcão. Esse servia como uma espécie de linha divisória, como um limite da área que o cliente poderia circular com seus pés dentro do armazém.

Cada consumidor que entrava no armazém sabia que havia um determinado ponto que não podia ser ultrapassado. De um lado ficava o freguês e de outro o comerciante e as mercadorias. O acesso às mercadorias era exclusivo do bodegueiro. Essas estavam dispostas em prateleiras atrás do balcão impedindo os clientes de tocá-las. Os fregueses pediam o produto e o comerciante alcançava. Como afirma Maria Kos:

Mercado agora é grande. Você anda onde quer e olha as coisas. Agora armazém o que! Era pequeno! Não tinha espaço que nem agora no mercado. Em alguns

---

<sup>214</sup> BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

mercados tem as roupas, mas não tem essas fazendas que nem tinha antes. Agora tem só roupa pronta [...] Não podia pegar o que quisesse porque não soltavam dentro onde estavam as mercadorias, podia ir só até o balcão.<sup>215</sup>

O balcão funcionava como uma espécie de fronteira entre o espaço semipúblico, intermediário e o privado. Impedia que o cliente tivesse acesso direto às mercadorias e aos bastidores da casa comercial. Os consumidores não poderiam ultrapassar a linha que dividia a área de trabalho da área de lazer da família que residia junto ao estabelecimento comercial. Nesse caso, o balcão pode ser entendido como um discurso simbólico que causava diversos efeitos de sentidos para os clientes. Separava o espaço semipúblico dos bastidores de uma dona de casa. Isso fica claro no seguinte depoimento:

[...] Atendia quem tava na cozinha, batiam (chamavam) e daí tinha que ir lá. Tinha que atender a cozinha e tinha que atender a bodega. Um pouquinho colocava uma coisa para cozinhar e voltava atender no armazém. Daí voltava um pouquinho mexia nas panelas e ia atender de volta [...]<sup>216</sup>

No espaço destinado as práticas comerciais, os proprietários do armazém se apresentavam com a fachada de comerciante perante os consumidores que constituíam a plateia. Esse era o local em que o dono da venda entrava em interação com o cliente e projetava uma determinada visão de seu estabelecimento ao consumidor. Desenvolvia e colocava em prática diferentes estratégias e táticas para transmitir uma visão agradável tanto de seu estabelecimento comercial quanto de sua pessoa. Nesse sentido, caprichava da fachada externa do armazém e como estratégia colocava algumas mercadorias na porta para atrair os clientes. Do mesmo modo, cuidava da fachada interna deixando o ambiente limpo e atraente com as mercadorias organizadas nas prateleiras, e na fachada de si mesmo procurando transmitir simpatia perante cada pessoa que entrava no seu comércio.

Por outro lado, por trás das paredes e da porta que dava acesso aos outros cômodos da casa, nos bastidores, ficava o espaço reservado à individualidade da família do dono da venda. Segundo Goffman, “uma região dos bastidores pode ser definida como o lugar, relativo a uma dada representação, onde a impressão incentivada pela encenação é sabidamente contradita como coisa natural.”<sup>217</sup>

---

<sup>215</sup> KOS, Maria. Op. Cit.

<sup>216</sup> Idem KOS, Maria.

<sup>217</sup> GOFFMAN, Erving. 2011. Op. Cit. p. 106.

Nos bastidores o dono da venda se apresentava representando o papel social de chefe de família. O mesmo equivale para a mulher dele quando esta ficava no gerenciamento do armazém, atrás do balcão assumia o papel de comerciante e nos bastidores o de dona de casa e de mãe. Como afirma Erving Goffman:

Mais importante, talvez, é o fato de que no palco um ator se apresenta sob a máscara de um personagem para personagens projetados para outros atores [...] o papel que um indivíduo desempenha é talhado de acordo com os papéis desempenhados pelos outros presentes, e ainda esses outros também constituem a platéia.<sup>218</sup>

Neste sentido, a incorporação do papel social esta associado à situação em que os indivíduos encontram-se inseridos. De acordo com Goffman, entende-se por papel social “a promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social”<sup>219</sup>. Segundo o autor, o termo situação refere-se “ao ambiente espacial completo em que ao o adentrar uma pessoa se torna um membro do ajuntamento que está presente, ou que então se constitui.”<sup>220</sup>

Atrás do balcão o proprietário da venda apresentava-se aparentando estar de bom humor, procurando transmitir uma imagem de pessoa simpática para agradar a clientela. Como afirma Goffman: “os atores tendem a alimentar a impressão de que o atual desempenho de sua rotina e seu relacionamento com a plateia habitual tem um caráter especial e único.”<sup>221</sup> Durante a interação face a face, o comerciante exercia um ato de controle sobre suas expressões faciais e comportamentos perante cada consumidor que entrava na venda. Segundo Goffman,

A linguagem do corpo, então, é um discurso convencionalizado. Precisamos que ele é, além disso, um discurso normativo. Isto é, normalmente há uma obrigação de transmitir uma certa informação quando na presença de outros, de uma obrigação de não transmitir outras impressões, assim como há uma expectativa de que os outros se apresentarão de outras formas. Tendo a existir um acordo não apenas sobre os significados dos comportamentos que são vistos, mas também sobre os comportamentos que deveriam ser mostrados.<sup>222</sup>

<sup>218</sup> Idem GOFFMAN, Erving. 2011, p. 09.

<sup>219</sup> Idem GOFFMAN, Erving. 2011, p. 24.

<sup>220</sup> GOFFMAN, Erving. 2010, Op. Cit. p. 28.

<sup>221</sup> GOFFMAN, Erving. 2011. Op. Cit. p. 52-53.

<sup>222</sup> GOFFMAN, Erving. 2010. Op. Cit. p 45.

Por outro lado, quando o comerciante deixava o espaço destinado as práticas comerciais e penetrava nos bastidores, esse mudava de cenário e poderia apresentar aflições, aborrecimentos, contar segredos pessoais, e reclamar do freguês. De acordo com Michel de Certeau,

A densidade dos lugares e das aparências nem se compara à multiplicidade das funções e das práticas de que o espaço privado é ao mesmo tempo o cenário próprio para mobiliar o teatro de operação. [...] Aqui o corpo dispõe de um abrigo fechado onde pode esticar-se, dormir, fugir do barulho, dos olhares, da presença de outras pessoas, garantir suas funções e seu entretenimento mais íntimo [...] Aqui os corpos se lavam, se embelezam, se perfumam, tem tempo para viver e sonhar. Aqui as pessoas se estreitam, se abraçam e depois se separam. Aqui o corpo encontra refúgio e cuidados, provisoriamente dispensando de suas obrigações de trabalho e de representação no cenário social [...] <sup>223</sup>

Se no espaço semipúblico os gestos mais privados do corpo individual eram vigiados, nos bastidores e ao mesmo tempo espaços privados, a vida do comerciante fugia da vigilância dos olhares públicos, das regras que sufocavam e padronizavam as ações dos indivíduos. Como afirma Goffman, “aqui o ator pode desconstrair-se, abandonar a sua fachada, abster-se de representar e sair do personagem” <sup>224</sup> de comerciante porque é o lugar que o público não penetra. Pode-se citar como exemplos de bastidores os cômodos atrás das paredes do espaço destinado as práticas comerciais tais como: cozinha, quartos, despensas, sótão, entre outros.

Se a parte da frente do estabelecimento comercial era lugar de fachada, a parte externa de trás que ficava no lado oposto da rua, também se constituía em bastidor. Esse era um espaço em que o consumidor jamais penetraria sem ser convidado. Ali, nos fundos da casa, local em que o olhar público do consumidor não alcançava, o dono da venda e todos os demais membros de sua família poderiam circular tranquilamente sem serem observados pelos fregueses. Se na parte da frente tudo devia estar no seu devido lugar e ter uma boa aparência para agradar a clientela, na parte dos fundos o proprietário poderia largar alguma mercadoria em qualquer lugar antes de colocá-la nas prateleiras. O consumidor jamais saberia o que estava se passando nesses espaços. A foto a seguir demonstra a parte de trás e do lado direito do armazém de secos e molhados dos Kos<sup>225</sup>.

<sup>223</sup> CERTEAU, Michel de. 2009. Op. Cit. p. 205.

<sup>224</sup> GOFFMAN, Erving. 2011. Op. Cit. p. 107.

<sup>225</sup> Para observar a parte da frente do armazém ver a foto número 2.

**Foto 12 – Residência e armazém dos Kos localizado na rua Dr. Ferreira Correia (sem data)**



Fonte: MARTIM, Marlene. **Possibilidades turísticas em municípios de pequeno porte: o caso de Ivaí – PR.** Trabalho de conclusão de especialização em Geografia e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2002.

Além da parte dos fundos e de todos estes compartimentos que foram citados até aqui, vale destacar o depósito das mercadorias. Neste tipo de bastidor e espaço privado o comerciante poderia esconder as mercadorias de tal modo que o consumidor não fosse capaz de ver o tratamento dado a elas antes de irem para as prateleiras do armazém. De acordo Goffman:

[...] A linguagem do comportamento na região da fachada pode ser considerada como a ausência (e, de certa forma, o oposto) disto. Em geral, portanto, a conduta dos bastidores é aquela que admite pequenos atos, que podem facilmente ser tomados como símbolos de intimidade e desrespeito pelos outros e pela região enquanto a conduta da região da fachada é aquela que não admite tais comportamentos eventualmente ofensivos [...]<sup>226</sup>

Se nos bastidores o dono da venda estava de mau humor, quando ultrapassava a porta que levava a venda e entrava em contato com os consumidores, sua expressão facial sofria alterações. Por mais que “o clima não fosse dos melhores”, ele procurava manter a fachada gerenciando a aparência

<sup>226</sup>GOFFMAN, Erving. 2011. Op. Cit. p. 20-21.

pessoal de que estava tudo bem e escutava atento o pedido do consumidor. Conforme afirma Goffman:

Um dos componentes mais delicados da aparência pessoal parece ser a composição do rosto. Um meio muito evidente usado pelo indivíduo para mostrar que esta situacionalmente presente é controlar apropriadamente, através dos músculos faciais, a forma e expressão das várias partes deste instrumento [...] Temos “caras de festa”, “caras de velório” e vários tipos de rostos institucionais” [...] <sup>227</sup>

Tanto o balcão quanto as paredes, nesse sentido, eram elementos utilizados estrategicamente pelo comerciante para controlar o espaço da venda e impedir que os consumidores tivessem acesso direto as mercadorias e a porta que levava aos bastidores da casa comercial. O objetivo era segregar o que ocorria no espaço privado somente aos membros da família. Para isso, como afirma Michel de Certeau, “este território privado, é preciso protegê-lo de olhares indiscretos, porque cada um sabe que o mínimo apartamento ou moradia revela a personalidade de seu ocupante [...]” <sup>228</sup> Nesse caso, o habitat poderia revelar a fachada da família que residia junto à venda, sendo preciso impedir que os consumidores penetrassem no espaço que era definido como privado. Conforme Goffman:

Como os segredos vitais de um espetáculo são visíveis nos bastidores, e como os atores se comportam libertando-se de seus personagens enquanto estão lá, é natural esperar que a passagem da região de fachada para a dos fundos seja conservada fechada aos membros do público ou que toda a região do fundo se mantenha escondida deles. <sup>229</sup>

Embasado nessas discussões, o balcão pode ser entendido como um artefato repleto de significados que representava as relações de poder entre o dono e o “intruso”, causando uma espécie de conflito entre o espaço semipúblico e o privado da casa comercial.

De acordo com Maria Luiza Ferreira de Oliveira que estudou as práticas comerciais na cidade de São Paulo do final do século XIX, “a função do armazém ultrapassava a de local de venda, de espaços para serem comercializados diferentes itens relacionados em geral a gêneros alimentícios, ou mesmo a espaços de

<sup>227</sup> GOFFMAN, Erving. 2010. Op. Cit. p. 38.

<sup>228</sup> CERTEAU, Michel de. 2009. Op. Cit. p. 203-204.

<sup>229</sup> GOFFMAN, Erving. 2011. Op. Cit. p. 107-108.

sociabilidade de diferentes classes sociais.”<sup>230</sup> Portanto, segundo as reflexões da autora, esta tensão espacial encontrada nos armazéns de Ivay é causada pelo fato de em geral o ofício de comerciante ser exercido na própria residência. Como afirma Oliveira: “a maioria dos negociantes teve de dividir o espaço da moradia com o negócio [...] nos casos em que o negócio era na sala da frente, mal se podia diferenciar os móveis da casa com os do negócio.”<sup>231</sup> Apesar de haver essas divisões o espaço não era fixo.

Assim como as edificações ao longo dos séculos XVI ao XVIII, segundo Collomp, tinham suas funções alteradas de acordo com as necessidades vigentes. Um cômodo que era usado como quarto, passava a ser um depósito de feno, uma parte do celeiro podia vir a ser morada do filho que casava, e assim por diante. A utilização dos espaços do armazém pelos frequentadores também mudava constantemente. Havia pessoas que usavam apenas o espaço semipúblico do armazém, como existiam fregueses que, por laços de parentesco, por exemplo, ultrapassavam o espaço semipúblico e adentravam no espaço intermediário e no privado. Seja passando para a parte da edificação que servia de moradia ao comerciante, seja pelo simples fato de poder passar para o outro lado do balcão para apreciar melhor um produto desejado. Essa transgressão autorizada pelo dono (a) da venda ficou explícita na fala de alguns consumidores, dentre eles, Atilho Galvão:

Se você queria escolher uma mercadoria mais de perto podia passar o balcão. Davam ordem. Ninguém entrava sem ordem. Pedia ordem para quem estava vendendo para olhar as coisas mais de perto daí eles deixavam entrar e olhar de perto. Muitos comerciantes tinham o balcão e a portinhola no meio para as pessoas entrarem. Então chegava um freguês e eles falavam: quer ver melhor uma mercadoria? Entre! Entravam para ver tecido por exemplo. No armazém do Kiska a mulher dele vendia muito tecido. Ai uma vez minha mãe precisava comprar um tecido e num domingo chegou lá. A mulher do Kiska disse: então a dona quer escolher um tecido quer entrar para cá? Quer entrar menino junto? Eu não entendia então minha irmã que ia junto entrava lá e escolhiam o tecido que queriam. Compravam e pagavam. O Kiska comprava de tudo também. Se você levasse lá para vender ele comprava de tudo e vendia de tudo. Essa mercadoria que nós vendíamos o que sobrava ele levava para vender em Ponta Grossa.<sup>232</sup>

<sup>230</sup> OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Op. Cit. p 271-272

<sup>231</sup> Idem OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. p. 255.

<sup>232</sup> GALVÃO, Atilho. Op. Cit.

Dessa forma, o dono da venda exercia um controle sobre o estabelecimento comercial transformando o espaço liso em estriado<sup>233</sup> de acordo com os seus interesses. Nesse caso, entende-se como espaço estriado o espaço que era delimitado e controlado pelo dono da venda. Era esse quem demarcava o território determinando concretamente através do balcão e das paredes, até onde o consumidor poderia mover-se dentro da venda. Desse modo, como podemos observar na imagem que foi citada, o consumidor estava subordinado às divisões e delimitações que o comerciante fazia ao espaço da venda com o objetivo de impedir que os clientes tivessem acesso direto as mercadorias e aos outros cômodos da casa.

Além do espaço semipúblico que era destinado ao consumidor em determinados horários, o intermediário ao comerciante e seus produtos, e o espaço privado exclusivo à família que residia junto à venda, existia um espaço subterrâneo aos olhos do consumidor dentro daquela região que está sendo chamada de espaço intermediário. Todo tipo de bebida disponível na venda encontrava-se em um buraco de um metro quadrado atrás do balcão e embaixo do assoalho no espaço intermediário. Segundo os consumidores e os donos de armazéns, essa era uma prática utilizada para manter o líquido gelado e somente o dono da venda poderia retirar as garrafas do recipiente. A foto a seguir exemplifica um destes receptáculos de bebidas.

---

<sup>233</sup> Vale lembrar que as noções de espaço liso e estriado foram retiradas de: DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. **Mil Plâtos: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5 – São Paulo: Editora 34, 1997, p. 16.

**Foto 13 – Recipiente de bebidas do armazém dos Malanowski localizado na atual comunidade de Chapada. Foto tirada em 15 de setembro de 2011.**



Fonte: Koss, Lucimara, 2012.

Apesar de o comerciante dividir e demarcar o espaço de compra e venda de acordo com os seus objetivos, isto não eliminava a possibilidade de transgressão por parte do consumidor. Esse sempre estava produzindo diversas maneiras de fazer uso de seus produtos e dos espaços sociais. Neste sentido, tanto o dono do estabelecimento comercial quanto o seu freguês faziam do armazém um lugar de táticas e estratégias.

A partir da estratégia o comerciante procurava transformar o armazém em um espaço estriado dominando e delimitando-o de acordo com os seus interesses. O consumidor por sua vez com suas táticas praticava o lugar e subvertia as estratégias de dominação transformando o armazém em um espaço liso, mais flexível. Nesse sentido, um indivíduo poderia entrar no armazém de dia com a fachada de freguês, e desenvolver a tática de transgredir o espaço durante a noite como ladrão. Assim, poderia ultrapassar a barreira do balcão fisicamente sem permissão. Tal fato pode ser identificado no seguinte depoimento: [...] Entrava ladrão às vezes aqui! Uma vez meu pai estava esperando ladrão, deitou no balcão e

dormiu. Ladrão veio, abriu a casa, entrou roubou e foi embora [...] <sup>234</sup>Do mesmo modo, o consumidor poderia transgredir a delimitação espacial ultrapassando a barreira do balcão quando o dono estava ausente ao espaço destinado as práticas comerciais. Conforme afirma Maria Kos:

O cliente não podia pegar sozinho as mercadorias porque tinha balcão e não passava. Os fregueses ficavam para lá do balcão e os donos para cá do balcão. Sempre tinha um cuidando no armazém. Às vezes a gente só ia à cozinha e daí voltava. Às vezes ia para comer e para tomar água, mas fora não sai. Sempre tinha um que ficava cuidando no armazém porque eu lembro às vezes tinha uns roubando as coisas, abriam vitrine e roubavam as coisas [...] <sup>235</sup>

O cotidiano é reinventado a cada instante e sempre em função da interação entre estratégia e tática, ele se faz quando a norma é questionada e a realidade é resignificada. As normas das instituições e pessoas – os “próprios” – não conseguem impedir o fraco de agir de forma autônoma, as práticas subvertem as normas. Os povos ameríndios, por exemplo, viviam sob o jugo dos conquistadores, mas isso não os impedia de ludibriar as normas impostas, não pela negação ou afronta delas, mas sim pelo modo como as interpretavam e as executavam <sup>236</sup>. O mesmo equivale para as práticas sincréticas das baianas durante a festa do Divino, elas não negam a fé católica, porém pela forma com que pautam sua conduta elas dão uma nova configuração à religião de forma que suas práticas são toleradas pela Igreja, ainda que fazer oferenda à Iemanjá após lavar as escadas da igreja seja contra as doutrinas e dogmas oficiais. No caso analisado nessa dissertação, o cotidiano também foi produzido a partir de múltiplas práticas orientadas por diversos tipos de interesses.

O consumo de bens materiais e simbólicos permite aos usuários “fabricar” seu dia-a-dia de forma particular e ao mesmo tempo inteligível para o grupo. Para Certeau o código social, imposto ou não pela estratégia do “próprio”, não consegue delimitar e controlar o uso que se faz desses mesmos bens. Portanto, além de não evitar a possibilidade de transgressão entre espaço público, intermediário e privado, o comerciante não poderia controlar a forma como cada consumidor se apropriava do espaço da venda, e os usos que cada um fazia das mercadorias que eram comercializadas.

<sup>234</sup> Fonte oral oculta 1. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 15 de setembro de 2011.

<sup>235</sup> KOS, Maria. Op. Cit.

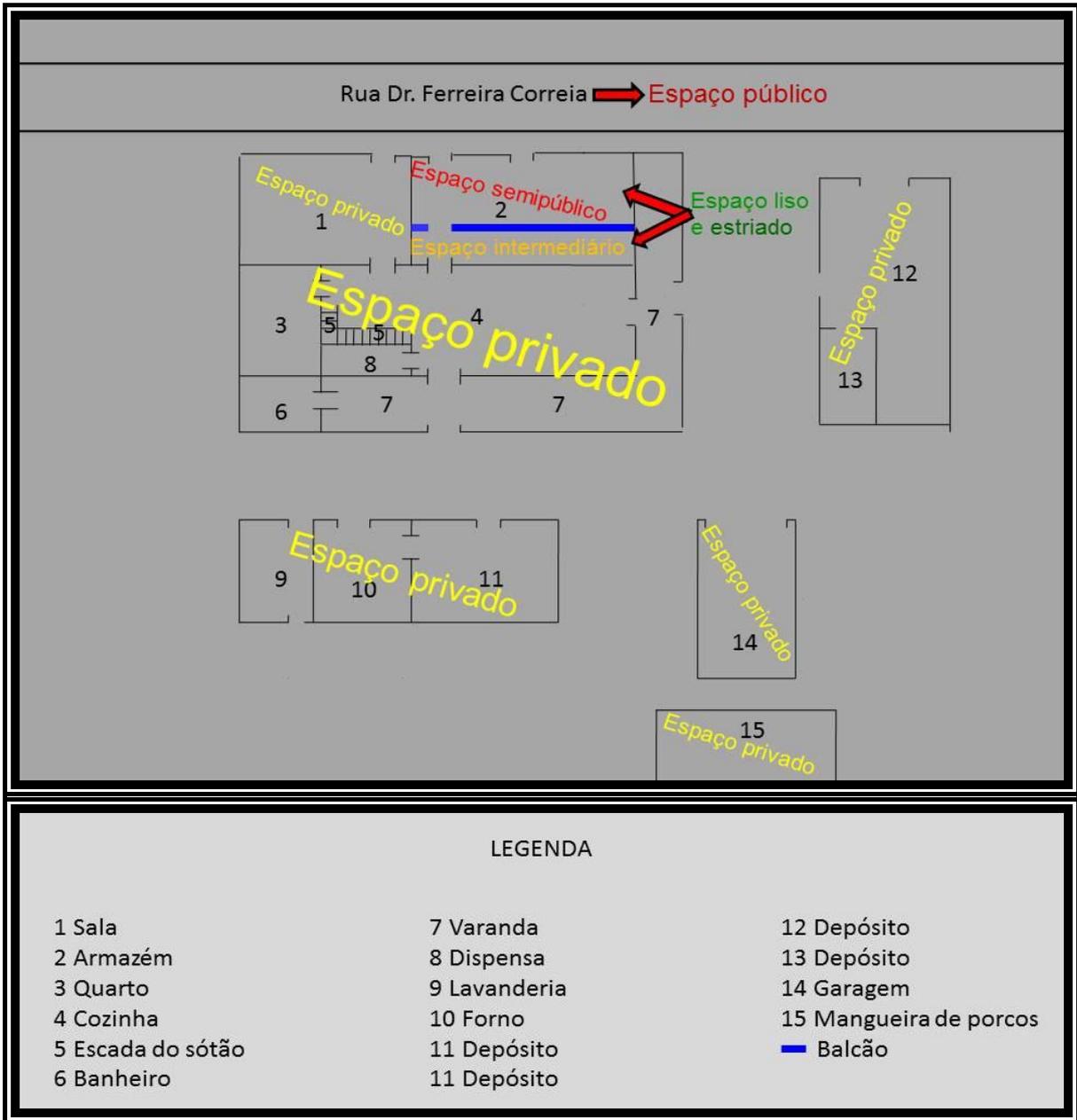
<sup>236</sup> CERTEAU, Michel. Op. Cit. 2008, p. 39.

Em contraponto ao espaço estriado, havia o espaço liso que era indeterminado e aberto. Esse fugia do controle do comerciante porque o consumidor poderia utilizar o espaço do armazém de infinitas maneiras. O dono da venda podia impedir que o freguês adentrasse no espaço intermediário com o seu corpo, no entanto não conseguia evitar que este adentrasse com sua mente e com os seus olhos. Não podia controlar a forma como cada freguês consumia o espaço de seu estabelecimento comercial e as mercadorias.

Cada sujeito que adentrava no espaço do armazém reconstruía-o de acordo com o que buscava na venda e aquilo que encontrava. Ou seja, o espaço era construído levando-se em conta as expectativas e os objetivos que levavam o consumidor até o armazém, e de acordo com as condições encontradas no lugar. Exemplo disso é o fato de que muitos iam até o armazém para fazer compra, mas levando-se em conta as pessoas que encontravam naquele espaço, acabavam permanecendo horas no local. Se encontrassem amigos ou conhecidos, atribuíam novos significados ao espaço de compra e venda, transformando-o em espaço de entretenimento, de socialização com uma partida de truco, com a divisão de uma cerveja, uma garrafa de gasosa, um copo de cachaça ou até mesmo com uma rodada de chimarrão a interação se consumava.

Embasado nessas discussões, as divisões dos tipos de espaços que englobavam o armazém dos Kos podem ser representados através da seguinte imagem:

Imagem 13 – Configuração espacial do Armazém de secos & molhados da família Kos.



Os armazéns eram lugares de múltiplas realidades, múltiplos espaços e de muitas fachadas. Como ficou demonstrado em várias entrevistas, algumas pessoas iam até a venda para fazer compra, outras para tomar chimarrão, jogar truco no domingo após a missa, conversar, tomar um gole de cachaça. Nesse sentido, se para o comerciante o armazém poderia ser lugar de trabalho, para os consumidores poderia ser um espaço de sociabilidade indo além da prática do consumo de mercadorias. Portanto, era na interação ou na confrontação da estratégia pela tática que o lugar armazém era transformado em espaço. O lugar ao lado do “próprio” e o espaço ao lado do sujeito “ordinário”. O espaço por sua vez era quando o lugar era

praticado de forma que esse se transformava naquele. De um lugar estável para um espaço instável e multifacetado.

## 5.2 Espaços de sociabilidade, entretenimento e informação

Como vem sendo exposto até aqui, os armazéns de Ivay eram mais que simples espaços em que se colocavam em prática as relações de compra e venda. Eram lugares multifacetados que congregavam em si uma série de funções com diversos significados. Isso se dava devido ao fato de ser um espaço que sempre estava em constante mutação. Esse era construído de acordo com cada pessoa que por ele transitava e conforme as horas e os dias da semana. Para confirmar essa hipótese, basta mergulhar nas fontes e adentrar nos armazéns de segunda a sábado após as dezessete horas ou no domingo.

Segundo fontes orais e as datas das compras que foram registradas nos livros caixa, neste período era comum ir à missa no domingo de manhã e depois passar no armazém fazer compras. Para fundamentar esta informação, basta ler um pequeno trecho da fala do consumidor Atilho Galvão:

No domingo era aberto. Era cheio de cavaleiro e carroceiro. Eu era pia aquele tempo, mas me lembro bem [...] Lá embaixo no bar do Elias nos domingo enchia de gente. Nós íamos na missa e às vezes depois comprávamos as coisas lá. Às vezes não tinha jeito porque estava muito cheio de gente. Então nós saíamos de lá e comprávamos no Kiska. Lá no Elias tinha salgado e às vezes nós íamos comprar para comer [...] Nós íamos na missa e de lá a gente comprava ali no Kiska o que precisava e voltava embora. Lá tava os tomadores de pinga comprando. A gente via aquele povo de cavalo, de cargueiro. Como era domingo eles aproveitavam para fazer compra [...] O povo sabia que no domingo o comércio estava aberto. Alguns vinham na igreja e já aproveitavam para comprar as coisas e de tarde iam embora. Nós íamos à missa e depois passava no armazém fazer compra. Às vezes chegávamos aqui em casa duas horas da tarde.<sup>237</sup>

Informações como estas também apareceram nas falas de muitas pessoas que foram proprietárias de armazéns. Segundo Rene Thomaz<sup>238</sup> e Iracema Thomaz<sup>239</sup>, nos finais de semana era normal as pessoas passarem pelo estabelecimento da família para fazer compras. Esses antigos comerciantes também afirmaram no transcorrer de suas falas, que muitas vezes as pessoas vinham até a

<sup>237</sup> GALVÃO, Atilho. Op. Cit.

<sup>238</sup> THOMAZ, Rene. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 07 de setembro de 2012.

<sup>239</sup> THOMAZ, Iracema. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 07 de setembro de 2012.

missa no domingo de manhã, e após a cerimônia religiosa passavam no estabelecimento comercial para adquirir produtos diversos. Conforme Iracema, havia um movimento muito grande no armazém no domingo de manhã, ela ressaltou que às vezes queria ir a missa dominical mas devido ao movimento no estabelecimento acabava não indo, pois tudo deveria estar organizando para o momento que a clientela saia da igreja e se direcionava para as casas de comércio.

Os motivos que levavam os indivíduos até aos armazéns após as celebrações religiosas, variavam conforme cada consumidor e cada estabelecimento comercial. Alguns faziam do armazém um lugar de negócio e aproveitavam o domingo para negociar produtos oriundos de suas pequenas propriedades agrícolas tais como: porcos, galinhas, milho, feijão, erva, fumo, hortaliças. Outros para adquirir sal, querosene, farinha, açúcar, café, foice, pregos, botinas, sapatos, tecidos, remédios. Além desses motivos havia consumidores que se dirigiam até aos armazéns para tomar um gole de cachaça, uma cuia de chimarrão, conversar com os amigos, falar da vida alheia e até mesmo jogar uma partida de “caxeta” ou truco.

Havia pessoas que se dirigiam até as vendas impulsionadas pela junção de todos esses fatores. Aproveitavam o fato de saírem de casa para as celebrações religiosas e de quebra passavam no armazém. Por ser domingo, permaneciam horas no local sem pressa de voltar para casa. Neste sentido, o armazém deixava de ser um simples espaço de compra e venda e ganhava características de lugar de entretenimento. Isso ficou explícito tanto na fala dos comerciantes quanto dos consumidores. Conforme afirma Maria Kos:

Às vezes vinham fazer compra domingo depois da missa porque outro dia não tinha tempo, e daí tinha que fazer almoço para eles porque demoravam. Depois da missa vinham aqui para fazer compra, para tomar chimarrão e jogar truco. Quem era conhecido entrava na área e na cozinha. Estranho<sup>240</sup> não entrava porque nós não conhecíamos.<sup>241</sup>

Essas informações complementam as discussões da página 155 sobre a abertura das portas dos armazéns fora dos dias e horários de expediente devido à

---

<sup>240</sup> A palavra “estranho” na citação da fala da fonte oral diz respeito às pessoas que não eram familiares e nem amigos da família. Nesse caso, estranho para os proprietários do armazém poderia ser alguém conhecido, mas sem intimidade suficiente para penetrar além do espaço destinado as práticas de compra e venda. Do mesmo modo, poderia ser aquele indivíduo que não frequentava o armazém com assiduidade, um forasteiro, um viajante de passagem ou simplesmente alguém que veio morar em Ivay e nos arredores recentemente.

<sup>241</sup> KOS, Maria. Op. Cit.

assiduidade dos clientes. Abrir o armazém no domingo não deixava de ser uma estratégia do comerciante para conquistar e atrair o maior número possível de clientes. Assim, para muitas pessoas a passagem no armazém aos domingos após as celebrações religiosas havia se transformado em um hábito. Esses não poderiam ir embora sem antes passar no armazém para beber um gole de cachaça. Essas informações ficam claras nas palavras do consumidor Tadeu Grochoski: “[...] Muitos homens vinham na missa e depois chegavam no armazém. Agora que nem as moças e a rapaziada alguns chegavam outros não. Agora tinha muitos homens que saiam da igreja e iam direto para bodega para tomar seu gole ahahahahaha [...]”<sup>242</sup>

Em uma sociedade como esta, o armazém se tornava ponto de encontro entre os indivíduos. Lugar de sociabilidade que propiciava alguns minutos de prazer. Espaço em que se poderia degustar uma bebida com os amigos, tomar chimarrão, contar os causos, falar das novidades cotidianas, da vida alheia e em certos casos praticar algum tipo de jogo. Nesse aspecto, o espaço do armazém era multifacetado e ganhava novos significados de acordo com cada indivíduo que por ele transitava. Para alguns poderia ser espaço de compra e venda e para outros de fuxico e entretenimento. Se para o comerciante poderia ser lugar de trabalho, para o freguês poderia ser lugar de não trabalho. Lugar de lazer em que se poderiam gastar as horas vagas de folga bebendo e conversando com os amigos.

As informações contidas nos livros caixa de alguns armazéns<sup>243</sup> fortalecem essa discussão. Observando os dados das fontes, nota-se que no domingo o consumo de cachaça em copo era maior do que nos demais dias da semana. O fato de ser vendida em copo demonstra que a bebida era consumida no local. Essa fazia parte dos momentos de sociabilidade dominical e acompanhava as partidas de truco

<sup>242</sup> GROCHOSKI, Tadeu. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 11 de setembro de 2011.

<sup>243</sup> DERKASCZ, Pedro. **Registro de produtos consumidos no período de 1930 até meados da década de 1940**. Localização do arquivo: A.P.M.D.

KARPINSKI, João. **Registro de inventário: estoques de mercadorias existentes de 1970 a 1980**. Acervo pessoal de Elena Karpinski.

**Registro de compras do período de 1972 a 1975**. Acervo pessoal de Elena Karpinski.

KÓS, João. **Livro de registro de entrada de mercadorias do ano de 1945**. Acervo pessoal de Maria Kós.

**Livro de registro de saída de mercadorias do período de 1970 a 1971**. Acervo pessoal de Maria Kós.

MALANOSKI, Tadeu. **Registro de compras do período de 1959 a 1963**. Acervo pessoal de Tadeu Malanoski.

**Registro de entrada de mercadorias**. Acervo pessoal de Tadeu Malanoski.

PYETLOWANCIW, Elias. **Registro de produtos consumidos no período de 1912 até meados da década de 1940**. A.P.M.D.

e as conversas entre as pessoas que ali se reuniam. Enquanto se degustava algum tipo de bebida, praticava-se algum tipo de jogo e trocavam-se informações tanto com o dono da venda quanto com os demais indivíduos que estivessem presente.

Apesar de muitas pessoas se dirigirem até aos armazéns após as celebrações religiosas para degustar um copo de cachaça entre os amigos, isso não era comum em todos os estabelecimentos comerciais. Cada armazém tinha suas próprias características de acordo as normas de funcionamento estabelecidas por cada proprietário. Como exemplo pode-se citar a casa comercial da família Thomaz. Em conversa com o proprietário Rene Thomaz<sup>244</sup>, no domingo de manhã não era vendido bebida fracionada para ser consumida dentro de seu estabelecimento comercial. Essa peculiaridade (singularidade) da casa de comércio da família Thomaz, demonstra como as regras dos armazéns variavam de acordo com o público que frequentava e também pelo seu proprietário.

Alguns comerciantes optavam por não vender bebidas alcoólicas em doses para evitar problemas em seus estabelecimentos comerciais. O consumo desse tipo de líquido, dentro dos armazéns, aumentava as possibilidades de ocorrerem intrigas nesses espaços. Isto ocorria principalmente quando o nervosismo tomava conta dos derrotados nas partidas de truco, quando o consumidor exagerava na dose, ou até mesmo em meio às conversas que terminavam em briga. Conforme conta uma das fontes orais: “[...] eu me lembro uma vez tinha dois bêbados brigando e a briga nunca terminava. Um pulou por cima do outro e tava afogando. Um bêbado gritou: “não tem alguém para me acudir”? Dai minha mãe que tava atendendo no armazém pegou na perna e puxou ele ahahahahaha [...]”<sup>245</sup>

De segunda a sábado e nas tardes de domingo após as dezessete horas, o ambiente do armazém além de espaço de intrigas e entretenimento tornava-se basicamente espaço masculino. Enquanto os homens se reuniam para jogar truco, “caxeta”, beber e colocar a conversa em dia, era caso raro ver mulheres frequentando o armazém nesses horários.

No caso das que iam junto até a venda nos domingos após as celebrações religiosas, estas compravam o que necessitavam antes do meio dia e retornavam para suas casas. Agora se o marido se entretece com um copo de cachaça, com

---

<sup>244</sup> THOMAZ, Rene. Op. Cit.

<sup>245</sup> Fonte oral oculta 1. Op. Cit.

alguma conversa ou com algum tipo de jogo, elas eram convidadas a adentrarem na cozinha ou na varanda da casa comercial para tomar chimarrão. Portanto, o espaço do armazém também não deixava de ser construído conforme as regras do proprietário e de acordo com os horários. No domingo até ao meio dia era um espaço mais de família e no domingo a tarde um espaço mais masculino.

O fato de no domingo a tarde ser um espaço mais masculino, não eliminava a possibilidade de o armazém ser frequentado por alguma moça. Pois em muitos casos essas arranjavam algum tipo de desculpa para ir até a venda ou passar em frente dela para ver e ser vista por algum rapaz. Portanto, a partir desse horário o armazém se transformava em uma espécie de atrativo tanto para as moças quanto para os rapazes e poderia se transformar em lugares de encontro.

Apesar de serem poucas as mulheres que se dirigiam até ao armazém para negociar mercadorias, nos dias de semana até às dezessete horas esse poderia ser um espaço frequentado por: homens, mulheres, moças, rapazes e crianças, e após esse horário basicamente por homens e rapazes. A foto a seguir traz dados relevantes que exemplificam esta discussão.

**Foto 14 – Armazém se secos e molhados de João Karpinski localizado na rua Dr. Ferreira Correia por volta da década de 1970.**



Fonte: Acervo pessoal de João Karpinski.

De acordo com os dados da foto acima, percebe-se que em certos casos e em certos horários, o armazém era um espaço extremamente social, local em que se estabeleciam diferentes tipos de sociabilidades. Apesar de ser um espaço predominantemente masculino, havia horários em que a família toda adentrava na venda. Ali, poderiam ingerir uma garrafa de gasosa, degustar uma volta de linguiça ou qualquer outro tipo de alimento. Isso exemplifica que o armazém era espaço que poderia ser frequentado por pessoas de diferentes idades (crianças, jovens, adultos). Conforme é possível visualizar na foto, o armazém era espaço em que diferentes classes sociais, gêneros e gerações se cruzavam. Portanto eram atores que se dirigiam até aos armazéns com interesses e objetivos distintos. Enquanto os adultos viam no armazém um espaço para vender ou comprar mercadorias úteis à sobrevivência diária, as crianças sonhavam com um “punhado” de balas.

Poder ir até ao armazém para algumas crianças era considerado um grande momento de felicidade. Equivalia hoje a ir a uma loja, lanchonete, ou até mesmo em um *Shopping*. Ali, elas poderiam encontrar novidades tais como diferentes tipos de doces (balas, bolachas, chocolates, chicletes). Isto ficou evidente no trecho da conversa logo abaixo:

No armazém dos Kozan quando eu era criança ia comprar bala lá ahahahhahahahaha. Tinha tipo uns travesseirinhos, mas já eram gostosas aquelas balas! To que nem vendo elas. Eram assim que nem hoje tem esses doces de leite, mas era mais compridinho. Mas já era gostosa aquela bala [...]

O comerciante sabia bem como explorar o ponto fraco das crianças, em muitos casos deixavam os potes de doces em cima do balcão próximo dos olhos e dos dedos. Esta era apenas uma das diversas estratégias utilizadas para vender determinados produtos. Além dessa, havia outros tipos de artimanhas utilizadas pelos comerciantes que tinham como função atrair os clientes. Dentre elas, destaca-se a utilização do rádio.

Essa estratégia pode ser facilmente constatada na foto número nove. Como é possível observar na imagem, em meio aos produtos que constam nas prateleiras, o dono do armazém colocou um rádio. Como nesse período não era qualquer pessoa que tinha capital econômico para adquirir tal aparelho, o comerciante poderia utilizá-lo como um elemento discursivo para atrair as pessoas até o armazém. O rádio possibilitava que os consumidores entrassem em contato

com o mundo lá longe. Enquanto se degustava uma bebida poder-se-ia ouvir a novela, as notícias ou algum outro programa específico. Portanto, ao mesmo tempo em que o armazém era lugar de se adquirir alimentos, bebidas, ferramentas, utensílios domésticos e outros produtos, também era lugar de se obter alguns minutos de prazer e informações.

Além de obter notícias do mundo lá longe via rádio, os consumidores poderiam ficar sabendo das novidades do mundo lá fora trazidas pelos carroceiros que circulavam por cidades vizinhas. Esses sujeitos além de trazerem mercadorias novas que aguçavam a curiosidade dos consumidores, transportavam informações que circulavam por centros maiores tais como Ponta Grossa.

Quando os assuntos do mundo lá longe e lá fora acabavam, entreva em cena informações do roteiro da vida do mundo dos vizinhos. Essas eram adquiridas por meio de conversas tanto com o dono da venda quanto com as pessoas que por ali circulavam. Enquanto se negociava as mercadorias ou se degustava algum tipo de bebida, a fofoca corria solta nesses lugares. Isso fica claro nas palavras do consumidor Atilho Galvão:

[...] Tinha muitos armazéns como o do Kiska, do velho Koss, do Graniska, que tinham um espaço separado do lado aonde parava a turma bebendo. Tinha um canto que tinha um banco cumprido aonde as pessoas sentavam e ficavam papeando, pitando e tomando pinga [...]<sup>246</sup>

Nesse sentido, se por um lado no domingo durante as celebrações religiosas as pessoas tinham que se portar de acordo com as normas, valores e regras sociais que regiam a instituição religiosa, por outro, nos armazéns, o código moral era diferente e não atuava com tanta intensidade sobre elas como no religioso. Dentro da igreja as pessoas deveriam falar somente o necessário de acordo com a celebração religiosa, não poderiam dar gargalhadas ou conversar sobre qualquer coisa. Em contra ponto, o espaço do armazém era mais aberto e menos rígido. Ali, as pessoas poderiam: rir, fumar, beber, conversar alto e falar sobre qualquer assunto. Isso demonstra uma grande diferença entre os valores morais que permeavam por esses espaços distintos.

---

<sup>246</sup> GALVÃO, Atilho. Op. Cit.

De acordo com Roberto Damatta<sup>247</sup>, as pessoas se comportam conforme o tipo de espaço em que estão inseridas. As regras do espaço da rua não são as mesmas do espaço da casa. O comportamento de um mesmo indivíduo não é o mesmo nesses dois tipos espaços que são opostos um ao outro. Não se fala a mesma coisa nesses dois lugares. Conforme afirma Damatta:

[...] Realmente, se entrevistarmos um brasileiro comum em casa, ele pode falar da moralidade sexual, dos seus negócios, de religião ou da moda de maneira radicalmente diferente daquele quealaria caso estivesse na rua. Na rua, ele seria ousado para discutir sobre a moral sexual, seria prudente ao mencionar seus negócios e ultra-avançado ao falar de moda. Provavelmente ficaria querendo ouvir para se comunicar sobre religião. Em casa, porém, seu comportamento seria, em geral, marcado por um conservadorismo palpável, sobretudo se fosse um homem casado e falando de moral sexual diante de suas filhas e mulher! Pela mesma lógica, uma pessoa numa igreja, num funeral, num terreiro de umbanda ou num centro espírita poderia marcar suas atitudes com um discurso diferente daqueles requeridos pelos espaços da rua e da casa [...]<sup>248</sup>

Nesse sentido, o espaço da rua e da casa são inversos. Um é aberto e o outro é fechado. Um é público e o outro é privado. Quando o comerciante abria as portas do armazém para a rua, parte de sua residência era transformada em um espaço semipúblico. Se a rua era um espaço do povo, terra de ninguém, terra do governo, o armazém fazia parte de um espaço privado com regras particulares. As pessoas poderiam sair da igreja, adentrar no armazém e falar sobre qualquer assunto, mas não poderiam circular livremente por todo espaço de compra venda. Como foi dito, havia um balcão que impedia as pessoas de ultrapassarem do espaço semipúblico para o intermediário e para o privado.

A rua também podia ser transformada de um lugar sem sentido para um espaço social. Desse ponto de vista, a rua Dr. Ferreira Correia era apenas um lugar que não era reconhecido pelas pessoas, agora quando se falava da rua do armazém dos Kos todos sabiam onde era, pois o lugar da rua se transformou num espaço inteligível por todos.

Complementando a ideia de Damatta, pode-se recorrer às considerações de Michel Foucault a respeito da existência de um controle sobre os discursos. Este só é aprovado socialmente se for pronunciado na hora e no lugar certo, e pela pessoa

---

<sup>247</sup> DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro, 1997, p. 32.

<sup>248</sup> Idem DAMATTA, Roberto. p. 32.

certa.<sup>249</sup> Nessa perspectiva, durante as celebrações religiosas as pessoas não poderiam colocar o papo em dia caso sentassem ao lado de algum vizinho porque seriam repreendidas pelos olhares do padre e do restante da assembleia. Por outro lado, quando estas saíam da igreja, andavam sobre a rua e se dirigiam até os armazéns após as celebrações religiosas, nenhum assunto poderia ser censurado ou repreendido nesses locais. Ali, poder-se-ia falar de tudo. Os consumidores traziam e levavam dos armazéns os mais variados tipos de notícias. Nesses espaços poder-se-ia ficar informado tanto das novidades locais quanto as de fora. Poder-se-ia ficar sabendo sobre a morte de uma pessoa, sobre a chegada de novos habitantes em Ivay, sobre um casamento arranjado, sobre uma gravidez indesejada, sobre o rapto de uma moça, sobre a lavoura do vizinho, sobre casos de assombração, sobre brigas, sobre o roubo de um porco, enfim, sobre tudo o que ocorria dentro e fora dos espaços das vendas de Ivay.

As notícias que circulavam pelos espaços dos armazéns eram transportadas de pessoa para pessoa. Cada um que contava um acontecimento para o outro, acrescentava comentários, críticas, opiniões. Assim, de boca em boca, a notícia ia sendo espalhada, alterada e muitas vezes uma “lagartixa era transformada em um crocodilo” acabando em intrigas. Portanto, os armazéns se constituíam em espaços de troca de informações, ou mais precisamente, em lugares de mexericos. Conforme diz Luís Polanah:

A expressão que em português define o costume de falar e comentar notícias sobre factos locais e outros é o “mexerico”. Nessas conversas, os interlocutores têm sempre tendência para acrescentar ou suprimir alguma coisa quando falam sobre alguém [...] Desta maneira, tudo o que se pode saber directa ou indirectamente sobre a vida dos vizinhos e outros acontecimentos da vida local é propalado pelo mexerico e acaba por se espalhar pela aldeia [...]. É por meio do mexerico que os respectivos interlocutores tomam conhecimento da situação geral da sua povoação e das coisas que a circundam, assim como da vida de cada um, e alimentam o seu inter-conhecimento, reforçado a sociabilidade dos vários elementos integrados na aldeia.<sup>250</sup>

O mexerico fazia parte do cotidiano das pessoas que circulavam pelos espaços das vendas. Pedir uma dose de pinga e falar da vida dos vizinhos era muito comum nos armazéns. Sempre havia pessoas que chegavam com notícias novas e outras que saíam com elas. As pessoas que circulavam por estes espaços, traziam,

<sup>249</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1988.

<sup>250</sup> POLANAH, Luís. **Olhares sobre o mundo camponês: estudos e reflexões de antropologia social**. Org. Antonio Amaro das Neves. Guimarães: Neps. p. 218-219.

deixavam e levavam informações. A foto a seguir traz alguns elementos que exemplificam esse espaço privilegiado de novidades.

**Foto 15 – Armazém de secos e molhados de João Karpinski localizado na rua Dr. Ferreira Correia (sem data).**



Fonte: Acervo pessoal de João Karpinski.

De acordo com a foto acima<sup>251</sup>, o cliente que adentrava na venda ficava sabendo das novidades tanto por meio de conversas e do rádio, quanto através de cartazes que eram expostos para o público. Para fundamentar esta ideia basta observar a foto. Nela consta um cartaz divulgando o *show* do sucesso de Luciano, Lenita e Caiobá: “vingança escrita com sangue”. Cada pessoa que penetrava no espaço do armazém levava consigo informações de que haveria um *show* na cidade. A informação era transportada do espaço do armazém e passada de pessoa para pessoa.

<sup>251</sup> Esta foto não corresponde ao recorte temporal mas apresenta informações semelhantes aos armazéns do período estudado. Portanto, em função desta analogia foi utilizada para ilustrar as discussões desta pesquisa.

Portanto, por meio do rádio, de cartazes ou de conversas com o proprietário da venda e demais consumidores, o armazém era um espaço aberto e multifacetado em que se poderia ficar sabendo sobre diversos tipos de notícias que circulavam. Para concluir esta discussão, resta analisar no próximo item como a instituição armazém atuava sobre os indivíduos dessa sociedade.

### 5.3 Espaços de empréstimo, prestígio e distinção

Além de ser espaço de distração, o armazém era lugar de distinção. O comerciante além de possuir um capital econômico muitas vezes superior ao dos clientes, portava um capital simbólico. Esse passava a ser reconhecido pela sociedade através de sua profissão. Deixava de ser o indivíduo comum para ser o comerciante. Conforme afirma Bourdieu:

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies – o capital cultural e o capital social e também o simbólico, geralmente chamado de prestígio, reputação, fama, etc. [...]<sup>252</sup>

Nesse sentido, o dono do armazém era uma pessoa com bastante reputação e prestígio, tanto por ser portador de um capital econômico quanto pela função do armazém que se tornava ponto de referência entre as pessoas. Esse reconhecimento social atuava como uma espécie de coerção sobre o indivíduo. Sufocava o sujeito e o substituía pela posição ocupada em um determinado campo. O dono do armazém era definido de acordo com as atribuições incorporadas ao seu nome ou sobrenome. Esse deixava de ser o “Juca” e passava ser reconhecido como o “Juca do armazém”.

O indivíduo passava a ser reconhecido por fazer parte de uma instituição comercial. Uma boa exemplificação dessa importância social encontra-se no número de afilhados dos comerciantes, conforme conta Anselma Kos: “tenho compadre e afilhado que Deus o livre. Uma vez eu e o Miguel contamos tinha duzentos e poucos afilhados. E isso só de casamento! Para começar em uma única casa tinha quatro afilhados [...]”<sup>253</sup>

<sup>252</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2009. Op. Cit. p.134.

<sup>253</sup> KOS, Anselma. Op. Cit.

As relações de compadrio iam muito além da consideração social. Essas poderiam ser utilizadas como táticas e estratégias no sentido certodiano. Nesse caso, a estratégia estava do lado do comerciante que por sua posição social era quem ditava muitas vezes as condições das negociações, tanto monetárias quanto simbólicas. Tática por parte do consumidor, que através da escolha do comerciante como compadre, diminuía a distância social e principalmente simbólica que os separava. Dessa forma, muitos consumidores poderiam utilizar essa relação para comprar fiado ou realizar algum empréstimo de dinheiro. A escolha do padrinho de um filho ou de casamento poderia ser uma tática de sobrevivência para os consumidores que viviam constantemente na iminência das necessidades, sobretudo alimentares.

Se por um lado quanto maior era o número de afilhados maior era o reconhecimento social do comerciante, por outro, quanto mais próximo o consumidor era do comerciante maior era a possibilidade de comprar fiado em épocas de apuro. O mesmo equivalia para a transgressão do espaço público, intermediário e privado. O fato de consumidor e comerciante serem compadres muitas vezes dissolvia a distância que existia entre ambos. Em muitos casos como esse, o freguês era convidado a ultrapassar o espaço público e adentrar no privado para tomar uma cuia de chimarrão ou até mesmo almoçar com o dono da venda.

A importância social não se limitava somente ao comerciante, o próprio estabelecimento se tornava ponto de referência entre as pessoas. No cotidiano os sujeitos impõem sua forma de perceber o mundo: o armazém de fulano, a barbearia da praça, o armazém dos Kos e assim por diante. Durante as conversas com as fontes orais essas sempre incorporavam o armazém ao sobrenome da família proprietária. Nesse caso as pessoas se referiam aos estabelecimentos comerciais da seguinte forma: armazéns dos Malanovski, armazém dos Kozan, armazém dos Ruidam, armazém dos Pyetlowanciw, Armazém do Kiska, armazém do Karpinski e assim vai. Era desta forma que os armazéns eram citados como ponto de referência entre os indivíduos.

Portanto, esses locais e seus proprietários eram sujeitos e instituições que a partir das estratégias tentavam ditar as regras a serem seguidas pelos que frequentavam suas residências e suas casas comerciais. No entanto, conforme visto

---

em diversos pontos dessa dissertação, a estratégia era sempre questionada e resignificada pelas táticas dos consumidores.

Além de ser reconhecido por ser dono de uma instituição comercial que lhe atribuía prestígio social, como foi dito, o dono do armazém também era estimado por possuir um capital econômico superior aos dos seus clientes. Portanto, muitas pessoas não se dirigiam até a venda só para comprar o que necessitavam, iam para emprestar dinheiro em casos de apuro. Isso pode ser constatado facilmente nos livros caixa. Apesar da circulação do dinheiro em papel ser pequena nos armazéns devido ao sistema de trocas, nesses documentos além de estarem registrados os produtos que eram comprados e as formas de pagamentos, constam alguns empréstimos de dinheiro. Portanto, além de ser espaço de sociabilidade, de informações, de entretenimento, de trabalho e muitas outras funções, em certas ocasiões os armazéns faziam o papel de casa bancária ultrapassando o espaço de compra e venda de secos e molhados. Ali, as pessoas poderiam conseguir o dinheiro para efetivar algum negócio fora dos espaços dos armazéns, como por exemplo, a compra de um pedaço de terra.

O ato de emprestar dinheiro do bodegueiro levou a se questionar sobre as amarras que uniam as pessoas, pois num local de pouquíssimo papel moeda circulando o dono do armazém deveria saber bem para quem confiar seu dinheiro. O mesmo equivalia para a venda de produtos a prazo conforme foi visto no quarto capítulo (item: métodos de pagamentos) e no quinto capítulo (item: entre o público e o privado). Nesses casos, uma boa relação entre vendedor e comprador se tornava fundamental. Tanto os empréstimos de dinheiro quanto a venda de produtos a prazo estavam baseados nas relações de confiança.

Nesse sentido, o ato de emprestar dinheiro ou vender a prazo criava relações de dependência entre comerciante e consumidor. Segundo informações dos livros caixa, muitas pessoas que compravam fiado ou realizavam algum empréstimo de dinheiro acabavam pagando sua conta através de serviços na lavoura do dono da venda ou esperavam a colheita de sua própria safra para sanar a dívida. É neste sentido que o consumidor ficava preso ao dono da venda que lhe vendia fiado em épocas de apuro. Criava-se uma relação de confiança entre ambos que ia além do simples ato de compra e venda. Colocavam-se em jogo tanto a vida privada do consumidor quanto a do comerciante. Conforme foi dito no item entre o público e o privado desse capítulo. Nesses casos conhecer aspectos da vida privado

do consumidor se tornava imprescindível. Antes de fornecer o empréstimo ou vender algum produto fiado o comerciante avaliava se a pessoa era seu freguês, compadre, amigo, trabalhador e acima de tudo se era um bom pagador e honesto. Nesses casos uma boa reputação tornava-se fundamental para a concretização das relações de crédito. Por um lado o consumidor deveria confiar que o comerciante lhe venderia mercadorias em épocas de apuro, e por outro o comerciante deveria confiar que o consumidor lhe pagaria em épocas de colheita.

Nesse sentido, não era só o dono da venda que deveria confiar no seu freguês, em muitos casos ocorria o contrário. O freguês também deveria confiar na honestidade do comerciante, pois muitas vezes esse vendia alguns produtos no armazém para pagar sua dívida e caso sobrasse dinheiro, deixava o restante em haver para aos poucos ir descontando na compra de mercadorias. Essa relação de interdependência ficou clara nas seguintes palavras de João Mann:

[...] Às vezes o dono do armazém ocupava dinheiro do colono também. Às vezes a gente vendia algum porco e ele se queixava que precisava abastecer a bodega e perguntava se dava para esperar o pagamento uns trinta dias. Então eu me lembro que as vezes meu pai vendia porco comprava o que precisava para casa e deixava o resto. Um ajudava o outro [...]<sup>254</sup>

Seguindo esse pensamento, o armazém também era espaço de distinção social. As relações de crédito davam prestígio tanto ao comerciante que emprestava dinheiro ou vendia fiado, quanto ao freguês que vendia algum produto e deixava em haver. No primeiro caso, o dono do estabelecimento comercial passava a ser reconhecido socialmente por ser portador de um capital econômico superior aos de seus clientes. No segundo, o freguês que vendia algum produto e deixava em haver para ser descontado aos poucos na compra de outros produtos, ganhava a amizade e a confiança do dono do armazém para comprar fiado em épocas de apuro.

Dentro dessas relações de compra e venda os armazéns também poderiam ser utilizados pelos fregueses como espaços de distinção. Esses poderiam se exibir com algum porco gordo que levavam até ao armazém para ser trocado por outras mercadorias, ou até mesmo com uma abóbora como consta na foto número 15. Além de se distinguir com a demonstração de produtos agropecuários, o consumidor poderia utilizar os espaços dos armazéns como forma de distinção através das mercadorias que adquiria.

---

<sup>254</sup> MANN, João Sobrinho. Op. Cit.

Apesar de as escolhas serem limitadas e influenciadas pelos gostos dos carroceiros e donos de armazéns como foi lido no quarto capítulo, os consumidores poderiam se diferenciar socialmente pelas marcas dos produtos que adquiriam. As mercadorias que cada pessoa buscava nos armazéns, indicavam os hábitos alimentares e estéticos que colocavam em jogo o capital econômico de cada sujeito. Os produtos carregavam valores simbólicos que distinguiam os indivíduos perante a sociedade. Conforme afirma Bourdieu:

[...] os gostos de classe, os quais, ao determinarem a “escolha” dos signos exteriores com o que se exprime a posição social, como as roupas, entendendo-se a *hexis* corporal ou a linguagem, fazem com que todos os agentes sociais sejam portadores de signos distintivos [...] Em condições tanto de reunir como de separar equivocadamente através de barreiras e proibições explícitas [...].<sup>255</sup>

Neste sentido, as mercadorias eram elementos discursivos que transmitiam uma série de significados. Muitas vezes expressavam determinados discursos ideológicos e reproduziam as diferenças sociais. Independente da sociedade ou da temporalidade pode-se dizer que dentro desse processo sempre prevalece como elemento de diferenciação às relações de poder entre as classes. Nesse caso, os produtos servem como signos de distinção, como exemplo podemos citar as roupas utilizadas nesse período. Uma pessoa que ia até ao armazém comprar cetim<sup>256</sup> para fabricar uma veste, era diferenciada daquela que comprava chita<sup>257</sup>. Com base em certos discursos construídos pelas pessoas que expressão determinadas concepções de mundo, o consumidor passava a ser identificado de acordo o próprio vestuário.

Por meio dessas construções discursivas criavam-se sobre os produtos valores simbólicos que colocavam em jogo o lugar social de cada consumidor. Os produtos consumidos são elementos que ajudam a reproduzir e legitimar o discurso da classe detentora do capital econômico. Os gostos servem como estratégias de distinção entre as “classes”. As pessoas atribuem determinados sentidos para as mercadorias, que as diferenciam uma das outras por meio de construções discursivas classificatórias. Em suma, os produtos podem ser utilizados como discursos para transmitir uma série de significados.

---

<sup>255</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas Linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 103.

<sup>256</sup> Tecido de seda considerado refinado.

<sup>257</sup> Tecido de algodão considerado ordinário.

Portanto, além de ser espaço de compra e venda o armazém era espaço de distinção social tanto para o comerciante quanto para seus fregueses. No armazém era possível conseguir um padrinho para o casamento, dinheiro para pagar uma conta, um belo tecido para a costura de uma veste domingueira, um lindo par de sapatos para utilizar na missa ou simplesmente proteger os pés, um remédio para curar um filho doente, uma ferramenta para o trabalho, farinha para preparar um bolo, açúcar para adoçar uma xícara de café, lampião para clarear as noites escuras, querosene para manter a chama do fogo do lampião acesa, sal para preparar a carne de porco, panela para preparar as refeições, um litro de cachaça para ser degustado nas horas de lazer, informações sobre a vizinhança, momentos de distração e muito mais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações que por ora faço, dizem respeito apenas ao que foi pretendido nessa dissertação. Dessa forma, em hipótese alguma quero fechar as portas dos armazéns a questionamentos, pretendo com este trabalho abrir novas possibilidades de revisitar as fontes, a metodologia ou o aporte teórico. Afinal, como apontou José Carlos Reis<sup>258</sup>, a história é constantemente reescrita, seja porque as questões mudam com o passar do tempo ou porque novas fontes surgem. Mais difícil, porém não impossível, novos métodos e teorias também podem surgir. Como por ora essas possibilidades ainda não estão visíveis no horizonte próximo, arrisco fazer não uma conclusão definitiva, mas algumas considerações finais.

Ao longo da dissertação constata-se que a Colônia Federal Ivay se formou num contexto de expansão das fronteiras agrícolas brasileira. Como todo processo social ele pode ser gestado a curto, médio em longo prazo. No caso de Ivay processos ocorridos ainda no século XIX, durante o segundo reinado, tiveram influência decisiva para que no período republicano, período da criação da colônia, fossem criadas colônias de imigração como essa.

As lutas abolicionistas que culminaram no século XIX com o fim da escravidão foram acompanhadas de discussões que ressaltavam a falta de mão de obra e a necessidade de se atrair imigrantes, sobretudo europeus e brancos. A emancipação política da província paranaense em 1853, também contribuiu para o desenvolvimento das políticas imigratórias. O principal objetivo era povoar o território para assegurar a autonomia política e de quebra aumentar a produção de alimentos. Para concretizá-lo tinha-se como intuito trazer indivíduos laboriosos e fixá-los em pequenas propriedades agrícolas. Assim, as técnicas de trabalho poderiam ser renovadas e a economia diversificada. Além disso, as teorias raciais puderam se efetivar no final do século XIX e início do XX em muitas colônias de imigração. Não por acaso para a colônia Ivay vieram um grande número de imigrantes eslavos, sobretudo ucranianos e poloneses.

Ao chegarem a colônia as dificuldades foram enormes e a adaptação difícil. Muitas fontes orais ressaltaram as dificuldades nos primeiros anos na colônia. Pois,

---

<sup>258</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil de Varnhagem a F. H. C.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

ao contrário do que era divulgado pelas Companhias de Imigração, os imigrantes muitas vezes eram abandonados em colônias sem nenhuma infraestrutura.

Vencidas as dificuldades ou enfrentando essas dificuldades, o que se verificou foi que a colônia se constituiu num espaço pluriétnico e não unívoco. Embora houvesse uma supremacia numérica de ucranianos e poloneses esses dois grupos não conseguiram suplantam a diversidade étnica e cultural em Ivay. Exemplo dessa diversidade é a própria indistinção dentro do grupo ucraniano, pois como foi ressaltado, demorou a aparecer a denominação ucraniano ou ruteno nas fontes, pois eles apareciam sob diversas nacionalidades num período em que a Ucrânia não tinha autonomia política.

Percebeu-se que no início da colônia a maioria da população se concentrava em lotes rurais, pois a intenção do governo federal e do governo estadual foi implantar pequenas propriedades e fixar o maior número possível de pessoas na região considerada pouco habitada. Aqui o intuito não foi a grande lavoura voltada para a exportação, mas sim a produção de gêneros alimentícios e a garantia de posse do território pelo governo brasileiro.

Embora quase tudo fosse produzido localmente isso não eliminou a necessidade do comércio com outras regiões e a carência de certos produtos que não eram produzidos nas propriedades rurais. Querosene, tecidos, sal, açúcar, ferramentas, entre outros produtos, eram trazidos de longe, o que fortalecia a necessidade de uma integração da colônia com o resto do estado e do país. Nesse processo de integração as tropas foram de fundamental importância. No âmbito nacional as tropas de muares foram imprescindíveis, já no que tange á colônia Ivay, objeto desse estudo, guardadas as devidas proporções, foram as tropas de suínos e os carroceiros que efetivaram a integração. Tanto num caso como no outro as casas comerciais foram surgindo em pontos estratégicos do percurso para atender as necessidades desses viajantes. Os armazéns também foram aos poucos substituindo as feiras livres e tornando mais frequente a oferta de mercadorias.

No caso da Ivay, separada de outros centros maiores por dezenas de quilômetros, os armazéns se constituíram no ponto integrador dessa colônia com as demais regiões do Paraná e do Brasil. Eram nos armazéns que se ficava sabendo, a partir de mercadorias e informações trazidas pelos carroceiros, o que acontecia alhures. A partir de depoimentos de donos de casa de comércio e carroceiros, pode-

se perceber como o armazém era um ponto de referência para uma população isolada geograficamente.

O armazém diminuiu significativamente a necessidade do imigrante da colônia sair e percorrer grandes distâncias em busca de produtos não produzidos no lote rural. Prova disso foram dezenas de armazéns localizados nos diversos pontos da colônia e de sua sede. Após essas constatações preliminares acerca da importância das casas de comércio, é que se percebeu a complexidade desses espaços e suas múltiplas funções, funções que não se restringiam a compra e a venda de produtos. A partir daí é que foi possível questionar e buscar respostas para as questões lançadas no início desse trabalho. O que eram os armazéns para quem os frequentavam? Que tipos de espaços eram essas casas comerciais? Quais eram as motivações que levavam as pessoas até aos armazéns? Estes eram apenas lugares de compra e venda ou existiam outros significados?

Esses diversos estabelecimentos na primeira metade do século XX foram abastecidos basicamente por carroceiros tropeadores de porcos. Se tocar uma tropa de mulas ou de gado vacum do Sul até as feiras em São Paulo era um trabalho árduo, não menos árduas eram as tropeadas de suínos pelos cerca de 90 km que separavam Ivay de Ponta Grossa. As varas de porcos – que podiam atingir mais de 500 animais - tocadas a pé se constituíram na principal forma de se obter capital, tanto pelo colono na hora de adquirir um produto qualquer no armazém próximo da sua casa, quanto pelo bodegueiro na hora de encher suas carroças em Ponta Grossa para reabastecer as prateleiras de seu armazém em Ivay. Portanto, a partir das diferentes fontes consultadas verificaram-se que os armazéns na primeira metade do século XX estavam intimamente ligados as tropas de porcos tocadas a pé e aos carroceiros.

Ao analisar no armazém o processo de compra e venda propriamente dito, verificou-se que o suíno era a principal moeda de troca da colônia Ivay. Muitas pessoas se dirigiam até aos armazéns levando feijão, milho, galinhas, ovos, porcos, e muito outros produtos agropecuários extraídos de suas pequenas propriedades. Entravam no estabelecimento e negociavam com o dono da venda. Dependendo da negociação esses produtos poderiam se transformar em dinheiro, poderiam pagar alguma dívida no armazém ou poderiam ser trocados por outros artigos. Assim, o porco poderia ser transformado em uma veste domingueira, em um chapéu, em par de sapatos, em um saco de farinha, sal, açúcar, e em muitos outros produtos.

Por outro lado, o proprietário do armazém poderia comprá-lo do freguês e transformá-lo em linguiça, banha, torresmo ou frações de carne e toucinho, e vendê-lo dentro do próprio estabelecimento para outros clientes. Além dessa opção, poderia reunir um número expressivo de animais e vendê-los em Ponta Grossa. Com o dinheiro da venda do suíno adquiria capital para comprar outras mercadorias e abastecer o estoque de seu armazém.

Nesse sentido, o porco foi de suma importância para o desenvolvimento dos armazéns de Ivay e de muitas outras regiões deslocadas dos grandes centros consumidores. Esse animal possibilitou a circulação de mercadorias nos armazéns e propiciou à inserção de Ivay a economia paranaense. Era usado tanto para fazer compras, quanto para pagar dívidas, acumular capital, alimentar a família e abastecer o estoque do armazém. Possuir porcos era sinônimo de despensa cheia. Eram os porcos e as tropeadas até Ponta Grossa que garantiam o funcionamento de muitos armazéns e a integração da colônia Ivay com o mundo além dos limites da colônia.

Até aqui, pode-se perceber que os armazéns e as tropeadas de porcos eram duas faces de uma mesma moeda, que uma atividade não se sustentava sem a outra. Era no armazém que o imigrante e seus descendentes vinham buscar o que não se produzia na terra e era a partir das tropeadas de porcos que se buscava alhures o que não se produzia na colônia.

Além da importância do suíno para a inserção econômica de Ivay a centros consumidores maiores, os carroceiros foram de fundamental importância para inserção de muitas colônias paranaenses ao mercado brasileiro. Esses agentes do comércio escoavam a produção agropecuária de Ivay para outras cidades tais como Ponta Grossa. Eram eles que paravam em frente às vendas pontagrossenses, enchiam as carroças de mercadorias e abasteciam as prateleiras dos armazéns de Ivay e de muitas outras regiões.

Portanto, os carroceiros interligaram muitas colônias de imigração a centros consumidores maiores contribuindo para o desenvolvimento do mercado interno almejado pelo governo ao promover as políticas imigratórias. Além de transportarem mercadorias de uma região para outra, esses agentes do comércio transportavam notícias. Traziam aos armazéns de Ivay as mais diversas novidades que circulavam pelas vendas de Ponta Grossa. Portanto, o armazém era muito mais que um simples

local onde se adquiria querosene para abastecer uma lamparina e amenizar a escuridão de uma noite de lua minguante.

Mas afinal de contas, como as pessoas interpretavam ou vivenciavam o armazém? Que tipos de espaços os armazéns eram para as pessoas que por eles circulavam? Ao longo da dissertação pode-se perceber a posição central que esse estabelecimento comercial ocupava numa colônia de imigrantes voltada para a produção principalmente de gêneros alimentícios.

Os discursos acerca dos armazéns têm diversos pontos em comum de acordo com diferentes depoimentos, mas não são uníssonos. Muitos consumidores se dirigiam até as casas comerciais com o objetivo de abastecer suas despensas. Ali era possível encontrar sal para temperar um pernil de porco, açúcar para adoçar uma xícara de café, uma garrafa de gasosa para ser degustada nos domingos, um litro de cachaça para oferecer as visitas ou para alegrar o cotidiano, um martelo e um cerrote para fabricar uma carroça, foice para roçar a mata e plantar milho, enxada para capinar as ervas daninhas em meio aos pés de feijão, um chapéu para se proteger do sol, um tecido para costurar uma veste para o serviço ou para ir a missa, bolachas e balas, querosene para abastecer os lampiões e clarear a escuridão da noite, fósforo para acender o fogo, remédio para curar algum tipo de dor, um par de sapatos para proteger os pés, enfim, o armazém era lugar em que se poderia encontrar qualquer tipo de mercadoria se constituindo em espaço de compras.

Nesse sentido, os armazéns também eram espaços de negociações. Como visto, muitas pessoas se dirigiam a esses estabelecimentos com o intuito não só de comprar, mas também de vender produtos oriundos de suas pequenas propriedades. Levavam feijão, milho, erva, fumo, galinhas, ovos, porcos e muitos outros produtos para serem vendidos para o dono da venda, e de quebra compravam o que necessitavam.

Além de ser espaço de compra e venda o espaço do armazém também era construído conforme as normas estabelecidas por seu proprietário e de acordo com os horários e dias da semana. De segunda a sábado até às dezessete horas o armazém se constituía basicamente em um espaço de compra e venda, após as dezessete horas e no domingo após o almoço era mais que um simples lugar em que se colocavam em práticas as relações comerciais, este se transformava em espaço de entretenimento, pois algumas pessoas passavam horas bebendo,

jogando baralho e conversando. Já para outras pessoas o armazém ia além de um simples espaço de compra e venda ou de entretenimento, era casa bancária nos momentos de aperto financeiro. Para outros era lugar de fuxico, ponto de encontro, de acerto de contas e de referência em qualquer ocasião.

Dessa forma, verificou-se nessa dissertação que as estratégias dos comerciantes muitas vezes eram subvertidas pelas táticas dos consumidores. O que demonstra que o “lugar” armazém era transformado em um “espaço”. O bodegueiro podia querer apenas vender e comprar, mas o seu frequentador utilizava o espaço de múltiplas formas que escapavam do controle do proprietário.

Verificou-se que nos finais de semana o armazém era o local de encontros. O bodegueiro estava interessado em vender, porém não podia impedir o cliente de usar o espaço para efetuar seus assuntos particulares. Aliás, a divisão da estrutura física do armazém evidencia bem as possibilidades que proprietários e clientes tinham de usufruir do espaço. O estabelecimento comercial era uma mescla de espaço semipúblico, intermediário e privado. Era um espaço privado que tinha horários para se tornar semipúblico. As partes privada e intermediária eram passíveis de um controle maior por parte do comerciante, já a parte semipública era difícil de ser controlada.

Na parte privada, local onde ficava a residência da família havia um controle maior, ainda que não total, pois apenas as pessoas convidadas entravam nessa parte da edificação. Já a parte semipública, ou seja, o local onde as pessoas entravam para fazer suas compras era “um mundo” à parte. Embora fosse propriedade do comerciante este não poderia exercer o mesmo controle. Nem todos os que entravam eram bem vindos, conhecidos, nem todos eram bons pagadores e alguns podiam ser até desafetos. Isso posto permitiu perceber o quão multifacetado era o “lugar” armazém ao ser transformado em espaço.

Em suma, falar sobre os armazéns demonstrou como as interpretações sobre um objeto de estudo podem ser inesgotáveis. Espaço que era construído e reconstruído de acordo com cada pessoa que por ele transitava. Pois, vimos que os armazéns eram mais que simples lugares em que se colocavam em prática as relações de compra e venda. Eram espaços múltiplos que congregavam em si uma série de funções com diversos significados. Eram espaços de compra venda, de empréstimos, de moradia, de entretenimento, de informações, de mexericos, de distinção, de prestígio, de exibição e de muitas outras coisas. Portanto, os

armazéns eram lugares onde consumo e prazer se misturavam. Espaços semipúblicos de sociabilidade em que se poderiam partilhar os mais variados tipos de notícias. Enfim, lugares multifacetados que podem ser interpretados e reinterpretados de diversas maneiras. Nesse trabalho, foram expostas apenas algumas das interpretações que são possíveis. Nesse sentido, fecho as considerações finais sem fechar as janelas e as portas dos armazéns para outras indagações que podem ser desenvolvidas.

## **ANEXOS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**MESTRADO EM HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE**

**Roteiro das conversas com proprietários de armazéns**

- 1– Nome; idade do entrevistado; data da entrevista.
- 2– Quando e onde o senhor (a) nasceu?
- 3– Qual é a tua descendência?
- 4– Aonde nasceram teus pais?
- 5– Comente sobre a imigração e o início da colonização em Ivaí.
- 6– Quando os imigrantes se estabeleceram em Ivaí como sobreviviam? O que plantavam?
- 7– Como era o comércio antes e durante o surgimento dos armazéns?
- 8– Quando começaram a surgir os armazéns?
- 9– Quem eram os donos?
- 10– Onde estavam localizados?
- 11– Como, quando e porque chegou a ser proprietário de armazém?
- 12– Como os clientes eram atendidos?
- 13– O que tinha no armazém para vender?
- 14– O que os clientes compravam?
- 15– Como pagavam?
- 16– Da onde vinham as mercadorias que eram vendidas nos armazéns?  
Como vinham? Como eram essas viagens?
- 17– Alguma curiosidade que tenha ocorrido durante estas viagens.
- 18– Qual era o tipo de cliente que mais frequentava o armazém (sexo, idade)?
- 19– Qual era o lugar da mulher no comércio? Quem mais atendia no armazém?
- 20– Quais eram os motivos que levavam os consumidores até o armazém? As pessoas iam ao armazém só para fazer compra?
- 21– Como era o espaço dos armazéns? Como era dentro? O consumidor poderia circular por onde queria? Existiam regras?
- 22– Qual a diferença do armazém para os mercados de hoje? O que mudou e o que não mudou?

- 23– Aonde a família que era dona do armazém morava?
- 24– As pessoas iam ao armazém à noite?
- 25– No domingo era aberto?
- 26– Os consumidores faziam empréstimo de dinheiro no armazém?
- 27– Como eram as relações com os clientes?
- 28– O senhor (a) tinha bastante afilhado?
- 29– Há algum fato ou curiosidade que tenha ocorrido dentro do armazém?
- 30– Havia viagem de tropas de porcos? Se havia como eram?
- 31– Existe alguma curiosidade que tenha ocorrido durante estas viagens?
- 32– Existia alguma ligação entre o comércio de suínos e os armazéns?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**MESTRADO EM HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE**

**Roteiro das conversas com consumidores**

- 1 – Nome; idade do entrevistado; data da entrevista.
- 2 – Quando e onde o senhor (a) nasceu?
- 3 – Qual é a tua descendência?
- 4 – Aonde nasceram teus pais?
- 5 – Comente sobre a imigração e o início da colonização em Ivaí.
- 6 – Quando os imigrantes se estabeleceram em Ivaí como sobreviviam? O que plantavam?
- 7 – Como era o comércio antes e durante o surgimento dos armazéns?
- 8 – Quando começaram a surgir os armazéns?
- 9 – Quem eram os donos?
- 10 – Onde estavam localizados?
- 11 – Qual armazém o senhor (a) frequentava?
- 12 – Como o senhor (a) era atendido (a)?
- 13 – O que tinha no armazém para vender?
- 14 – O que o senhor (a) comprava?
- 15 – Como pagava?
- 16 – Da onde vinham as mercadorias que eram vendidas nos armazéns?
- 17 – Como vinham? Como eram essas viagens?
- 18 – Alguma curiosidade que tenha ocorrido durante estas viagens.
- 19 – Quem ia mais aos armazéns (sexo, idade)?
- 20 – Qual era o lugar da mulher no comércio? Quem mais atendia no armazém?
- 21 – Quais eram os motivos que levavam o senhor (a) ir até o armazém? Ia somente para fazer compra?
- 21 – Como era o espaço dos armazéns? Como era dentro? Poderia circular por onde queria? Existiam regras?
- 22 – Qual a diferença do armazém para os mercados de hoje? O que mudou e o que não mudou?
- 23 – Aonde a família que era dona do armazém morava?

- 24 – O senhor (a) chegou a ir até algum armazém à noite?
- 25 – No domingo era aberto?
- 26 – No armazém poderia fazer empréstimo de dinheiro? O senhor fez algum empréstimo? Quais eram os procedimentos?
- 27 – Como o dono do armazém era visto?
- 28 – O dono do armazém tinha bastante afilhado?
- 29 – O senhor (a) lembra de algum fato ou curiosidade que tenha ocorrido dentro do armazém?
- 30 – Havia viagem de tropas de porcos? Se havia como eram?
- 31 – Existe alguma curiosidade que tenha ocorrido durante estas viagens?
- 32 – Existia alguma ligação entre o comércio de suínos e os armazéns?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE**

**DECLARAÇÃO DE ENTREVISTA**

Eu....., nascido em  
....., portador da  
cédula de identidade Nº....., declaro que cedo de  
espontânea e gratuitamente esta entrevista para fins de pesquisa acadêmica para  
Lucimara Koss, portadora da cédula de identidade Nº 93562399, aluna do curso de  
Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e autorizo que  
meus relatos sejam parcial ou totalmente utilizados em produção escrita. Afirmo  
também estar ciente de que a presente entrevista será gravada em CD e que o  
mesmo ficará sob a posse da entrevistadora por tempo indeterminado.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do entrevistado (a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura entrevistadora  
(Lucimara Koss)

Ivaí \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## FONTES

### *Fontes iconográficas*

Foto 1 – **Armazém Malanowski localizado na Linha Vicinal Chapada (atual comunidade de Chapada) na década de 1940.** Localização da fonte: acervo pessoal de Neva Malanowski.

Foto 2 – **Moradia e armazém dos Kos localizado na rua Dr. Ferreira Correia (sem data).** Localização da fonte: Resgate histórico do município de Ivaí.

Foto 3 – **Moradia e armazém de Major Salustiano Martins Ferreira localizado na atual comunidade de Cachoeirinha (sem data).** Localização da fonte: Resgate histórico do município de Ivaí.

Foto 4 – **Armazém se secos e molhados de João Karpinski em 1975 localizado na rua Dr. Ferreira Correia.** Localização da fonte: acervo pessoal de João Karpinski.

Foto 5 – **Carroceiros Schastai em viagem a Ponta Grossa em meados da década de 1930.** Localização da fonte pessoal de Mariana Schastai.

Foto 6 – **Comitiva de carroceiros por volta de meados da década de 1930.** Localização da fonte: acervo pessoal de Catarina L. Kalatai.

Foto 7 – **Carroceiros em viagem por volta da década de 1930.** Localização da fonte: acervo pessoal de Catarina L. Kalatai.

Foto 8 – **Carroceiros em frente à Casa Comercial Novidades em Ponta Grossa por volta da década de 1930.** Localização da fonte: acervo pessoal de Catarina L. Kalatai.

Foto 9 – **Armazém de secos e molhados Podolan e Reifur por volta da década de 1950 na atual Rua Dr. Ferreira Correia.** Localização da fonte: acervo pessoal de Eliane Reifur.

Foto 10 – **Espaço interno do armazém de Célia Kovbai em 2012.** Localização da fonte: acervo pessoal de Lucimara Koss.

Foto 11 – **Espaço interno do armazém de Célia Kovbai em 2012.** Localização da fonte: acervo pessoal de Lucimara Koss.

Foto 12 – **Residência e armazém dos Kos localizado na rua Dr. Ferreira Correia (sem data).** Localização da fonte: MARTIM, Marlene. Possibilidades turísticas em municípios de pequeno porte: o caso de Ivaí – PR. Trabalho de conclusão de especialização em Geografia e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2002.

Foto 13: **Recipiente de bebidas do armazém dos Malanowski localizado na atual comunidade de Chapada.** Foto tirada em 15 de setembro de 2011. Localização da fonte: Acervo pessoal de Lucimara Koss.

Foto 14 – **Armazém se secos e molhados de João Karpinski localizado na rua Dr. Ferreira Correia por volta da década de 1970.** Localização da fonte: acervo pessoal de João Karpinski.

Foto 15 – **Armazém se secos e molhados de João Karpinski localizado na rua Dr. Ferreira Correia (sem data).** Localização da fonte: acervo pessoal de João Karpinski.

### ***Fontes manuscritas***

**Alvarás de licença de 1944 a 1961.** Localização: Arquivo da prefeitura municipal de Ipiranga.

**Alvarás de licença de 1961 a 1971.** Localização: Arquivos da prefeitura municipal de Ivaí (A.P.M.I.).

DERKASCZ, Pedro. **Registro de produtos consumidos no período de 1930 até meados da década de 1940.** Localização do arquivo: A.P.M.D.

Hhp://www.lbge.gov.br/cidadesat/default/. php. Acesso em 06 de agosto de 2011.

[Http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/Divisao\\_politica\\_2010.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/Divisao_politica_2010.pdf). Acesso em 20 de abril de 2012.

KARPINSKI, João. **Registro de inventário: estoques de mercadorias existentes de 1970 a 1980**. Acervo pessoal de Elena Karpinski.

\_\_\_\_\_ **Registro de compras do período de 1972 a 1975**. Acervo pessoal de Elena Karpinski.

KÓS, João. **Livro de registro de entrada de mercadorias do ano de 1945**. Acervo pessoal de Maria Kós.

\_\_\_\_\_ **Livro de registro de saída de mercadorias do período de 1970 a 1971**. Acervo pessoal de Maria Kós.

MALANOSKI, Tadeu. **Registro de compras do período de 1959 a 1963**. Acervo pessoal de Tadeu Malanoski.

\_\_\_\_\_ **Registro de entrada de mercadorias**. Acervo pessoal de Tadeu Malanoski.

PYETLOWANCIW, Elias. **Registro de produtos consumidos no período de 1912 até meados da década de 1940**. A.P.M.D.

**Planta do núcleo colonial Ivay de 1912**. Localização do arquivo: IAP.

RIBEIRO, Rogaciano Antunes. **Quadro demonstrativo elaborado sobre as criações de animais e aves existentes no núcleo colonial de Ivay em 31 de dezembro de 1915**. Localização do quadro demonstrativo: A. P. M. I.

\_\_\_\_\_ **Recenseamento da população do núcleo Ivay em 31 de dezembro de 1915**. Localização do arquivo: prefeitura Municipal de Ivaí (A. P. M. I).

\_\_\_\_\_ **Registros de entradas de imigrantes e migrantes**. Localização dos registros: A. P. M. I.

\_\_\_\_\_ **Registro de saída de imigrantes durante o ano de 1915**. Localização do arquivo: A.P.M.I.

\_\_\_\_\_ **Registro de casas particulares, escolas, templos, máquinas, carroças, estabelecimentos comerciais e industriais.** 1915. Localização dos registros: A. P. M. I.

\_\_\_\_\_ **Relatório da produção agrícola de 1915.** A. P. M. I.

\_\_\_\_\_ **Relatório do Núcleo Colonial de Ivaí enviado ao presidente da província em 1915.** Localização do relatório: A. P. M. I.

### ***Fontes orais***

BATISTA, Terezinha Correia. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 13 de fevereiro de 2012.

DERKASCZ, Mariano. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 22 de fevereiro de 2012.

FERRERA, Amilton. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 11 de setembro de 2011.

Fonte oral oculta 1. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 15 de setembro de 2011.

GALVÃO, Atilho. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 5 de agosto de 2012.

GROCHOSKI, Tadeu. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 11 de setembro de 2011.

HNEDA, Thomas. Entrevista concedida a Maria de Lurdes Ransinski Zubacz em 1991.

KALATAI, Lobacz Catarina. Entrevista concedida a Lucimara Kóss em 23 de junho de 2008.

\_\_\_\_\_ Entrevista concedida a Lucimara Koss em 13 de agosto de 2008.

\_\_\_\_\_ Entrevista concedida a Lucimara Koss em 23 de janeiro de 2012.

KLUSKOSKI, André. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 13 de fevereiro de 2012.

KOS, Anselma. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 28 de janeiro de 2012.

KOS, Maria. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 28 de janeiro de 2012.

KÓSS, Nicolau. Entrevista concedida a Lucimara Kóss em maio de 2005.

LOBACZ, Vladomiro. Entrevista concedida a Lucimara Kóss em 30 de janeiro de 2008.

MANN, João Sobrinho. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 15 de dezembro de 2011.

PEREIRA, Alcides Macena. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 13 de fevereiro de 2012.

SCHUISTA, José. Entrevista concedida a Lucimara Kóss, em 20 de janeiro de 2008.

STRUFIKA, Augusto. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 28 de janeiro de 2012.

THOMAZ, Iracema. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 07 de setembro de 2012.

THOMAZ, Rene. Entrevista concedida a Lucimara Koss em 07 de setembro de 2012.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ouvir contar textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: A vida privada dos pobres no Campo. In: **História da vida privada no Brasil 3**. Coordenador geral da coleção Fernando Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias**: um estudo da imigração ucraniana – 1895-1995. Curitiba: UFPR, 1995.

ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas, 11. 1994.

ARIES, Philippe. Por uma história da vida privada. In: **História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes**. Organizador Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BACH, Arnaldo Monteiro. **Carroções**. 3ed. Ponta Grossa, editora UEPG, 2007.

BALHANA, Altiva Pilatti. **Política imigratória do Paraná**. Revista paranaense de desenvolvimento. Curitiba, n. 87, jan/abr.1996.

BARROS, José D' Assunção. **História, região e espacialidade**. In: Revista de História Regional 10 (1): 95-129, Verão, 2005.

BEAULIEU, Leroy. **Traité théorique et pratique d'économie politique**. Vol.3, 4ª ed. Paris: Guillaumin, 1905. Apud. DEAECTO, Marisa Midori. **Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_ **O poder simbólico**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. Tradução Telma Costa – São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BURKO, Pe. Valdomiro N. **A imigração ucraniana no Brasil**. 2. ed. Curitiba: Universidade Internacional de Estudos Sociais “Pro Deo”, monografia de Especialização. Roma, 1963.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6ª ed. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 566.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 15. ed. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. Rio de Janeiro – Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de; LUCE, Giard; PIERRE, Mayol. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. 9ª edição. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Oth. Rio de Janeiro – Petrópolis: Vozes, 2009.

COLLOMP, Alain. Famílias, Habitações e coabitações. In: **história da vida privada 3: da renascença ao século das luzes**. Organizador Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro, 1997,

DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. **Mil Plátos: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5** – São Paulo: Editora 34, 1997.

FARGE, Arlette. Famílias. A honra e o sigilo. In: **História da vida privada 3: da Renascença ao século das Luzes**. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1988.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Defil, 1989.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 18 ed. – Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_ **Comportamentos em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos.** Rio de Janeiro: Petrópolis – Vozes, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

IAROCHINSKI, Ulisses. **Saga dos polacos: a Polônia e seus imigrantes no Brasil.** Curitiba, 2000.

KOLITSKI, Angela Maria. **Memória ucraniana no Município de Ivaí – PR.** Monografia de especialização. Ponta Grossa, 2000.

KOSS, Lucimara. Carroceiros tropeadores de porcos e o comércio em Ivaí-PR (1910-1950). In: SOCHODOLAK, Hélio (Org.); NETO ARIAS, José Miguel (Org.) **Capítulos de História do Paraná.** Guarapuava: Unicentro, 2012.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842.** São Paulo: Símbolo, 1979.

MACEDO, Rafael Valdomiro Greca de. **Freguês de caderno.** Boletim informativo Nº 8, fevereiro. Curitiba: Fundação cultural de Curitiba, 1970.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada.** São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes.** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiências da urbanização: São Paulo, 1850-1900.** São Paulo: Alameda, 2005.

POLANAH, Luís. **Olhares sobre o mundo camponês: estudos e reflexões de antropologia social.** Org. Antonio Amaro das Neves. Guimarães: Neps.

RAMOS, Odinei Fabiano. **Ucranianos, poloneses e “brasileiros”:** fronteiras étnicas e identitárias em Prudentópolis/PR. Dissertação de mestrado. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil de Varnhagem a F. H. C.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes. **História da Alimentação no Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. Hucitec, São Paulo, 1997.

SANTOS, Vieira. Apud. MACEDO, Rafael Valdomiro Greca de. **Freguês de caderno**. Boletim informativo N° 8, fevereiro. Curitiba: Fundação cultural de Curitiba, 1970.

SPRINYAK, Carlos Eduardo. **Tropas em marcha: O mercado de Animais de Carga no Centro-Sul do Brasil Imperial**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

STRAFORINI, Rafael. **No caminho das tropas**. Sorocaba, SP: TCM, 2001.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.